

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Tese de Doutorado

**O Militar e o Político na Transição da Ditadura Militar à Nova República: ALE-
RO, Exército e imprensa na fronteira amazônica (1983-1986)**

Vinicius Rodrigues Dias

Pelotas

2024

Vinicius Rodrigues Dias

**O Militar e o Político na Transição da Ditadura Militar à Nova República: ALE-RO,
Exército e imprensa na fronteira amazônica (1983-1986)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

D541m Dias, Vinicius Rodrigues

O militar e o político na transição da Ditadura Militar à Nova República [recurso eletrônico]: ALE-RO, exército e imprensa na fronteira amazônica (1983-1986) / Vinicius Rodrigues Dias; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas, 2024.
197 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História,
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. ALE-RO. 2. Amazônia. 3. Ditadura Militar. 4. Exército Brasileiro.
5. Nova República. I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD 981

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Vinicius Rodrigues Dias

**O Militar e o Político na Transição da Ditadura Militar à Nova República: ALE-RO,
Exército e imprensa na fronteira amazônica (1983-1986)**

**Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em História,
Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas.**

Data da Defesa:

16/08/2024

Banca examinadora:

**Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (Orientador). Doutor em História pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

**Profa. Dra. Adriana Aparecida Marques. Doutora em Ciência Política pela Universidade
de São Paulo.**

**Profa. Dra. Alessandra Gasparotto. Doutora em História pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.**

**Prof. Dr. João Paulo Saraiva Leão Viana. Doutor em Ciência Política pela Universidade
Estadual de Campinas.**

**Prof. Dr. João Batista Teófilo Silva. Doutor em História pela Universidade Federal de
Minas Gerais.**

Dedicatória

Canção do exílio
Gonçalves Dias

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá,
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Gonçalves Dias (1823-1864)

Para Laidés Rodrigues Dias (a mulher que recitava esse poema todas as noites para mim).
Assim, despertei minha paixão pela História e o mundo das letras.

Agradecimentos

A realização desta tese contou com o apoio de inúmeras pessoas e instituições, assim registro os meus agradecimentos especiais:

Ao professor Aristeu Elisandro Machado Lopes pela confiança e parceria, que iniciou ainda no mestrado e continuamos ao longo do doutorado;

A Laidés Rodrigues Dias (*in memoria*) pelo apoio incondicional ao longo da minha vida, inclusive na minha trajetória acadêmica;

Ao Iago Juan Rodrigues Dias pela força e suporte no decorrer desta fase da minha vida;

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL) por ter me proporcionando uma excelente formação acadêmica; bem como as secretárias do PPGH-UFPEL pelo atendimento ao longo desses anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de seis meses;

Ao professor Manuel Domingos Neto pela cessão de uma vaga no curso Introdução ao Estudo do Militar Brasileiro oferecido pela Barão de Itararé, em 2021, o qual foi fundamental para minha formação sobre o militar;

Aos servidores da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, da Hemeroteca Digital - Fundação Biblioteca Nacional - e do Museu da Memória Rondoniense, pois é devido ao trabalho deles que nós pesquisadores podemos pesquisar em valiosos arquivos.

Resumo

Esta tese de doutorado trata da cobertura de um jornal amazônico, o *Alto Madeira*, sobre a transição da Ditadura Militar à Nova República, do ano de 1983 a 1986. Assim, serão discutidos os dois anos finais da ditadura militar e os dois iniciais da Nova República. A tese tem como recorte geográfico o Estado de Rondônia, ou seja, a análise da pesquisa é a transição política pelas margens dos grandes centros. Isso tem por finalidade ampliar o debate sobre as dimensões e identificar as características dessa distensão política no cotidiano regional, o qual aponta para uma conexão dos acontecimentos, isto é, as decisões tomadas na esfera federal influenciam e podem ser afetadas pelo cotidiano político regional. A escolha dessa unidade federada justifica-se devido a peculiaridade da espacialidade: desde a década de 1940, à administração do Território Federal do Guaporé/Estado de Rondônia, que teve presença marcante de oficiais do Exército Brasileiro. Por isso, nos primeiros capítulos, será discutido o papel dos verdes-oliva na região, pontuando que o mundo da caserna moldou a cultura e a política desse lugar. Assim, em 1983 - quando é fundada a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO) - era inaugurado um novo momento, pois não apenas estruturavam-se as instituições e o poderes do neófito estado (criado em 22 de dezembro de 1981), como a sociedade passaria a participar e reivindicar espaço nas arenas de poder. Antes da instalação do parlamento, o governador administrava com pouca margem de contestação pelos políticos locais, no entanto o quadro mudou quando o Poder Legislativo estadual foi implantado. Já na Nova República, iniciada em 1985, com a posse do presidente José Sarney e do governador Ângelo Angelin (políticos filiados no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), houve mais mudanças e ampliação da cidadania, contudo o período é marcado por rupturas e continuidades. E, claro, notadamente, esse contexto histórico contou com o papel da imprensa do jornal *Alto Madeira*, que participou de várias formas, ora opinava e, ora em outros momentos limitava-se a narração dos acontecimentos, comportamento comum de um jornal pequeno e dependente de recursos públicos para o seu funcionamento. Portanto, nesta tese é analisado um período da história brasileira, do tempo presente.

Palavras-chave: ALE-RO; Amazônia; Ditadura Militar; Exército Brasileiro; Nova República.

Abstract

This doctoral thesis deals with the coverage of an Amazonian newspaper, Alto Madeira, on the transition from the Military Dictatorship to the New Republic, from 1983 to 1986. The final two years of the military dictatorship and the initial two years of the New Republic will be discussed. The thesis is geographically focused on the state of Rondônia, i.e., the analysis of the research is the political transition on the margins of the major centers. The aim is to broaden the debate on the dimensions and identify the characteristics of this political distancing in regional daily life, which points to a connection between events, i.e. decisions taken at federal level influence and can be affected by regional political daily life. The choice of this federal unit is justified by the peculiarity of its spatiality: since the 1940s, the administration of the Federal Territory of Guaporé/State of Rondônia has had a strong presence of Brazilian Army officers. For this reason, the first chapters will discuss the role of the verde-oliva in the region, pointing out that the world of the barracks has shaped the culture and politics of this place. Thus, in 1983 - when the Legislative Assembly of the State of Rondônia (ALE-RO) was founded - a new moment was inaugurated, because not only were the institutions and powers of the new state (created on December 22, 1981) being structured, but society would also begin to participate and claim a place in the arenas of power. Before the parliament was set up, the governor administered with little room for challenge from local politicians, but the picture changed when the state legislature was set up. In the New Republic, which began in 1985 with the inauguration of President José Sarney and Governor Ângelo Angelin (politicians affiliated to the Brazilian Democratic Movement Party - PMDB), there were more changes and an expansion of citizenship, but the period was marked by ruptures and continuities. And, of course, this historical context relied heavily on the role of the Alto Madeira newspaper, which participated in various ways, sometimes giving its opinion and sometimes limiting itself to reporting on events, which is common behavior for a small newspaper that depends on public funds for its operation. Therefore, this thesis analyzes a period of Brazilian history, from the present time.

Keywords: ALE-RO; Amazonia; Military Dictatorship; Brazilian Army; New Republic.

Lista de Siglas

ACR: Associação Comercial de Rondônia

ADESG: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AI: Ato Institucional

ALE-RO: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BEC: Batalhão de Engenharia e Construção

BERON: Banco do Estado de Rondônia

BNH: Banco Nacional da Habitação

CEDERO: Centro de Documentação Histórica de Rondônia

CERON: Centrais Elétricas de Rondônia

CIGS: Centro de Instrução de Guerra na Selva

CMR: Companhia de Mineração de Rondônia

CODARON: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia

ESG: Escola Superior de Guerra

FEB: Força Expedicionária Brasileira

FEUR: Federação Espírita Umbandista de Rondônia

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHTP: Instituto de História do Tempo Presente

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MPF: Ministério Público Federal

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PDS: Partido Democrático Social

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLONOROESTE: Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PSD: Partido Social Democrático

PSL: Partido Social Liberal

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTN: Partido Trabalhista Nacional

SEARA: Secretaria Espacial para Assuntos da Amazônica

SEPLAN-RO: Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Rondônia

SNI: Serviço Nacional de Informações

STF: Supremo Tribunal Federal

TCE-RO: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

TCU: Tribunal de Contas da União

TJ-RO: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRE-RO: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia

Lista de Tabelas

Tabela 1. Eleitorado Rondoniense na eleição de 1982	54
Tabela 2. Resultado da eleição a prefeitura de Porto Velho em 1985	149
Tabela 3. Resultado da eleição de 1986 ao Executivo de Rondônia	176
Tabela 4. Resultado da eleição de 1986 às duas vagas de senador	177

Lista de Quadros

Quadro 1. Governadores Militares do Território Federal do Guaporé/Rondônia e do Estado de Rondônia	78
Quadro 2. Manifestações da <i>Diretas Já</i> em Rondônia.....	96
Quadro 3. Deputados eleitos a ALE-RO em 1986	180
Quadro 4. Deputados federais eleitos em 1986	181

Lista de Figuras

Figura 1. Mesorregião do Madeira-Guaporé e Microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim	53
Figura 2. Mesorregião do Leste Rondoniense e as microrregiões de Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Colorado do Oeste e Vilhena.....	53
Figura 3. 1º passeata das Diretas na cidade de Porto Velho, registrada por Rubens Nascimento	94

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1 - Os militares e o Brasil	33
1.1 O militar e a Amazônia	33
1.2 No tempo do Território Federal do Guaporé/ Rondônia.....	35
1.3 A Criação do Estado de Rondônia e a invenção da fronteira.....	45
1.4 A Eleição de 1982.....	52
1.5 A Fundação da ALE-RO.....	62
1.6 O Militar no governo territorial/estadual e a invenção da fronteira.....	75
Capítulo 2 -Entre o enfretamento e a acomodação: a transição da Ditadura Militar a Nova República.....	83
2.1 A (re) afirmação do Poder Legislativo.....	85
2.2 Diretas já!	93
2.3 Os arranjos na composição do Colégio Eleitoral de 1985	98
2.4 Elegendo a Mesa Diretora da ALE-RO 1985 – 1987	106
2.5 A saída Honrosa dos Militares e o Governo Tampão	109
Capítulo 3 - Uma Nova República e Uma Nova Rondônia	128
3.1 A função do verde-oliva na fronteira amazônica	128
3.2 O Governo Angelin e as Relações Institucionais na Nova República	134
3.2.1 O Alto Madeira e o governo Angelin	141
3.3. Alterações no PMDB e a ascensão de novas forças	142
3.3.1 O Governo José Guedes	142
3.3.2 A guinda a centro-direita do PMDB e a eleição de Porto Velho	142
3.4 Balanço do primeiro ano da Nova República	144
Capítulo 4 - Eleições de 1986: tempo de definições	156
4.1 ALE-RO e a relação tensa com o Executivo	157
4.2 Projetos de consolidação da fronteira: o pleito eleitoral de novembro	166
4.3 Resultado da eleição: o triunfo peemedebista e o avanço do Leste rondoniense.....	174
4.4 Dilema da Nova República	182
Considerações finais	184
Referências bibliográficas	188

Introdução

A presente tese versa sobre as concepções e práticas políticas que passaram a dar vida e sentido às disputas de poder entre os diversos atores que, a partir de 1982, passaram a recompor junto ao campo político regional, do então recém-criado Estado de Rondônia, no contexto da redemocratização brasileira, tendo como *locus* privilegiado a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO). Essa escolha justifica-se em virtude da representatividade do parlamento em relação aos grupos e classes que, no seu conjunto, formavam a sociedade rondoniense, mas também devido a questão complexa que envolvia a definição das relações entre os poderes no novo Estado da Federação, notadamente a relação do parlamento com um Executivo que, além de hipertrofiado, comportava-se, muitas vezes, como uma correia de transmissão das ordens emanadas de Brasília, tendo como exemplo o fato de Rondônia ter sido o único Estado da federação que não elegeu seu governador na eleição de 1982.

Os dados e representações utilizados na pesquisa (a partir dos quais problematizei essa trama) foram obtidos mediante a análise da imprensa local, notadamente, por meio do jornal *Alto Madeira*, consultados na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Temática, métodos de pesquisa e fontes remontam a uma trajetória que se iniciou na graduação, teve continuidade na minha dissertação de mestrado em história¹, até desdobrar-se nesta proposta de pesquisa.

Nesse sentido, como ponto de partida para um novo trajeto historiográfico, a tese avança na proposição de problemas relativos aos debates e concepções que mobilizaram os atores políticos num momento de transição de um regime autoritário para a democracia, em uma sociedade amazônica convertida em fronteira econômica, devassada por projetos de infraestrutura e assentamentos agrícolas promovidos pela ditadura militar.

Na minha dissertação de mestrado, estudei especificamente o ano de 1983, período de instalação da ALE-RO. Nela, apresentei a formulação do conceito de político segundo as páginas dos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*, esse declara-se porta voz do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), enquanto aquele tendia mais ao Partido Democrático Social (PDS). Ou seja, os dois matutinos mais antigos da região reproduziam a polarização partidária e apresentavam aos seus leitores concepções diferentes sobre a função

¹ cujo título é *O Conceito de político na redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

do político na sociedade. Ademais, explorei as entrevistas que realizei no ano de 2019 com ex-editores dos jornais, Lúcio Albuquerque (*Alto Madeira*) e Carlos Sperança (*O Guaporé*), bem como as do então presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-RO)², Tomás Correia. Além disso, na dissertação discorri acerca da feitura da primeira Constituição de Rondônia, analisando desde os artigos inseridos e os retirados com intuito de agradar as duas bancadas.

Fora do parlamento, embora os eventos tivessem conexão com a casa legislativa, tratei das disputas internas entre PDS, os simpatizantes da dupla Mário Andreazza/Jorge Teixeira e os malufistas. Nessa pesquisa, pude perceber um novo comportamento do *Alto Madeira* quanto aos peemedebistas: houve uma abertura para a oposição, embora muitos colonistas escrevessem textos atacando a bancada do PMDB e o próprio partido.

Nesta tese, o recorte cronológico abrange o período de 1983 a 1986, pois precisei retornar ao ano de 1983, principalmente no primeiro capítulo, para tratar da fundação do Poder Legislativo, da mesma forma utilizei as fontes coletadas na elaboração da dissertação que não foram analisadas naquele momento. Todavia, distinguindo-se dela, agora o cerne da discussão foi compreender a atuação da primeira legislatura da ALE-RO como um embate de dois projetos de sociedade, o mundo da caserna versus o mundo dos políticos, porém saliento que esta dicotomia não está sugerindo que os militares instalados no poder seriam apolíticos.

Os estudos de história e mídia no Brasil têm sua ascensão justamente após a abertura política de 1979, seja devido ao retorno dos intelectuais ao país, ou dos intercâmbios de estudiosos daqui na Europa, há algo em comum, ambos beberam nos *Annales* e nos teóricos franceses³ (Luca, 2008, p. 128). É justamente desses profissionais a minha formação no

² No ano de 2017 o nome do partido voltou a ser o de fundação.

³ Os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista *Annales* no ano de 1929, propunham uma abordagem diferente do fazer história em contraposição a histografia positivista e o historicismo alemão, assim ficaram conhecidos como fundadores da Escola dos *Annales*. Para Peter Burke, houve três fases da escola dos *Annales*, a primeira de 1920 a 1945, a segunda indo de 1945 a 1968, essa marcada pela presença de Fernand Braudel, já a terceira fase emerge a partir de 1968, cuja característica é a fragmentação dos estudos, mantém interesse pelos temas econômicos, todavia as pesquisas sobre cultura definem esta fase, foi também neste momento o retorno das investigações sobre política (Burke, 1991, p. 7-8), Peter Burke classificou esse contexto de “Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE, 1991, p.11).

Cabe relembrar a trajetória de Marc Bloch - judeu, comunista e resistente de Lyon aos Nazistas no solo francês-, o levam ao paredão de fuzilamento da Gestapo no dia 16 de julho de 1944. Foi na prisão onde escreveu o clássico *Apologia da História*, construída apenas na base de sua brilhante memória, nessa obra o historiador desenvolveu suas teses contrárias ao positivismo e ao historicismo, os escritos foram encontrados tempos depois pelo amigo Lucien Febvre (Schwarcz, 2001, p. 7-12). Segundo Bloch não existe neutralidade no ofício do historiador, pois esse sujeito leva na escrita a sua percepção cotidiana, e de modo nenhum isso inviabiliza a objetividade aguardada. Em resumo, no ofício deve-se abandonar a supervalorização das datas e do heroísmo, dos períodos cronológicos e dos personagens devem sim, serem estudados como ações humanas, típica de cada

campo de história e imprensa, embora eu não desmereça as matrizes inglesa e alemã, as quais outrora manteve leituras.

Esta pesquisa apresentará a transição da ditadura militar à Nova República por meio de um jornal que circulou na capital do recém-institucionalizado Estado de Rondônia. É preciso frisar que os estudos sobre a temática em tela têm focado apenas nas arenas de poder de Brasília ou nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Não estou aqui negligenciando as contribuições que compõem esses estudos, mas os compreendo como reflexo dos lugares de escrita dos estudiosos, dos interesses das editoras, ou mesmo da proximidade com agentes envolvidos nos acontecimentos⁴.

Ainda salientaria outro fator pouco abordado nos próprios círculos acadêmicos: a enorme desigualdade na distribuição de recursos destinados para a pesquisa científica entre as cinco regiões do país. O Norte do Brasil acaba sendo o menos beneficiado quanto ao recebimento de recursos, inviabilizando os projetos de pesquisas.

Muitas vezes, nós historiadores, questionamos o por que uma parcela da sociedade torna-se adepta do negacionismo acerca da existência da ditadura militar entre 1964-1985 no Brasil. Dessa maneira, olhando para o ano de 1984, precisamente para a campanha das Diretas Já, sabe-se que ela foi sabotada por diversos grupos militares e, para completar a angústia, percebe-se que a Nova República teve como primeiro presidente o ex-dirigente nacional do PDS, o senador José Sarney. Assim, as questões, em torno dessa problemática, só aumentam, o que incita a seguinte reflexão: Será que nossas produções/discussões não chegam a estas

conjuntura, melhor, pontuar as relações contraditórias dos humanos, por isso história é encontrar e entender problemas (Bloch, 2001).

⁴ Há uma vasta literatura tratando do tema, todavia citarei alguns exemplos. Vários historiadores e cientistas políticos entendem o governo de Ernesto Geisel como o início da transição política, segundo eles o presidente teria obtido um poder imperial conseguindo controlar a caserna e a agenda do Estado brasileiro. Eliezer Rizzo de Oliveira na obra *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*, (1994), chega a comparar a gestão de Geisel a do presidente francês Charles de Gaulle, pois somente com o controle do aparelho militar foi possível a abertura política aos civis.

Na historiografia, as produções seguem o mesmo percurso: eleição de Geisel em 1974, eleição geral de 1978, Lei de anistia de 1979, greves do ABC paulista de 1979-1980, Atentado no Rio Centro (1981), Comícios das Diretas Já! (São Paulo e Rio de Janeiro) e Colégio Eleitoral de 1985, como em *História do Regime Militar Brasileiro* de Marcos Napolitano (2014), *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985* de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007) ou *História do Brasil Contemporâneo* de Carlos Fico (2015). Todavia, as questões militares basicamente desaparecem das discussões, deixando aquela dúvida: como os militares voltariam a caserna?

Especificamente sobre o Estado de Rondônia, a cronologia acima praticamente é a mesma, Paola Foroni (2014) na dissertação de mestrado, *Jorge Teixeira, Primeiro Governador do Estado de Rondônia: Imprensa e Cordialidade (1979-1982)*, narrou as batalhas discursivas travadas entre os periódicos a respeito da figura do governador, enquanto o *Alto Madeira* difundiu a imagem apolítica de Teixeira, *O Guaporé* e o *Estadão do Norte* contestavam essa memória (Foroni, 2014, p.82-84). João Paulo Vianna (2019) na tese de doutorado, *Sistema Partidário Subnacional e competição eleitoral: o caso de Rondônia (1982-2014)*, debruçou-se a respeito do impacto do sistema partidário nascido na transição no Estado de Rondônia.

pessoas? Porém, temos esquecido de um detalhe importante sobre política e poder, o qual tem sido fundamental desde a Proclamação da República, assim, nota-se que os arranjos regionais são responsáveis pela organização do centro decisório.

É preciso lembrar que a política ou a história da república brasileira pós 1960 não deve ser reduzida ao Palácio do Planalto, ou a Praça dos Três Poderes, pois as articulações são movidas pelos agentes oriundos de outros relevos geográficos. Na Amazônia passa pelos rios e estradas, esse último modal ganhou protagonismo justamente na fase de distensão política, pois foram construídas rodovias a partir do ideário do Brasil Potência, servindo de moeda de troca com as elites que emergiam nas margens das rodovias federais.

Referente à terminologia ditadura militar, já mencionada no segundo parágrafo desta tese, é necessário salientar que ela será empregada ao longo da tese. Isso porque a nomeação dada aos governos pós-golpe de 1964 a 1985 é variada e é possível encontrar na literatura acadêmica os seguintes termos: estado de segurança nacional, ditadura civil-militar, ditadura militar, regime militar e ditadura empresarial-militar⁵.

O historiador Carlos Fico ressalta que, ao longo das duas décadas do Estado de exceção, os militares instalados no Estado possuíram o controle do poder, tanto que as crises palacianas foram resolvidas internamente, quando o presidente Costa e Silva foi, em 1969, afastado do cargo devido à problemas de saúde. Assim, os ministros militares impediram o vice-presidente, Pedro Aleixo, de assumir a cadeira presidencial, modificaram o anteprojeto constitucional e promulgaram a Constituição de 1969. Além disso, as manobras do governo de barrarem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), em 1984, ou a interferência do ministro do Exército, general Walter Pires, na sucessão de João Figueiredo, corroboram a constatação do controle verde-oliva sobre o desenrolar dos acontecimentos (Fico, 2017, p. 52-64).

O apoio de uma parcela dos civis aos regimes autoritários não é peculiaridade do Brasil e, no caso da ditadura militar em tela, volto a defender que os militares mantiveram o controle da agenda do Estado, tanto que as candidaturas presidenciais do partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), eram impostas pelos fardados e não pela cúpula partidária. Desta forma, o núcleo decisório ou a elite dirigente da ditadura era majoritariamente militar. Independentemente da participação civil em algumas circunstâncias,

⁵ Acerca das razões de cada termo ver: Fico, 2017

por exemplo, na burocracia estatal e na formação do partido governista, a identidade dos governos e a caneta do Palácio do Planalto possuíam as digitais verde-oliva⁶.

No projeto inicial da presente tese, constava o jornal *O Guaporé* na análise da discussão, contudo o Museu da Memória Rondoniense, situado na cidade de Porto Velho é quem salvaguarda os exemplares do matutino e, por causa da pandemia do COVID-19, ficou fechado ao público por dois anos. Assim, fiquei impossibilitado de inseri-lo nesta pesquisa. O jornal será citado no primeiro capítulo, no item relativo à eleição de 1982, para explicar o papel dele na campanha dos candidatos do PMDB. Feita esta ressalva, reitero que a fonte principal desta tese é o *Alto Madeira*, todavia por quê?

O jornal *Alto Madeira* é um dos pioneiros na região, ligava-se de modo orgânico aos grupos políticos locais que se definiam como situação e oposição de modo que foi veículo de disseminação publicitária destas forças políticas. No processo de redemocratização brasileiro, com o término da ditadura militar, o periódico produziu uma série de matérias apresentando noções destinadas a delimitar o espaço da política e, de acordo com suas perspectivas, balizar os rumos da Nova República. Questões sobre a política, seus significados, modos de exercício e finalidades, ganham as páginas da imprensa regional, ocupando um primeiro plano nos debates públicos.

Após o golpe de 1964, os Territórios Federais foram divididos entre as Forças Armadas, Rondônia foi entregue ao Exército, Roraima à Aeronáutica e o Amapá ficou a cargo da Marinha⁷. Administrada pela força armada que tutelava a República, Rondônia teria se beneficiado com recursos federais, disponíveis a partir de 1970 e, depois, com a elevação do Território Federal à condição de Estado⁸ (Freitas, 1991, p.45; Oliveira, 2003, p. 89). Essa

⁶ Acerca da colaboração civil com a ditadura miliar, a título de exemplo, deixo como indicação os seguintes tópicos:

- Imprensa e apoio ao estado de exceção, ver: Kushinir, 2012;
- Perseguições e reforma universitária, ver: Motta, 2014;
- As relações do mercado e os governos de 1964-1985, ver: Campos; Bradão; Lemos, 2020.

⁷ Apenas Rondônia manteve esse padrão de 1964 a 1985, nos outros Territórios Federais os oficiais das três corporações reservaram-se no poder.

⁸ Este Território Federal foi criado no ano de 1947, pelo presidente Getúlio Vargas (a sede do governo estadual de Rondônia até o ano de 2017 levava o nome do mencionado presidente, até sua transferência a um novo prédio, porém o antigo palácio abriga atualmente o Museu da Memória de Rondônia), desmembrando áreas do Mato Grosso e do Amazonas, tendo como primeiro governador (todos eram nomeados pelo governo federal) um integrante do Movimento tenentista de 1927, Aluizio Ferreira; inicialmente o nome era Território Federal do Guaporé, somente após a lei ordinária nº2731 de 1956 houve a troca de nomenclatura para homenagear o Marechal Cândido Rondon que nos anos 1920 comandou a comissão de expansão das linhas telegráficas do Sudeste ao Norte do país (Teixeira & Fonseca, 1999).

promoção se deu de forma lenta, uma vez que, como Território Federal, Rondônia tinha somente dois assentos na Câmara dos Deputados.

Ainda na década de 1970, um dos dois deputados federais (Jerônimo Santana, do PMDB) apresentou três projetos a respeito do tema, todos rejeitados pelo parlamento mediante interferências do Palácio do Planalto. A criação do Estado ocorreu por meio do projeto do governo federal - enviado no dia 17 de agosto de 1981 e aprovado pelo Congresso em 22 de dezembro do mesmo ano. Boicotado pelo PMDB, o projeto de Lei Complementar nº 21, que autorizava a criação do Estado, foi aprovado com os votos dos parlamentares do PDS, PP e PTB e, posteriormente, recebeu a sanção presidencial (Matias, 1998, p. 140 - 141; Silva, 1984, p. 155).

Entre as razões que levaram os militares a criarem o Estado de Rondônia, as motivações eleitorais devem ter ocupado um primeiro plano. Com efeito, a região Norte brasileira era considerada reduto da oposição, ou seja, do PMDB. A criação da nova unidade federativa representava a abertura de três vagas ao Senado, oito à Câmara dos Deputados e vinte quatro aos deputados estaduais (seis vagas ao colégio eleitoral de 1985). “Fazer” a bancada rondoniense possibilitaria que a ditadura militar revertisse, a seu favor, o jogo político regional. Neste sentido, coube ao coronel Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado, nomeado pelo presidente João Figueiredo e aprovado pelo Senado Federal, comandar a agremiação governista local garantindo a eleição dos pedessistas no pleito de 1982. Para tal, além da máquina administrativa, dispunha de volumosas verbas para serem empregadas na abertura de obras públicas (Matias, 1998, p. 142).

A Amazônia recebia milhares de migrantes, oriundos dos projetos de colonização do governo ditatorial, cuja maioria foi assentada nas margens da BR-364 - rodovia que liga Cuiabá a Rio Branco (Perdigão; Bassegio, 1992, p. 76). A BR-364 corta Rondônia, entre as localidades de Vilhena, na divisa com o Mato Grosso, até o município de Extrema, nos limites com o Acre e o Amazonas, passando pela capital Porto Velho. A existência de vários assentamentos ao longo da BR-364 era motivo de cobiça eleitoral. Muitos colonos sentiam-se, por conta das terras recebidas, devedores para com o governo federal e suas dívidas, quanto a moral e/ou de gratidão, deveriam ser retribuídas através dos votos nos pedessistas (Souza, 2011, p. 26-27).

Em que pese o sentimento de abandono por parte de muitos colonos que, insatisfeitos com o governo, devido, por exemplo, a falta de assistência técnica e/ou do título definitivo da propriedade, seguiram com a oposição, principalmente, votando no PMDB (Dias, 2020), os

prognósticos eleitorais dos situacionistas acabaram, ainda que parcialmente, confirmados. Três agremiações disputaram a eleição de 1982: Partido dos Trabalhadores (PT), PMDB e PDS. Enquanto o PT não elegeu nenhum deputado ou prefeito, o PMDB elegeu três deputados federais e nove deputados estaduais, já o PDS, além de todas as prefeituras disputadas, elegeu cinco deputados federais, quinze estaduais e as três vagas no Senado (Matias, 1998, p. 151).

A partir de 1983, os rondonienses contavam, pela primeira vez, com uma bancada no Congresso Nacional e com um Poder Legislativo, cuja primeira tarefa foi redigir a Constituição de Rondônia (Silva, 1984, p. 190). A Carta Magna foi promulgada em seis de agosto de 1983, após isto o governador perdeu as prerrogativas de legislar por decreto-lei, as ações do Executivo ficaram sob o crivo do parlamento. Anteriormente as prestações de contas eram submetidas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e todos os atos governamentais só poderiam ser contestados na Presidência da República.

A instituição da Assembleia Legislativa, conjuntamente à autonomização do Poder Judiciário, foi decisiva na estruturação do recém-criado Estado de Rondônia nos marcos do Estado de Direito. Alguns daqueles parlamentares, que tomaram parte na primeira legislatura, permanecem politicamente ativos, disputando espaços e tomando parte nos processos decisórios. Outros, já falecidos, foram homenageados tendo seus nomes em avenidas ou em prédios públicos. Contudo coube a essa geração de políticos redefinir o sentido da política durante a transição para a democracia.

As disputas políticas, incluindo as próprias definições relativas ao exercício do poder, suscitam ao historiador múltiplos questionamentos acerca do papel desempenhado pela imprensa na cobertura dos fatos políticos. Ao longo das diversas conjunturas, em momentos decisivos da história do país (desde a queda da Monarquia até as várias rupturas institucionais da República) a imprensa tem desempenhado papel de destaque, seja interferindo nos acontecimentos, seja como objeto da busca de controle, por parte daqueles que detém o poder. Portanto, é tarefa do pesquisador indagar sobre as múltiplas relações estabelecidas entre os jornais e as elites políticas, dirigentes e opositores, nos diferentes contextos históricos (Capelato, 2015, p. 128-130).

Ademais, a imprensa apresenta-se aos leitores sob a imagem de neutralidade em relação às notícias narradas, não obstante a confecção da matéria jornalística é produzida por múltiplas interferências. Neste sentido, os jornais devem ser vistos como empresas privadas e as notícias como uma mercadoria vendida à opinião pública de modo que cada linha escrita na

página de um periódico resulta de intenções do meio privado sobre o espaço público (Capelato, 1988, p. 18).

A imprensa rondoniense, desde suas origens, esteve estritamente relacionada com grupos políticos locais de modo que as narrativas jornalísticas carregam visões idealizadas, atravessadas pelas intencionalidades dos atores que, em meio a disputas em torno de interesses, concepções e valores, instituíam a ordem política e institucional.

O *Alto Madeira* foi fundado em 1917, na cidade de Porto Velho, pelo médico e político Joaquim Augusto Tanajura, posteriormente, no ano de 1943, foi adquirido pelo magnata da comunicação Assis Chateaubriand (Nogueira, 2019, p. 24). Em 1970, o periódico foi comprado pelos irmãos Euro e Luiz Tourinho, antigos seringueiros que, premidos pela decadência da borracha, passaram a investir na imprensa, inclusive, arrematando também, à época, o matutino *O Rio Branco*, do Estado do Acre (Persivo, 2016, p. 20). No ano de 2017 o *Alto Madeira* comemorou o seu centenário, constando na lista dos jornais mais antigos do país em funcionamento, logo após, no dia primeiro de outubro do corrente ano, encerrou suas atividades, alegando problemas financeiros (*Alto Madeira*, 01/10/2017, p. 1).

Durante os seus cem anos de existência, o impresso publicizou ideias sobre a região, ao acompanhar as mudanças transmitiu os acontecimentos consoantes aos filtros mentais das elites locais. Na fase de promoção de Território Federal para Estado, ajudou na construção do mito em torno da figura do coronel Jorge Teixeira, ao negar a identidade de político e afirmar a imagem do militar dedicado ao cumprimento da missão, no caso, ordenada pelo presidente João Figueiredo. Todavia, a partir de 1980, o periódico passa a vocalizar críticas feitas pela oposição ao governo Teixeira, ainda que as matérias fossem acompanhadas das respostas do governador (Foroni, 2014, p. 95).

Na coletânea de entrevistas sobre a memória de Jorge Teixeira, organizada pelas historiadoras Fabíola Holanda e Nilza Menezes (2006), o então diretor-geral do jornal, Euro Tourinho relatou ter prestado assessoria de comunicação ao governador, e ter tido alguns embates com chefe do Executivo devido à publicação de certas notícias (Holanda; Menezes, 2006, p. 168-169). Apesar de eventuais conflitos, havia uma relação recíproca entre o *Alto Madeira* e o governante, este último interferindo nas matérias jornalísticas quando era conveniente ao governo.

Após o pleito eleitoral de 1982, o governador perdeu a posição de centralidade na definição do espectro político regional. Deste modo, com a implantação do Poder Legislativo rondoniense a imprensa regional experimentou uma nova situação histórica: cobrir os

acontecimentos da Assembleia Legislativa, os quais renderiam novas mercadorias de notícias, e precisou aproximar-se dos deputados estaduais para garantir sobrevivência.

O *Alto Madeira* estava com um dilema, conciliar a cordialidade com o governador, que permaneceria até 1985, e atender aos novos personagens políticos. Estava diante de novos ares, quais estratégias adotaria nas edições para agradar parlamentares do PMDB e do PDS e, inclusive, aproveitar-se dos atritos internos dos governistas? Dado que, a fidelidade dos pedessistas ao governador era algo questionável e muitos poderiam abandonar o governo quando o vínculo com o Executivo se mostrasse prejudicial a sua carreira.

Esta breve contextualização salienta a importância dos estudos históricos sobre a imprensa brasileira, notadamente aqueles que recorrem a periódicos fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo e, cujo recorte volta-se para a análise do tempo presente. Abordar questões como os sustentáculos da ditadura militar, suas oposições e disputas em torno dos projetos de abertura política por intermédio de pesquisas nos periódicos do interior do país constitui uma forma de avançar na compreensão das contradições do processo de distensão política.

O Brasil, durante 21 anos de governo ditatorial, assistiu ao rebaixamento do Poder Legislativo que, impedido de tecer críticas ao governo, também deixou de votar o orçamento anual da União, tarefa que ficou a cargo do Conselho Monetário Nacional (Fico, 2015, p. 111). A abertura lenta e gradual, iniciada no governo de Ernesto Geisel, continuou na gestão de João Figueiredo, tendo como um dos seus marcos a sanção da Lei de Anistia de 1979 que abriu o caminho para a redemocratização do país (Fico, 2015, p. 96). No ano de 1983, o *parlamento* federal começou timidamente a votar matérias econômicas e, em alguns casos, impondo derrotas ao governo, em outubro daquele ano, o decreto-lei sobre o reajuste dos salários foi derrubado pelos congressistas com apoio de pedessistas. Logo, havia insatisfação de governistas com a política econômica do Executivo (Rego, 2008 p. 237).

Em Rondônia o processo foi semelhante. Desde 1982, os peemedebistas, na campanha eleitoral, culpavam o governo pela alta da inflação, recebendo apoio de pedessistas. Os mesmos pedessistas cobravam mais espaço no governo e responsabilizavam os tecnocratas do Executivo pelos problemas financeiros. O impresso supracitado contém textos desaprovando as medidas econômicas do ministro Delfim Neto, escritos por colunistas e políticos de ambos os partidos; levando a entender que, naquelas circunstâncias, os políticos, além de retornarem a cena, também lutavam para serem condutores do processo de redemocratização do país, inclusive colocando-se à disposição para gerenciar a administração governamental no enfrentamento das dificuldades financeiras.

Apresento três hipóteses de pesquisa, na primeira (tendo em vista a divisão partidária na composição do parlamento rondoniense) é possível que o referido periódico tenha durante 1983-1986 se aproximado dos deputados das respectivas bancadas partidárias com a expectativa de construir vínculos duradouros com aqueles que, doravante, passariam a empolgar o poder. Essa proximidade não descartava a elaboração de críticas aos legisladores nas colunas de opinião do respectivo jornal.

A segunda, considerando o contexto nacional, é perceptível que os políticos foram paulatinamente retornando ao centro do Estado. Dessa maneira, é possível sustentar, à título de hipótese, a existência de narrativas as quais sustentam uma transição acerca do protagonismo de implementação da nova unidade federada. Em outras palavras, haveria exaltação ao trabalho dos militares até meados de 1984, após a data ocorreria um movimento para defender que a hegemonia política do Estado fosse dos políticos eleitos.

E a terceira, é crível que o matutino tenha passado, ao longo destes quatros anos, por constantes adaptações editoriais: 1983-leal ao governo do coronel Jorge Teixeira, mas buscando manter-se aberto ao parlamento estadual; 1984 (1º semestre) - semelhante ao ano anterior, no segundo semestre diante das (in) definições no Colégio Eleitoral de 1985, procurou evitar choques com os parlamentares; 1985-1986, tenha apresentado as idas e vindas do Poder Executivo e o Poder Legislativo, agora formado por civis, como uma característica típica do regime democrático.

Atrelado às hipóteses, tenho por objetivo geral: investigar como as narrativas da imprensa regional, em meio às disputas políticas que acompanharam a transição da ditadura militar para a Nova República, produziram e anunciaram o *político* aos leitores do jornal, por meio da cobertura dos trabalhos do parlamento rondoniense entre 1983 - 1986, retratados no periódico de Rondônia, com a finalidade de compreender quais papéis passaram a ser atribuídos aos políticos no processo de redemocratização do país e da solidificação da recém-criada unidade da federação.

Por objetivos específicos, pretendo:

Demonstrar que a redefinição do político nasce do enfrentamento sobre os militares. Para isso, será necessário percorrer, resumidamente, quase sete décadas da nossa história política, as quais apresentarão no plano nacional, pontuais intervenções verde-oliva na presidência da república. Porém, regionalmente, elas tiveram presenças quase permanentes e, assim concederam aos militares do Exército o poder de ditar os rumos dessa espacialidade amazônica.

Apontar as contradições na redefinição do político, a primeira, passará pela volatilidade ideológica dos parlamentares. Os deputados estaduais do PDS seriam heterogêneos, sendo a maioria fisiológica, enquanto os peemedebistas longe de serem homogêneos, teriam um objetivo comum: superar o Estado discricionário e refundar a República, colocando as funções da categoria (os políticos) no centro do Estado. Porém, para isso, ocorreu uma incongruência, enfrentar e acomodar os interesses dos militares, pois a fala incisiva de deputados do PDS, do PMDB ou do *Alto Madeira* concernentes às gestões militares, vinha da autonomia conquistada naquele momento, mas ela tinha limites, porque, para coroar a transição, seria preciso freios nas críticas.

Acompanhar a gestão de Ângelo Angelin (1985-1986) sob dois primas interligados, ou seja, a relação do governo e a ALE-RO, em que a imprensa apresentará o mundo dos políticos, os projetos governamentais ganham outra roupagem, deixam de ser uma ação isolada, missão militar (conforme falava Jorge Teixeira), e tornam-se um programa construído no consenso entre os representantes eleitos e o povo.

No último propósito, pretendo focar apenas na eleição de 1986, quando além da escolha das bancadas federais e estaduais houve o ineditismo de eleger o chefe do Poder Executivo estadual. Porém, haverá uma mudança concernente ao quadro de candidaturas, pois não terá as digitais da caserna. Contudo, isso não exclui envolvimento pontuais, pois constatará o universo da política sendo executado pelos políticos, para afirmar-se a existência de outra temporalidade e avanço na edificação da Nova República.

Para atingir aos propósitos apresentados e confirmar as hipóteses, percorro o passado mediante o método de análise da imprensa. Inicialmente, reitera-se a centralidade do *Alto Madeira* enquanto principal fonte na realização deste estudo, embora utilizei algumas fontes orais. Os exemplares do matutino foram consultados na seguinte ordem temporal: os anos de 1982-1983, no período de 2017-2019, durante a elaboração do meu TCC e da dissertação de mestrado no Museu da Memória de Rondônia e na Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, instituições localizadas em Porto Velho; já os anos de 1984-1986, consultei a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre 2020 e 2024. Assim, para o recorte da tese foram analisados 831 exemplares.

A pesquisa foi realizada mediante aos procedimentos oriundos e recomendados pela historiografia consagrada ao estudo da imprensa. Neste sentido, tendo em vista as ponderações de autores como: Maria Capelato, Tania de Luca, Lilia Schwarcz e Robert Darnton. De acordo com recomendações dessa historiografia o exame do material jornalístico compreende dois momentos ou análises, uma interna e outra externa.

Para análise interna, selecionou-se prioritariamente os editoriais do matutino e as colunas de opinião do atinente jornal, posto que nesses locais, estão contempladas as visões de mundo e projetos idealizados pela direção dos periódicos, sobrelevando a desconstrução da propaganda de neutralidade dos textos jornalísticos, cujas narrações são carregadas de intenções (Capelato, 2015, p. 131). Conjuntamente às colunas de opinião e aos editoriais foram examinadas as reportagens sobre os deputados estaduais. O exame das matérias jornalísticas realizou-se tendo em vista que, toda notícia contida no jornal resulta de uma ampla elaboração, com finalidades de convencimento social e, por isso, repleta de sentidos (Schwarcz, 2017, p. 18).

Também verifiquei a diagramação do jornal, ou seja, a divisão e a seleção das notícias. A primeira página foi analisada criteriosamente, procurando identificar as notícias com maior ou menor ênfase, pois ela é o destaque da edição, de acordo com Maria Capelato:

Na primeira página, localiza-se a manchete exposta no alto da folha, com letras grandes e palavras escolhidas cuidadosamente para delas se extrair o máximo efeito. As palavras que a compõem são escolhidas de forma a causar impacto, razão pela qual já foram definidas como “palavras-bala” pela capacidade de penetração no cérebro do leitor (Capelato, 2015, p. 133).

Segundo Capelato, a capa leva a uma maior elaboração por parte do editor ou diagramador. Com efeito, o matutino utiliza todos os recursos de marketing disponíveis com intuito de conquistar os consumidores de modo que as notícias “de capa” contaram com uma atenção redobrada por parte dos profissionais, justamente para satisfazer as intencionalidades da edição circulada.

No tocante à verificação externa, foi coletado uma série de dados a respeito do período de funcionamento do impresso, o público consumidor, a dimensão da circulação, as origens das receitas da empresa de comunicação, o recebimento de verbas públicas, a presença de propagandas governamentais; a análise destes aspectos contribuiu na elucidação dos arranjos estabelecidos entre proprietários e personalidades políticas, sinalizando a formação de acordos entre o jornal e os grupos políticos, alianças que, diga-se de passagem, impactam diretamente na seleção, linguagem e sentidos dos textos confeccionados.

Por último, historiar a trajetória do jornal o qual ao longo dos anos esteve sob tutela de vários administradores, conhecer seus proprietários e funcionários é importante para entender tanto a continuidade como as mudanças dos seus posicionamentos temporalmente. Alterações gráficas, a aquisição de novas tecnologias, mudanças na materialidade do papel, a

inserção de fotografias, a formação dos jornalistas e o relacionamento entre colegas, são aspectos que devem ser considerados quando se busca compreender o comportamento do jornalista na elaboração de uma matéria (Luca, 2008, p. 138-139; Darnton, 1990, p. 96).

E, por fim, aponto o marco conceitual de imprensa desta tese amparado nas reflexões da historiadora Maria Aquino, para ela tanto a “grande imprensa” como os jornais de pequeno e médio porte, desde que, norteados pelos princípios do liberalismo e ancorados numa suposta imparcialidade na apuração dos fatos, podem ser designados como *imprensa convencional* (Aquino, 1999, p. 122).

Diferente do modelo convencional, há a imprensa alternativa – a qual também pode organizar-se enquanto uma empresa privada – que não adota o discurso da neutralidade assumindo, publicamente, suas motivações, sejam político-ideológicas ou de outra natureza, defende suas bandeiras, coloca-se a serviço de partidos, sindicatos ou de outras entidades. Suas matérias seriam, no mais das vezes, criação do próprio jornalista que escreve com total liberdade de expressão (Aquino, 1999, p. 122-123).

Dessa forma, baseado nessa distinção de imprensa elaborada pela historiadora Maria Aquino, enquadro o jornal *Alto Madeira* na categoria de jornal convencional, pois seguia as premissas liberais no tocante à organização e o funcionamento do matutino.

A imprensa convencional participou como intermediadora do processo de transição para a democracia conferindo ou apresentando aos leitores as atribuições dos novos agentes políticos que estavam imbuídos de corresponder aos desafios da transição para a democracia, formando uma opinião pública favorável aos políticos, cada vez mais, responsáveis pelos rumos da Nova República⁹.

Também pondero sobre a minha análise a respeito da imprensa, tendo em vista que não entendo as páginas do jornal como uma representação por representação da realidade, porque os fatos problematizados ao longo dos capítulos aconteceram. Assim o *Alto Madeira* registrou acontecimentos reais do passado. O historiador José D’Assunção Barros pontua: “[...] De todo modo, o caráter ‘realista’ dos jornais está no fato de que eles produzem um discurso sobre a realidade, ao contrário de um texto de literatura fictícia, por exemplo”

⁹ A grande imprensa brasileira foi coautora do rompimento da ordem institucional em 1964 e colaborou com a ditadura militar. Alguns periódicos afastaram-se do governo, gradualmente, depois da edição do Ato Institucional nº5. Entretanto, foi durante o processo de redemocratização, já nos estertores da ditadura militar que foram forjadas memórias destinadas a colocar toda a imprensa na condição de vítima dos arbítrios e como opositora das forças antidemocráticas (Napolitano, 2011, p. 209-217).

(Barros, 2023, p. 14). As notícias não são fictícias e os fatos aconteceram, porém, analisar o jornal problematizando-o como qualquer outra fonte histórica é tarefa do historiador.

Deste modo, para compreender o lugar da fonte histórica jornal, e suas relações com a transição da ditadura militar à Nova República a tese está amparada no campo teórico da História do Tempo Presente. Logo, esse período ainda está presente no Brasil, os maiores partidos foram fundados na fase de distensão política do governo Figueiredo, bem como a lei nº 6.683 (Lei da Anistia) permanece intocável como uma espécie de pacto entre parcelas da sociedade civil e a caserna, ou mesmo o fato de muitos ex-deputados da 1ª legislatura da ALE-RO permanecerem assíduos na política regional.

Para o historiador Henry Rousso, o mundo atual vive como se o tempo fosse imóvel, em vista disso: “[...] A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um “ainda aí”” (Rousso, 2016, p. 18).

Em outras palavras, o fazer a história do tempo presente examina esse passado recente do qual há a sensação de nunca ter sido concluído, justamente porque ele define bastante o presente e produz uma realidade onde as pessoas vivem sem distinguir a passagem do tempo e acreditam existir somente o presente. Conforme o historiador François Hartog, a História está diante de um novo regime de historicidade, o presentista (Hartog, 2003).

A história do tempo presente francesa surge influenciada pelos *Annales*¹⁰, porém propõe olhares para o tempo contemporâneo, o qual os *Annales* pouco se preocuparam, teria permanecido a cobrança do distanciamento longo do historiador sobre o passado, a exemplo disso é a Nova História que se caracterizou por estudiosos medievalistas (Rousso, 2016, p. 196-197).

Segundo Henry Rousso (2016) o pós-Segunda Guerra Mundial produziu uma nova concepção sobre o tempo, rompeu-se a ideia de o progresso científico levar a sociedade a um estágio pleno e civilizatório, os horrores da guerra mostraram o padrão europeu repleto de contradições e aplicado para a barbárie na própria Europa. Logo, não só os crimes dos nazistas foram alvo de reflexões, mas também os das potências imperialistas do século XIX nas antigas colônias.

¹⁰ Henry Rousso, ex-diretor do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), reconhece o pioneirismo dos alemães nesse campo (Rousso, 2016, p. 212-213). Porém, tudo indica que os contatos só aconteceram tempo depois quando na França a nova proposta historiográfica já estava consolidada. No Brasil prevalece a corrente francesa, há poucas menções ou traduções dos escritos da Alemanha.

Ademais, Rousso considera a ascensão dos estudos de memória como um impulsionador dessa construção de tempo imóvel o qual moldou o fazer histórico, os historiadores são cobrados a produzir e levantar fontes para o debate público, no qual há uma onda de patrimonialização e judicialização, pois: “[..] Não somente a catástrofe¹¹ mudou a maneira de escrever a história contemporânea, mas suas longas sequelas contribuíram para mudar de maneira duradoura a relação com o passado e com o presente” (Rousso, 2016, p. 223).

No caso brasileiro, considero a ditadura militar como a nossa última catástrofe, pois é comum no noticiário e no meio acadêmico, quando se fala de política ou desigualdade social remeter a esse período. No momento as discussões sobre os 60 anos do golpe de 1964 exemplificam isso, seja pelo silêncio oficial do governo federal contraposto a realização de debates sobre o tema por organizações representativas e as universidades.

Também se detectam expressões como transição inacabada, Estado autoritário permanente, polícia militar repressora e tantos outros, os quais remetem à ditadura militar. Ou mesmo o contexto de Rondônia, onde a pauta agrícola molda completamente essa sociedade e a memória militar está enraizada na identidade oficial do Estado, até mesmo no comportamento cotidiano das pessoas.

Henry Rousso até reconhece o papel público do historiador, todavia reitera a necessidade desse profissional manter distanciamento do objeto analisado e desconstruir memórias, as quais irá desagradar muitos personagens do fato histórico. Porém, isso é um dos méritos da história do tempo presente, poder problematizar um passado no qual muitos dos sujeitos históricos estão vivos e podem discordar das interpretações do historiador e esse suscitar a eles reflexões sobre pontos de sua trajetória (Rousso, 2007; 2016).

Quando eu entrevistei o ex-líder da oposição na ALE-RO, Tomás Correia (PMDB), em 2019, ele defendeu que a postura combativa de sua parte na primeira legislatura era a melhor estratégia de enfrentar a ditadura militar. No entanto, o perfil firme no Executivo não é a melhor opção, pois quando governou Porto Velho (1986-1989) o seu estilo só gerou tensão com o Executivo estadual e prejudicou sua carreira partidária. Quanto a pauta econômica, ficou evidente nossa discordância, pois ele reafirmou para mim que à agricultura era a pauta mais viável e necessária ao neófito estado.

¹¹ O uso dessa palavra na teoria de Rousso é empregada como metáfora e na sua acepção original. Pois segundo ele há acontecimentos de tamanho impacto numa sociedade o qual deixa marcas profundas, no caso ocidental sem dúvidas foi a Segunda Guerra Mundial (Rousso, 2016, p. 26-28).

Deste modo, a história do tempo presente também contempla o tempo do próprio historiador, mas isso não significa uma prática profissional imediatista porque, para haver a construção de um fato histórico, o historiador necessita de que um acontecimento tenha ocorrido, mas também analise criteriosamente as fontes históricas (Rousso, 2016, p. 235-236). Assim, nesse campo historiográfico existe uma duração da qual necessita ser descrita e interpretada, pois:

[...] Como toda boa história, trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante, ou, para usar um vocabulário lacaniano, que tenta instituir um pouco de simbólico onde o imaginário invadiu tudo: é uma das tarefas essenciais da história, e uma das missões mais importantes da história do tempo presente (Rousso, 2016, p. 237).

Isso significa apresentar um fato histórico inserido num tempo pretérito e, para isso, a atenção as datas permanecem de suma importância, claro afastando-se do fetichismo, porém para apresentar o devido sentido do contexto pesquisado¹². Por isso, ao longo dos capítulos mesmo havendo algumas observações de assuntos presentes elas são apenas a título de elucidação, jamais para afirmar não ter ocorrido qualquer ruptura entre passado e presente.

Assim estarei sempre afastando-me da perspectiva de transição inacabada, para mim houve a transição possível. Esta tese mostrará as contradições dessa distensão política, algo de grande mérito no fazer historiográfico, logo são as contradições de um fato que enriquecem a análise do historiador. Outrossim, do fim da ditadura militar a Constituinte existiu uma ampliação da cidadania, bem como os cidadãos agiram e ainda atuam ativamente na luta por direitos, traços de uma sociedade democrática.

Henry Rousso (2016, p. 247) também pontua como característica desse campo os recortes serem curtos, dessa forma selecionei uma duração apenas de quatro anos, a qual abarca os dois finais da ditadura militar e os dois iniciais da Nova República. Isso elucidará bastante a distinção de um tempo para o outro, demonstrando quando existiram rupturas e continuidades. Enfim, Henry Rousso (2016, p. 285-286) salienta que o fato estudado pelo historiador não é necessariamente a mesma época vivida por ele, embora o passado recente tenha marcas no presente desse profissional e conclui:

[...] Nessa perspectiva, o historiador do tempo presente não se define, ou não somente, pela proximidade temporal “objetiva” que o separa do acontecimento

¹² Esta observação também foi feita por Marc Bloch (2001).

estudado, mas antes por sua capacidade própria de criar ele mesmo uma boa distância, visual e ética, necessária à observação de um tempo que é apenas em parte o seu (Rousso, 2016, p. 286).

Nas considerações acima, Rousso reafirmava a obrigação de existir o devido distanciamento objetivo do historiador sobre o objeto de pesquisa. No meu caso, eu cresci na fase da Nova República, conheci um dos proprietários e alguns jornalistas do *Alto Madeira*, bem como conversei longamente com ex-deputados da primeira legislatura da ALE-RO. Todavia, nunca fui um leitor do matutino e tampouco partidário dos sujeitos estudados quando residi em Rondônia. Também ao longo da pesquisa ficava evidente que eu vivia em uma Rondônia bem diferente dessa da qual eu me propus problematizar.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro trato da presença militar na parte ocidental da região amazônica entre 1914 a 1984, percorrendo as cidades da bacia do Madeira-Guaporé e as municipalidades do Leste Rondoniense, que na porção Sul do Estado faz divisa com o Cerrado. O recorte de 70 anos deve-se a necessidade de apresentar ao leitor as razões que levaram os militares, principalmente os da força terrestre, terem deixado marcas na espacialidade. Ao longo do capítulo, constatara-se que os verdes-olivas estiveram presentes em fases cruciais da atual espacialidade de Rondônia, levando a extensão das tradições da caserna além das guarnições fardadas. Porém, com a instalação da ALE-RO, assistia-se outra proposta de organização da sociedade disputando o imaginário coletivo.

No segundo capítulo, discorro sobre os acontecimentos de dezembro de 1983 a maio de 1985, focando diretamente no cotidiano do Poder Legislativo rondoniense e na conexão com o jornal *Alto Madeira*. Destacarei também que muito do comportamento da ALE-RO e do matutino mantinha elos com os movimentos na Praça dos Três Poderes, refiro-me à escolha das candidaturas presidenciais de 1985, ao Colégio Eleitoral de 1985 e à formação do governo José Sarney (PMDB). Ademais, faço ênfase no acompanhamento do retorno dos militares aos quartéis pelas margens, ou seja, na administração estadual. Diante o exposto, compreendo esse momento como uma fase de ruptura e acomodação dos interesses dos verdes-olivas.

No terceiro capítulo, abordarei primeiramente o comportamento dos militares após o término da ditadura militar, quando se verificou a permanência do suposto direito interventor das Forças Armadas na política externada pelas cúpulas das corporações, enquanto no contexto regional os comandantes agiram com cautela e falavam vagamente num suposto inimigo a ser vigiado pelos militares. Em seguida, tratarei da formação do governo Ângelo

Angelin (PMDB) e sua relação institucional com o Legislativo, das mudanças no PMDB, do surgimento de novas forças políticas, mostrando tratar-se de um outro contexto.

No quarto capítulo, a eleição de 1986 é o cerne das discussões, pois a considero como um novo divisor na transição, uma vez que dela saiu parte dos futuros constituintes e o processo aconteceu dentro dos padrões democráticos. Também ela motivou uma redefinição no trato do Executivo estadual com o Legislativo. Assim como submeteu a consulta pública, o voto do cidadão, sobre qual modelo econômico o estado deveria seguir: a agricultura ou a industrialização. Por fim, problematizo algumas questões colocadas como desafios postos para a consolidação da Nova República, claro, destacando o caráter de permanente conflito do universo da política.

Capítulo 1 - Os militares e o Brasil

A participação dos militares na política brasileira é verificada em vários momentos do período republicano, tendo como marco inicial o golpe militar de 1889 que derrubou o Império e implantou a República no país (Castro, 2000, p. 8). Os primeiros governos republicanos foram presididos pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, por isso, o período de 1889 a 1894 ficou conhecido como República da Espada (Basbaum, 1968).

Entre as corporações castrenses (Exército e Marinha) coube ao primeiro o maior destaque na vida política do Brasil, seja porque detinha o maior número de tropas ou pela importação de teorias científicas da Europa, como o positivismo, disseminadas nas escolas de formação dos oficiais. Esse protagonismo da força terrestre motivou embates com a força naval, exemplo disso aconteceu nos primórdios da República com a Revolta da Armada (1891-1894), tendo como resultado o enfraquecimento político da corporação naval (CARVALHO, 2006, p.52-54).

Todavia, cumpre salientar que o Exército Brasileiro era bastante dividido e por isso houve várias rebeliões nessa corporação, as quais colocaram em risco a disciplina e o respeito a hierarquia. Além disso, os militares que ingressaram assiduamente na política partidária da Segunda República (1946-1964), eram filiados em partidos de esquerda e de direita. Bem como existia antagonismo entre as pautas de oficiais e de praças.

1.1 O militar e a Amazônia

Ainda no começo do século XX, a Amazônia padece de linhas de comunicação com o centro sul do Brasil, bem como continua sendo tratada pela capital federal como área de segunda categoria, talvez por considerar a região pouco interessante, embora a economia assentada na exploração das seringueiras tenha peso significativo na balança comercial. Os principais centros urbanos, Belém e Manaus, viviam a *Belle Époque* justamente beneficiada pela economia gomífera, popularmente chamado Ciclo da Borracha (Figueiredo, 2005; Daou, 2004). Obviamente que existiam outras atividades econômicas, ou seja, havia uma dinamização do comércio regional.

É do *boom* de extração do látex que surge o município amazonense de Porto Velho, no ano de 1914, as margens do rio Madeira, a cidade sediava a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, uma ferrovia construída para escoar a borracha boliviana ao Atlântico. Mesmo sem o glamour das capitais amazonense e paraense, a cidade também vivia

sua *Belle Époque* e com multiplicidade étnica, por haver pessoas provenientes de várias partes do Brasil e do mundo habitando aquele lugar (Nogueira, 2015, p. 23-24).

Acompanhado do padrão de modernização europeu, constata-se as desigualdades sociais, por exemplo, havia uma rua, chamada Linha Divisória, na cidade de Porto Velho, que separava duas categorias de pessoas na cidade, os cateugas, funcionários da Madeira-Mamoré que moravam na melhor área, e os mundiças, moradores da periferia que não trabalhavam para a companhia ferroviária (Nogueira, 2015, p. 34-35).

Buscando enquadrar o lugar com ares considerados modernos na época, surgem os jornais, escritos na língua inglesa, o *The Porto Velho Times* (1909) e o *The Porto Velho Marconigram* (1910). Nas demais cidades amazonenses da calha do Madeira, Humaitá e Manicoré, as quais estavam na rota da economia gomífera, também havia alguns matutinos (Nogueira, 2019, p. 20-22).

Enquanto isso, atravessava o Cerrado e a Amazônia o jovem sertanista, Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar influenciado pelo Positivismo, que deixaria marcas profundas na região. Dentre os membros da Comissão Rondon, encontrava-se o dentista Joaquim Augusto Tanajura, que se instalou em Porto Velho, no ano de 1917 e fundou o jornal *Alto Madeira*. Na verdade, ele apenas modificou o título do periódico *O Município* (1915), um jornal redigido em português (Oliveira, 2019, p. 65; Nogueira, 2019, p. 23-24).

No ano de 1929, o capitalismo viveu uma crise ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, as *commodities* brasileiras não escaparam da quebradeira, a borracha amazônica que já enfrentava perdas no mercado continuou desvalorizando-se, causando enormes prejuízos na economia regional. Além disso, o clima esquentava no Rio de Janeiro, pois o arranjo político desenhado por Campos Sales, que permitia a rotatividade de mineiros e paulistas no Palácio do Catete, desmoronava (Souza, 2011, p. 11; Priore; Venâncio, 2010).

O país estava sacudido por agitações sociais, as classes trabalhadoras organizavam-se nos sindicatos e partidos políticos. Ademais novas ideologias circulavam nas elites e na classe média, e a vontade dos tenentes de redefinir o Brasil ainda permanecia viva. A gota d'água deu-se com a violência na eleição presidencial de 1930, descontentes com o resultado oficial, Getúlio Vargas com apoio de clãs políticos, dos tenentes e de generais derrubam Washington Luís da presidência da República (Priore; Venâncio, 2010, p. 247-249).

Entre retrocessos e avanços na cidadania, os governos de Getúlio Vargas fizeram reformas no país, dentre essa a fundação da Justiça Eleitoral. Outra marca da sua gestão será a

forte intervenção do Estado na economia, usou recursos federais como estratégia de amenizar as perdas das vendas de produtos no mercado exterior.

Acomodando os militares, Getúlio Vargas os colocou em diversos setores da burocracia. Na cidade de Porto Velho, o novo governo logo se fez presente, a Madeira Mamoré Railway and Company, não conseguia manter-se de pé. Depois de uma greve dos funcionários e as tratativas no Rio de Janeiro, o governo federal nacionalizou o empreendimento, tornando-a propriedade do Ministério da Aviação e Obras Públicas. A direção da empresa ficou com o pupilo de Cândido Rondon, o tenente Aluizio Ferreira (Souza, 2011, p. 11).

Natural do Estado do Pará, Aluizio Ferreira, em 1924, servia no Exército Brasileiro, participando naquele ano do movimento tenentista sob a liderança de Magalhães Barata. Posteriormente, o movimento dos tenentes foi derrotado e Aluizio Ferreira fugiu para a região do Vale do Guaporé onde, no ano de 1926, virou funcionário do seringalista Américo Casara, o qual dispunha de inúmeros livros na sua residência, local que ele utilizou aos estudos de populações indígenas locais. Somente no ano de 1928, após apresentar-se ao Exército na capital paraense, passou a cumprir a punição de sua insubordinação pelo evento de 1924. Na prisão, remeteu a Cândido Rondon um documento contendo anotações acerca dos indígenas do Guaporé. Depois do cárcere, passou a trabalhar diretamente com Rondon e entrou numa fase de ascensão de sua vida política (Fonseca, 2019, p. 140-147).

O governo de Getúlio Vargas provocou uma ruptura regional, marcaria o ingresso dos militares na política e no imaginário da população. As fronteiras geográficas, a administração pública, a formação dos grupos políticos, a construção da memória e outros traços sociais teriam as digitais da caserna.

Para o historiador Valdir Souza, a memória produzida pelos memorialistas e reproduzida por outros segmentos colocou os militares no panteão dos heróis, distribuídos do seguinte modo: o marechal Rondon seria o “herói desbravador”; Aluizio Ferreira, o “herói nacionalizador”, e Jorge Teixeira, o “herói federalizador” (Souza, 2002, p. 15).

1.2. No tempo do Território Federal do Guaporé/ Rondônia

O presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 5.839, expedido em 21 de setembro de 1943, transformou áreas pertencentes aos estados do Amazonas e do Mato Grosso em Território Federal do Guaporé. Além disso, entregou ao militar Aluizio Ferreira o comando da gestão. Esse ato presidencial cooperou para a memória forjada que coloca os militares como gestores neutros e competentes. A historiografia regional apontou Aluizio

Ferreira como o personagem responsável pela realização do feito presidencial, narrando o evento como um fruto do acaso pessoal¹³.

Todavia, o major Aluizio Ferreira, ao assumir o cargo na data de 16 de novembro de 1943, evidenciou no discurso da cerimônia a inexistência de um planejamento prévio à frente da máquina administrativa que assumia, pois esta tarefa fora definida pelo Palácio do Catete (Souza, 2002, p. 122).

Conforme Valdir Souza (2002) a criação do Território Federal mesclou variados interesses, setores econômicos ligados a exploração da borracha estavam em decadência, constataram na proposta uma possibilidade de sobreviver mediante incremento de recursos federais. Por outro lado, o governo central desviaria as reivindicações de litígios agrários no Nordeste e dos problemas urbanos nas grandes cidades, destinando recursos humanos de baixo custo aos seringalistas por meio de uma política de incentivo à migração para a região, propagando que ali haveria terra e trabalho para todos. Em síntese, a medida foi uma “resposta” ao mercado que necessitava de uma integração nacional e global da economia, ao mesmo tempo, agradou aos militares pelo auxílio no golpe de 1937 e na sustentação da ditadura do Estado Novo. Parcelas da caserna almejavam o controle das áreas definidas como fronteiras, as quais abrigavam matérias-primas (Souza, 2002, p. 119-120).

Pode-se entender a ascensão do major Aluizio Ferreira, no universo político, como resultante dos projetos do Governo Vargas de reformulação do Estado na economia brasileira, associada a sobrevida das elites locais e ao aumento de poder dos militares nas instituições governamentais. Nos anos seguintes a aliança de Aluizio Ferreira com os seringalistas permaneceria nas disputas eleitorais do Território Federal do Guaporé - como as disputas pela única vaga na Câmara dos Deputados.

A disputa pela vaga de deputado federal agregava outro fator: caso o parlamentar eleito pertencesse à base do presidente da república no Congresso Nacional, o político teria facilidade na hora de sugerir o nome do governador do Território do Guaporé (Fonseca, 2019). Diante desse cenário, a partir de 1950 e até 1964, as eleições ficaram polarizadas entre dois campos políticos, os Aluizistas ou Cutubas contra os Pele-Curtas.

O grupo dos Cutubas agrupava os setores das elites econômica e burocrática do Território Federal, Aluizio Ferreira era a figura principal e tinham como legendas o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). No segmento dos Pele-

¹³ Isso é constatado nos livros: *Rondônia, evolução Histórica: criação do Território Federal de Guaporé, fator de integração nacional* (1993) de Emanuel Ponte Pinto; *Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé (1943-1993)* (1995) de Vitor Hugo.

Curtas estavam os populares mais humildes. Embora não fosse um padrão, o Partido Social Progressista (PSP) agrupava esta corrente e o médico Renato Medeiros liderava os correligionários (Souza, 2011, p.36-37; Viana, 2019, p. 54).

Os significados dos nomes desses grupos ainda são duvidosos, pois não há uma definição consistente. De acordo com João Paulo Viana (2019), as duas expressões tinham cunho pejorativo, utilizadas com o intuito de trocas de insultos entre os grupos (Viana, 2019, p. 54). É interessante perceber a construção de outras fronteiras na disputa política: ao que parece, as nomenclaturas foram usadas no decorrer dos embates eleitorais, mas também expandidas à vida cotidiana. No entanto na característica interna inexistia uma consistência fundamentada sobre esses termos, mesmo que servisse com eficácia na divisão daquela sociedade.

Essa polarização acompanha tantas outras rivalidades regionais ou locais, que ainda é um desafio para a ciência histórica se aprofundar e buscar compreender, porque mostra a diversidade das divisões nos espaços cotidianos dos brasileiros, com reflexos nas relações de famílias e amizades (Gedoz, 2018, p. 14).

Na polarização entre Cutubas e Pele-Curtas, a violência física esteve presente. Na eleição de 1962, o duelo de Renato Medeiros e o coronel Ênio Pinheiro (sobrinho de Aluizio Ferreira) acirraram os ânimos. No comício de Renato Medeiros, de 26 de setembro, o qual teria reunido cerca de 4 mil pessoas, a multidão empolgada foi surpreendida por um caminhão (caçamba) dirigido por um motorista da Prefeitura de Porto Velho, que avançou sobre o público, deixando feridos e mortos. Mesmo com a tragédia e intimidação, o líder dos Pele-Curtas obteve a vitória nas urnas (Filho, 2011)¹⁴.

O acontecimento caiu no esquecimento por muitas décadas, os livros didáticos de história regional, ou as obras de memorialistas famosos como Amizael Silva, (1984) Francisco Matias (1998), Esron Penha de Menezes (1982), Vitor Hugo (1995) e Yeda Bozacov (1997) (sobrinha de Aluizio Ferreira) ocultaram o episódio trágico¹⁵. O assunto voltou à cena, após o jornalista Zola Xavier anunciar a produção de um documentário tratando

¹⁴Há 49 Anos acontecia a Caçambada Cutuba – Por Antônio Serpa do Amaral Filho - Antônio Serpa do Amaral Filho, **Rondoniagora**. 19 jul. 2011. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/ha-49-anos-acontecia-a-cacambada-cutuba-por-antonio-serpa-do-amaral-filho>, acessado em 14/08/2020.

¹⁵ Com exceção do primeiro, todos os nomes desta lista fizeram parte da República do Caiari, um grupo de intelectuais do bairro nobre da capital, Caiari, ligados ao coronel Aluizio Ferreira (Souza, 2011, p. 79).

do fato, cujo título era *Caçambada Cutuba*. A produção cinematográfica foi lançada em 13 de setembro de 2019, com um grande público no Teatro Guaporé¹⁶.

A dificuldade no acesso de fontes a respeito do assunto deve ser observada pela ótica de entraves criados propositalmente. Os jornais *Folha de Rondônia*, de Renato Medeiros e *O Combatente*, do anarquista Ignácio Mendes, somam-se a outros documentos perdidos pelo Centro de Documentação Histórica de Rondônia (CEDERO). Isso por causa de mudanças de local de armazenamento. Assim, coincidentemente, os responsáveis pelos cuidados com o patrimônio pertenciam aos antigos Cutubas (Souza, 2011, p. 150).

O *Alto Madeira*, na época, integrava a rede dos *Diários Associados* e tinha como diretor Euro Tourinho, desafeto de Aluizio Ferreira. O jornalista teve participação no documentário citado, no qual compartilhou algumas das desavenças travadas com o ex-governador. Numa cena do *Caçambada Cutuba*, há uma manchete do *Alto Madeira* destacando o caso. Entretanto, curiosamente, a edição daquele dia só consta na Biblioteca Nacional, com disponibilização de consulta somente na versão impressa.

Funcionários do *Alto Madeira*, quando comentam sobre esse período, dão a entender que faziam oposição aos cutubas, informação que necessita de mais esclarecimento acerca da posição do matutino naquele contexto. Enquanto isso, segundo Esron Penha de Menezes (colunista do *Alto Madeira* e aliado de Aluizio Ferreira), os cutubas contavam com ampla rede de jornais ao seu favor, pois os matutinos, *A Vanguarda*, *O Imparcial* e *O Guaporé* estavam alinhados com o grupo. Esse último seria do próprio Aluizio Ferreira, embora não fosse divulgado oficialmente essa informação (Menezes, 1999, p. 89).

Na perspectiva de Joël Candau (2012), os fatos lançados ao esquecimento apontam caminhos na compreensão de uma sociedade. Desta forma, as memórias que são comemoradas dizem pouco a respeito dela (Candau, 2012, p. 150). A ocultação da caçambada Cutuba, pelos memorialistas, mostra uma sociedade construída pelas práticas autoritárias. Logo, os “vencedores”, apoiados por intelectuais, narraram um passado harmônico.

A polarização dos Cutubas e Pele-Curtas terminou em 1964, justamente por causa do golpe de 1964. O deputado federal Renato Medeiros (PSP) perdeu os direitos políticos, acompanhado de uma ordem de prisão domiciliar (Viana, 2019, p. 60). Todavia, no meio da rivalidade dos grupos mencionados anteriormente, a memória dos militares havia ganhado

¹⁶ A produção de Zola Xavier possui falhas técnicas, como a definição de cada ato do filme, elemento importante numa produção cinematográfica, por isso o material ficou confuso e, faz poucas menções ao caso. Embora tenha ficado evidente como se deu a produção do curta-metragem, ancorada numa pesquisa documental de jornais guardados na Biblioteca Nacional, Arquivos no Pará, Museu da Memória Rondoniense e no Centro de Documentação Histórica do TJ-RO (sob os cuidados da historiadora Nilza Menezes).

uma enorme conquista, em razão da lei nº2.731, de 17 de fevereiro de 1956. A lei alterou o nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em tributo ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon¹⁷. O projeto, proposto pelo deputado Áureo Melo (PTB-AM), contou nos bastidores com a influência do ex-governador Joaquim Vicente Rondon, que era o deputado federal do Território Federal do Guaporé (Matias, 1998).

As polarizações ideológicas ocorriam em todo o país, a sensação era de instabilidade, começando pela vitória eleitoral de Getúlio Vargas (PTB) na eleição presidencial de 1950, depois o seu suicídio em 1954. Ainda, a posse de Juscelino Kubistchek (JK) aconteceu somente depois de freados os levantes militares de Aragarças, Jacareacanga e o atentado na Baía de Guanabara. Para piorar a situação, o presidente JK (PSD), no fim do mandato, amargava derretimento da popularidade. Nas eleições de 1960, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), derrotou o postulante governista, marechal Henrique Lott, do Partido Social Democrático (PSD).

Empossado no cargo de presidente da república, Jânio Quadros ficaria apenas seis meses na cadeira presidencial, uma vez que, sem muitas explicações, anunciou a renúncia do mandato na data de 25 de agosto de 1961. Em seguida o parlamento brasileiro acatou seu pedido. A situação logo virou uma crise, tendo em vista que políticos e militares conservadores tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart (PTB). Contudo, uma reação conduzida pelo governador do Rio do Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB) - denominada Campanha da Legalidade, e muita negociação que deu origem ao parlamentarismo - garantiram a posse de João Goulart, com Tancredo Neves na função de primeiro-ministro (Ferreira, 2003, p.330 - 335).

O impasse não estava resolvido, pois no ano de 1963 a população brasileira esmagadoramente decidiu, via sufrágio universal, rejeitar o parlamentarismo, restabelecendo o presidencialismo. Ganhando fôlego, o presidente realmente começava o seu governo, apresentou o Plano Trienal, o qual buscava controlar a inflação e recuperar o crescimento do PIB. Porém o pacote econômico desagradava os sindicatos e vários políticos. Uma outra medida polêmica anunciada foram as reformas de base que assustou as elites brasileiras (Ferreira, 2003, p.362; Fico, 2015, p. 46).

Ocorreram diversas passeatas em prol da saída de Goulart e intervenção militar. As mais famosas foram as Marchas da Família, que reuniram grande público em grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte entre outras. Para os organizadores (grupos

¹⁷ A patente de marechal foi uma honraria concedida pelo Congresso Nacional no ano de 1955 (CPDOC-FVG).

católicos, políticos e empresariais) o Brasil poderia tornar-se comunista, levando ao desaparecimento das famílias, da propriedade privada e das liberdades (Ferreira, 2003, p. 386; Fico, 2015, p. 49). Segundo René Dreyfus, essas marchas faziam parte de uma extensão estratégica do complexo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), para desestabilizar a gestão Goulart e preparar o caminho de ruptura do Estado Democrático de Direito (Dreyfus, 1981).

Parte da caserna também estavam por trás dessa polarização. Quando João Goulart tomou posse, os ex-ministros militares de Jânio Quadros, Silvio Heck (Marinha), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Odílio Denys (Ministério da Guerra) que tentaram impedi-lo de assumir à presidência, iniciaram os contatos internos e com os civis, visando a derrubada do mandatário. Também havia os oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) estudando os meios de operacionalizar a derrubada do governo, de lá saiu a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, base teórica e prática do golpe e da ditadura militar. Essa doutrina recebeu influência da Doutrina de Contra Insurgência Francesa (Ferreira, 2003, p.349; Filho, 2003, p. 110).

No segmento militar existiam muitas divisões e nem todos conspiravam. Os serviços de inteligência tinham informações dos círculos golpistas, além de dados os quais apontavam que os conspiradores seriam minoria. Mas o motim dos sargentos em Brasília (1963), a atitude de João Goulart de solidarizar-se com os grevistas da Marinha e a ida dele ao evento no Automóvel Clube, acendeu o sinal vermelho. Oficiais legalistas abraçaram a tese dos golpistas e abandonaram o presidente. A conspiração militar entrou em ação, sem a garantia de êxito e até impulsionada por vontades individuais que poderiam comprometer os resultados almejados (Ferreira, 2003, p. 369; 388 - 396).

O Chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, expediu uma circular sigilosa em 20 de março convocando seus subordinados a reagirem a um suposto “golpe comunista”¹⁸. Enquanto isso, o general Olímpio Mourão sem comunicar aos superiores deu a largada do golpe, deslocou de Juiz de Fora a sua tropa em direção ao Estado da Guanabara. Um ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o coronel aviador Rui Moreira Lima sobrevoou o contingente de Mourão, o piloto foi ao Rio de Janeiro pedir autorização dos superiores para frear a tropa na estrada. Todavia ouviu negativas de todos os

¹⁸ Circular reservada do Chefe de Estado-Maior do Exército, Castelo Branco (20 mar. 1964), disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/08/circular-reservada-do-chefe-de-estado-convertido.pdf>, consultado em 15 de junho de 2024.

lados, incluindo do ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Anísio Botelho, que alegou ausência de autorização do presidente (Neto, 2004).

Diversos grupos militares tinham disposição de reagir ao golpe de 1964. Na academia, muitos têm questionado o porquê da paralisia do campo democrático de organizar uma frente legalista: faltavam lideranças? Os sindicatos e os civis ainda subestimavam sua força? O perfil conciliador de João Goulart anestesiou qualquer reação contra golpista? Isso vai além de respostas simplórias, pois ainda é uma incógnita e quando tratada leva a uma série de polêmicas intelectuais.

Os golpistas, durante as duas décadas seguintes, usariam de instrumentos jurídicos no embasamento das medidas tomadas. Na madrugada de dois de abril, o presidente do Senado, Auro de Andrade, presidiu uma conturbada sessão do Congresso Nacional. O senador anunciou vacância na cadeira presidencial. Ainda naquela madrugada, Ranieri Mazzilli (presidente da Câmara dos Deputados) assumiu à presidência da República. Diante da situação, João Goulart deixou o Brasil, escolheu o exílio no Uruguai em vez de possíveis confrontos (Ferreira, 2003, p. 399; Fico, 2015, p. 52 - 53). Assim, o golpe de 1964 foi civil-mili, porque para a consumação do golpe houve atos tanto da caserna como das lideranças civis na derrubada do presidente da República.

A interinidade de Ranieri Mazzilli mascarava o controle do poder nas mãos da junta militar, denominada pelos golpistas de “Comando Supremo da Revolução” e formada pelos militares: o almirante Augusto Rademarke, o general Costa e Silva, e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Essa tríade militar decretou o primeiro Ato Institucional (AI), determinando: cassação de direitos políticos, expurgos militares, prisões e estabelecendo eleição indireta à presidência da República (Fico, 2015, p. 53-55; Schimitt, 2000, p. 28).

No Congresso Nacional, o deputado federal Ulisses Guimarães (PSD) instalou uma comissão visando editar os AI, mas foi impedido pelos militares. Na caserna, simpatizantes de Costa e Silva e de Castelo Branco duelavam pela cadeira do Planalto, os primeiros ficaram conhecidos por linha dura e os outros de castelistas/Sorbonne¹⁹, esses venceram a disputa interna e lançaram o marechal na eleição indireta, consumada na votação do Colégio Eleitoral de 11 de abril (Fico, 2015, p. 55-57).

Exercendo o poder discricionariamente, os militares fizeram reformas no quadro partidário e eleitoral, colocaram fim ao multipartidarismo com a decretação do AI2

¹⁹ Alguns dos integrantes do grupo de Castelo Branco fizeram cursos na França, eram reconhecidos no meio militar como os intelectuais, por isso, também foram chamados Sorbonne, em referência à Universidade de Sorbonne.

(20/11/1965) e, dias depois, editaram o Ato Complementar nº4 ditando as normas de estruturação dos futuros partidos políticos. Assim, nasceu o sistema bipartidário, os governistas fundaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e os oposicionistas agruparam-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Schmitt, 2000, p. 31- 34).

De volta ao terreno regional, é preciso salientar a escassez de bibliografias tratando dos governos militares pós 1964, em Rondônia. A maior parte das produções trata minimamente das gestões dos coronéis Humberto Guedes e Jorge Teixeira, provavelmente por causa da transição de Território Federal a Estado ter avançado durante seus governos. A lacuna do tema serviu a outro propósito: o de amenizar as violências perpetradas na ditadura militar. Na memória regional é comum muitos afirmarem ter inexistido perseguições políticas, por isso teriam vivido somente sob um “governo militar”.

À vista disso, são necessários estudos acerca das dimensões da repressão em Rondônia e quais grupos foram os alvos. Na imprensa, tem lentamente aparecido matérias com o tema. Dentre estas, a reportagem de Montezuma Cruz, de 2019, expondo os primeiros dias da ditadura militar no Estado, marcado por fortes retaliações às pessoas consideradas “inimigas da revolução”. Confirmando que a operação de “caças as bruxas” feitas pelos golpistas foi de Norte a Sul do país.

Segundo Montezuma Cruz (2019), o capitão do Exército Anachreonte Coury Gomes desembarcou discretamente em Porto Velho no final de março de 1964. Ele se identificou depois como “agente da revolução”, promoveu uma série de prisões de lideranças políticas e estudantis, bem como do jornalista Ignácio Mendes, por ter lançado dúvidas a respeito da sexualidade do interventor numa matéria do jornal *O Combatente*. As operações de detenções eram realizadas por Eduardo Lima e Silva, comandante da Guarda Territorial de Rondônia²⁰. Servidores públicos foram conjuntamente afastados dos cargos (Cruz, 2019)²¹.

A caça às bruxas de Anachreonte Coury atacou diretamente os Pele-Curtas, os prefeitos de Porto Velho, Guajará Mirim e o governador do Território foram obrigados a deixarem os postos. Os gestores municipais das únicas cidades rondonienses pertenciam ao PSP, agremiação do ex-chefe do executivo paulista, Adhemar de Barros, que estava do lado dos golpistas (Cruz, 2019).

²⁰A corporação existia semelhante a Polícia Militar no Território Federal, tanto que depois transformou-se na Polícia Militar do Estado de Rondônia (PM-RO).

²¹Para mais detalhes ver: <http://www.rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-em-1964-o-capitao-anachreonte-gomes-ordenou-prisoas-antes-da-posse-de-cunha-e-menezes/>.

Mesmo com essas informações, ainda há muitas interrogações sobre aquele 31 de março de 1964 no antigo Território: quais civis e lideranças políticas participaram da conspiração golpista? Quem recebeu ou acolheu em Porto Velho o interventor do Exército Anachreonte Coury?

Euro Tourinho forneceu detalhes relevantes para Montzuma Cruz acerca do episódio, apesar de afirmar ter ficado surpreso e desconhecer o interventor da “revolução”. Segundo Tourinho, Anachreonte Coury chegou a realizar uma reunião na sede do *Alto Madeira*. O teor do encontro não foi revelado, apenas disse que Luiz Tourinho (irmão de Euro) esteve presente e acompanhou o interventor pela cidade (Cruz, 2019).

Quando, no dia 23 de abril, Anachreonte Coury apresentou o novo gabinete do governo do Território Federal do Guaporé, Luiz Tourinho estava na lista, contemplado com a pasta da comunicação. Os demais membros provinham do PTB, regionalmente era uma das legendas dos Cutubas (Cruz, 2019).

Castelo Branco nomeou o coronel José Manuel Cunha e Menezes ao governo territorial. Carioca e filiado ao PSD, o governador permaneceu pouco tempo na função, solicitando demissão em 1965. Nesse breve período: “assinou o Decreto nº434, de 26 de março de 1965, instituindo como *Dia de Rondônia* o 5 de maio, data de aniversário do marechal Cândido Mariano Rondon; criou também a Ordem do Mérito com o nome dele, que é atualmente a mais alta honraria do Estado” (Cruz, 2019 - grifos do autor), ou seja, a medida inicial foi construir elementos culturais com traços da caserna.

Outra mudança política em decorrência da ditadura militar deu-se com a reabertura dos Legislativos de Guajará Mirim e Porto Velho, os quais estavam paralisados desde o golpe de 1930. Em seguida as vagas para aquelas casas voltaram a ser preenchidas com as eleições (Viana, 2019, p. 65). Na eleição de 1969, a ARENA já obteve vitória, elegeu como deputado federal o ex-governador e coronel Paulo Nunes Leal, o qual não cumpriu todo o mandato, sendo substituído pelo suplente, Emanuel Pontes Pinto, empresário da mineração, ex-seringalista e um dos fundadores do periódico *O Guaporé* (Viana, 2019, p. 64; Souza, 2011, p. 84).

Mas, na década de 1970, emergia um novo campo político: os opositores da ditadura militar, reunidos no MDB. No pleito eleitoral de 1970, o advogado Jerônimo Santana derrotou o arenista Emanuel Pontes Pinto na corrida pela Câmara dos Deputados. Esta década seria de triunfos nas urnas para os emedebistas, favorecidos pela questão econômica (Viana, 2019, p. 65).

Modificações na economia regional também definiram o tabuleiro político, pois a construção da BR-29 (atual BR-364) - realizada entre 1960 e 1961, ainda no governo de Juscelino Kubitschek - ligou o território às demais regiões do país pela malha rodoviária. Com isso, trabalhadores de vários estados do país seguiram para a região visando vagas de empregos nas áreas de exploração de minérios que ocorria desde a década de 1950. Em síntese, houve um grande aumento da população, somente com as atividades de extração do minério da cassiterita, calcula-se ter atingido cerca de dez mil trabalhadores (Souza, 2011, p. 16; Ott, 2002, p. 91).

Em 1970 a portaria de número 195, do Ministério de Minas e Energia, determinou o fim da atividade manual na exploração dos minérios. Isso ocasionou um alto índice de desemprego de milhares de garimpeiros e afetando o comércio terciário de Porto Velho. A concretização da medida ministerial contou com a colaboração do governador Marques Henriques e do Exército, que fizeram a operacionalização de retirada dos trabalhadores das áreas de garimpagem. O reflexo político veio imediatamente, pois os militares e a ARENA perderam prestígio junto ao eleitorado (Silva, 1984, p. 111-112; Souza, 2011, p. 17).

Assim, o MDB fazia maioria na Câmara Municipal de Porto Velho na segunda legislatura (1973- 1976), a oposição elegeu cinco edis e a ARENA fez quatro vereadores. Na terceira legislatura (1977-1982) houve aumento do número de vereadores, de nove para quatorze e, o MDB saiu vitorioso ao conquistar oito vagas, os arenistas obtiveram seis cadeiras²².

Isso mostra a insatisfação da população contra as políticas dos militares, ao mesmo tempo, produzia uma nova fronteira. De um lado estariam os defensores do povo, congregados no MDB, em oposição aos tutelados pela caserna e pelo poderio econômico, com os arenistas. Como nasceram esses partidos no Território Federal de Rondônia, ou quais correntes ideológicas os sustentavam, de que maneira os parlamentares se comportavam no Legislativo? Até agora padece de bibliografias, tanto na História, como Sociologia e na da Ciência Política regionais.

Do MDB se tem fragmentos, de forma arbitrária, quando privilegia apenas a trajetória do deputado federal Jerônimo Santana (presidente regional do partido) Seu posicionamento no Legislativo ocorreu de modo fervoroso no sentido de se opor à ditadura militar. Devido a sua filiação aos Autênticos, um grupo de emedebistas avaliados no campo

²² Dados obtidos em consulta no portal da Câmara Municipal de Porto Velho: <http://www.portovelho.ro.leg.br/site/paginas/994/breve-historico-da-camara-de-porto-velho>, consultados em 20 de agosto de 2020.

mais à esquerda (os quais não poupavam palavras na hora de enfrentar o regime na tribuna da Câmara dos Deputados, condenando as práticas de torturas, as manobras jurídicas eleitorais favoráveis para a situação) pediam a imediata abertura política. Por efeito dos autênticos, o MDB obteve a identidade de oposição à ditadura militar, antes visto apenas como colaborador da ordem institucional de oposição consentida, devido ao comportamento da ala dos moderados (Nader, 1997, p. 116-125).

1.3 A criação do Estado de Rondônia e a invenção da fronteira

A chegada de Ernesto Geisel ao poder, depois de eleito numa votação do colégio eleitoral de 1974, tem sido apontada como o início da longa fase de distensão política, ou da abertura “lenta, gradual e segura”²³ (Fico, 2015, p. 94). Ao mesmo tempo, a repressão às organizações comunistas aumentou, com operações nas variadas regiões do país, demonstrando partir de uma rede integrada e central com finalidade bem definida (Silva, 2007, p. 265).

Feitas as ponderações sobre o governo Geisel, volta-se para o impacto da gestão no Território Federal de Rondônia, justamente por duas razões, a primeira passa pela continuação dos projetos de colonização de terras no eixo da BR-364. A segunda perpassa o planejamento de criação do Estado de Rondônia.

Lançar a Amazônia como espaço de exploração da agricultura despertava visões dicotômicas entre os militares. O general Olímpio Mourão refutava a tese por afirmar carecer de base científica. Porém, as falas em defesa da exploração da região foram difundidas e colocadas como visão única dos militares por Mário Andreazza e Jarbas Passarinho (Neto, 2019, p. 103).

Segundo Lilian Moser (2006), Rondônia foi transformada na nova fronteira agrícola do país, atraindo milhares de pessoas na busca por propriedades rurais. A execução dos assentamentos teve papel dos órgãos públicos e de empresas privadas (Moser, 2006, p. 75). Por meio da nova onda de migração na região, se percebia a fixação dos moradores na espacialidade e, desta forma, não tardou para os povoados surgidos dos projetos de

²³ Em 29 de agosto de 1974, numa coletiva de imprensa o então presidente anunciou o seu projeto de abertura política. Do seu discurso ficaram conhecidas essas três palavras as quais tronaram-se o bordão da distensão. Informação obtida numa consulta ao jornal O Globo: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730>, acessado em 15 de janeiro de 2024.

colonização (Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Vilhena) serem transformados em municípios no ano de 1977 (Cunha; Moser, 2010, p. 132)²⁴.

O governo federal vendeu a ideia de “vazio demográfico amazônico”. Com isso, à medida que os colonos se instalavam, agravavam os conflitos com proprietários de seringais, comunidades ribeirinhas e com as populações indígenas, que outra vez sofreram novas investidas violentas (Souza, 2011, p. 23).

Na avaliação de Lílían Moser (2006), a entrada da frente migratória - a qual trouxe agricultores buscando propriedade rural, profissionais da máquina burocrática e funcionários liberais - estava permeada pelo imaginário de estarem “Construindo Rondônia” (Moser, 2021, p.20 - 21). Ou seja, essa perspectiva excluía o papel dos habitantes já residentes no território.

Em contrapartida, a ARENA e os militares ganharam um novo eleitorado, os migrantes (embora o lote tenha sido uma das únicas conquistas para estes, pois as condições para utilização da terra faltaram). Além disso, conviveram com os precários serviços de saúde, educação, infraestrutura e assistência técnica (Moser, 2006, p. 100; Souza, 2011, p. 26-27).

Nesse contexto, em 1975, Ernesto Geisel nomeou o coronel Humberto Guedes no comando do Território Federal de Rondônia, e o interventor tinha como tarefa planejar a transformação de Rondônia em Estado. Simultaneamente, o Palácio do Planalto esperava construir um novo reduto para a ARENA (Lima, 2021, p. 30).

A força do aparato burocrático do governo central, principalmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contribuiu na estratégia de absorver o novo eleitorado. Ao mesmo tempo, com as manobras do Planalto por meio do pacote de abril²⁵, criou-se uma segunda vaga do Território Federal de Rondônia na Câmara dos Deputados. Na eleição de 1978, Jerônimo Santana obteve a reeleição e a ARENA conseguiu eleger o advogado Isaac Newton, o qual pertencia ao grupo do prefeito da capital, Odacir Soares, o governador não se agradava da candidatura, porém Humberto Guedes e figurões do INCRA trabalharam favoravelmente na campanha do candidato arenista (Viana, 2019, p. 69; Cruz, 2019).

Assim, auxiliada pelos burocratas de órgãos federais, a ARENA voltava a respirar politicamente com o retorno de um representante na Câmara dos Deputados. O governador

²⁴Para mais detalhes sobre a execução da política de colonização da ditadura civil-militar no estado de Rondônia, ver o brilhante artigo (Cunha; Moser, 2010).

²⁵O nome refere-se ao conjunto de mudanças eleitorais anunciadas pelo governo Geisel visando recuperar perdas políticas, para isso criou os senadores biônicos e aumentou o número de deputados federais no Norte e Nordeste, regiões alinhadas ao governismo (Schmitt, 2000, p. 46).

seguia na estruturação do novo Estado e, dentre as ações, incumbiu a Universidade de Brasília (UnB) de pesquisar as possibilidades da empreitada, centrando nos aspectos políticos, econômicos e sociais (Matias, 1998, p. 138).

Conforme João Paulo Viana (2019), outras iniciativas com esta finalidade circularam no Congresso Nacional. No ano de 1963, o senador do Acre, José Kairala (PSD), submeteu uma proposta. O deputado Hegel Morhy (ARENA) também tentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) na Constituição de 1967. E, no íterim de 1971 a 1976, Jerônimo Santana tentou por vezes a criação do Estado, mas todos os projetos de lei foram preteridos (Viana, 2019, p. 67).

Nas ponderações de Valdir Aparecido (2011), a região carecia de elites políticas e econômicas fortes que lutassem na capital federal para a criação do Estado. A maioria dos políticos governistas apenas aguardava o momento com intuito de obter uma ascensão social, deixando toda a articulação da transição nas mãos dos militares (Souza, 2011, p. 153). Francisco Matias recorda que, em 1976, Ernesto Geisel visitou o Território Federal de Rondônia, atendendo a um convite de Humberto Guedes, no qual se esperava, com a passagem do presidente, uma aceleração na elevação do Território a Estado (Matias, 1998, p. 138).

Porém, até o projeto de Humberto Guedes ficou de escanteio. Isso confirma a afirmação de Valdir Aparecido de caracterizar as elites no antigo Território Federal de fracas ou ainda num processo de gestação. O próprio interventor servia como simplesmente subordinado do Planalto.

Nos bastidores de Brasília, Geisel e o ministro do Interior Maurício Rangel Reis tinham planos para o Sul do Mato Grosso. Ricardo Silva (2006) salienta que as elites locais sonhavam com a separação da administração de Cuiabá, porém receberam com perplexidade a tramitação e sanção da Lei Complementar nº31 de 1977, legislação que criou o Estado do Mato Grosso do Sul às pressas e na surdina. Para o Planalto, a experiência serviria de laboratório quanto as demais propostas de transformação de regiões territoriais em unidades federadas (Silva, 2006, p. 41- 49).

No cálculo eleitoral, a primeira eleição do Mato Grosso do Sul teria semelhanças com a eleição de 1982 de Rondônia, mostrando êxito do experimento inicial do governo. A ARENA logrou vitória nas urnas de 1978, com o seguinte resultado: três senadores, quatro

deputados federais e 11 deputados estaduais eleitos. O MDB fez dois deputados federais e sete deputados estaduais²⁶.

Os números favoráveis ao Planalto mostravam o controle de uma ala dos militares na sucessão presidencial, os castelistas. O governo de Ernesto Geisel naquela altura tinha atingido o objetivo de institucionalizar o regime, bem como conseguido submeter as Forças Armadas sob sua tutela (Oliveira, 1994, p. 91). Fato demonstrado na reação à conspiração golpista de 12 de outubro de 1977, quando o ministro do Exército, Sílvio Frota, tentou derrubar Geisel da presidência, salvo por uma articulação do general Golbery do Couto e Silva e de Hugo Abreu, que prepararam a demissão do “conspirador” com cuidado e ainda tinham tropas na cidade de Brasília para reagir a um eventual golpe. Aniquilada a conspiração de Frota, os palacianos emplacariam João Figueiredo no próximo colégio eleitoral, mesmo havendo discordância pública de Hugo Abreu (Napolitano, 2014. p. 285- 286).

O ex-chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), general João Figueiredo, chegou à presidência do país no dia 15 de março de 1979, depois de ter derrotado no Colégio Eleitoral o colega de farda, general Euler Bentes, do MDB. O novo mandatário tinha de responder imediatamente às solicitações da sociedade civil em torno de uma legislação de “anistia política”, pois as mobilizações civis preocupavam a caserna, que buscava uma saída sem punições pelas violações cometidas por seus integrantes. A proposta governista prevaleceu e a lei de anistia perdoou parcelas dos opositores políticos, igualmente livrou de punição os agentes praticantes dos crimes e o oficialato das corporações militares (Fico, 2015, p. 97-98; Silva, 2007, p. 269- 270).

Na composição ministerial de João Figueiredo, o Ministério do Interior ficou com o coronel Mário Andreazza. Dentre suas atribuições, cuidava do Território Federal de Rondônia. Assim, o titular do Interior indicou ao presidente a nomeação do seu cunhado, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira²⁷ (PSD) na administração do governo territorial (Matias, 1998, p. 138).

O governador Jorge Teixeira padecia de recursos financeiros para gerir a pasta que tinha assumido. Os problemas sociais se acumulavam com o fenômeno da “colonização” na

²⁶Dados consultados no TRE-MS, disponível em: <http://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/historia-e-cultura/candidatos-eleitos-1945-1990>, acessado em 25/08/2020.

²⁷Gaúcho de General Câmara, nasceu numa família do meio militar, o seu pai Adamastor Teixeira de Oliveira trabalhava no Ministério do Exército. Estudou na Escola Militar de Rezende (RJ), no ano de 1947 tornou-se “Aspirante a oficial da Arma de Artilharia”, cursou educação física na UFRJ, após anos de serviço na corporação, dentre elas a criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e a fundação da escola Militar de Manaus, recebeu a promoção de coronel em 1973, no ano seguinte entrou na reserva. Entre 1975-1979, exerceu o cargo de prefeito da capital amazonense (Menezes; Holanda, 2006, p. 221 - 231).

região, conseqüentemente o INCRA desfrutava de mais atenção do que a administração territorial na requisição por verbas federais (Oliveira, 2002, p. 102). Sem perder tempo, intermediou a nomeação de Galvão Modesto na função de executor regional do INCRA, ou seja, indiretamente tinha controle do Instituto.

O ministro Mário Andreazza já traçava voos maiores na política mirando 1985, por isso buscava suprir de receitas o subordinado no Território. Ao governador bastaria acalmar os ânimos dos arenistas. Francisco Matias (1998) frisa prioridades definidas no discurso de posse de Jorge Teixeira: a organização do campo político governista, criação de instituição federal de ensino superior, pavimentação da BR-364, entre outros (Matias, 1998, p. 139).

Os “desejos” do governador, citados por Francisco Matias, tratava-se de prenúncio de obras federais na espacialidade, isto despertava interesses de pessoas no entorno do coronel, o qual teria influências no tocante aos recursos a serem recebidos. Uma aliança com a dupla Andreazza/Teixeira seria uma oportunidade ímpar de ingresso ou crescimento na vida política.

Jorge Oliveira (2003) percebeu, na criação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON), uma estratégia do Governo do Território de diminuir o poder do INCRA junto aos pequenos agricultores. Dentro de pouco tempo de funcionamento, a estatal regional gerenciava receitas oriundas do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), tornando a Secretaria de Agricultura uma pasta de grande relevância nas políticas públicas (Oliveira, 2003, p. 164-165).

O argumento de Jorge Oliveira assemelha-se ao de seu colega de departamento na UNIR, o pesquisador Ari Ott, o qual afirmou o seguinte: “[...] por essa época o cargo de Superintendente do INCRA no Território era mais disputado e significava mais poder do que o cargo de Governador, ambos de livre indicação do governo federal” (Ott, 2002, p. 112).

Acerca do argumento de Jorge Oliveira e Ari Ott, as ponderações dos estudiosos merecem cuidados. Quanto ao embate dos executores do INCRA e os governadores da administração territorial (depois estadual), Ari Ott apenas resumiu o raciocínio numa frase da sua tese de doutorado, sem apresentar dados empíricos. A afirmação pode estar ligada a percepção dele devido ao período que exerceu atividades médicas nos postos de triagem de entrada dos migrantes na BR-364.

Quando Jorge Teixeira desembarcou no solo rondoniense para assumir o cargo, estava na companhia de parcelas do futuro gabinete. E coube ao governador indicar o executor regional do INCRA-RO, Galvão Modesto, o qual, nas palavras do coronel, tratava-se de um simples funcionário do INCRA em Manaus (*Alto Madeira*, 27/09/1983, p. 3).

Isto permite afirmar que a indicação dos altos cargos na burocracia federal não era decidida pelas diretorias das autarquias federais e, os critérios não passavam por desempenho profissional, mas mediante as conveniências do Ministério do Interior com o governador do Território Federal de Rondônia.

Ao fazer a ressalva anterior, não se está eximindo os conflitos ocorridos entre a burocracia federal e a administração estadual, ou sequer negando as ambições de alguns burocratas. Esses ao chegarem ao comando de autarquias estratégicas estavam munidos de recursos financeiros e controlando a vida de milhares de colonos ao longo dos assentamentos da BR-364. Deste modo, também se davam conta do capital simbólico e financeiro em suas mãos.

A hipótese defendida aqui é que a criação da CODARON não necessariamente representava freios ao poderio do INCRA. Todavia foi uma estratégia de Jorge Teixeira e Mário Andreazza de dividir os asseclas em autarquias, passando a impressão de que os civis acomodados nelas davam as cartas do jogo político, e assim era propagado pelos candidatos e a imprensa no decorrer do pleito de 1982. No fim, a dupla Andreazza e Teixeira, ao fingir ceder poder aos civis, esperava dessa divisão interna que o resultado viria em benefícios eleitorais, ou seja, uma numerosa bancada de pedessistas eleitos.

Aumentando a força da dupla Teixeira/Andreazza, o Palácio do Planalto remeteu mensagem ao Congresso Nacional no mês agosto de 1981, transformada na proposta de Lei complementar n°221-A/81, tratando da criação do Estado de Rondônia. No dia 16 de dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto. O PMDB²⁸, ciente da manobra do governo, proibiu seus parlamentares de participarem daquela votação. A decisão do partido levou Jerônimo Santana, que estava na sessão, optar pela abstenção. No Senado, no dia 17 de dezembro, o projeto passou com 36 votos do PDS e dois do PP. Os peemedebistas repetiram o gesto dos deputados federais ao não participar da votação. Encerrado os procedimentos do Legislativo, João Figueiredo sancionou a lei complementar n°41 no dia 22 de dezembro, criando a nova unidade federada. Assim, ele manteve Jorge Teixeira no cargo de governador, que passou por sabatina dos senadores e teve referendada a indicação em plenário (Matias, 1998, p. 140; *Alto Madeira*, 18/12/1981, p. 1).

A agilidade do governo federal em criar o Estado naquele ano baseou-se nos estudos do possível desempenho do PDS na eleição de 1982, pois estava prevista uma derrota

²⁸Após a reforma eleitoral de 1979 instituiu-se o multipartidarismo, o MDB tornou-se MDB e a ARENA virou o PDS (Schmitt, 2000, p. 48).

governista no Legislativo nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O ingresso da bancada federal rondoniense com maioria pedessista equilibraria as perdas nos estados citados (Matias, 1998, p. 142).

Desta forma, a CODARON entrou para afiançar uma vitória regional do campo governista. A estrutura da companhia cobria todo Estado, o qual estava aparelhado com técnicos que mantinham contatos diretos com os pequenos agricultores. Também os burocratas intermediavam com as prefeituras e outros órgãos como o INCRA, CIBRAZEN e ASTER-RO projetos desde a agricultura, saúde e educação nas comunidades (Oliveira, 2003, p. 222-223).

Ao mesmo tempo, o governo de Jorge Teixeira (PSD), conforme Valdir Souza (2011), se preocupou com a confecção da memória oficial. Por meio de edital publicado no dia 5 de janeiro de 1981, a Secretaria de Educação e Cultura, disponibilizou as regras aos interessados no concurso de escolha da Bandeira e do Brasão do futuro Estado. O resultado da competição desagradou competidores e a comissão de seleção, levando as alterações nas obras apresentadas pelos concorrentes. O desfecho final decorreu das modificações que contemplaram símbolos próximos dos intelectuais ligados a ferrovia Madeira-Mamoré, da caserna e da atividade agrícola no eixo da BR-364²⁹.

O poema “Céus do Guaporé” - escrito em 1944 pelo ex-governador Joaquim Araújo Lima, se tornou o Hino do Estado, ganhando o nome de “Céus de Rondônia” - parece ter sido o único consenso ao receber aceitação da população e dos intelectuais regionais. A letra da música faz referência ao momento de criação do Território Federal do Guaporé e a cidade de Porto Velho. Desta forma excluía os migrantes da BR-364, portanto estava desconectada com a conjuntura de 1981. Porém, o trecho “Nós os bandeirantes de Rondônia”, contemplou os antigos residentes e os moradores recém-instalados (Souza, 2011, p. 154-155).

Como a identificação de “rondoniense” aos nascidos na terra ainda ocorria timidamente, as palavras “bandeirante”, “desbravador” e “pioneiro”, preenche o vazio e se converte nas características da identidade dos moradores de Rondônia. Na maioria das vezes, tais designações estão colocadas como sinônimos, tendo em comum a trajetória marcada pela domação da natureza, o enfrentamento de “feras” nos rios e nas matas. Os “monstros” vencidos pelos “heróis” foram os animais e os indígenas, que teriam sido os inimigos ferozes

²⁹O historiador Valdir Souza (2011) na sua tese de doutorado, reconstituiu no 4º capítulo, detalhadamente, o processo de elaboração da memória de Rondônia, não sendo necessário aqui o aprofundamento sobre os episódios.

que tentaram impedir a “entrada do progresso”, restando aos “destemidos corajosos” guerrear na conquista do território.

Assim, o Hino “Céus de Rondônia” penetra no imaginário dos moradores, produzindo a sensação de pertencimento ao lugar. A chegada e a fixação na terra estão imprimidas de sobrevivência das batalhas nos tempos pretéritos, sendo que a luta visando a defesa de posse da terra é permanente.

É preciso registrar toda uma literatura que forneceu os sentidos de Bandeirante, Desbravador e Pioneiro. Mesmo não sendo possível a análise densa das obras nesta discussão. Não há dúvidas que os livros *Nos Rastros dos Pioneiros* (1984) do político e professor Amizael Silva, *Os Desbravadores* (volumes I, II, III e IV) de Victor Hugo, *Retalhos Para a História de Rondônia* de Esron Penha de Menezes e *Rondônia: evolução Histórica* (1993) de Emanuel Ponte Pinto, tiveram papel na construção desses mitos.

Segundo o historiador Maurício Neto (2019), os intelectuais mencionados anteriormente se declaravam no lugar de bandeirante, desbravador e pioneiros das letras, justificavam terem sido participantes de alguns eventos descritos e diziam estarem narrando os fatos com toda a veracidade exigida, ou seja, eram influenciados pelo historicismo (Neto, 2019, p. 191).

Ainda segundo Maurício Neto, no término da década de 1980, iniciou-se a circulação da literatura escrita pelos moradores da BR-364. O pano de fundo das narrativas é a descrição da conquista da natureza e o processo de civilizar a espacialidade habitada, como provas dos feitos extraordinários dos novos bandeirantes, desbravadores e pioneiros (Neto, 2019, p. 193).

Dentre as primeiras publicações do eixo da Br-364, na construção do panteão dos “pioneiros”, está a obra, *Rolim de Moura: um ponto de vista* (1988) de Maria do Socorro Pessoa. A escrita da narrativa circula na prosa e poesia para contar a história da instalação dos migrantes na Amazônia. Tece elogios as figuras da política e enfatiza que o livro recebeu apoio do senador Ronaldo Aragão (PMDB). Além disso, estende agradecimentos a Valdir Raupp (PMDB) e a Expedito Júnior (PMDB) (Neto, 2019, p. 195-196), esses são políticos migrantes de peso no Estado até os dias atuais, com exceção do primeiro que é falecido.

1.4 A Eleição de 1982

Discutir sobre os embates de identidade regional, bem como das ressignificações feitas ao longo do tempo, serve para compreender o desenrolar da eleição de 1982. Isso porque os grupos políticos desta disputa plebiscitária também estiveram influenciados por

esses princípios, ou mesmo sem uma intencionalidade pré-definida ajudaram no estabelecimento destes signos de identidade.

Antes de avançar, faz-se necessário esclarecer a nova configuração geográfica de Rondônia posterior aos programas de colonização dos anos 1970 e da instalação do Estado em 1981. Portanto, a discussão está assente conforme divisão geográfica desenvolvida por Fábio Cavalcante (2011) de duas mesorregiões: Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense³⁰:

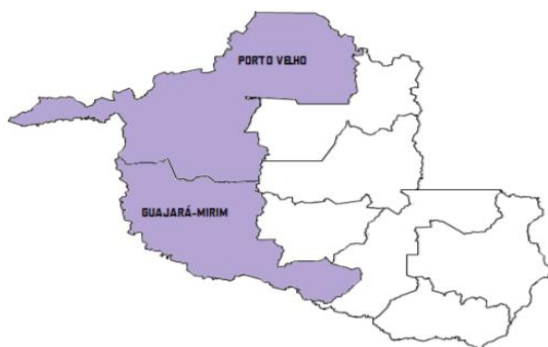


Figura 1: Mesorregião do Madeira-Guaporé e Microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim. Fonte: Cavalcante (2011).



Figura 2: Mesorregião do Leste Rondoniense e as microrregiões de Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Colorado do Oeste e Vilhena. Fonte: Cavalcante (2011).

A eleição de 1982 é um marco na ascensão de políticos da BR-364, ou seja, da Mesorregião do Leste Rondoniense, e o começo do declínio das elites da Mesorregião do Madeira-Guaporé nos rumos da política rondoniense. Este fenômeno efetuava-se lentamente e tão pouco antecedeu de planejamento estratégico de qualquer organização civil. A imprensa da capital e lideranças de Porto Velho e Guajará-Mirim manifestavam, acanhadamente,

³⁰ Atualmente o estado possui 52 municípios.

desconforto com a atenção dada aos municípios da BR-364, mas o duelo do momento puxava o debate a outro assunto.

Conforme mencionado anteriormente, desde as vitórias do PMDB (MDB 1966-1979) na década de 1970, as fronteiras políticas regionais se definiam entre dois polos: oposição versus situação. Desse modo, os maiores partidos, PMDB e PDS, recrutaram candidaturas nas duas mesorregiões. A linha de atuação eleitoral dos postulantes gravitava na defesa ou desconstrução de eficácia dos governos militares.

O papel do Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa merece pesquisas, a sua entrada não tirou o protagonismo do PMDB como adversário mais forte dos governistas e sequer diminuiu a popularidade da agremiação liderada por Jerônimo Santana. O PT na disputa geral elegeu apenas dois vereadores³¹.

Calcula-se a população rondoniense de 1980 na casa de 492.744 residentes³². E segundo dados do Tribunal Regional do Estado de Rondônia (TRE-RO), divulgados na imprensa no dia 13 de agosto de 1982, havia 245.376 eleitores no Estado, distribuídos entre 14 zonas eleitorais:

Tabela1. Eleitorado Rondoniense na eleição de 1982

Município	Número de eleitores
Porto Velho	61.084
Ji-Paraná	31.857
Cacoal	31.414
Ariquemes	18.937
Jaru	15.809
Guajará-Mirim	15.808
Colorado do Oeste	15.309
Ouro Preto do Oeste	15.024
Vilhena	12.995
Pimenta Bueno	11.398
Presidente Médici	9.667
Espigão do Oeste	5.075
Costa Marques	999

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-RO fornecidos ao *Alto Madeira* em 14/08/1982, p.3.

³¹ Um vereador em Cacoal e outro na cidade de Ouro Preto do Oeste, dados obtidos no TER-RO http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-eleicoes-1982-resultado-para-prefeitos-e-veredores-por-zona/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-eleicoes-1982-resultado-para-prefeitos-e-veredores-por-zona/at_download/file, acessado em 03/09/2020.

³² Dados do Anuário Estático do Brasil-1980, disponível no sítio eletrônico do IBGE: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf, acessado em 03/09/2020.

Os dados acima não são exatos e até os dias atuais o TRE-RO indis põe de mapeamento geral do eleitorado daquele pleito eleitoral. Mesmo com esta dificuldade, os números são necessários para entender a dinâmica do processo eleitoral, pois se tem o incremento do eleitor migrante. No levantamento de Salvador Cemi, de 1973 a 1982, entraram 220.064 migrantes na região. Destes não é possível saber quantos votaram no ano de 1982, uma vez que se padece de carência de fontes.

A tabela 1 apresenta a mesorregião do Leste Rondoniense³³, correspondendo a 68% dos votantes, e a mesorregião do Madeira-Guaporé (Porto Velho e Guajará-Mirim), somando 31% dos eleitores. Isto elucida o impacto do eleitorado migrante na primeira disputa do Estado, que alterou num intervalo de tempo curto os polos com maior concentração de votantes. Completando o debate com os dados da imprensa, concernente ao pleito de 1978, no Território Federal de Rondônia havia 120 mil eleitores (*Alto Madeira*, 14/08/1982, p. 3). Por isso, a entrada dos migrantes aumentou significativamente o volume de eleitores e os municípios atravessados pela BR-364 tornaram-se os redutos de políticos do Estado.

Para Valdir Aparecido (2011), os migrantes votavam nos candidatos do PDS, uma vez que seria uma forma de quitação da dívida com o governo, ou seja, o INCRA cedia uma pequena propriedade ao colono e este dava o voto nos candidatos do PDS (Souza, 2011, p. 26). O argumento do historiador ampara-se na constatação de muitos políticos governistas, com passagem pelo INCRA e a CODARON, terem conseguido vitórias nas urnas, como do ex- executor regional do INCRA, Galvão Modesto.

Sem dúvidas, as agências governamentais foram fundamentais na captação do eleitorado migrante ao transportar votos aos pedessistas. Prova disso observa-se no Legislativo estadual, o quarteto Silvernani dos Santos, Jõ Yutuza Sato, Marvel Falcão e Genivaldo Souza, foram apelidados de CODARON Boys (ARAÚJO, 2019). O presidente da empresa, Willian Cury, acrescentou:

Eu ajudei realmente os quatro amigos. Em verdade eu não ajudei somente a eles. Ajudei muitos outros. Mas deixei morrer ali. E o único que não pediu ajuda, foi o Bianco (*deputado José Bianco, primeiro presidente da Assembleia legislativa, depois senador e governador*). E, se ele procurasse, eu o ajudaria também pois nós tínhamos estrutura em todo o Estado. O Estado era um parque de execução de obras via CODARON. (Souza, 2019, GRIFO DO AUTOR).

³³ Com alteração nossa, inclui-se o eleitorado de Costa Marques mediante a proximidade e dependência do município com a BR-364, estando mais ligado com Ji-Paraná.

Pelas memórias de Cury, todos os pedessistas (com exceção de José Bianco), pleitearam verbas de campanha via a estatal estadual. Isto embasa as ponderações salientadas por Jorge Oliveira (2003) das intenções eleitoreiras da empresa, em vez de ser uma tentativa de racionalização dos projetos agrícolas. Ação idêntica ocorreu no INCRA, pois Galvão Modesto, foi o mentor do ex-vereador de Uberaba (MG), o odontólogo Heitor Costa Júnior, que disputou entre os postulantes ao Legislativo estadual os votos no município de Jaru (Freire, 2013).

As atitudes de Willian Cury, de Galvão Modesto (PSD) e do governador Jorge Teixeira (PSD), mostram a reprodução das práticas patrimonialistas, em que os órgãos em tela e os recursos públicos eram geridos ao sabor da lógica do mundo privado. Lilia Schwarcz esclarece que:

[...] o patrimonialismo, é resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder (Schwarcz, 2019, p. 65).

As colocações da historiadora cabem apropriadamente na eleição de 1982, a prática perversa do patrimonialismo, usada como arma de poder pelo PDS com intuito de vencer o pleito. E, acrescentam-se as denúncias da oposição de pressões do governador no Poder Judiciário, Jorge Teixeira intimidava os magistrados neófitos. Tomás Correia (PMDB) recorda:

Acionei a justiça sobre a propaganda irregular do PDS nas escolas públicas, contendo placas de candidatos pedessistas com a seguinte frase: “vote nos candidatos do Teixeira”. Isto era na porta dos colégios da capital e do interior. E, como resposta as nossas denúncias, a Justiça Eleitoral respondia não dispor de escadas para retirar o material em questão, a verdade é que o Judiciário não teve qualquer imparcialidade no pleito eleitoral (Correia, 2019).

Tomás Correia, procurador do Ministério Público Federal (MPF), disputava vaga no futuro parlamento estadual, e colaborava com o partido nas ações movidas na Justiça Eleitoral. A avaliação dele e dos demais opositores era que a corte eleitoral estava submissa ao Executivo, pois as denúncias protocoladas não avançavam e sequer tinha esforços do tribunal na análise do mérito. O próprio governador escancarou os abusos de poder numa declaração quando visitava cidades da BR-364:

[...] colocarei urnas em todas as linhas dos projetos, porque assim saberei quem votou contra o nosso partido e tomarei as devidas providências...

[...] pretendo continuar levando benefícios a todos os que escolheram Rondônia para viver. Mas vou beneficiar muito mais aqueles que estão do lado do governo, que os aos que estão do outro lado. Isso é ponto passivo (*Alto Madeira*, 14/08/1982, p. 3).

A fala de Jorge de Teixeira dirigida aos migrantes foi de ameaça, caso não votassem nos candidatos do PDS. Ela revela como o coronel-governador administrava o Estado, tratava a administração pública similar ao seu patrimônio pessoal. Por isso entendia poder determinar a distribuição dos recursos públicos segundo os critérios estabelecidos na geografia do voto, em vez das necessidades dos cidadãos.

Com práticas autoritárias, engenhadas no medo e no patrimonialismo, o campo pedessista estava com tudo ao seu favor para vencer as eleições. E ainda tinha do mesmo lado muitos matutinos à disposição da campanha: o *Alto Madeira*, *A Tribuna* e *O Estadão do Norte* (maior periódico da época). Esses declaravam-se “imparciais”, mas suas páginas divulgavam e privilegiavam os nomes do PDS.

Outra estratégia de Jorge Teixeira deu-se no recrutamento de peemedebistas ao PDS. No ano de 1981, o ex-secretário regional do PMDB, Carlos Alberto dos Santos (conhecido por Melhoral), ingressou no PDS e assumiu a Coordenação Geral do partido (Lima, 2013, p.505).

Carlos Melhoral, um empresário de Porto Velho, presidia a Federação Espírita Umbandista de Rondônia (FEUR), entidade que reunia diversas lideranças umbandistas no Estado e desenvolvia ações sociais na educação com populares na faixa de vulnerabilidade econômica. A FEUR também promovia o Encontro dos Orixás, um evento que contava com a presença de políticos locais e líderes religiosos de todo o Brasil. Ele geralmente acontecia no mês de julho na capital do Estado, a festa religiosa atraía centenas de pessoas, o que rapidamente virava um evento político (Lima, 2013, p. 505; 2019, p. 190-194).

Isso ficou mais acentuado no V Encontro dos Orixás (ocorrido na data de 12 de julho de 1981). As festas anteriores aconteceram no sítio de Carlos Melhoral, mas com a explicação da inauguração do prédio da FEUR, construído numa área cedida por Jorge Teixeira, o acontecimento foi feito na zona urbana. Jorge Teixeira e Álvaro Lustosa (secretário de educação do Território Federal) compareceram às atividades e foram homenageados pela entidade (Lima, 2013, p. 480-483).

No VI Encontro dos Orixás as manobras políticas ficaram latentes, a edição ocorreu na cidade de Ji-Paraná em 10 de julho de 1982, tendo novamente contado com a presença de Jorge Teixeira. O argumento do deslocamento da festa da capital a uma cidade da BR-364 foi sustentado pelos organizadores no aumento dos praticantes da umbanda no leste rondoniense.

Todavia, a razão da escolha de Ji-Paraná passou pela estratégia de divulgar os candidatos do PDS na região da BR-364, como Carlos Melhoral, que pleiteava uma das vagas no parlamento estadual (Lima, 2013, p. 487- 488).

Diante das análises da historiadora Marta Lima, sobre os eventos da FEUR, o PDS e o *Alto Madeira*, este que serviu de fonte à pesquisadora, verifica-se que as narrativas não foram meras causalidades da rotina da imprensa, tendo em vista que as edições do evento religioso eram acompanhadas por Euro Tourinho e Lúcio Albuquerque. Com a disputa eleitoral, o matutino encaixava uma festa religiosa, supostamente despretensiosa de teor político, nas suas páginas.

A postura oficial do *Alto Madeira* na campanha eleitoral de 1982 dizia estar fazendo uma cobertura isenta de partidarismo, contemplando nas edições do jornal reportagens ou material de campanha do PDS e do PMDB. O último tem uma razão específica, tratava-se da oposição aceitável na convicção dos proprietários da empresa de mídia. Por isso, exige-se que o pesquisador fique atento a determinados detalhes, cabendo analisar as matérias de assuntos diversos, seja do esporte, religião ou coluna social.

Os peemedebistas tinham vasta experiência nas jornadas eleitorais, acrescida de um eleitorado forte, por isso lançaram candidatos detentores de mandatos no Legislativo de Porto Velho aos cargos de deputado federal e estadual. Também buscaram recrutar pessoas ligadas aos migrantes, desde os colonos e os profissionais liberais. A grande novidade da agremiação foi o apoio do jornal *O Guaporé*, a oposição ganhou reforço na publicidade das candidaturas do partido (Dias, 2020, p.37)³⁴.

O proprietário do jornal era o empresário Múcio Athayde (PMDB)³⁵, que disputava uma das oito vagas na Câmara dos Deputados. Após montar a equipe do jornal, escolheu o jornalista Carlos Sperança no posto de editor-chefe, conciliou os interesses de sua campanha e a do partido. O PMDB promovia reuniões nos municípios do interior do Estado, conhecidas por “Caravanas do Povo”. Concomitantemente, ocorria a instalação das sedes do jornal nas

³⁴ O jornal *O Guaporé* circulava na região desde 1954 com intensa participação no mundo da política, sendo controlado por seringalistas e empresários do grupo dos cutubas, quem seria o proprietário oficial do jornal ainda não está claro, Esron Penha de Menezes atribui ao ex-governador Aluizio Ferreira, o principal líder dos cutubas, a condição de dono da empresa (Menezes, 1998, p. 89). Para mais detalhes acerca da relação do *O Guaporé* e o PMDB, ver: Dias, 2020.

³⁵ Empresário mineiro do ramo imobiliário, tinha trânsito com a classe política mineira desde Juscelino Kubistchek, filiado no PTB chegou a ser deputado federal suplente entre 1963-1964, porém com o Ato Institucional I perdeu o cargo e os direitos políticos. Em 1980 restabelecida sua prerrogativa cidadã, passou a conversar com Jeronimo Santana para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados por Rondônia mantidos os acordos, Múcio Athayde assumiu a secretária regional da executiva do PMDB e financiou muitas candidaturas. Nos planos do empresário, ele seria eleito, mas se afastaria do Estado. Depois do lançamento da candidatura de Tancredo Neves ao Planalto passou a negociar a indicação ao governo do Distrito Federal.

idades da BR-364, como nos casos de Ji-Paraná e Vilhena, fazendo circular por volta de quatro mil exemplares do matutino no Estado (Dias, 2020, p. 38; Sperança, 18/10/2019).

Ocorrida em quinze de novembro, a consulta eleitoral mostrou dois aspectos: o tamanho da perda de popularidade dos militares e do PDS no imaginário da sociedade brasileira, e uma eleição totalmente polarizada. Na avaliação do cientista político Amaury de Souza:

Dessa vez, os resultados da manipulação política saíram fragorosamente pela culatra. Confrontado com a possibilidade de derrota nos estados-chave, o PP fundiu-se de novo com o PMDB e o resultado foi a reemergência da disputa eleitoral polarizada. De fato, as eleições de 1982 foram bipartidárias em todos os Estados, com exceção de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nos demais estados, os votos foram divididos entre o PDS e o PMDB, com a oposição conquistando 10 dos 24 governadores eleitos e a maioria no Congresso (Souza, 1992, p. 170).

Para o estudioso do pleito de 1982, os prognósticos do Palácio do Planalto visando uma vitória confortável não foram confirmados, ao contrário, demonstrava engajamento das diversas oposições na derrubada da ditadura militar, com enorme respaldo da sociedade civil. Ainda segundo Amaury de Souza (1992, p.169), naquela eleição o Governo Federal tinha interferido outra vez na legislação eleitoral, pois vedou o uso de coligações entre os partidos, por meio do confuso *voto vinculado*³⁶. Embora o autor não tenha citado, a criação do Estado de Rondônia no ano de 1981 esteve no pacote de manipulações eleitorais.

Regionalmente, o intelectual ligado ao PDS, Francisco Matias, classificou o resultado do pleito de “vitorioso” para o governo, simplesmente pelo fato do partido governista ter proporcionalmente feito a maioria. Francisco Matias (1998) considerou os números das urnas da seguinte forma:

Realizadas concomitante às eleições para deputado estadual, federal e senador, os resultados não foram diferentes. Dos 167 vereadores, 108 eram do PDS, 57 do PMDB e dois do PT. Os nove prefeitos também pertenciam ao partido do governo. O resultado, evidentemente, foi o reflexo da conjuntura política do Estado e da liderança do governador Jorge Teixeira de Oliveira, que conduziu seu partido à vitória em todos os níveis (Matias, 1998, p. 161).

A narrativa do escritor memorialista está contemplada com números oficiais do TRE-RO e à primeira vista convence o leitor. Esse argumento tem ganhado reprodução no meio acadêmico, provavelmente pelo tema em si da eleição requerer aprofundamento. Veja-se que

³⁶Significava: “[...] a determinação de que só seriam considerados válidos os votos dados, em todos os níveis, para um mesmo partido” (Souza, 1992, p. 169).

Francisco Matias aponta a existência de uma polarização centrada entre PDS e PMDB, depois destaca a aparente força do governador na agremiação e na sociedade, uma tese pouco provável, o que encobre a utilização das práticas antirrepublicanas na conquista dos votos e os arranjos internos dos grupos pedessistas, que foram desfeitos num tempo breve.

O triunfo da caserna na jornada eleitoral deu-se na cultura política e na economia, somado a herança da ditadura do Estado-Novo. Sendo presente a imposição do autoritarismo manifestado por militares nos eventos de grandes alterações, a criação do Território Federal do Guaporé (1947) e do Estado de Rondônia (1981). Tais modificações políticas facultaram aos cidadãos a utilização do debate e do diálogo na administração pública, ou seja, a participação civil é deslegitimada. Na economia, os políticos do PDS e do PMDB estavam compromissados com a concretização do sonho da terra “abençoada divinamente” à expansão agropecuária.

Diversos candidatos colocaram-se na posição de defensores das atividades do campo. A candidatura de Múcio Athayde (PMDB) é o maior exemplo, tendo em vista que ele ficou em primeiro lugar na disputa para deputado federal, conquistando 24.388 votos ou 13,92%³⁷. O empresário residia no Rio de Janeiro, aproximou-se de Jerônimo Santana e transferiu o domicílio eleitoral de Minas Gerais a Rondônia por volta de 1981.

O ex-funcionário de Athayde, o jornalista Carlos Sperança, recorda que durante as rotas das viagens do Rio de Janeiro a Rondônia, o empresário vestia-se com ternos de grife alemã e sapatos italianos, ainda no aeroporto mudava o traje. Ao desembarcar em Porto Velho, vestia calça jeans, botas comuns e um chapéu *country*, todo figurino tinha sido planejado por uma equipe de *marketing* da campanha, a mesma também opinava nas matérias do *O Guaporé* e apresentava o candidato como o “homem do chapéu” (Sperança, 18/08/2019).

A indumentária de Múcio Athayde é o retrato da grande presença de trabalhadores rurais no Estado, igualmente o esforço de criar o modelo de identidade dos moradores locais, seria uma pessoa com rosto masculino e um vestuário do universo da agropecuária. O *marketing* de Athayde ainda tem reprodução nas corridas eleitorais do território rondoniense na atualidade, incluindo mulheres.

Em suma, a eleição de 1982 gestou a agenda número um dos candidatos nas propostas de campanha, a apresentação de projetos focalizados no “desenvolvimento” da

³⁷Eleições Gerais de 1982 – Relatório da Comissão Apuradora / TRE-RO.

expansão agropecuária. A opção pela agropecuária é vista dentro da ótica gradativa, seria um estágio inicial de um “movimento natural” que levaria a industrialização da espacialidade.

O triunfo do PDS no término do pleito teria sobrevivendo do êxito de eleger os três senadores, Odacir Soares, Galvão Modesto e Claudionor Roriz³⁸. Jorge Teixeira, os assessores do governador e Mário Andreazza subestimaram os eleitos e não demorou para os detentores de mandato legislativo colocarem na mesa as cartas de seus jogos.

Os senadores Odacir Soares e Galvão Modesto, os deputados federais pedessistas³⁹, Assis Canuto, Leônidas Rachid, Francisco Sales e Rita Furtado, eram chamados de “Grupo de Brasília”. Fizeram pressões por cargos no governo estadual, de tantas recusas e trocas de acusações afastaram-se de Jorge Teixeira e da candidatura de Mário Andreazza na sucessão presidencial, optaram por alinhar-se ao paulista Paulo Maluf (Dias, 2020).

No iniciante Poder Legislativo estadual, os pedessistas perfizeram 15 deputados estaduais⁴⁰, uma maioria simples, mas distante dos dois terços aguardados no planejamento da cúpula do PDS. O governo e o partido comemoravam o fato de poderem ditar a comissão de delegados do colégio eleitoral de 1985, a agremiação iria sozinha compor os seis membros da delegação.

A oposição peemedebista festejou as vitórias de Múcio Athayde, do advogado Orestes Muniz e do empresário Olavo Pires na bancada federal⁴¹, a melancolia ficou com a primeira derrota de Jerônimo Santana, ao perder a disputa pelas vagas da casa alta do parlamento nacional.

O maior êxito do PMDB deu-se ao eleger nove deputados estaduais⁴², emergia uma oposição parlamentar unida, que elencava como meta primordial desconstruir a memória de tecnicidade dos militares e apontar o malfeito dos pedessistas. A votação expressiva dada à principal agremiação oposicionista merece a seguinte interpretação:

[...]nem todo eleitor migrante sentiu-se devedor do governo federal, pois muitos viram a fome, a desassistência técnica, a falta de saúde e até a ausência de escolas para seus filhos estudarem, ademais assistiram de perto estradas em péssimas condições e a propaganda resumir-se a marketing. Foi justamente destas pessoas que o PMDB conquistou adeptos e reconhecimento, de partido capaz de mudar-lhes suas vidas, por isso lotavam os comícios lideradas pelo dono do *O Guaporé*, Múcio

³⁸Eleições Gerais de 1982 – Relatório da Comissão Apuradora / TRE-RO.

³⁹Francisco Erse, popularmente apelidado de Chiquilito, obteve o segundo lugar na disputa das oito vagas da Câmara dos Deputados, fazendo 20. 506 votos (TRE-RO, ibidem) e manteve-se aliado a dupla Andreazza e Teixeira.

⁴⁰Fonte: Eleições Gerais de 1982 –Relatório da Comissão Apuradora / TRE-RO.

⁴¹Fonte: Eleições Gerais de 1982 – Relatório da Comissão Apuradora / TRE-RO.

⁴²Fonte: Eleições Gerais de 1982 – Relatório da Comissão Apuradora / TRE-RO.

Atayde, que junto com os colegas de partido, prometiam acabar com a corrupção, redemocratizar a nação e pôr na prática o desenvolvimento da região, com apoio real aos agricultores (Dias, 2020, p. 124).

Esta leitura da eleição de 1982, entendendo o comportamento de parcelas do voto do eleitor migrante, sendo uma resistência das pressões feitas pelos membros do PDS, ou um ato de demonstrar indignação à propaganda oficial, merece estar nas análises que subvalorizaram o descontentamento popular, com a precariedade dos serviços públicos disponibilizados aos cidadãos, atrelado ao rendimento salarial baixo diante da inflação galopante.

Portanto, no território nacional, a imagem dos militares no quesito econômico, sofria desgastes, fenômeno constatado nos limites geográficos rondonienses. O passo seguinte seria explorar o revés da caserna na opinião pública para aumentar a pressão civil pela retomada de um país democrático e governado pelos legítimos governantes, os políticos eleitos. Dentro desta transição política, nascia a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO), uma instituição valiosa na defesa da redemocratização do Brasil recente.

1.5 A Fundação da ALE-RO

A Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) foi criada no ano de 1983. Devido à falta de uma Constituição estadual na unidade federada de Rondônia, as funções legais desta instituição estiveram limitadas por oito meses. Dessa forma, a primeira legislatura (1983-1987) precisou formular as regras jurídicas de funcionamento da entidade e se concentrou na tarefa mais ampla: escrever e promulgar uma constituição ao novo Estado.

Os trabalhos solenes de 31 de janeiro de 1983, ocorridos no ginásio Cláudio Coutinho, localizado no centro de Porto Velho, marcaram o início da implantação do Poder Legislativo nas terras rondonienses. A sessão foi presidida pelo Presidente do TRE-RO, Darci Ferreira, o qual deu posse aos vinte e quatro parlamentares, em seguida o desembargador comunicou a instalação da Assembleia Constituinte Estadual (*O Guaporé*, 01/02/1983, p. 1; *Alto Madeira*, 01/02/1983, p. 1).

Os deputados estaduais dividiam-se entre duas bancadas, pelo PDS: Amizael Silva, Arnaldo Martins (o único militar daquela legislatura), Heitor Costa, Francisco Nogueira, Genivaldo Souza, Jacob Atallah (líder da bancada no ano de 1983), José Bianco, José Zuca Marcolino Sobrinho, José do Prado, Jô Yutaka Sato, Manoel Messias, Marvel Falcão, Oswaldo Piana Filho, Silvernani Santos e Walderedo Paiva. No PMDB: Amir Lando, Ângelo Angelin, Augusto Sérgio Carminatto, Cloter Mota, Jerzy Badocha, João Dias Vieira, José Ronaldo Aragão, Sadraque Muniz e Tomás Correia (líder da bancada no ano de 1983).

A imprensa cobriu com bastante euforia a instalação do novo poder, jornalistas frequentavam diariamente os corredores da instituição com intuito de cobrir a rotina da casa legislativa. O *Alto Madeira* incumbiu o jornalista Lúcio Albuquerque na responsabilidade de registrar o dia a dia do Poder Legislativo estadual, exatamente porque ele já fazia trabalho semelhante na Câmara Municipal de Porto Velho. Em seguida Albuquerque integrou a assessoria de comunicação da entidade (Albuquerque, 2019).

Nesse contexto, houve uma relação de mão dupla entre os deputados estaduais e a imprensa, a maioria dos parlamentares eram neófitos na política institucional e desconhecidos na capital. Assim, os encontros de políticos e jornalistas na casa legislativa serviam para construir contatos entre os parlamentares e os veículos de comunicação, que geralmente concentravam-se na cidade de Porto Velho⁴³.

Constata-se que a primeira legislatura da ALE-RO estava composta por maioria de políticos cujos redutos eram das cidades da mesorregião do Leste Rondoniense, fazendo representar 62%, enquanto os integrantes da mesorregião do Madeira-Guaporé compunham 33% do parlamento (Dias, 2020, Viana, 2021).

Isto refletia na disputa por verbas ao serem direcionadas aos municípios, ao mesmo tempo, definia a maior parte da agenda de projetos. Naquela altura, os assuntos ligados à agropecuária eram institucionalizados como prioritários. Assim, os parlamentares pleiteavam atendimentos básicos nas zonas rurais com intuito de alavancar a economia, que se concretizaria com toda uma infraestrutura nas sedes dos municípios da BR-364. Neste sentido, havia pedidos dos deputados da Mesorregião do Leste Rondoniense de implantação de agências bancárias, escolas e estabelecimentos hospitalares, além de obras urbanísticas nas cidades dessa mesorregião para melhor adequar ao mundo dos negócios⁴⁴.

Editoriais e colunas de opinião do jornal *Alto Madeira* dessa época já percebiam tais mudanças e reafirmavam de qual lugar falavam, ou seja, os de integrantes da elite da mesorregião do Madeira-Guaporé. Ao mesmo tempo, estreitava os laços com os políticos da mesorregião do Leste Rondoniense.

⁴³ No interior do Estado, após a fundação de cidades na BR-364, no decorrer da década de 1970, começou a surgir jornais de circulação local, todavia a durabilidade deles era curtíssima em comparação a longevidade dos matutinos da capital (Martins; Colferai, 2020, p. 2013-215).

⁴⁴ A localização geográfica da elite política rondoniense e, o impacto disso nas políticas públicas será tratada nos próximos capítulos, mas o assunto também já foi abordado em outros estudos por diferentes perspectivas:

- Conflitos de identidades dos moradores do Leste Rondoniense entre os do Madeira-Guaporé, ver: (Lima, 2021, Souza, 2011).

- Formação dos partidos políticos e deslocamento da elite política, ver: (Viana, 2019; Nascimento, 2019).

O comportamento do matutino de aproximação com os parlamentares do interior aumentou depois da surpreendente ascensão do advogado José Bianco nas prévias do PDS pela indicação na presidência do Legislativo, desbancou o favorito do Executivo estadual, Jacob Atallah, que retirou a candidatura ao perceber a união dos colegas da mesorregião do Leste Rondoniense em volta de José Bianco, fato consumado quando na votação interna de 24 de janeiro de 1983, José Bianco derrotou com folga o correligionário da capital, Amizael Silva (Dias, 2020, p. 76).

A oposição peemedebista compreendia indispor de força para sonhar com o comando da casa, preferiu negociar os cargos da mesa diretora e das comissões permanentes, exigindo principalmente o comando das comissões de *Constituição e Justiça* e, também, a de *Agricultura*. Os acordos do PDS com o PMDB fizeram José Bianco o primeiro presidente da instituição (Dias, 2020, p. 77).

Porém, entre a posse dos deputados estaduais em 31 de janeiro de 1983 e a promulgação da Constituição do Estado de Rondônia na noite de 6 de agosto do mesmo ano existiu o Poder Constituinte estadual chefiado por José Bianco, que intermediava os trabalhos de redação da Carta Magna com os demais constituintes derivados. Diante disso, o Executivo manteve-se com superpoderes por mais oito meses, ainda mais que os deputados estaduais não podiam exercer fiscalização das práticas do governo estadual. De acordo com Amizael Silva:

Sua excelência (o governador Jorge Teixeira) ficou com os poderes executivo e legislativo, passando a expedir decretos que estruturavam juridicamente o novo Estado, quando criou o quadro de juízes e desembargadores ao mesmo tempo em que criou o Tribunal de Contas do Estado (Silva, 1984, p.156) *grifos nossos*.

O ex-parlamentar, também memorialista local, apontou que após a criação do Estado, no final de 1981, o coronel Jorge Teixeira ainda detinha poderes sem freios, por isso, estruturou outras instituições. Todavia, esta colocação merece cuidado, pois Amizael Silva, mesmo sendo distante do governador, fazia parte do *staff* pedessista, sua análise não aprofunda as intenções eleitoreiras nacionais do Planalto e tampouco dos métodos patrimonialistas realizados pelo PDS e o Executivo no Estado.

E, quando aborda a criação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), fundado pelo decreto-lei de número 47, de 31 de janeiro de 1983, editado pelo governador Jorge Teixeira, esconde sua omissão na época, ainda mais no momento de institucionalização do órgão e posse dos conselheiros, todos nomeados pelo governador em 12 de abril. Somente os peemedebistas questionaram a medida do Executivo de apressar uma

matéria de interesse do Legislativo, pois poderia ser decidido pelos constituintes. Mesmo depois de ter sido escolhido o relator do anteprojeto constitucional, Amizael Silva ignorou os pedidos do líder da oposição, Tomás Correia, para inserir na minuta do texto de Constituição artigos que reverteriam a decisão do governador a respeito do TCE-RO (Dias, 2021).

Os primeiros meses da ALE-RO funcionaram com poderes limitados. Por outro lado, houve muitas reviravoltas e rachadura no projeto da sucessão presidencial traçado pela dupla Mário Andreazza e Jorge Teixeira. As visitas do presidente e do ministro do Interior a Rondônia, ao longo de 1983, tiveram climas tensos e de exíguos anúncios de verbas por causa da austeridade econômica.

O Grupo de Brasília gradualmente cooptou alguns deputados estaduais do PDS, insatisfeitos pelo tratamento dispensado pelo governador e os secretários estaduais aos correligionários. Diversas alas pedessistas uniram-se na votação regional do diretório do partido, feita em 19 de junho, e elegeram Desival Ribeiro que derrotou o senador Claudionor Roriz na presidência da agremiação, por uma diferença de dois votos (Dias, 2020, p. 116).

As manobras de diversos políticos da bancada federal e estadual, que resultou na chegada da executiva e do diretório do partido, surpreendeu o Diretório Nacional, somando-se aos dados do *Jornal do Brasil*, apontando maioria inclinada a caminhar com Paulo Maluf (O *Guaporé*, 21/06/1983, p. 1).

Para contrabalançar ainda mais Mário Andreazza e Jorge Teixeira, o ex-governador de São Paulo, na época deputado federal do PDS, Paulo Maluf, recebeu convite e aceitou prontamente em participar da festa de promulgação da primeira Carta Magna rondoniense. O *Alto Madeira* logo discordou da ideia, e a presidência da Assembleia Constituinte desconversou de ter providenciado o convite. Cabe salientar que José Bianco, o governador e o matutino falavam na maioria das vezes afinados, procuravam não provocar estranhamentos entre eles. Coube a Heitor Costa assumir a reponsabilidade do convite (Dias, 2020, p. 102).

A respeito da origem do convite a Paulo Maluf é um detalhe secundário, pois ao recordar-se das lições de Robert Darnton (1990), o qual atormentava-se com os significados do beijo de Lamourette, o historiador chegou à conclusão que pouco importava saber a troca de afetos entre os membros da Assembleia Legislativa naquele 7 de julho de 1792, porém o relevante é como se desenrola o acontecimento histórico (Darnton, 1990, p. 34). No caso da promulgação da Constituição de 1983, a presença do político paulista no solo amazônico mudou as relações institucionais dos dois poderes, bem como apresentou aos pedessistas insatisfeitos uma força da qual podiam agrupar-se na pressão em cima do Executivo estadual.

Esta era a bancada do PDS, fragmentada e descompromissada de lealdade com o projeto sucessório de Mário Andreazza e Jorge Teixeira. Teve o distanciamento provocado devido ao Executivo acreditar manter tutelados os parlamentares às suas vontades, ademais os descontentes aliaram-se aos poucos a Paulo Maluf, por ele dispor de grande influência na política nacional e em ambientes do capital financeiro. Em termos de um enquadramento, não resta dúvida que a bancada pedessista era fisiológica, comprometida no cumprimento de acordos somente quando fosse conveniente e com quem poderia ofertar mais.

Do outro lado, havia a bancada do PMDB que, embora não sendo homogênea, era totalmente fiel à liderança do partido. Procurava falar uma mesma linguagem, ou seja, tinha como meta questionar as arbitrariedades da Ditadura Militar e opor-se ao tirano estadual. A tarefa dos nove deputados estaduais passaria por intermediar junto a sociedade civil pautas de transformação, indo desde pressão pela retomada da democracia brasileira, reformas econômicas que garantissem a distribuição de renda, investigações de práticas corruptas do governo e a construção de um Estado em Rondônia com traços civis participativos e menos autoritário militar.

Ao longo de 1983 a liderança do PMDB esteve com o procurador federal Tomás Correia, que era apadrinhado de Jerônimo Santana, buscou nos autênticos, a identidade de sua liderança⁴⁵. Por isso, muitas vezes usava palavras poucos elegantes na hora de expor suas convicções, de maneira enfática questionou a criação do TCE-RO por Jorge Teixeira, desqualificou o currículo dos indicados, na constituinte apertava os secretários estaduais e na hora das negociações entre bancadas, dificilmente recuava das pautas fechadas pelos correligionários. O colunista Josias de Macêdo, do *Alto Madeira*, o apelidou de “carcará da oposição” por ser bastante astuto, ágil na tribuna e nos debates do parlamento.

Logo, a entrada de Tomás Correia na cena política, sendo afirmativo contra o governo, ganhou o noticiário. Nos jornais *O Estadão do Norte* e *O Guaporé* as declarações do parlamentar ganhavam destaques nas capas, no *Alto Madeira* as falas do parlamentar também se tornavam manchetes. Naquele momento, as falas do líder do PMDB viravam as notícias polêmicas do momento, rendendo comentários nas variadas colunas e atraindo leitores.

O governo estadual reagia de todos os lados, ações penais contra Tomás Correia entraram na órbita do Executivo, o qual também constantemente publicava respostas a imprensa acerca das acusações. Dentre estas, por meio de uma nota no *Alto Madeira*, de 14 de abril de 1984, intitulada de “Nossas Razões”, o Procurador Geral do Estado, César Augusto

⁴⁵Correia, 07/11/2019.

Ribeiro de Souza, questionou o porquê do jornal *O Estadão do Norte* abrir espaço aos pronunciamentos de Tomás Correia. Segundo o procurador, Tomás Correia estaria a serviço do empresário Mário Calixto Filho (dono do jornal) que brigava com o governo estadual pela gleba de Milagres localizada na capital do Estado (*Alto Madeira*, 14/04/1984, p. 5).

Mesmo diante dos rebates do governo do Estado na imprensa, como na notícia do parágrafo anterior, é preciso esclarecer que o jornal *Alto Madeira* escolheu por abrir as portas aos deputados do PMDB. Essa atitude rendeu-lhe reconhecimentos públicos da bancada e de Tomás Correia, que ainda considerou o trabalho do matutino na época de imparcial com a oposição⁴⁶.

Desta forma, o neófito parlamento com duas bancadas que eram antagônicas em diversos pontos, e buscavam dentro dos limites se afirmarem perante a opinião pública, construíam a autonomia do Poder Legislativo, reconhecido ao longo de vários editoriais e colunas de opiniões dos impressos locais.

E, para encerrar este tópico, especificamente a memória dos militares, que mediante as fontes e a escassa literatura da ALE-RO, permitem interpretar que naqueles anos, o ingresso do Poder Legislativo desconstruía a imagem de os militares agirem com imparcialidade na administração pública, mas que segundo a oposição a caserna, ao estar no governo, era incompetente e corrupta.

Reiterando a linha de argumentação, afirmou-se com base nas bibliografias e diversas fontes históricas, como as forças armadas, com ênfase no Exército Brasileiro, estiveram no cenário principal das ações de organização da sociedade rondoniense. Com isso, tornou a memória dos militares enquadrados na ponderação de Joël Candau (2012) de uma *memória forte*: “Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade” (Candau, 2012, p. 44).

Baseado nas reflexões de Joël Candau, identifica-se nas memórias confeccionadas sobre os militares a fabricação deles na condição de heróis fundantes da sociedade rondoniense, lembrados pela eficácia técnica e que possuíam um plano de trabalho a ser executado nos cargos ocupados, por isso operacionalizariam projetos em prol de toda a população. O mito do militar técnico e distante dos jogos de poder parece sobreviver ou ressurgir de tempos em tempos, fazendo dele uma “memória forte” na comunidade brasileira.

⁴⁶Correia, 07/11/2019.

Prova disso encontra-se numa outra temporalidade de transição recente. Em 2018, a ALE-RO, na véspera de inaugurar seu novo prédio, abriu uma consulta pública, no formato online, tendo por finalidade escolher o nome da repartição pública. Os internautas votaram nas seguintes sugestões: Palácio Madeira-Mamoré, Palácio Destemidos Pioneiros, Palácio Soldados da Borracha, Palácio 6 de Agosto, Palácio Marechal Rondon, Palácio Forte Príncipe da Beira e Palácio Céus de Rondônia, os dois últimos disputavam como favoritos (Berno, 2018).

Finalizada a consulta em 16 de dezembro, a opção mais votada foi de Palácio Marechal Rondon⁴⁷. Dessa maneira, mais uma vez a memória militar triunfou no monumento público. Causa estranhamento o nome de um militar dado para a sede do Poder Legislativo, pois a trajetória do personagem não dispõe de qualquer ligação com as finalidades da instituição.

Todavia, o resultado da enquete está associado ao retorno dos militares na política nacional e estadual. Na eleição de 2018, o Estado concedeu 70% dos votos válidos ao candidato presidencial do Partido Social Liberal (PSL) e elegeu um coronel da PM-RO filiado ao mesmo partido no governo do Estado⁴⁸. O reingresso da caserna esteve ancorado no passado mítico da memória militar, que produziu uma “fantasia coletiva”, por clamores de segurança e ordem social.

Reafirmar o nome de Marechal Rondon mostrou a sobrevivência da memória militar, que também se impõe no mundo institucional diante das rivalidades internas ou dos escândalos imprimidos em algumas biografias políticas. Somente a memória de Getúlio Vargas compete com igualdade a dos militares, e também se mantém viva, pois foi o pai dos “ferroviários, soldados da borracha” e mãe dos seringalistas⁴⁹.

De volta ao recorte da tese, encontra-se outra conjuntura, verifica-se uma intensa disputa pela opinião pública, a memória militar passava por questionamentos. A fundação da

⁴⁷Informação com base na resolução 417/2019 votada na sessão extraordinária de 22/01/19, disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/institucional/videos/ale-tv-sessao-extraordinaria-22-01-19>, assistida em 01/09/2020.

⁴⁸O retorno estadual dos militares ao Executivo é marcado pelo deslocamento de figuras no século XX foram os oficiais do Exército Brasileiro os protagonistas, e em 2018 constata-se o oficialato da PM-RO. Ao término, recorda-se que o Estado de Rondônia presenciou diversas greves da PM, sendo um dos primeiros no país, do ponto de vista legal o movimento é considerado inconstitucional, e na academia é um fenômeno ainda pouco compreendido.

⁴⁹Evitando abrir muitos parênteses, apenas com intuito de elucidar pontos, como no caso da memória do ex-presidente, entende-se que ela é outra “memória forte” servindo a grupos de diversas matizes ideológicas. O registro do nome Getúlio Vargas vai de logradouros a prédios públicos, incluindo a ex-sede do governo do Estado, que na atualidade abriga o Museu da Memória Rondoniense, tendo na frente um busto de Vargas e de João Figueiredo, ambos bem preservados. Os impressos locais do recorte em tela tratavam com muito deferência o legado do ex-chefe do governo federal.

ALE-RO significava reorganizar aquela sociedade, essa tarefa trazia consigo outras possibilidades de conceber a administração pública e, principalmente, de inserir as pessoas como os indivíduos primordiais no mundo das instituições republicanas.

Vinte e quatro parlamentares, reunidos numa assembleia eleita por sufrágio universal, detinham poder de decisão sobre a vida de milhares de cidadãos. Na primeira oportunidade, ou seja, a redação do anteprojeto constitucional de 1983, fizeram questão de apontar uma forma diferente de elaborar uma política pública, buscaram ouvir entidades civis e os próprios moradores. Nesse agrupamento de representantes do povo, primeiro há a apresentação dos projetos e, em seguida, abria-se a discussão pública, podendo fazer ajustes mediante a consulta, para depois levar a apreciação do plenário, de onde caberia referendar ou não a matéria.

Esta análise entende a implantação da ALE-RO, indo além da relação institucional entre Legislativo e Executivo, mas procura perceber o nascimento de uma Assembleia Legislativa associada a recuperação da tradição brasileira de pensar e repensar as formas de uma república. Os debates acerca da temática ficaram sob vigilância e sequestrados depois do golpe de 1964, uma vez que a ditadura militar usou de perseguição a intelectualidade, ou mesmo cessando vozes opostas.

Uma república contemporânea é aquela oriunda das Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789-1799), as quais buscaram na tradição das instituições romanas da antiguidade, um modelo viável a conjuntura setecentista, embora imprimiu suas adaptações e reformulações, como na matriz estadunidense que implantou a separação dos poderes (Singer; Araujo; Belinelli, 2021).

Nossa historiografia, ao tratar do golpe de 1930 em diante, aborda timidamente as noções de república, talvez devido aos traumas de duas ditaduras, a do Estado novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), dessa maneira, na maioria das vezes constata-se na literatura sobre 1945-1964 e do pós-1985, debates envolvendo apenas as noções de democracia. Heloisa Starling recentemente apresentou que desde os tempos do domínio colonial português existiam projetos republicanos no Brasil (Starling, 2019).

Democracia e república têm definições próprias, cada uma com suas particularidades. Entretanto, o desenho institucional da política contemporânea formulou-se com base nos princípios do cotidiano político republicano e democrático dos povos antigos no Mediterrâneo, que lhes proporcionavam resolver as demandas de seus universos.

Resumindo, as duas noções acima foram recuperadas e readequadas por vários intelectuais no contexto pré e pós-revoluções Inglesa, Francesa e Americana, com ênfase nas

duas últimas e, destacando os ilustrados e os federalistas ianques, eles procuravam racionalizar o *modos operandi* da política desconstruindo a concepção mítica propagada dessa atividade. No século XIX, devido ao surgimento dos sindicatos, abriram-se outras frentes de pressões sobre o Estado e, ao longo do século XX, a agenda tornou-se infindável até os dias atuais (Singer; Araujo; Belinelli, 2021).

Deste modo, democracia e república são ideologias que estão casadas, ambas formulam o ideal de representação e participação, duas palavras que percorreram todo o cerne dessas noções e são formadoras de outras noções. No regime democrático e republicano existem os cânones da forma do funcionamento das instituições, os quais devem funcionar com total transparência e autonomia, buscando o bem comum dos cidadãos.

O sociólogo Florestan Fernandes, no calor do momento, no ano de 1986, publicou o livro *Nova República?*, questionando a conceituação convencionada na imprensa e na academia do governo iniciado pelo presidente José Sarney, a começar pelo arranjo que o levou ao poder, e o perdão aos militares de responsabilização de crimes na ditadura militar.

Mas, por que *Nova República*? Porque se viveu a recuperação da tradição da vida republicana, seriam criados os instrumentos determinando o lugar do público e o do privado, objetivando coibir a prevalência da vontade privada sobre a pública. Além disso, ocorreria o ressurgimento e o aparecimento de círculos coletivos propondo o aperfeiçoamento da democracia contemporânea.

Antes mesmo da Nova República iniciar, em 1985, atos de mudanças no interior do Brasil aconteciam, cujos objetivos visavam garantir e fortalecer as instituições. Na primeira Constituição do Estado de Rondônia, redigida no primeiro semestre com promulgação em agosto de 1983, o PMDB atendeu ao apelo de servidores do Ministério Público, que mesmo sob discordância do PDS e do jornal *Alto Madeira*, inseriram artigos dando total autonomia à instituição. Por exemplo, a lista tríplice do nome do Procurador Geral de Justiça decidida pela consulta interna da corporação, ou o direito de os promotores permanecerem numa localidade afastando a possibilidade de sofrer remoção inesperada, o que prejudicaria investigações em curso.

Parece pouco, mas cumpre lembrar, o desmonte da autonomia do Ministério Público durante a ditadura militar, ou mesmo quando sofreu de aparelhamento da rede de repressão aos inimigos dos militares. Sem falar das perseguições aos promotores, removidos de cidades sem qualquer justificativa ou impedidos de procederem determinadas investigações.

Os constituintes derivados de Rondônia inovaram na época, pois instituíram na lei maior do Estado, artigos presentes em poucas unidades federadas. E, numa espacialidade onde

juízes sofreram represálias⁵⁰, sendo submetidos às conveniências do patronato rural amparados no braço amigo da caserna, foi totalmente importante a ALE-RO garantir a autonomia do Ministério Público estadual.

Na tese dos militares os civis seriam despidos de espírito público porquanto pensavam nos ganhos privados, ou como reduziam, aqueles de fora dos quartéis, precisamente a esquerda, eram corruptos. O vocábulo corrupção usado como argumento principal pelos militares para fazerem suas intervenções, ou melhor, operacionalizar golpes de Estado, voltaria no noticiário durante a transição, mas no campo oposto da caserna.

O sentido da palavra corrupção na época é ainda atual, trata-se da conceituação amparada nos princípios liberais do século XIX, no qual o vocábulo é associado ao desvio de recursos financeiros por algum agente do Estado. Abandonando a noção original dos romanos, que exigia uma completa separação do público e do privado, podendo chegar ao ponto de exigir do cidadão a abdicação dos afetos familiares pela república (Ribeiro, 2008, p. 5-19).

Renato Janine Ribeiro considera a definição liberal redundante, uma vez que a prática de apropriação indevida do patrimônio público merece reprovação e punição, mas quando um político ou burocrata apropria-se indevidamente do bem da república, o principal crime é a traição para com os cidadãos, feito isso, desmorona-se a relação de confiança do agente público e a sociedade (Ribeiro, 2008, p. 19).

Conforme Heloisa Starling (2012), o nome corrupção serviu aos militares no golpe e no decorrer da ditadura militar, tendo os ditadores criado legislações e órgãos visando a apuração e punição de tais crimes, porém ainda na gestão de Castelo Branco os militares falavam de dificuldades em apurar ou punir. Enquanto os aliados dos verdes-olivas eram noticiados (quando a imprensa conseguia a proeza) de envolvimento com corrupção, sem ao menos serem punidos, por exemplo, o escândalo do empréstimo do Banco Nacional da Habitação (BNH) ao Grupo Delfim (1982), já os adversários provavam de investigações truculentas e sem transparência, como os inquéritos sobre o ex-presidente Juscelino Kubitschek (Starling, 2012, p. 214-216).

⁵⁰Sobre perseguições aos servidores do Ministério Público durante a ditadura militar em Rondônia, desconhecem-se tais documentos. Entretanto a pauta da corporação na Assembleia Constituinte permite vislumbrar servidores trabalhando numa conjuntura delicada, por isso, na primeira oportunidade lutaram por uma agenda que os permitissem exercerem a função com segurança jurídica. No caso do Poder Judiciário, as pesquisas de Nilza Menezes (2002) mapearam afastamentos de juízes de direito na época. Também, há os episódios da eleição de 1982, onde a oposição sempre denunciou perseguição aos juízes eleitorais por parte do Executivo estadual.

A própria ditadura militar já teria nascido tendo características corruptas, ao optar pela repressão aparelhava o Estado ao seu favor, comprometendo a lisura das investigações e punições, sabe-se que elas foram seletivas. Ademais, distanciar o cidadão dos assuntos públicos configura-se corromper o espírito republicano, e isso levou a outro crime contra a ordem republicana: a instrumentalização da tortura como política de Estado, dessa forma banalizando a vida dos cidadãos (Starling, 2012, p. 218-220). Fernando Filgueiras resume os perigos dos usos e abusos do vocábulo, pontuando o seguinte:

A corrupção alimenta perspectivas populistas e autoritárias, que degeneram os vínculos institucionais e promovem a corrupção da democracia. O combate à corrupção, portanto, não depende de uma nova ordem, mas de um edifício institucional sólido, pois são o império da lei e o cultivo de virtudes democráticas que proporcionam o alicerce de governos efetivos e abertos, com plena vigilância dos cidadãos para o enfrentamento dos vícios que assolam a vida pública (Filgueiras, 2019, p. 429).

Os militares fizeram justamente isto, manipularam a opinião pública ao seu favor, com intuito de legitimar as constantes perseguições políticas, a ditadura militar corrompeu o Estado, logo demoliram a democracia vigente e silenciaram as vozes dissonantes. Pode-se dizer que o alvo se inverteu de direção, se era para acabar com os vícios corruptos, eles foram inseridos no espírito militar⁵¹, pois minaram a transparência e enfraqueceram os órgãos de controle financeiro e das instituições no geral.

A noção liberal e aquela dos antigos que prioriza o pacto de confiança do cidadão e os governantes estava presente naquele momento. Embora a primeira tenha prevalecido no decorrer do cotidiano público, e o retorno do assunto feriu a memória dos militares, parlamentares da oposição na ALE-RO diariamente questionavam contratos do governo estadual com as entidades privadas, provocando declarações acaloradas na imprensa.

Em janeiro de 1984, de modo institucional, a ALE-RO tomou medidas deixando o Executivo constrangido perante a opinião pública. O presidente da casa, José Bianco, numa coletiva de imprensa falou da abertura de inquéritos conduzida pelo Poder Legislativo para investigar desvios de dinheiro na instituição, os valores estavam acima de 80 milhões de cruzeiros. As investigações apontavam Antônio Viera Ramos (chefe do Departamento

⁵¹ O antropólogo Celso Castro denomina de espírito militar a identidade dos militares formada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde os cadetes (alunos) passam por um processo de desconstrução durante a permanência na instituição, além da rotina na sala de aula, acontecem ritos de passagem, como a escolha por uma das armas, as Armas-Base Infantaria e Cavalaria e as Armas de Apoio ao Combate, Artilharia, Engenharia e Comunicações. No fim, o cadete passa a se considerar um membro de elite, sendo detentor de conhecimentos científicos e de amor à pátria, ao contrário do “civil”, chamado internamente de paisano, ou seja, há uma invenção estereotipada da pessoa de fora do círculo verde-oliva (Castro, 2021).

Financeiro da ALE-RO), suspeito de orquestrar um esquema de desvios de recursos públicos por meio de servidores fantasmas, o mesmo teve a prisão administrativa decretada por Bianco, ao ser flagrado num banco da capital (*Alto Madeira*, 01/02/1984, p. 1-3).

As investigações do Poder Legislativo traziam resultados rápidos, apontavam a origem do malfeito desde maio de 1983. No dia dois de fevereiro, alguns dos indiciados devolveram aos cofres da ALE-RO o dinheiro fruto do esquema de corrupção, Antônio Oliveira devolveu 3,500 milhões de cruzeiros, América Melo depositou 2,850 milhões e João Batista 1,465 de cruzeiros, e a lista só aumentava a cada passo do inquérito (*Alto Madeira*, 03/02/1984, p. 6).

Oswaldo Pianna, ao defender os trabalhos investigatórios, falou que a instituição tinha um compromisso moral com a sociedade, por isso, deveria esclarecer todo o episódio sem deixar de poupar os malfeitores. Durante mais de uma coletiva, profissionais da imprensa questionaram José Bianco se a ação da ALE-RO seria um modelo a ser feito nas outras instituições. A pergunta foi tangenciada pelo presidente, embora reconheceu que esse tipo de ação poderia ocorrer em outros setores públicos (*Alto Madeira*, 03/02/1984, p. 6).

Ary de Macêdo além de aplaudir os inquéritos conduzidos no Legislativo estadual, o qual adotou uma *Postura decente*, avaliou o fato como uma nova era nas instituições. Distinguindo-se do governo estadual e da PM-RO, os cidadãos estavam assistindo pela primeira vez servidores recebendo punição por abusos de suas funções (*Alto Madeira*, 02/02/1984, p. 2). Dias depois, o colunista voltou a falar em novos tempos:

Parafraseando esse grande mestre, de quem extrai os me-leres ensinamentos que nortearam minha longa carreira, que um bom administrador é sempre um bom político, mas nem sempre um político é um bom administrador. Aqui na terrinha, que se tornou um precioso campo experimental em busca de várias tendências. Constitui-se um paradoxo. As experiências vêm demonstrando que nem sempre os sábios ditos populares se aplicam com propriedade. Mas vale destacar alguns espécimes raros. Por exemplo: os políticos vêm se mostrando bons administradores e nem sempre os administradores seguem a predestinação de se tornarem bons políticos, com algumas exceções à parte para confirmarem a regra, E este é um dos casos que se aplica ao deputado José Bianco. Advogado, com habitual prática da vida forense, vem dirigindo a Assembleia Legislativa com desenvoltura e sua conduta, no primeiro caso de extrapolação com as finanças da Casa, lá estava ele a decidir salomonicamente advogado que sempre lutou pela liberdade, mandando agora prenderam funcionários relapso. Outro é o Deputado Walderedo Paiva, tipo do elemento polivalente, reunindo em sua personalidade um gama tão diversa de pendores que não sei como faz para conviver com todos eles harmonicamente. Fez teatro em sua mocidade. É possível que também tenha feito ou ainda faça versos. Aliou a essas virtudes liberais o diploma de cultor do Direito e mais tarde tornou-se, por profissão, Delegado de Polícia! Elegeu-se Deputado Estadual, fez-se político e aceitou o desafio para secretariar a Pasta Estadual do Interior e Justiça, e em todas essas fases da sua vida sempre obteve êxito no desempenho de suas missões. Antes, procuravam libertar os clientes. Depois mandava prender. E agora luta pela reabilitação dos sentenciados (*Alto Madeira*, 08/02/1984, p. 2).

De acordo com o colunista do jornal, contrariando o senso comum acerca do trabalho dos políticos, aquele contexto apontava realmente ser de mudanças. O parlamento recém-instalado possuía membros totalmente comprometidos com a inovação na administração pública. Internamente o presidente da casa agiu rapidamente na direção de frear um antigo vício no serviço público, na outra ponta, um parlamentar licenciado realizava trabalho exemplar na ressocialização dos indivíduos encarcerados.

Ao encerrar o inquérito, José Bianco afirmou que o método de apropriação indevida de dinheiro detectado na ALE-RO tinha ramificações nas pastas estaduais da Administração e Educação. Isso provocou descontentamento no Executivo estadual, o titular da Secretaria de Administração estadual, Teobaldo Viana, recepcionou negativamente às declarações (*Alto Madeira*, 01/05/1984, p. 4; 03/05/1984, p. 1).

A defesa dos acusados, representada por Magnus Guimarães, dizia-se indignada com os métodos de investigação do promotor Telmo Fortes⁵². Dentre as atitudes dele, houve ameaças aos seus clientes na inquirição, por exemplo, uma possível condução forçada deles à sede da Polícia Federal (PF) para receberem choques elétricos (*Alto Madeira*, 01/05/1984, p. 4).

Também teria ocorrido seletividade nas apurações levando a ocultação de outros fatos. Segundo o advogado, Oswaldo Pianna (1ºsecretário da ALE-RO), Murilo Canto (diretor-geral da ALE-RO) e José Carlos Cavalcanti de Brito (vice-diretor da ALE-RO) estariam implicados, pois ex-cabos eleitorais e parentes do parlamentar e dos diretores da casa desfrutaram de diárias e gratificações, mesmo não possuindo vínculos empregatícios na instituição (*Alto Madeira*, 01/05/1984, p. 4). Na mesma linha da defesa, a vereadora de Porto Velho, Marlene Goraybe (PDS), a qual tinha uma irmã envolvida no inquérito, usou a tribuna para reafirmar ter havido coerção ao longo dos trabalhos, os colegas dos dois partidos, PDS e PMDB, solidarizaram-se com a mesma (*Alto Madeira*, 03/05/1984, p. 4).

José Bianco afirmou que Magnus Guimarães buscava promover-se com o caso, porque o advogado estava implicado na estruturação de uma legenda partidária no Estado⁵³, e descartou a participação de algum dos seus pares no episódio. Concluído o inquérito, recuperou-se 21,5 milhões de cruzeiros, o presidente da ALE-RO exonerou cinco servidores e

⁵² A condução do inquérito foi feita pela presidência da ALE-RO que solicitou auxílio do MP-RO e da PC-RO.

⁵³ O advogado preside o PDT-RO.

encaminhou o resultado das investigações ao Poder Judiciário (*Alto Madeira*, 06-07/05/1984, p. 5; 01/05/1984, p. 1- 4; 08/05/1984, p. 5).

As denúncias da defesa quanto a lisura do inquérito não avançara; ao mesmo tempo, a bancada do PMDB coadunou as ações tomadas pela presidência, tampouco a imprensa deu créditos ou trouxe novas informações confirmando as insinuações de Magnus Guimarães. O resultado do encerramento do episódio confirmou-se positivamente ao parlamento estadual, deixou claro para a opinião pública o compromisso com a transparência. Se era inédito ou não, a ALE-RO realmente demarcava diferenças quando comparado ao secretário estadual de administração, ao invés de dizer estar disposto a apurar indícios de crimes optou por rebater José Bianco.

1.6 O Militar no governo territorial/estadual e a invenção da fronteira

Até aqui percorreu-se quase oito décadas do século XX com a finalidade de apresentar um panorama da espacialidade rondoniense, cuja figura militar é recorrente, tentando evidenciar que essa característica deixou marcas culturais. Também, ressaltaram-se como as movimentações na capital federal alteravam ou definiam o cotidiano regional.

Sobre os ex-governadores, dispõe-se de poucas pesquisas acerca das suas gestões, do perfil ideológico, ou mesmo no caso dos militares da ativa, se a passagem no Executivo rondoniense lhes garantia alguma promoção, pois a maioria dos que assumiram a cadeira antes de 1964 permaneceram na ativa, e outros como o ex-governador Ênio Pinheiro, atingiram a patente de general.

De 1943 a 1985, Rondônia teve dezoito governadores oriundos do oficialato do Exército Brasileiro. Desta forma, por décadas vários militares da força terrestre ocuparam cargos no Poder Executivo estadual e depois nas autarquias subordinadas ao governo federal. Isto sedimentou memórias em torno do papel social da caserna, apresentando-a como exemplo mais apropriado de gerência na gestão pública.

A longa permanência de militares nas instituições do Território/Estado permite detectar a existência de uma elite militar rondoniense. Elite, porque além de controlar por décadas a burocracia estatal, fazia-se modelo à vida cotidiana. Esses governadores verde-oliva eram heterogêneos, mas suas administrações mantinham o mesmo objetivo: transportar ou impor os valores da caserna ao mundo civil.

Essa elite militar inventou tradições, como o feriado do nascimento do marechal Rondon ou as paradas anuais de 31 de março. Celso Castro foi quem acompanhou as invenções de tradições no Exército Brasileiro, argumentou que os eventos celebrando o golpe

de 1964, chamado aniversário da revolução, fizeram parte da ideologia anticomunista nos quartéis, na ditadura militar ligou-se a outra festividade, a vitória sobre o Levante Comunista (1935):

Além disso, passou a ser feita em todos os quartéis a leitura de uma ordem do dia conjunta dos ministros das Forças Armadas, por ocasião da “Revolução” de 31 de março de 1964. Ambas as comemorações reforçavam-se mutuamente, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas (Castro, 2002, p. 59).

No solo rondoniense a data geralmente era celebrada em frente a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, na quadra da instituição, situada no centro de Porto Velho. E contava com montagem de palanques e arquibancadas, logística financiada pelo Palácio Getúlio Vargas, e concentrava um grande público. Além disso, muitas vezes a data era obrigatória nas escolas da capital, os alunos deviam rememorar-la antes de entrarem nas salas de aulas.

O *Alto Madeira* cobria os preparativos e o próprio evento, e o denominava *Aniversário da Revolução de 31 de março*. No ano de 1984, a festa decaiu e o matutino expôs indignação com o baixo comparecimento popular, bem como o vazio notado no palanque reservado às autoridades civis. Naquele dia, a festa foi absolutamente militar, o general Francisco Fernandes (comandante da 17ª Brigada de Infantaria e Selva) passou em revista as tropas, houve o hasteamento da bandeira do Brasil e palestra nas dependências da Brigada, de longe alguns populares observavam (*Alto Madeira*, 01-02/04/1984, p. 1- 2).

Um dia antes, Luiz Tourinho abriu as portas da sua casa para oferecer um jantar aos “Diplomados da Escola Superior de Guerra”, a coluna *Informe JC* do matutino classificou de “acontecimento social do mês”. No banquete, o general Francisco Fernandes Júnior proferiu a palestra “Segurança Nacional”, o público formado pelas seguintes autoridades: Euro Tourinho Filho (reitor da UNIR), Janilene Melo (vice-governadora e secretária de planejamento) e seu esposo José Gomes de Melo (Conselheiro do TCE-RO) e de Cirilo Neves (presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG).

Numa ocasião recente, o ex-editor chefe do *Alto Madeira*, Lúcio Albuquerque, afirmou desconsiderar a palavra golpe quanto a quartelada de 31 de março de 1964, ele sustentou seu argumento amparado na decisão tomada pelo presidente do Congresso Nacional já citada aqui. O jornalista ainda disse que, na verdade, Euro Tourinho desempenhava as funções de editor-chefe, porém ele escrevia o editorial, a coluna Opinião em 30 Linhas (Dias, 2020, p. 33). Independentemente de quem fosse o editor-chefe, uma constatação fica óbvia, proprietários e jornalistas do matutino acreditavam na versão golpista.

Os exemplos da extensão da cultura militar além de seus muros são muitos, cita-se, por último, a fase de criação do Estado, quando o governador Jorge Teixeira impôs suas vontades. No carnaval de 1982, o governador, numa reunião com Marise Castiel (presidente da Escola de Samba Pobres do Caiari), pediu que o tema dos enredos de sambas fizesse alusão à transição administrativa da espacialidade. A Pobres do Caiari levou à avenida a música, “Adeus, Meu Território, Adeus”, escrita por Marise Castiel e Silvio Santos, já a rival, a Escola de Samba Diplomatas do Samba, campeã do carnaval daquele ano, entrou com a música “Rondônia e Suas Riqueza” de Bainha e Oscar Knightz (Moura, 2018, p. 117-119).

Durante o concurso de escolha da bandeira e do brasão do Estado, o governador também interferiu, até havia uma comissão avaliadora que publicou um edital, mas no decorrer da competição houve muitas informações desencontradas e os próprios avaliadores anunciaram que a decisão definitiva viria depois das vistas de Jorge Teixeira nos projetos inscritos. Mesmo anunciado os vencedores, as obras foram modificadas e prevaleceram as simbologias remetidas a caserna (Souza, 2011, p. 158-165).

Os pontos apresentados ilustram a força dos militares sobre o imaginário dessa sociedade, definiam o que era política e cultura. E essa elite militar rondoniense não detinha apego afetivo com o lugar, tanto que nenhum dos ex-governadores fixou moradia no Estado. A maioria, depois de terminar o mandato, deslocou-se ao Rio de Janeiro, para eles a passagem no Palácio Getúlio Vargas assemelha-se ao comando de uma guarnição. Ademais, depois do golpe de 1964, a cadeira do Executivo Territorial/Estadual tornou-se útil na acomodação entre os castelistas e a linha dura na burocracia estatal. Abaixo algumas informações sobre esses oficiais governadores:

Quadro 1 – Governadores Militares do Território Federal do Guaporé/Rondônia e do Estado de Rondônia

Nome	Período	Escola de Formação (turma) /Arma
Aluízio Pinheiro Ferreira	1943 a 1946	_ ⁵⁴
Joaquim Vicente Rondon	1946 a 1947	Escola Militar do Realengo (1922) / Engenharia
Frederico Trotta	1947 a 1948	-
Ênio dos Santos Pinheiro	1953 a 1954 - 1º mandato 1961 a 1962 - 2º mandato	Escola Militar do Realengo (1938) / Engenharia
Paulo Nunes Leal	1954 a 1955 – 1º mandato 1958 a 1961 – 2º mandato	Escola Militar do Realengo (1940) / Engenharia
José Ribamar de Miranda	1955 a 1956	Escola Militar do Realengo (-) / Infantaria
Jayme Araújo dos Santos	1956 a 1956	_ ⁵⁵
Abelardo Alvarenga Mafra	1961 a 1961 – 1º mandato 1964 a 1964 – 2º mandato	Escola Militar do Realengo entre (1942) / Artilharia
Paulo Eugênio Pinto Guedes	1963 a 1964	Escola Militar do Realengo (-)/ Infantaria
Anachreonte Coury Gomes ⁵⁶	1964 a 1964	Escola Técnica do Exército (1959) / Engenharia
José Manoel Lutz da Cunha Menezes	1964 a 1965	Escola Militar do Rezende (1944) / Cavalaria
João Carlos dos Santos Mader	1965 a 1967	Escola Militar do Realengo (-) / Engenharia
Flávio Assumpção Cardoso	1967 a 1967	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) (-) / Engenharia
José Campedelli	1967 a 1969	(-)
João Carlos Marques Henrique Neto	1969 a 1972 – 1º mandato 1974 a 1975 – 2º mandato	Escola Militar do Realengo (1943) / Artilharia
Theodorico Gahyva	1972 a 1974	(-)
Humberto da Silva Guedes	1975 a 1979	Escola Militar do Rezende ⁵⁷ (1945) / (-)
Jorge Teixeira de Oliveira	1979 a 1985	Escola Militar de Resende (1947) / Artilharia

Fonte: Elaboração própria com base no quadro organizado por Teixeira e Fonseca (2003, p. 165-167) e na coluna História Antiga de Esron Penha de Menezes publicada entre julho de 1985 a março de 1986⁵⁸.

⁵⁴ Os espaços assim é porque não se encontrou a informação.

⁵⁵ Não foi localizada informações, porém na época da nomeação o então governador já era general.

⁵⁶ O capitão não consta na lista oficial de ex-governadores, tampouco a literatura acadêmica se refere a ele pelo cargo, o qual considero um equívoco, haja vista que na condição de interventor enviado pelo comando golpista de 1964 ele administrou o governo territorial e preparou o caminho para o sucessor. O ex-governador é citado na maioria das vezes sobre questões íntimas, isto é, por ser homossexual e os boatos que circularam na época da intervenção das festas organizadas por ele na residência oficial. Claro que uma biografia sobre o ex-governador, o qual o Exército reprimiu a sexualidade, inclusive na época do seu homicídio em 1976 procurou abafar o caso, seria importante para compreender a formação dos oficiais e como a força terrestre lidou com questões de gênero no século XX. Todavia, reduzir a trajetória do ex-governador a esse detalhe é reproduzir as chacotas de seus detratores e negar-lhe o êxito na missão dada pelo general Castelo Branco para consolidar o golpe nessa parte da Amazônia.

⁵⁷ Conforme a página oficial da instituição da AMAN, de 1944 a 1951 o nome da academia era Escola Militar de Rezende. Informação disponível em: [Histórico \(eb.mil.br\)](http://historico.eb.mil.br), acessado em 09 de fevereiro de 2024.

⁵⁸ *Alto Madeira*, 16/07/1985, p. 3 do 2º caderno; 31/07/2022, p. 3 do 2º caderno; 04/09/1985, p. 3 do 2º caderno; 06/09/1985, p. 3 do 2º caderno; 21/11/1985, p. 4 do 2º caderno; 12/12/1985, p. 3 do 2º caderno; 28/01/1986, p. 2

Diante das informações acima constata-se que a maioria dos ex-governadores eram da Engenharia, algo pensado estrategicamente. Segundo o Exército Brasileiro, a Arma de Engenharia separa-se em: combate e construção. A primeira serve para garantir o avanço das tropas em combate diante das circunstâncias, já a segunda atua mais nos períodos de paz e: “[...] colabora com o desenvolvimento nacional, construindo estradas de rodagem, ferrovias, pontes, açudes, barragens, poços artesianos e inúmeras outras obras”⁵⁹.

Os três primeiros governadores militares foram da Engenharia, nesse período há uma ligação entre o governo territorial e o controle da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, modal importante na economia local, porém o setor gomífero estava em decadência. A partir de 1955 a descoberta de cassiterita na região do atual município de Ariquemes e a disseminação de boatos sobre diamantes no rio Ji-Paraná atraíram uma onda de migrantes (Souza, 2011, p. 16). Assim, os estudos e os esforços do governo voltaram-se para a construção de uma rodovia na rota das linhas telegráficas e nota-se outra vez um governador da Arma de Engenharia.

Para a construção da Br-29 (atual BR-364) o governo federal incumbiu o próprio Exército da empreitada, deste modo em julho de 1965 foi fundado a primeira organização militar de engenharia na Amazônia: o 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5ºBEC), em Porto Velho⁶⁰. Percebe-se como a agenda do governo territorial estava conectada com a da força terrestre, demonstrando que prevalecia os interesses corporativos em detrimento de projetos para a população local.

Ao militar o poder político central delegou a tarefa de planejar e executar projetos de ocupação dessa porção Norte do país, assim as instalações militares serviram de embrião das políticas do Estado Brasileiro para essa parte ocidental da Amazônia. Em conjunto, o alto escalão da força terrestre enxergou nisso uma forma de: minimizar os conflitos internos, expandir o tamanho dos contingentes e ter oficiais instalados na burocracia pública, onde controlavam verbas e informações significativas além de poderem na prática atuarem no mundo político em prol de pautas corporativas.

Segundo o historiador Dante Fonseca (2020), desde o século XIX, quando surgiu os primeiros projetos de ocupação das aéreas de fronteira, já era apontada como opção para a

do 2ºcaderno; 29/01/1986, p. 3 do 2ºcaderno; 02-03/02/1986, p.2 do 2ºcaderno; 05/03/1986, p. 3 do 2ºcaderno; 11/03/1986, p. 2;

⁵⁹ Informação e citação retirada na página oficial do Exército Brasileiro, disponível em: [Engenharia - Exército Brasileiro \(eb.mil.br\)](http://Engenharia-Exercito.Brasileiro(eb.mil.br)), acessado em 3 de fevereiro de 2024.

⁶⁰ Informação obtida na página oficial do 5ºBEC, disponível em: [5º Batalhão de Engenharia de Construção - Sobre o Batalhão \(eb.mil.br\)](http://5ºBatalhãodeEngenhariaeConstrução-SobreoBatalhão(eb.mil.br)), acessado em 30 de janeiro de 2024.

administração dos territórios a nomeação de um oficial militar (Fonseca, 2020, p. 272-273). O tempo demonstrou que essa proposta prevaleceu, justamente após o golpe de 1889 e ganhou consistência na ditadura do Estado Novo.

Para o historiador Manuel Domingos Neto (2019), desde a independência do Brasil o poder político nunca soube delegar ao militar às tarefas condizentes a sua função. No período republicano às corporações militares modernizaram-se, por outro lado o militar mesmo bem formado continuou confundindo as pautas de defesa externa e segurança interna, bem como dependente das armas (seja material e doutrinas) fabricadas pelas grandes potências. Logo, esse profissional se vê como o continuador do conquistador colonial e serve para impedir os avanços sociais, pois considera as lutas sociais por mudanças semelhantes a um agrupamento de inimigos da pátria (Neto, 2019, p. 18-24). Para fechar a discussão cabe a seguinte observação do historiador:

A modernidade militar em ex-colônias sem indústria de guerra tem alimentado dilemas identitários nas corporações. O militar, neste caso, foi levado usualmente a cumprir múltiplas missões: defesa externa, segurança pública, vigilância de fronteiras, proteção contra calamidades, construção da infraestrutura, educação básica e superior, pesquisa científica, produção industrial, serviços médicos, assistência social etc. Nestas condições, é impossível o militar não desvirtuar-se de sua missão precípua e não se apresentar como um ente superior a todos. Quanto mais o Estado lhe atribui funções variadas, mais difícil se torna a montagem de instituições públicas capazes de atender efetivamente às demandas sociais e mais problemática se torna a construção de corporações voltadas para o estabelecimento de um sólido sistema de defesa (Neto, 2019, p. 21).

O contexto rondoniense descrito até aqui confirma essa afirmação de Manuel Domingos Neto, pois nessa região o Estado brasileiro delegou múltiplas tarefas ao militar desde os programas de infraestrutura ao universo político institucional. Claro que isso não foi delegado para um soldado aleatório do Exército, e sim a um soldado educado nas melhores instituições da força terrestre. Igual aos congêneres dos grandes centros o militar em Rondônia repetiu o exemplo, uma vez que reivindicou espaço político partidário e moldou a identidade regional.

O momento de fundação do Território Federal do Guaporé e do Estado elucidada como a cultura militar influenciou a construção dos símbolos identitários de Rondônia, representações caras a caserna como defesa da pátria, fronteira e inimigo foram impregnadas no cotidiano da sociedade. Em 12 de outubro de 1940, ao discursar para os operários de Porto Velho, o presidente Getúlio Vargas afirmou: “Sinto que neste recanto longínquo da Pátria

CADA OPERÁRIO É UM SOLDADO E CADA SOLDADO É UM OPERÁRIO que trabalha e vive pela grandeza do Brasil” (Alto Madeira, 16/10/1940⁶¹- *destaques do jornal*). Desde a década de 1940 construiu-se as bases que justificam a ocupação da fronteira, isto é, propagou-se uma suposta ameaça, a qual seria combatida pela população e a força militar conjuntamente.

Na fundação do Estado os moradores também se tornaram sinônimo de guerreiros, ou seja, haveria uma luta constante pela defesa da terra. Isso evidencia-se na boa aceitação da população com a letra do Hino de Rondônia, que trata das riquezas naturais da região e do trabalho dos residentes na conquista do território, se identificam como “bandeirantes de Rondônia” e “Gritam com força: Somos brasileiros”. Para o sociólogo José de Souza Martins (2009) a invenção de uma fronteira só se justifica pela perpetuação do conflito social, porque:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devora (Martins, 2009, p. 134).

A ideia de uma fronteira tensionada, separando patriotas e inimigos, marca a criação do estado, pois os projetos de “colonização” da ditadura militar conseguiram fixar uma diversidade de brasileiros na região, em consequência isso acentuou os conflitos sociais produzindo a sensação de permanente ameaça. Ao criar e manipular esse medo os militares justificavam sua presença e preparavam terreno para os planos futuros. Porém, o rosto desse inimigo não era externo, e sim interno, isto é, todos aqueles que se opusessem ao modelo autoritário e colonialista.

Alternativas a esse modelo autoritário surgem no contexto da abertura política. Também houve a desconstrução da imagem de tecnicidade dos militares nas instituições burocráticas, evidenciando que, na verdade, tratava-se de interesses políticos, parece ter tido esse sentido na ditadura militar, tendo o MDB/PMDB por meio de seus integrantes atuado com tal finalidade, bem como ter defendido que o Estado não precisava de verdes-olivas, mas dos civis decidindo os rumos da sociedade. Diferentemente da época dos cutubas e pelecurtas, a executiva e os protagonistas da legenda oposicionista eram civis, embora fosse

⁶¹ O exemplar disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional devido ao desgaste do tempo não permite identificar a página.

possível constatar alguns fardados na agremiação, por exemplo, o coronel Carlos Godoy⁶², mesmo assim ele não detinha poderes no partido.

Uma das formas dos opositores dos militares desconstruírem a memória deles deu-se justamente no uso do vocábulo que justificavam as rupturas institucionais feitas pelos fardados, corrupção, ao trazerem denúncias de abusos de poder de todos os tipos com a conveniência da caserna. Em contrapartida, a bandeira da transparência pública, essencial no funcionamento da República, porquanto firma vínculos de confiança do cidadão e o agente público, havia retornado como um bem a ser conquistado. Os políticos, mesmo com todas as limitações da época, tinham dado demonstrações de serem os habilitados a essa empreitada.

Portanto, após a fundação da ALE-RO identifica-se outra temporalidade histórica, antes dela predominava apenas o mundo da caserna, esse deixava como exemplo a cultura autoritária que mascarava os vícios venenosos à vida republicana. Quando nasceu o Legislativo estadual aquela sociedade pode viver e participar de outra forma de fazer política. Todavia, o caráter dessa ruptura estava totalmente interligado com o cotidiano nacional, não se assistia uma revolução, ocorria uma transição política da qual timidamente desconstruía e acomodava os militares brasileiros na passagem pelas arenas do poder.

⁶² Segundo notícias circuladas na época pelo *Alto Madeira* a filiação de Godoy no PMDB lhe custou a promoção ao generalato, o coronel teria sido colocado na última posição da lista. Para Ary de Macêdo a entrada do coronel no partido deu-se para garantir segurança e acesso a Jerônimo Santana em locais onde havia forte vigilância do governo (*Alto Madeira*, 09/08/1986, p. 2).

Capítulo 2 - Entre o enfretamento e a acomodação: a transição da Ditadura Militar à Nova República

Neste capítulo serão abordados os acontecimentos do final do ano de 1983 a maio de 1985, período crucial no encerramento da ditadura militar e na fundação da Nova República. Da mesma maneira, demonstrará a interligação das questões regionais com as disputas na Praça dos Três Poderes.

Na fase da distensão política assistia-se o retorno do Poder Legislativo na condição de protagonista importante na vida dos brasileiros, seja por meio das decisões tomadas no Congresso Nacional ou nos parlamentos estaduais. Por causa do recorte temático já apresentado, aqui se privilegiará o cotidiano da Assembleia Legislativa de Rondônia, mas o seu funcionamento não era algo isolado, uma vez que o comportamento dos deputados estaduais se assemelhava aos dos congressistas.

O contexto é de mudanças políticas e a imprensa, ciente da situação, procurará inserir-se nessas transformações. O *Alto Madeira* atuou de três maneiras: falou por si quando o assunto foi de total interesse dos proprietários; agiu como intermediador dos militares com os políticos; e, principalmente depois de 1984, assumiu o papel de porta voz dos políticos sobre diversos assuntos.

Constata-se que três grupos lutavam pela (re) definição da memória, os políticos, os militares e a imprensa, todos queriam escrever sua própria versão dos fatos, mas qual memória? A da ditadura militar e a de construção da Nova República. O controle da memória sobre episódios do passado é uma operação bastante calculada, ou seja, isso também é uma forma de gerenciar o poder da qual um grupo dispõe. Maria Helena Capelato salienta o seguinte:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. [...] A reconstituição dos liames entre história e política implica reverter o sentido do que foi descrito para desvendar os artifícios dos *construtores da memória*. (Capelato, 1988, p. 24-25, grifos da autora).

Assim, segundo Maria Helena Capelato, a imprensa ao fazer uma matéria está produzindo uma realidade, desta forma, cabe ao pesquisador e ao leitor entender de qual realidade o jornal está tratando. Trazendo tais questões para a pesquisa, busca-se entender

qual transição política o *Alto Madeira* estava escrevendo, ou melhor, que memória o matutino confeccionava sobre esse período da história da república brasileira. Sim, os proprietários do jornal davam atenção para memória, já que os exemplares do jornal foram doados aos acervos da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, do Museu da Memória Rondoniense e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dessa maneira, desejavam a perpetuação daquilo que escreveram e um legado para o futuro, por isso, as páginas do jornal são documentos históricos valiosos, porém entende-se que as narrativas ali escritas eram produtos das disputas políticas dos três grupos: o jornal, os militares e os políticos.

Em 2019, Berenice Tourinho, professora do Departamento de Ciências Sociais da UNIR, ex-reitora dessa universidade entre 2012-2016 e, também nora de Euro Tourinho, prefaciou o livro *Narrativas sobre a cidade: revisitando o Jornal Alto Madeira*, enaltecendo o legado do matutino na cidade de Porto Velho, sublinhando o seguinte:

[...] Entendo que em muitos momentos da história do Estado o jornal *Alto Madeira* contribuiu significativamente para que a sociedade rondoniense recebesse informações imprescindíveis para a consolidação da democracia no Brasil e dela participasse através da comunicação de diversas reportagens instrutivas, colaborando desse modo para a formação do contexto democrático, veiculando valores, crenças e costumes da região norte do país (Tourinho, 2019, p. 8, grifos da autora).

A narrativa de Tourinho é interessante, nesse trecho do prefácio ela frisou justamente a conjuntura da distensão política, colocou o *Alto Madeira* como o veículo que no passado teria transmitido àquela região os valores democráticos, em outros termos, foi o matutino quem interligou a sociedade local com a criação do Estado e a redemocratização. Intencionalmente ou por desconhecer a trajetória do jornal. No trecho acima como nas demais linhas do prefácio não há qualquer menção ao apoio do *Alto Madeira* durante toda a ditadura militar.

Seja qual seria a real intenção de colocar o jornal como o porta-voz da democracia, ocultando o alinhamento com o Estado de Exceção, isso encaixa-se na operação de enquadramento da memória. Para Michael Pollak, grupos sociais tentam ditar uma única versão dos fatos num processo de enquadramento da memória, buscando interferir quanto a acontecimentos do passado, descartando episódios comprometedores e ou tentando forjar consensos (Pollak, 1989, p. 9-10).

Ainda, faz-se uma última ponderação nesta apresentação do capítulo, para que não possam parecer contraditórios os argumentos posteriores. Cita-se, a avaliação do historiador

João Teófilo a respeito justamente do suposto caráter ambíguo da imprensa e a ditadura militar:

A experiência da imprensa interiorana, pouco contemplada nos estudos sobre as relações entre os jornais e a ditadura, interessa igualmente por também constituir uma experiência histórica capaz de contribuir com as reflexões já postas em debate pelos estudos relativos à imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, contribui para se entender o alcance das relações de apoio à ditadura e, da mesma maneira, os atritos, os conflitos, as tensões (Teófilo, 2019, p. 33).

O casamento da imprensa com a ditadura militar foi bastante complexo, não apenas no Sudeste brasileiro, mas por todo o país, inclusive nos jornais de pequeno porte, os arranjos que sustentaram essa aliança iam do “sim senhor” a discordâncias de alguns assuntos. Por isso, quando se acompanha a transição da Ditadura Militar à Nova República pelas margens dos grandes centros, consegue-se trazer elucidações pertinentes sobre o pacto político que redemocratizou o Brasil, o qual conjuntamente incluiu a fabricação de memórias.

2.1 A (re) afirmação do Poder Legislativo

O mundo da política também possuía uma lógica própria, sendo que ele precisa ser decifrado, pois possuir recursos monetários, armamentos bélicos, dentre outros meios, necessitam de usos adequados de acordo as circunstâncias do momento, ou seja, os objetivos para serem alcançados pelos grupos políticos só vêm depois de muitos malabarismos. Afastando-se dos personalismos, tributa-se a Nicolau Maquiavel a racionalização das relações de poder, sua Florença vivia de turbulências, a aristocracia duelava com a burguesia acerca dos rumos da cidade, o cabo de guerra dava terreno aos adversários externos para interferirem no lugar (Sadek, 2001, p. 14-18).

Conforme o pensador florentino, a política é uma atividade lógica, quem a administra detém o controle do poder, mas para chegar a isso, o político (príncipe) deve compreender as circunstâncias, sabendo a hora de dar cada passo, às vezes pode ter a oportunidade de ser agraciado com momentos inesperados, chamado por ele de *fortuna* (sorte) (Maquiavel, 2019, p. 143-147).

A lei da anistia de 1979 é um exemplo disso, ela não encerrou a ditadura militar, porém significou a aquisição de mais poder pelos civis na mesa de negociações ao tratar da abertura política, igualmente garantiu para as alas da caserna o planejamento de saída da cena política. Os dois lados estavam diante de momento único do qual podia-se contemplar os anseios de ambos, mesmo que pontos permanecessem divergentes.

Uma das consequências da transição foi o retorno dos olhares populares ao Congresso Nacional, a instituição voltava a desfrutar de legitimidade popular, pois era reconhecido o seu lugar nos destinos do país. Da anistia em 1979 ao Colégio Eleitoral de 1985 identifica-se uma intensa mobilização civil sobre os parlamentares, pressionando-os constantemente.

A fundação da ALE-RO assinalou uma intensa disputa sobre o controle do Estado, a figura de um governador fardado decidindo a agenda política perdeu força. Além disso, o Legislativo e o Executivo procuraram deter o monopólio simbólico. Compreendendo a situação, a imprensa ora apoiava um ou outro, mas acima de tudo abriu as portas para ambos.

A reprodução das falas da oposição e de dissidentes pedessistas no *Alto Madeira* não exprimia a linha editorial do periódico, mesmo que este muitas vezes discordava de algumas ações do governador e do presidente da república. Compreende-se que inserir nas edições tais declarações tratava-se da competição no mercado de notícias, pois outros matutinos também circulavam na região, sendo que alguns chegavam em todas as regiões do Estado, como o *Estadão do Norte* e *O Guaporé*.

Os deputados da oposição comportaram-se cautelosos, reconheciam o governo de Jorge Teixeira, mas denominando-o biônico ou ditador; porém, ao longo das manifestações das “Diretas Já”, não pediram a saída do chefe do Executivo estadual, pois sabiam que a queda do governador só viria pela caneta do Palácio do Planalto ou porque uma campanha nesse sentido poderia unir o PDS, que estava bastante dividido devido às intrigas regionais e a sucessão presidencial.

Ademais, o PMDB apostava na rachadura do PDS, para poder conseguir manobrar as sessões do parlamento, travando pautas ou ameaçando abrir CPIs. Quanto mais o governador aumentava o desgaste com sua bancada, mais gerava feridas nos parlamentares que lentamente também atacavam a gestão estadual, e alguns, no calor do momento proferiam declarações fortes ocasionando mais tensão interna.

Parlamentares do PDS viam seus projetos aprovados no Legislativo, mas ao chegar nas secretarias eles ficavam parados, até mesmo simples ofícios não eram encaminhados. Com isso, terminavam por se desgastarem junto ao eleitorado. E isso era visto positivamente no PMDB, que perante a opinião pública apresentava-se coeso, ao mesmo tempo, chegaria no pleito de 1986 fortalecido para derrotar os adversários.

Graças ao empenho da oposição e a sagacidade da situação, o parlamento estadual imprimiu sua autonomia, essa conquista lhe permitiu no estertor da ditadura militar dar as cartas na sucessão estadual, tornando-o centro decisório do Estado. Por outro lado, precisou

ceder bastante. O aparelho militar instalado há duas décadas no Palácio Getúlio Vargas, usou de todos os meios para fechar as cortinas e descer as escadarias coberto de honras, princípio fundamental aos verdes-olivas.

Em novembro de 1983, o governador Jorge Teixeira anunciou que entraria com um pedido de licença do cargo em 1984 para desfrutar das férias no Rio de Janeiro, como inexistia um vice-governador, os políticos dos dois partidos aguardavam ansiosamente pela indicação presidencial (*Alto Madeira*, 29/11/1983, p. 1). Na ALE-RO, os servidores ligados a presidência da casa reivindicavam o cumprimento do artigo 66 da Constituição Estadual, o qual assegurava a vaga ao deputado José Bianco.

A oposição praticamente deixou o assunto nas mãos do PDS e da assessoria técnica da ALE-RO, o líder do PMDB, Tomás Correia entendia que a nomeação do vice-governador poderia ser semelhante à do governador, cabendo ao presidente da República tais poderes permitidos na lei complementar nº221-A/81 (Correia, 07/11/2019). O deputado Ronaldo Aragão concordava com o correligionário, tanto que duvidou de a possibilidade da indicação acontecer devido ao pouco tempo a ser levado ao Congresso Nacional (*Alto Madeira*, 29/11/1983, p. 1).

No ninho governista, os pedessistas acreditavam na possibilidade de a nomeação brotar de um aceno de Jorge Teixeira aos políticos, em simultâneo, o presidente do partido, Desival Ribeiro, discordava de a vaga vir a ser preenchida automaticamente por José Bianco, alegou tratar-se de um direito exclusivo do chefe do Executivo federal (*Alto Madeira*, 29/11/1983, p. 4).

Em 30 de novembro, a ALE-RO fechou o ano Legislativo oficialmente, depois daquela data as sessões seriam de caráter extraordinário. Os deputados das duas bancadas aprovaram a licença do governador, que começaria no dia 5 de janeiro de 1984 e duraria por 60 dias (*Alto Madeira*, 01/12/1983, p. 4).

Findado o primeiro ano de trabalho os deputados estaduais foram desfrutar das férias, mas com olhos atentos a indicação do vice-governador. O jornalista Ary de Macêdo desmentiu a existência de conversações para o presidente Figueiredo nomear um vice-governador que não aqueles indicados pela ordem constitucional, presidente da ALE ou o do TJ-RO, porém seria um secretário do Estado. Ainda segundo o jornalista, isso até poderia acontecer, todavia desconhecia as digitais de Jorge Teixeira nisso, concluiu tratar-se de mais um boato para tentar dizer que o governador não prestigiava os políticos (*Alto Madeira*, 06/12/1983, p. 5).

Na segunda semana de dezembro, os deputados estaduais tiveram de pausar as férias devido a uma convocação extraordinária da presidência a pedido do Executivo estadual. Oswaldo Piana e José do Prado reclamaram da ausência de transparência da Casa Civil à bancada pedessista sobre a urgência de tais pautas. No dia 14 de dezembro, o plenário do Legislativo aprovou as mensagens do governo estadual, o projeto regulamentando os recursos obrigatórios da educação fixados pela emenda federal Calmon, bem como o pedido autorizando o Executivo firmar empréstimos com o Banco Mundial no valor de 28 milhões, 977mil e 263 dólares para a Centrais Elétricas de Rondônia (CERON) tiveram unanimidade, já em relação ao aumento de 1% no ICM, dois peemedebistas foram contrários (*Alto Madeira*, 15/12/1983, p. 4).

Antes de voltar a capital cearense, lugar das suas férias, José Bianco enviou um assessor jurídico ao Ministério da Justiça para saber quem assumiria o cargo de governador na licença de Jorge Teixeira, enquanto o Palácio Presidente Vargas solicitou ao ministério da Casa Civil uma definição, o ato do governo estadual novamente irritou os deputados estaduais (*Alto Madeira*, 16/12/1983, p.1-3). Na verdade, o governador ganhava tempo, pouco importava a opinião dos correligionários na ALE-RO.

No dia 20 de dezembro, Jorge Teixeira reuniu-se com João Figueiredo. Na reunião acertaram o nome do substituto temporário do governador e que também ocuparia permanentemente até 1987. A vice governadoria coube à secretária estadual de Planejamento, Janilene Melo, pessoa de confiança do coronel e esposa de José Melo, que era conselheiro do TCE-RO e ex-secretário da Casa Civil na gestão Teixeira (*Alto Madeira*, 21/12/1983, p. 3; 22/12/1983, p. 1-3).

Pedessistas reagiram perplexos, pessoas ligadas a Jorge Teixeira alegaram desconhecimento da nomeação de Janilene Melo, até o *Alto Madeira* deixou transparecer concordar com os críticos, a deselegância palaciana com a ALE-RO e a classe política havia atingido o ápice. Na oposição, Tomás Correia creditou o assunto apenas ao PDS, além de reiterar inexistir demonstração do governo em querer fazer acordos. José Bianco evitou aparentar raiva, quando provocou o STF pedindo um esclarecimento, se a legalidade estaria com a caneta do presidente ou o artigo 66 da Constituição de Rondônia. Bianco informou ao governador que o Poder Legislativo desconhecia omissão. O STF no início de 1984 respondeu negativamente ao pedido da casa, encerrando o assunto (*Alto Madeira*, 22/12/1983, p. 1,2-3; 29/12/1983, p. 3; 17/01/1984, p. 5).

Janilene Melo tem sido apontada como a primeira mulher a chegar ao Executivo estadual no Brasil, o fato mereceu elogios na época, a sua passagem pelo Palácio Getúlio

Vargas durou cerca de 42 dias. A governadora imprimiu a tradicional marca de servidora técnica durante a interinidade, buscou se distanciar dos atritos pedessistas, a interlocução política continuou na tutela do governador e na Casa Civil. A nomeação causou polêmica por causa da falta de comunicação do governo junto aos seus correligionários, além da desconsideração da reivindicação da ALE-RO de ver aplicada o artigo específico da Carta Magna.

Jorge Teixeira manteve o estilo de tentar enquadrar o parlamento estadual, depois de ter conquistado aprovações na casa no final de 1983, retribuiu os deputados estaduais a moda antiga, ou seja, reproduziu o método de quando ausentar-se do Estado nomear um de seus secretários para substituí-lo interinamente, mas dessa vez, sua sucessora foi oficializada vice-governadora do Estado pela Presidência da República.

No meio da conturbada nomeação da vice-governadora, o governador anunciou ter recebido convite de João Figueiredo para compor a comitiva brasileira na visita à Bolívia em janeiro de 1984. O titular da Casa Civil, Hélio Fonseca, teria dito ao jornal governista, *A Tribuna*, que Jorge Teixeira enviaria uma mensagem ao parlamento pedindo autorização para ausentar-se do país, todavia o trâmite seria meramente uma “deferência”, o secretário negou a autoria da afirmação. Parlamentares federais e estaduais repudiaram a colocação do secretário e exigiram respeito à Constituição de Rondônia (*Alto Madeira*, 29/12/1983, p. 3; 12/01/1984, p. 3).

Fazia mais de um mês da posse do novo secretário da Casa Civil e a situação parecia só piorar, porém é a biografia do titular que chama atenção. Hélio Fonseca morou em Porto Velho de 1959 a 1965, exerceu o cargo de promotor de justiça, conduziu o inquérito da Caçambada Cutuba⁶³, no governo do coronel Paulo Eugênio Pinto Guedes em 1963 foi chefe de polícia, vindo assumir a mesma função na gestão de Jorge Teixeira por pouco tempo. No ano de 1982, período de fundação do Poder Judiciário de Rondônia, chegou ao primeiro colegiado do TJ-RO indicado por Jorge Teixeira, na mesma época tornou-se vice-presidente do TRE-RO. Publicada sua aposentadoria na corte em 1983 por causa do aceite de chefiar a secretaria citada, os peemedebistas consideraram aparecer nova evidência de parcialidade da Justiça Eleitoral na eleição de 1982⁶⁴.

O governador Jorge Teixeira entraria 1984 desdenhando do parlamento, ainda mais depois da nomeação de Janilene Melo. Refutou a autoria da fala atribuída ao seu secretário da

⁶³Assunto tratado no capítulo 1.

⁶⁴Os dados da vida de Hélio Fonseca foram retirados da sua entrevista as historiadoras Nilza Menezes e Fabíola Holanda (2006), a respeito da Caçambada Cutuba a informação é de Antônio Serpa do Amaral Filho (2019).

Casa Civil, dissera esperar a aprovação de sua licença para viagem à Bolívia, caso o Legislativo recusasse o pedido, transmitiria a mensagem de desrespeito ao presidente João Figueiredo (*Alto Madeira*, 12//01/1984, p. 3). O governador manteve a indiferença com a bancada estadual, tratou do tema por meio de contatos com os senadores Claudionor Roriz (PDS) e Galvão Modesto (PDS), e os deputados federais Assis Canuto (PDS) e Leônidas Rachid (PDS), cabendo-lhes obter a aprovação na ALE-RO.

É possível apontar que Jorge Teixeira não torcia pela aprovação da licença. O desejo dele já era conhecido: transmitir aos deputados estaduais que possuía independência nos seus atos e de frisar ser o único detentor de livre entrada no gabinete do presidente da república. No entanto, o parlamento, irritado com o método palaciano, externava o descontentamento.

Fato demonstrado quando Abner Lima, assessor de José Bianco (PDS), comunicou a ausência do presidente da ALE-RO no evento de entrega da Medalha do Mérito Rondon daquele ano, sendo que um dos agraciados seria o Poder Legislativo.

Contudo, na oportunidade o presidente da ALE-RO estaria cumprindo agenda em Ji-Paraná e adjacências, assim incumbiu o vice-presidente, Zuca Marcolino (PDS), os deputados do PDS e do PMDB coadunaram a posição do presidente da casa, somente Wálter Bartolo (PDS) esteve na solenidade (*Alto Madeira*, 04/01/1984, p. 3; 12//01/1984, p. 2).

Convocados pela presidência da casa, os parlamentares estaduais pausaram o recesso, voltaram à capital para apreciar a mensagem de nº23 de autoria do Poder Executivo, cujo conteúdo era a licença do governador ao país fronteiriço. Várias entidades classistas, políticos e jornalistas defendiam a aceitação do pedido, os peemedebistas expressavam votarem contra, embora o Diretório do PMDB de Guajará Mirim tenha pedido diretamente a bancada o voto favorável (*Alto Madeira*, 19/01/1984, p. 1).

A respeito dessa viagem, o *Alto Madeira* agiria com autonomia, publicou várias matérias favoráveis a ida do governador à Bolívia, inclusive usou diversas vezes o editorial marcando posição. Claro, o empenho do matutino na causa ia ao encontro, aos interesses dos Tourinhos, começou a circular a notícia de empresários reivindicando do governo do Estado que intermediasse no governo federal a inserção de representantes deles na comitiva presidencial, cautelosos evitavam divulgar os nomes.

Nas dependências da Assembleia Legislativa, parlamentares estavam indignados da presença de assessores dos senadores e dos deputados federais nos corredores da casa negociando o assunto, postergaram a análise da mensagem. Arrastaram a pauta até 25 de janeiro, quando oito deputados do PMDB e cinco do PDS boicotaram a sessão extraordinária, sem quórum, José Bianco arquivou a mensagem nº23, ao mesmo tempo, entendeu que o

governador poderia ausentar-se do país (*Alto Madeira*, 26/01/1984, p.1-4), argumento discordado pelo líder do PMDB que considerava ir contra ao artigo 68 da Constituição de Rondônia.

Legal ou ilegal, em 7 de fevereiro Jorge Teixeira integrou a comitiva brasileira à Bolívia. E o governo estadual cedeu uma aeronave trasladando a delegação local ao encontro diplomático dos dois países, formada pelos empresários, Moisés Benesby (diretor da Associação Comercial de Guajará-Mirim), José Ribeiro Filho (presidente da Federação do Comércio), Luiz Tourinho (Grupo Tourinho), Federico Simão Camelo e Luís Simplício da Silva (*Alto Madeira*, 07/02/1984, p. 1).

Agora esclareceu-se a razão da bandeira favorável do *Alto Madeira* na aprovação da mensagem nº23, ou mesmo o porquê da inserção no dia seguinte da sessão de 25 de janeiro das notas do diretório pedessista de Ji-Paraná e da Juventude do PDS de Guajará-Mirim, de cunho agressivo, taxou os peemedebistas e os deputados da situação, Amizael Silva, Mável Falcão, Silvernani César, Jô Sato e Manoel Messias, de traidores (*Alto Madeira*, 26/01/1984, p. 4).

Simultaneamente à sessão extraordinária, acontecia a visita do presidenciável pedessista, Paulo Maluf, que chegou a Porto Velho no jato Brasil Esperança. Recebido no aeroporto pelo estafe do PDS-RO, ganhou das mãos do edil Waldemar Marinho (PDS-Porto Velho) uma bíblia, um presente dos pastores evangélicos ali presentes. Aos jornalistas o pré-candidato atacou as Diretas Já, refutou a associação de seu nome com a crise do governador e os correligionários. Nas dependências da ALE-RO, embora sem mencionar o nome de Jorge Teixeira, mandou indiretas, caracterizou a presença no parlamento: “[...] para cumprir a obrigação política numa casa de políticos que mesmo sem ser compreendida à altura por quem de direito, deu ao presidente Figueiredo 5 deputados federais e 3 senadores” (*Alto Madeira*, 24/01/1984, p. 1-3).

A agenda de Paulo Maluf seguiu o *script* montado pela sua assessoria que cuidou de vários detalhes, assim evitando mal-entendidos. Na noite de terça-feira, 24, o jantar na casa de Rubens Moreira Mendes (secretário regional do partido, aliado de Odacir Soares) foi desmarcado, o pré-candidato preferiu ir ao banquete na casa de Leônidas Rachid (aliado de Galvão Modesto), o motivo, o último tinha voto na futura convenção do partido. E ainda desmarcou a ida ao ensaio na escola Diplomatas do Samba, acenando à Marise Castiel (presidente do PDS-Mulher e da escola de samba Pobres do Caiari), a mesma estava em Brasília no evento de lançamento da candidatura de Mário Andreazza (*Alto Madeira*, 25/01/1984, p. 5).

O presidenciável também conversou com empresários locais, comprometeu-se no incremento dos setores mineral e agropecuária, por meio da destinação de verbas, As quais gerariam crescimento e geração de empregos. Devido ao grande número de nordestinos no Estado, aproveitou para dizer que daria atenção ao Nordeste brasileiro (*Alto Madeira*, 24/01/1984, p. 4; 25/01/1984, p. 5).

A ausência da governadora interina na capital, devido estar cumprindo agenda no interior do Estado, incomodou os pedessistas malufistas, viram como deselegante a postura da governadora, pois nos outros estados, até mesmo naqueles governados pela oposição, o presidenciável havia sido recepcionado pelos mandatários. Janilene Melo voltou a Porto Velho depois da partida de Paulo Maluf. E, aumentando os desencontros palacianos, o governo do Estado teria bancado 30 passagens áreas a alguns convencionais no lançamento da campanha de Andreazza. José Bianco e Jacob Atallah (aliados do ministro do Interior) foram preteridos (*Alto Madeira*, 25/01/1984, p. 2; 26/01/1984, p. 10).

Captando as fraquezas dos articulistas do adversário, Paulo Maluf visitou as residências de cada convencional quando pode, numa dessas dedicou uma hora e trinta minutos de papo com Jacob Atallah. O deputado, contente pela atenção do presidenciável disse à imprensa: “Mesmo que no final eu não vote no Maluf, ele teve a qualidade de me procurar. É a segunda vez que foi à minha casa. Enquanto isso os outros não mandam nem telex informando o andamento de suas campanhas” (*Alto Madeira*, 25/01/1984, p. 5).

O arco de alianças de Paulo Maluf parecia só aumentar a cada passagem pelo Estado, enquanto o time de Mário Andreazza insistia no constrangimento aos políticos. A oposição peemedebista na voz de Tomás Correia definiu as propostas do presidenciável de “evasivas” e, sem clareza acerca dos problemas regionais (*Alto Madeira*, 26/01/1984, p. 5). O *Alto Madeira* manteve a lealdade ao ministro do Interior, no editorial desqualificou o preparo do presidenciável, chamando-o ingênuo quanto a estratégia de negociação da dívida pública junto aos banqueiros. De modo bastante irônico finalizou: “Enfim, se o “Brasil Esperança” do Sr. Maluf for incentivos fiscais, crédito subsidiado, rodovias, agro-industrialização, dependência do FMI, certamente o Brasil de Maluf não será diferente do Brasil atual” (*Alto Madeira*, 27/01/1984, p. 2).

Outro presidenciável que marcou presença foi o senador Marco Maciel (PDS-Pernambuco), sem surpresas ou adesões, a visita aconteceu tranquilamente. Jantou reservadamente na residência oficial com Jorge Teixeira, João Olímpio (assessor do senador), Hélio Fonseca e José Renato Uchôa (conselheiro do TCE-RO). Na ALE-RO, teve recepção cortês do presidente em exercício Ronaldo Aragão (PMDB), manteve conversas com Jacob

Atallah, Amizael Silva, Francisco Nogueira e Heitor Costa, o senador Galvão Modesto, os deputados federais Assis Canuto, Francisco Sales e os peemedebistas Tomás Correia e Orestes Muniz. Na prefeitura da capital, o prefeito Sebastião Valadares recebeu o correligionário. Euro Tourinho, os senadores Odacir Soares e Galvão Modesto, o deputado federal Francisco Sales, além de outros políticos e empresários participaram do jantar da campanha no restaurante Caravelas do Madeira (*Alto Madeira*, 25/02/1984, p. 4-5; 28/02/1984, p. 2).

Enquanto os pedessistas dividiam-se, seja devido aos assuntos estaduais ou as prévias nacionais do partido, os peemedebistas na ALE-RO mantinham-se coesos, tanto que sem rachaduras e respeitando os acordos, Tomás Correia entregou a liderança da bancada a Amir Lando, esse eleito pelos pares. O mesmo não se podia dizer do Diretório Regional do PMDB-RO, panfletos difamatórios eram espalhados nas ruas fazendo acusações ao deputado federal Mucio Athayde, para os expectadores isso resultava dos atritos do parlamentar e Jerônimo Santana.

2.2 Diretas já!

A campanha das “Diretas já” no Estado de Rondônia iniciou com os partidos de oposições, PT e PMDB, realizando ações separadamente, o primeiro distribuiu panfletos nas ruas e liderou as ações iniciais do movimento. O PMDB de Rondônia refutava a proposta dos moderados de firmar acordo com o PDS para manter a eleição indireta, a posição do diretório não era refutada pelos parlamentares, mas faltava à agremiação um plano que mobilizasse as ruas, o deputado estadual Cloter Mota conversou com os petistas e transparecia agir individualmente.

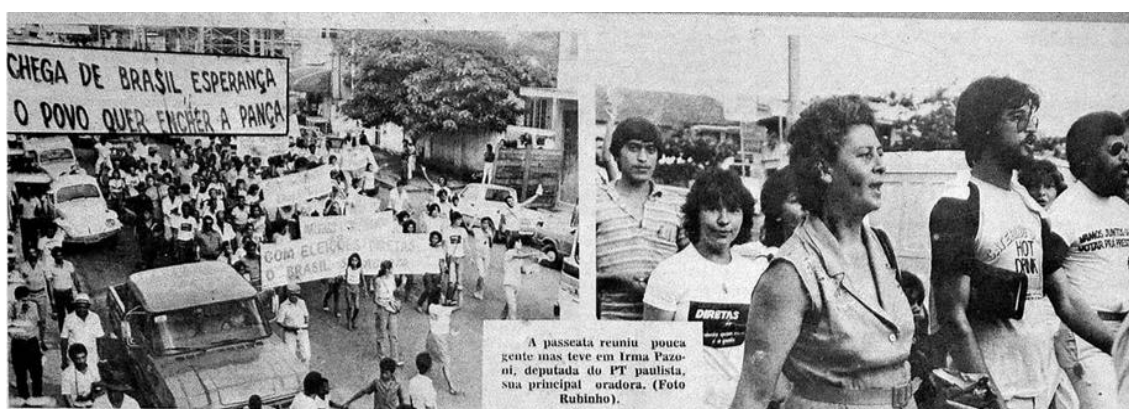
Na noite de sábado, 21 de janeiro, organizado por integrantes do comitê petista, aconteceu um evento animado por músicas de forró nas dependências do Centro Social no bairro São Cristóvão, a entrada do participante custou 500 cruzeiros, ainda houve venda de comidas e bebidas. A arrecadação da festa foi toda destinada às despesas da manifestação de rua agendada para o dia 27 daquele mês. O *Alto Madeira* não registrou a atividade, apenas escreveu na edição de 20 de janeiro os preparativos desse encontro festivo.

O jornal *Alto Madeira*, no decorrer de janeiro a abril, manteve uma postura dúbia. Por isso, não é possível afirmar que o matutino se engajou no movimento, muitas vezes as matérias sobre as passeatas eram rasas. Nas colunas de opiniões, os jornalistas gostavam de dizer da dificuldade de adesão de votos dos deputados federais à emenda constitucional do

deputado federal Dante de Oliveira, ou seja, não cobrava dos parlamentares para votarem na proposta, mas dava como certa a rejeição da pauta na Câmara dos Deputados.

E nas capas das edições não diferiam, em vez de frisar as passeatas, constava indiretas aos políticos, e a reiteração do aval do jornal com a candidatura de Mário Andreazza. Fato ilustrado na visita de Paulo Maluf, o jornal escolheu resumir a manifestação do dia 28 de janeiro de 1984, como sendo uma resposta da população local à presença do presidenciável do PDS no Estado. A seguir, a fotografia da manchete:

Figura 3: 1º passeata das Diretas na cidade de Porto Velho, registrada por Rubens Nascimento.



Fonte: Reprodução do *Alto Madeira*, 28/01/1984, p.1.

Na legenda da fotografia, frisou-se a baixa quantidade de público naquele ato inicial e a presença da petista Irma Passoni. Na primeira cena, onde se captou do alto a caminhada, os editores inseriram uma tarja criticando o slogan do plano de governo de Paulo Maluf, *Brasil Esperança*, de acordo com o matutino o bordão teria sido ecoado durante o ato pelo público presente (*Alto Madeira*, 29-30/01/1984, p. 2).

A passeata a favor das eleições diretas seguiu o trajeto saindo do *Mercado do Um*, percorrendo a avenida 7 de setembro até a praça Marechal Rondon, local de concentração do comício. Os participantes do ato teriam usados palavras de ordem, como “Presidente quem escolhe é a gente”, “Diretas Já” e “O povo unido jamais será vencido”. As pessoas que se concentravam nos pontos de ônibus, teriam ficado entusiasmadas e repetiam as palavras de ordem. No comício, houve críticas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao sistema capitalista.

As personalidades políticas destacadas foram o deputado estadual Cloter Mota (PMDB), o único citado pela reportagem dos membros da ALE-RO, e o presidente do PMDB-RO, Jerônimo Santana, mas a grande estrela foi a parlamentar de São Paulo, Irma

Passoni (PT), aclamada pelo público; ao discursar a convidada não escondeu o incômodo com a ausência dos deputados estaduais na manifestação (*Alto Madeira*, 28/01/1984, p. 4).

No registro do *Alto Madeira*, o público feminino teria ovacionado a parlamentar petista. Vale recordar a baixa representação feminina na política regional⁶⁵, pois havia apenas uma única prefeita e uma deputada na bancada federal, ambas do PDS. Sendo que a prefeita, já tinha reiterado simpatia com Mário Andreazza, enquanto a deputada Rita Furtado alinhava-se com Paulo Maluf, ou seja, as duas apoiavam a manutenção da eleição indireta. No Legislativo estadual inexistia assento feminino, tampouco havia margem para futuras suplentes ocuparem os cargos com uma possível licença dos titulares.

Ademais, no decorrer do ato, o público fez constantes menções ao custo de vida, ao que aparenta. Estampar a imagem de Irma Passoni, remontava a figura da dona de casa, a qual estava constantemente equilibrando o orçamento doméstico diante da escalada da inflação. O assunto econômico, constantemente, estava nas páginas do jornal, desde os dados da cesta básica, protestos de mães, tentativas de furtos nos supermercados, brigas entre crianças no centro da capital por restos de alimentos despejados nos resíduos de lixo.

Na contabilidade do *Alto Madeira*, a manifestação inicial contou com cerca de 200 pessoas. Na avaliação de Irma Passoni o evento teve resultado positivo, constatação compartilhada por Bernardo Ciro Lopes (presidente do PT-RO). Segundo o líder petista, a presença tímida de população naquele ato devia-se ao fato de existir no país um Estado autoritário que usava do aparato de vigilância para inibir o engajamento da sociedade nesses eventos públicos (*Alto Madeira*, 29-30/01/1984, p. 4).

Para o jornal o número de participantes foi pequeno, e por culpa da “Classe política”, chegando a falar em descrença popular com os políticos, pelos seguintes motivos: 1 - o boicote da oposição no Congresso Nacional de votar a emenda para eleição de prefeitos de capitais; 2 - a recusa dos deputados estaduais de votarem a mensagem nº23 (*Alto Madeira*, 29-30/01/1984, p. 2).

⁶⁵ Na década de 1980 não era comum a participação de mulheres em cargos eletivos da política nacional, regional ou local. Essa tem sido uma conquista paulatina dos movimentos sociais, que foi se acentuando a partir dos anos 1980. Recorde-se que a maioria dos municípios de Rondônia eram recém-criados e que tanto Porto Velho como Guajará Mirim eram culturalmente conservadores e herdeiros do típico coronelismo, que se caracteriza pelo poder do homem na esfera pública e privada. Inclusive, um diferencial de Rondônia em relação a outras áreas do Brasil é a percepção dos migrantes de que as mulheres pareciam mais empoderadas, isto por se demonstrarem sexualmente mais livres. Se em relação ao modo mais liberado nos modos de vestir e se relacionar sem maiores problemas com vários parceiros ao longo da vida era um fato, o é também que isso mascara o fato de que elas não fossem oprimidas pelo machismo. Na minha percepção havia muito machismo, o que é notório, por exemplo, nos episódios de violência doméstica.

Percebe-se nos argumentos do jornal a atribuição de responsabilidade aos políticos quanto aos entraves da transição, no primeiro item, descontextualizava a recusa da oposição com as propostas de emendas constitucionais do Executivo que favoreciam o próprio governo e o PDS. E, no tocante a pauta estadual, voltava a desconsiderar a exigência do parlamento quanto as justificativas da ida de Jorge Teixeira a Bolívia. Nos dois casos, o *Alto Madeira* tentava impregnar a imagem de respaldo popular quanto aos projetos do Poder Executivo.

Os colunistas também se pronunciaram, Marlene Rolim se expressou contrária ao presidenciável Paulo Maluf e manifestou apoio às Diretas Já, enquanto Ary de Macêdo escreveu coadunar com a pauta, mas classificou a campanha naquela ocasião de um suicídio (*Alto Madeira*, 28/01/1984, p. 1, caderno B; p. 2).

Depois do ato de 27 de janeiro, PT e PMDB e as entidades civis fizeram encontros e estreitaram as ações seguintes. Por exemplo, foram compostos comitês nos municípios. A campanha ganhou organização e maior aderência, e os deputados estaduais da oposição envolveram-se mais. Nos meses de fevereiro, março e abril, vários comícios aconteceram por todo o Estado registrando expressiva adesão da população. Abaixo, dados dos registros das manifestações pela PEC Dante de Oliveira:

Quadro 2 – Manifestações da Diretas Já em Rondônia

Município / Data	Número de Participantes
Ji-Paraná / fevereiro	Ausente os dados
Porto Velho / março	Ausente os dados
Ji-Paraná – abril	10. 000
Cacoal – abril	10.000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Alto Madeira* de fevereiro a abril de 1984.

Com base no quadro acima, pode-se constatar a adesão da sociedade civil nas maiores cidades do Estado, embora as informações contidas no jornal tenham suas limitações, uma vez que o *Alto Madeira* tinha circulação somente na cidade de Porto Velho. Assim, os números e os eventos eram informados mediante fontes dos deputados estaduais, que na segunda-feira depois de passarem o final de semana nos seus domicílios, comentavam acerca da agenda no interior do Estado com o matutino.

Ademais, o movimento regional ganhou musculatura, como no lançamento do *Comitê Suprapartidário Pró-eleições Diretas*, coordenado pelo deputado federal Orestes Muniz (PMDB), e com participação dos dirigentes partidários regionais, Jerônimo Santana (PMDB), Newmar Silveira (PT) e de Magnus Guimarães (PDT), além do presidente da OAB-

RO, Nelson Oliveira e do padre Mansueto Dal Maso, representando o CIMI. O Comitê teve início em 24 de fevereiro, num evento ocorrido nas dependências da ALE-RO (*Alto Madeira*, 25/02/1984, p. 1).

Diversas entidades civis aderiram à causa, da capital contou com o apoio da Associação Profissional dos Jornalistas do Estado de Rondônia, da Associação dos Moradores da Nova Porto Velho e da Associação dos Professores Rondonienses. No segundo maior município, Ji-Paraná, ingressaram na campanha a Associação dos Empregados do Comércio, a Associação dos Empregados da Indústria, o Conselho de Pastores (evangélicos), o Sindicato Rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a OAB-de Ji-Paraná (*Alto Madeira*, 22/02/1984, p. 5).

O PMDB e as bancadas parlamentares, estadual, federal e municipais aderiram em peso nos comitês municipais e nos comícios. No PDS, as adesões foram de formas individuais, apenas o Diretório Municipal de Ariquemes entrou na corrente pró-diretas. Os figurões do PDS, Desival Ribeiro (presidente do PDS-RO), Jorge Teixeira, Odacir Soares e Heitor Costa explicitaram contrariedade com a emenda do deputado mato-grossense.

O editorial do *Alto Madeira* de 13 de abril foi incomum, defendeu explicitamente a emenda Dante de Oliveira, exaltou as manifestações populares que pediam o término da escolha presidencial por meio do Colégio Eleitoral. Discordou da Constituição de 1968, porque ela teria pavimentado o caminho da decretação do AI-5, onde o país conviveu com tempos amargos. Por fim, uma suposta indicação do líder do PDS na Câmara dos Deputados de orientar a ausência dos pares na votação do plenário seria: “imoral e vergonhoso” (*Alto Madeira*, 13/04/1984, p. 2).

O dia da votação se aproximava, o país registrava passeatas massivas nos grandes centros urbanos, além de outras passeatas pelos municípios interioranos. Enquanto a agitação fazia parte do governo e de setores da caserna, exemplo disso veio com a decretação de emergência, na capital federal, ficando a segurança de Brasília controlada pelo SNI.

Em Porto Velho, o PT organizou uma vigília para acompanhar a votação, ao longo daquele 25 de abril, diversas pessoas foram à praça Jonatas Pedrosa, ouviram discursos e assistiram concertos artísticos. Agentes da Polícia Civil e da Polícia Federal monitoraram a atividade, sem registrar nenhum incidente. À noite, estranhamente, a praça ficou sem iluminação, mas os participantes acenderam velas (*Alto Madeira*, 26/04/1984, p. 1).

Mesmo diante de toda a mobilização popular, a Câmara dos Deputados rejeitou a PEC das Diretas Já, pois não atingiu os 320 votos favoráveis, o resultado foi de 65 votos contrários, 298 a favor, 3 abstenções e 113 ausências. O placar rondoniense verificou-se

conforme o esperado, os peemedebistas, Múcio Athayde, Olavo Pires e Orestes Muniz votaram favoráveis. No PDS, Assis Canuto, Francisco Sales, Leônidas Rachid e Rita Furtado não foram ao plenário verde, somente Francisco Erse compareceu e votou com a oposição.

O resultado da votação gerou diversas reações na população, sendo o principal o sentimento de desrespeito por parte dos deputados federais com o apelo popular. Restou a esperança de as lideranças congressistas do campo democrático buscarem entendimento e derrotarem o candidato do PDS no Colégio Eleitoral de 1985.

Por outro lado, num Estado onde durante décadas prevaleceu o mando dos oficiais do Exército, associado ao mandonismo das elites econômicas, à limitação da consulta pública, além da imposição do medo sobre os cidadãos para demonstrar quem detinha o poder na vida pública, com as Diretas Já! detectava-se novidades. Pois a população voltava às ruas desde a eleição de 1982, passando a reconhecer o seu papel nas lutas pela cidadania, e o sonho com a possibilidade de mudanças.

As ruas deixaram de ser apenas palco para as cenas das festividades civis-militares, como o desfile de 7 de setembro, a comemoração do golpe de 1964 e o hasteamento da bandeira por alunos na frente do Palácio Getúlio Vargas. A imposição do patriotismo castrense perdia força, os símbolos da nação, a bandeira e o Hino Nacional, eram cultuados de outra maneira, bem como as marchas eram espontâneas e lideradas por políticos, categoria deslegitimada com a ditadura militar.

2.3. Os arranjos na composição do Colégio Eleitoral de 1985

Seguindo a legislação da época, acerca da proporcionalidade das bancadas estaduais que definiam a composição da delegação no escrutínio indireto da sucessão presidencial, no Estado de Rondônia caberia apenas ao PDS nomear os delegados. Até a eleição da delegação era aguardada as prévias da agremiação governista, de onde sairia o candidato do governo.

O jornal *Alto Madeira*, declaradamente em diversas edições, manifestou apreço pelo nome do coronel Mário Andreazza, mas à medida que o postulante não agregava forças no partido o matutino acenava para Paulo Maluf, e o político paulista respondia aos proprietários do matutino, seja por contatos de seus correligionários ou pessoalmente com o Grupo Tourinho.

Antes das prévias, divergências entre a executiva nacional e os aliados de Paulo Maluf racharam o partido. O ápice deu-se com a renúncia de José Sarney na presidência do PDS e nas semanas seguintes outros pedessistas anunciaram o desligamento da legenda, como

o vice-presidente da república Aureliano Chaves e o senador Marco Maciel. De Rondônia, o deputado federal Francisco Erse também comunicava o desembarque da agremiação.

Quando a votação interna do PDS começou, o paulista despontava na liderança, fato confirmado com a proclamação do resultado da prévia, que deu a Paulo Maluf 493 votos e a Andreazza 350 votos (*Alto Madeira*, 12-13/08/1984, p. 1). E, desta forma, o *Alto Madeira* embarcou na campanha do proclamado candidato do PDS como sucessor de João Figueiredo. Definida as candidaturas, o duelo ficou entre Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB/Aliança Democrática).

Diante disso, Jorge Teixeira prometeu deixar o cargo antes do término do mandato, pois se via perdendo forças após a derrota de Mário Andreazza nas prévias, todavia desejava manter-se na carreira política e anunciou sua candidatura ao Senado Federal no pleito de 1986, anúncio bem-visto por aliados e desafetos do PDS-RO.

A nova manobra do governador, de instalar-se em Brasília, dava-se devido o fracasso da primeira cartada, na qual Mário Andreazza esperava ser eleito sucessor de João Figueiredo e, ainda na transição de governo, levasse o presidente criar a Secretaria Espacial para Assuntos da Amazônica (SEARA), departamento que teria status de ministério e herdaria as funções do Ministério do Interior sobre a Amazônia. O ministério começaria os trabalhos no dia 28 de fevereiro de 1985 e, claro, Jorge Teixeira seria o ministro.

Com exceção de Rondônia e dos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, os governos do Norte brasileiro estavam nas mãos do PMDB: Jader Barbalho (Pará), Guilherme Mestrinho (Amazonas) e Nabor Júnior (Acre). Por isso, os peemedebistas desconfiaram dos objetivos da SEARA, colocaram-se contrários à proposta de instalação desse ministério (Dias, 2020, p. 117). A dupla Andreazza/Teixeira ainda sondava a possibilidade de divisão do Estado do Amazonas, que abarcaria a porção sul, repetindo a mesma linha, tendo Jorge Teixeira como governador nomeado, mas as elites amazonenses reprovaram imediatamente a ideia.

As constantes implosões nos planos da dupla precisam também ser tributadas aos duelos travados nas alas militares. Mário Andreazza e Jorge Teixeira filiavam-se na linha dura, o primeiro era conhecido por ser a cabeça pensante de Costa e Silva⁶⁶. Nessa fase da distensão, os castelistas, durante todo tempo, freavam muitas manobras dos duros, e realmente ensaiavam a saída do Estado. O general Golbery do Couto e Silva, detentor de livre trânsito

⁶⁶ O general Leônidas Pires resumiu o entorno de Costa e Silva do seguinte modo: “ Foi ele (*Andreazza*) que mentalizou a coisa. Portela ajudava, mas não se pode dizer que tinha a inteligência e a lucidez do Andreazza” (D’Araújo; Soares; Castro, 1994, p. 124).

no Palácio do Planalto, e nos círculos militares, trabalhou declaradamente na campanha de Paulo Maluf.

Na bancada federal rondoniense estava praticamente acertado os votos dos parlamentares em Paulo Maluf. Assim, os olhos dos assessores dos presidencialistas e da imprensa se voltavam a ALE-RO, de onde ainda seria eleita a delegação, e muitos acreditavam que cooptariam facilmente os deputados estaduais, mas de lá sairia uma reviravolta.

No PMDB a executiva regional liderada por Jerônimo Santana mudou de postura, antes contrária a “conciliação nacional”, defendida por Tancredo Neves, entrou na campanha do governador mineiro e abraçou as pautas do presidencialista. Confiante na vitória do seu candidato, os peemedebistas também esperavam ganhar a governadoria e a prefeitura da capital.

Em 13 de setembro de 1984, Paulo Maluf voltou a Rondônia, do aeroporto seguiu para a ALE-RO, e no fim da tarde ao lado do presidente João Figueiredo participaram dos festejos de inauguração de um trecho do asfaltamento da BR-364 que interliga Porto Velho a Cuiabá. Um público estimado em 20 mil pessoas compareceu aos festejos, no qual João Figueiredo entregou a obra coordenada pelo 5ºBEC, o ato simbólico deu-se com a entrega do Monumento aos Pioneiros no Trevo do Roque. O presidencialista do PDS não discursou e, ao ser observado no palanque, recebeu vaias dos populares, levando o presidente e o governador a repreenderem o público (*Alto Madeira*, 14/09/1984, p. 1-4).

Após os festejos no Trevo do Roque, Paulo Maluf esteve na casa de José Bianco, onde se reuniu com os seguintes parlamentares: Heitor Costa, José Bianco, Silvernani Santos, Oswaldo Piana, Jô Sato, Márvel Falcão, Genivaldo Souza e o senador Odacir Soares (*Alto Madeira*, 14/09/1984, p.1-4). O assunto tratado era a indicação dos delegados estaduais, dos quais o presidencialista esperava ter os votos.

Porém, no decorrer de outubro os ventos mudaram e a Frente Liberal começou a ganhar musculatura, os pedessistas insatisfeitos com o governador e aqueles contrários a Paulo Maluf anunciavam desligamento da legenda. O líder do PDS na ALE-RO, Heitor Costa, chegou a anunciar os nomes dos delegados estaduais, logo foi desmentido pelos correligionários (*Alto Madeira*, 09-10/10/1984, p. 1-4).

A composição da delegação ficou conhecida no dia 24 de outubro, depois da votação ocorrida no salão nobre da ALE-RO, sem quaisquer turbulências a não ser a fumaça no ambiente causada pelo uso de cigarros que levaram os servidores abrirem as janelas. Os peemedebistas apenas assistiram o escrutínio, que contou com a observação da procuradora da

república, Marilene Soares dos Reis, representando o TRE-RO (*Alto Madeira*, 25/10/1984, p. 4).

O resultado fora: quatorze votos para Amizael Silva, Genivaldo Souza, Márvel Falcão e José Bianco, e nove para Heitor Costa, Oswaldo Pianna, Jô Sato e Silvernani Santos, os dois últimos foram para a suplência, por causa da idade. Os demais, Francisco Nogueira - 7 votos, José do Prado - 6 votos, Jacob Atalaha, Messias Silva e Walter Bártolo - 2 votos, Arnaldo Martins - 1 voto - e Zuca Marcolino - sem votos (*Alto Madeira*, 25/10/1984, p. 4).

No dia seguinte, os dois presidenciáveis contataram os delegados da ALE-RO, Paulo Maluf falou com os seis delegados por telefone, tendo por certo os votos de Heitor Costa e Amizael Silva. Enquanto Tancredo Neves não obteve êxito nos telefonemas, conseguindo apenas o diálogo que Francisco Erse tivera com Oswaldo Pianna e José Bianco em nome do mineiro (*Alto Madeira*, 25/10/1984, p. 4).

Naquela altura, os delegados da ALE-RO estavam divididos e colocariam na mesa de negociações as suas reivindicações, mostravam autonomia, deixando claro não serem marionetes da bancada federal, que por diversas vezes fechava acordos em nome dos estaduais, inclusive os votos na candidatura do parlamentar paulista. Cientes do peso de seus votos, os delegados consultaram as bases eleitorais, encomendaram pesquisas de opinião, bem como durante as andanças pelas ruas ouviam os pedidos dos eleitores.

O jornal *Alto Madeira* e os parlamentares federais do PDS chegaram a anunciar uma reunião da delegação rondoniense com o presidente João Figueiredo, na qual seriam acertados os votos na candidatura de Paulo Maluf. Todavia, na sua última visita ao Estado, no dia 31 de outubro, o presidente apenas participou da inauguração da Base Aérea de Porto Velho, ali mesmo despediu-se do governador Jorge Teixeira e voou para o Rio de Janeiro (*Alto Madeira*, 01/11/1984, p. 4).

A atitude do presidente serviu para dar total liberdade de escolha aos delegados, e os peemedebistas e os frentistas intensificaram as conversações. O ponto principal a chegar a um consenso era o governo tampão no Executivo estadual. Amir Lando, Jerônimo Santana, Claudionor Roriz, José Bianco e Oswaldo Pianna mantiveram diversos diálogos.

O PMDB na ALE-RO tinha instalado uma CPI, que investigaria a antiga CODARON, a estatal vitrine da gestão de Jorge Teixeira. Porém, o *Alto Madeira* noticiou que para minar as investigações, pedessistas, que tanto foram beneficiados quando a empresa existiu, colocaram na negociação dos votos a Tancredo Neves o esvaziamento dos trabalhos da comissão, manobra negada pelos titulares da comissão de inquérito (*Alto Madeira*, 18-19/10/1984, p.1-5).

Não é possível constatar a veracidade da notícia, mas, curiosamente, após a instalação da CPI mencionada, o fundador da empresa e ex-presidente da mesma, Willian Cury, bem como secretários estaduais e conselheiros do TCE-RO eram frequentemente anunciados pelo *Alto Madeira* como negociadores da candidatura de Tancredo Neves, e até o fim do ano Legislativo de 1984 os trabalhos da CPI não avançaram, inclusive no ano seguinte o presidente da CPI, Cloter Mota, questionou no plenário as ausências dos titulares nas reuniões (*Alto Madeira*, 31-01/03-04/1985, p. 3).

Em novembro de 1984 o quadro começava a ficar definido, os delegados da ALE-RO depois de muitas conversas com os presidenciáveis e os interlocutores, anunciavam os votos e justificavam as razões. Como o deputado estadual Oswaldo Pianna, que encomendou uma pesquisa para ouvir a população acerca da opção entre os candidatos do PDS ou do PMDB, segundo o levantamento da empresa *Nacional Publicidades e Promoções*, contratada pelo parlamentar, cerca de 15 mil pessoas foram ouvidas, e 90% dos entrevistados optavam por Tancredo Neves (*Alto Madeira*, 06/11/1984, p. 1).

No domingo de 11 de novembro, a capital de Rondônia viveu um clima de bastante euforia. Por volta das 10:15 um jato aterrissou em Porto Velho trazendo o candidato peemedebista Tancredo Neves, o qual teve uma recepção festiva feita por centenas de simpatizantes. O presidenciável seguiu para a ALE-RO, onde se reuniu com os deputados estaduais e recebeu a confirmação dos votos de Genivaldo Souza, José Bianco, Marvel Falcão e Oswaldo Pianna. Ao falar com a imprensa, o candidato da oposição prometeu fazer um governo sem revanchismo, e defendeu os direitos humanos (*Alto Madeira*, 13/11/1984, p. 1-4).

Na praça das Três Caixas da Água, no centro da capital, um público calculado na casa de 20 mil pessoas marcou presença no Comício da Mudança, os organizadores tiveram o cuidado para não haver bandeiras vermelhas agitadas pelos participantes, com intuito de dissociar o encontro com apologia ao comunismo. O comício teve a presença da cantora Fafá de Belém, dos governadores peemedebistas Franco Montoro (SP), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR), além do deputado federal Ulisses Guimarães, e dos senadores José Sarney e Marco Maciel (*Alto Madeira*, 13/11/1984, p. 2-4).

O governador Jorge Teixeira não se encontrou com Tancredo Neves devido a um bloqueio imposto pela bancada do PDS na ALE-RO, por isso encontrava-se no interior do Estado. Porém, no comício do presidenciável do PMDB, figuras do *staff* do mandatário foram vistas, como os secretários estaduais Álvaro Lustosa (SEDUC-RO), Walderedo Paiva (Interior e Justiça), os conselheiros do TCE-RO José Renato da Frota Uchôa e Ziziomar

Procópio de Oliveira (presidente da corte). No aeroporto, o secretário da Casa Civil Hélio Fonseca cumprimentou a caravana do presidencialível, embora tenha negado estar na condição de representante do governo, justificou a presença alegando recepcionar o governador Jader Barbalho, um amigo de Jorge Teixeira (*Alto Madeira*, 13/11/1984, p. 4).

Depois da passagem do mineiro pelas terras rondonienses, mudanças viram-se notar, Paulo Maluf contava apenas com os votos do fiel escudeiro Heitor Costa e de Amizael Silva, este cuja proximidade com o senador Odacir Soares era muito forte. O *Alto Madeira* buscava entender a situação, cauteloso noticiava as articulações do Colégio Eleitoral, falava da previsível vitória do candidato do PMDB, bem como elogiava a persistência da candidatura de Paulo Maluf.

Em seguida houve novas reviravoltas, o deputado Amizael Silva dera declarações colocando-se contrário ao escrutínio via Colégio Eleitoral, ao ser eleito um dos delegados da ALE-RO confirmou votar no candidato do partido. Todavia, seus eleitores não simpatizavam com Paulo Maluf, na visita pelo município de Pimenta Bueno, Amizael Silva ouviu reclamações dos moradores a respeito do voto em Maluf.

O foco de pressão era ainda maior entre os professores, nos quais o deputado tinha bastante apoio, posteriormente integrou o coro a comunidade religiosa do parlamentar, os evangélicos, durante um culto no templo central da Assembleia de Deus em Porto Velho, pastores o cobraram a mudar de voto. Por vários dias, o pedessista recebeu visitas na sua casa ou era abordado nas ruas por lideranças pedindo o voto para Tancredo Neves.

Contabilizou-se naqueles dias cerca de 60 pastores de diversas denominações dos evangélicos que teriam conversado com o deputado. O pedessista buscou uma alternativa. Ao contatar Odacir Soares, o senador manteve a exigência de haver a fidelidade ao presidencialível do PDS. Encurralado entre atender ao cacique do partido e suas bases eleitorais, o deputado escolheu endereçar um ofício ao presidente da ALE-RO, José Bianco, e ao presidente do Senado Federal, Moacir Dalla, comunicando a renúncia. Deste modo, a vaga ficou com Jô Sato, eleitor de Tancredo Neves (*Alto Madeira*, 16-20/12/1984, p. 3-1).

A renúncia de Amizael Silva aconteceu devido a percepção do parlamentar da possível perda de prestígio junto aos docentes, mas a gota d'água veio com imposição dos líderes religiosos dos quais o deputado tinha bastante apreço e reverência. Na eleição de 1982, Amizael Silva, genro do pastor/presidente da Assembleia de Deus no Estado de Rondônia, e Sadraque Muniz, filho de um pastor da mesma instituição em Ji-Paraná, foram alertados pelos caciques da igreja de que não poderiam associar as candidaturas deles com a entidade, tampouco fazerem campanha nos prédios da comunidade religiosa (Dias, 2019).

O ingresso de membros da Assembleia de Deus na política partidária não desfrutava de apreço pelos líderes, pois acreditavam que o fiel ao entrar na vida política o levaria ao desvirtuamento dos valores bíblicos. Conforme jornais da época, inclusive o *Alto Madeira*, a campanha de Paulo Maluf estaria construída mediante supostas compras de votos dos delegados, além disso, a imprensa fazia reprises de fatos nada republicanos do deputado quando esteve à frente do Palácio dos Bandeirantes. Assim, os caciques evangélicos externavam desconforto da proximidade de um de seus membros com um político conhecido por praticar atos repudiados na igreja, bem como dos rumores do próprio membro da comunidade de fé estar envolvido com uma prática avessa a ética da comunidade.

A última surpresa aconteceu com a adesão da deputada federal Rita Furtado na campanha de Tancredo Neves (*Alto Madeira*, 15/12/1984, p. 1). Com isso, todos os ponteiros estavam acertados, o candidato do PMDB tinha a maioria dos votos rondonienses na eleição indireta de 1985.

Assim, no dia 15 de janeiro de 1985, os brasileiros focaram a atenção na sessão do Congresso Nacional, a capital federal estava em Estado de emergência, conforme havia sido decretado pelo chefe do SNI. O rito de passagem na escolha do futuro presidente da república foi o mesmo, ou seja, votação indireta por meio dos votos de delegados e congressistas, a única novidade era a ausência de um candidato do governo na figura de um general.

Transcorrida a votação, o postulante da Aliança Democrática, Tancredo Neves, venceu a disputa. No discurso, prometeu ser aquele ato o último na forma de escolha do chefe do Executivo federal, ainda falou de reconciliação nacional, afastou a possibilidade de qualquer retaliação e prometeu devolver a esperança à sociedade brasileira.

Dos representantes de Rondônia, cerca de 64% votaram em Tancredo Neves, sendo o senador Claudionor Roriz (PDS-Frente Liberal) e os deputados federais, Francisco Erse (PDS-Frente Liberal), Múcio Athayde (PMDB), Olavo Pires (PMDB), Orestes Muniz (PMDB) e Rita Furtado (PDS); da ALE-RO, José Bianco (PDS-Frente Liberal), Jô Sato (PDS-Frente Liberal), Genivaldo Souza (PDS-Frente Liberal), Marvel Falcão (PDS-Frente Liberal) e Osvaldo Pianna (PDS-Frente Liberal) (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 3).

Enquanto Paulo Maluf obteve os votos dos senadores Galvão Modesto (PDS) e Odacir Soares (PDS) e dos deputados federais, Francisco Sales (PDS), Assis Canuto (PDS) e Leônidas Rachid (PDS), da delegação da ALE-RO, contou apenas com o do deputado Heitor Costa (PDS) (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 3).

O *Alto Madeira* no editorial opinou positivamente sobre a vitória de Tancredo Neves, elencou os desafios na educação e na economia para se construir a “Nova República”

prometida pelo novo presidente (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 2). Um dos proprietários, Luiz Tourinho, ao se pronunciar optou por falar na condição de presidente da ACR (Associação Comercial de Rondônia) e ponderou: “Para a livre iniciativa, esperamos que se façam cumprir a desestatização e algumas atividades econômicas, o que irá ao encontro do desejado pelos empresários” (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 3).

Para o presidente do grupo Tourinho, as reformas da Nova República deveriam ser econômicas, o eixo central sendo a diminuição da influência estatal na economia. Mesmo que não tenha especificado quais setores necessitavam de mais liberdade para o mercado, a fala de Luiz Tourinho aponta as diferenças nos anseios entre os grupos civis a respeito daquela fase da transição política. Sua opinião somava-se às vozes empresariais que desde o início da administração João Figueiredo almejavam pela privatização de estatais e de maior poder de decisão a ser tomada pelo próprio mercado (Napolitano, 2014).

Já a população de Porto Velho, mesmo sob chuva, acompanhou a votação, com o comércio parado, pois diante de aparelhos de TV e rádio, as pessoas ficaram atentas ao noticiário do Congresso Nacional. Após o resultado, o clima era de euforia, membros de escolas de sambas foram as ruas vibrar, devido ao tempo chuvoso, as comemorações foram poucas, mas depois do resultado proclamado houve queima de fogos e buzinações nas ruas da capital (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 3).

Obviamente, o modelo de eleição que elegeu Tancredo Neves ao Palácio do Planalto não foi aquele que a população desejava, mas sua brilhante vitória alegrou a maioria da sociedade brasileira, a qual estava insatisfeita com a ditadura militar. As duas décadas de governos ditatoriais terminavam deixando um legado desastroso, a economia em completa ruína, os trabalhadores convivendo com arrocho salarial, endividamento das famílias, miséria, desemprego, e o fosso entre as classes sendo bastante acentuado.

A modernização forçada serviu apenas àqueles que estiveram ao lado dos ditadores, sendo que muitos deles depois do colapso do milagre pularam do barco aos poucos, e articularam-se nos acordos da sucessão presidencial de 1985, fosse para manter o status quo ou dissociar sua participação nos longos anos de Estado de exceção. A mídia grande, assim como a média e a pequena, é o melhor exemplo de colaboração e distanciamento com os militares no estertor da ditadura militar, quando os generais e a tecnocracia econômica sofreram revés de popularidade, passou a defender a volta da democracia, desde que as mudanças fossem sem radicalismo, vocábulo muito descrito e discutido nas matérias dos jornais nos anos da transição política.

Também, ainda havia outro tema a ser resolvido, o Estado brasileiro devia respostas a respeito de mortos, desaparecidos e de pessoas encarceradas com base nas legislações arbitrárias do governo ditatorial. Algumas dessas reivindicações o novo presidente tinha deixado claro que não atenderia, visto que no seu projeto de reconciliação nacional, a lei da anistia de 1979 não seria alterada, mas o paradeiro de alguns cidadãos vitimados pelos órgãos de repressão na visão dos parentes deveria ter explicações.

No coração do centro decisório do governo também existiam motivos de celebração, pois venceu um candidato cujas pontes desde o golpe de 1964 eram estreitas, ademais o futuro vice-presidente ocupara a executiva do partido governista, o novo partido em construção, a Frente Liberal, nascia do PDS. Na caserna, que não diferia muito do Executivo federal, o retorno de seus membros seria devidamente calculado e controlado por eles mesmos.

Deste modo, aguardava-se a partir de março de 1985, um novo arranjo político no Brasil, o qual seria chamado Nova República pelo próprio Tancredo Neves, contudo, desta vez, as hierarquias seriam para mandatos temporários e construídas na escuta popular. Para o pacto dar certo, as pautas nacionais deveriam passar pelo crivo do Congresso Nacional com anuência do Palácio do Planalto, quando ocorressem dúvidas ou excessos de um dos lados, viriam as instituições de controle e a provocação ao Poder Judiciário.

Após a votação do colégio eleitoral, muitos políticos deixaram Brasília levando nas suas bagagens, de volta aos seus lares, a responsabilidade futura e a expectativa de ganhos pessoais a serem somados na carreira política. Os ganhos seriam de longo prazo, enquanto outros viriam no curto tempo, pois os acordos selados na hora que optaram entre Paulo Maluf ou Tancredo Neves seriam cobrados e atendidos. E outros assuntos já faziam parte do cotidiano regional, mas não menos importante, por isso necessitava de cálculos acertados, ou seja, ao desembarcar no habitat, nada de férias, o trabalho começou ainda no aeroporto.

2.4 Elegendo a Mesa Diretora da ALE-RO 1985 –1987

Após a derrota de Mário Andreazza na prévias do PDS e do acerto de 90% da delegação estadual com Tancredo Neves, ficou claro à imprensa que os deputados estaduais tinham autonomia. A bancada federal, a executiva regional dos partidos e o Palácio Getúlio Vargas não os controlavam, os acordos com A, B ou C eram momentâneos, se atendessem aos estaduais eles estavam dentro, caso contrário deixavam supostos porta-vozes se iludir com acordos às escondidas nos gabinetes.

Outra constatação era a respeito do PDS, um partido esfacelado, prestes a virar uma legenda nanica no Estado, tanto que os dissidentes eram identificados como políticos da

Frente Liberal. A liderança na ALE-RO, praticamente servia de protocolo regimental, nem mesmo no tempo de Jacob Atallah o líder recebia tanto desprestígio da bancada, na imprensa Heitor Costa ganhava tratamento mais de porta-voz de Paulo Maluf do que de líder de um partido.

Já o PMDB, cada vez mais próximo do centro decisório do poder, assistia um tratamento diferente do *Alto Madeira*, de oposição radical em 1983 e no primeiro semestre de 1984 a de partido moderado e forte. O líder no parlamento estadual, Amir Lando, recebeu um tratamento cortês comparado a Tomás Correia, ainda conseguiu trunfos, ao ser noticiado como um dos principais interlocutores de Tancredo Neves com os delegados estaduais.

Justamente por causa da boa relação com a Frente Liberal, Amir Lando despontou o favoritismo pela cadeira da presidência da ALE-RO (1985-1987), até no Executivo estadual o nome adquiriu simpatia do governador e do secretariado. A pré-candidatura de Oswaldo Pianna não decolou. E quando Amizael Silva foi apontado como a opção dos dissidentes do PDS, o anúncio recebeu a interpretação de tratar-se de barganha com o PMDB pelos cargos da Mesa Diretora ao invés de ir adiante (*Alto Madeira*, 12/02/1985, p. 3).

A bola da vez seria mesmo o PMDB tanto que na última sessão de 1984 o deputado estadual Tomás Correia viu o seu projeto que nomeava o prédio da ALE-RO de senador Teotônio Vilela receber aprovação, o nome agradou os pares, e o *Alto Madeira* apenas coadunou com a decisão votada no plenário (*Alto Madeira*, 15/12/1984, p. 3). No editorial de 19 de dezembro o jornal fez um balanço da atuação de Heitor Costa e de Amir Lando e concluiu: “E se houve um vencedor entre os dois líderes, este ano foi notória a vitória do PMDB” (*Alto Madeira*, 19/12/1984, p. 2). O jornal fazia um aceno ao partido, uma mudança de guinada, motivada pela expectativa com o futuro sucessor de Jorge Teixeira, e com Amir Lando, um dos cotados ao cargo de governador também.

Diferentemente de 1983, a preocupação do jornal quanto ao domicílio do presidente do Poder Legislativo inexistiu, até porque os dois postulantes eram da capital. Também o matutino estava cauteloso, pois quanto ao futuro político do Estado pairavam incertezas, além da lição do colapso do projeto de candidatura de Mário Andreazza, ou seja, opinar e cobrir o cotidiano do parlamento estadual requeria cuidados, os ocupantes das 24 cadeiras detinham um poder que foi anteriormente subestimado por muitos.

Todavia, as alterações comuns do mundo político ocorreram de novo, Amizael Silva e Amir Lando estavam empatados, o jeito foi alterar a cabeça da chapa no ninho peemedebista, Amir Lando renunciou para Ângelo Angelin tornar-se o candidato, pois o peemedebista era um ano mais velho que Amizael Silva (*Alto Madeira*, 01/03/1985, p. 1).

Na sessão de 28 de fevereiro, num clima acalorado, os parlamentares elegeram Amizael Silva com 13 votos, Ângelo Angelin ganhou somente 11 votos, o voto decisivo teria saído de Walter Bartolo (PDS) o qual havia declarado apoio ao peemedebista, mas desagradou-se com o pronunciamento de Amir Lando, mudando o voto “num protesto contra o pronunciamento infeliz e agressivo do deputado Amir Lando” (*Alto Madeira*, 01/03/1985, p. 1).

O *Alto Madeira* atribuiu a derrota do PMDB ao comportamento de Amir Lando e Tomás Correia, que irritaram Walter Bártolo, este ainda estaria sendo pressionado pelo TCE-RO e o Executivo estadual em dar o voto na oposição, por isso mudou de lado (*Alto Madeira*, 02/03/1985, p. 2). Explicação contraditória, uma vez que o deputado citado desfrutava de bom trânsito com Jorge Teixeira.

Quanto aos cargos da Mesa Diretora, a votação ficou empatada por 11 a 11. Os peemedebistas deixaram o plenário por discordar da presidência de realizar outro escrutínio, assim a segunda votação elegeu os cargos com o placar de 13 a zero, formando a seguinte composição: 1º vice-presidente: Heitor Costa, 2º vice-presidente: Silvernani Santos, 1º secretário: José Prado; 2º secretário: Messias Silva; 3º secretário: Francisco Nogueira; 4º secretário: Jô Sato (*Alto Madeira*, 01/03/1985, p. 4-1).

A sessão de primeiro de março marcou o início do ano Legislativo, o PMDB deixou de ir ao plenário, os deputados estavam confraternizando-se no gabinete de Zuca Marcolino. Ao mesmo tempo, a sessão seguia o protocolo normalmente, Hélio Fonseca representou o Executivo estadual e entregou a mensagem do governo; depois Jacob Atallah falou pelo PDS, enalteceu o Poder Legislativo e criticou a deselegância regional para com os pares. O presidente Amizael Silva discursou prometendo união e uma gestão sem retaliações aos servidores da casa, do início ao fim, o tom do pronunciamento foi religioso, também aproveitou para elogiar o antecessor José Bianco (*Alto Madeira*, 02/03/1985, p. 3).

Somente depois disso, os colunistas do matutino apareceram opinando a respeito do assunto. Esron Penha de Menezes, na sua tradicional coluna História Antiga, intitulou de *Deu Zebra*, primeiro esclareceu o significado Curta — pouca inteligência —. Depois focou na declaração de Jerônimo Santana de que existiam diversas Frente Liberal, e ambas não transmitiam credibilidade, isso teria sido um dos pivôs da crise que levou Amizael Silva à presidência (*Alto Madeira*, 03-04/03/1985, p. 7).

A escrita irônica fazia parte dos textos do colunista, ele mesmo um ex-cutuba, colocava-se na condição de um intérprete político esclarecido, ao contrário dos peemedebistas associados aos Pele Curta. Obviamente, com todas as artimanhas retóricas, o colunista voltava

a desclassificar qualquer mérito do partido do qual ele tanto criticou, os redatores foram sagazes ao inserir a coluna que não falava às claras as intenções do jornalista com uma explicação sobre os grupos políticos dos tempos do Território Federal do Guaporé/Rondônia. Tanto que na coluna Opinião em 30 Linhas, de 2 de março de 1985, o jornal buscou amenizar a derrota e dar sugestões ao PMDB:

[...] talvez o que se tenha conseguido provar – e se conseguiu – com a derrota da chapa de Amir haja sido justamente que o PMDB rondoniense não sabe articular de tal forma a ganhar e se confirme parcialmente aquela tese do senador Odacir Soares de que o partido dirigido pelo deputado Jerônimo Santana não tem capacidade para gerir o Governo do Estado, teoria que, aliás, este matutino não admite como válida creditando a derrota de anteontem apenas a um escorregão numa caminhada que pode ser recomposta mas cujos parâmetros devem ser, pelo menos, revistos. Agora a bancada peemedebista, que tem como certo que de seu quadro partidário sairá um governador para mandato até 87, deve observar que tem de aprender a negociar e não pode ficar, como aconteceu no episódio da Constituição e anteontem, apenas radicalizando ou dizendo, como afirmou seu líder, que só em seu partido tem homens honrados (*Alto Madeira*, 02/03/1985, p. 3).

Os comentários do jornal ao PMDB são sutis, escolhendo por aconselhar os peemedebistas, principalmente para quando chegassem ao comando da cadeira do Executivo estadual. E, claro, que o *Alto Madeira* estaria lá, com sua bagagem de vivência no poder regional, para emprestar todos os recursos necessários aos novos ocupantes do centro decisório, começando por desconstruir a tentativa de emplacar no partido a pecha de incapacidade técnica para assumir a administração pública.

2.5 A saída Honrosa dos Militares e o Governo Tampão

Minada à candidatura de Mário Andreazza, o governador Jorge Teixeira entendeu dispor de poucas alternativas para manter-se no cargo, a melhor opção seria estudar uma possível empreitada ao Senado. Ao mesmo tempo, o mandatário que nunca soube tratar com cortesia os correligionários pedessistas estava disposto em promover retaliações, como no apoio às escondidas a Amir Lando na presidência da ALE-RO.

No ano de 1983, período de fundação da ALE-RO, posse dos prefeitos, vereadores e da bancada federal, as relações do Executivo estadual e os grupos políticos foram marcadas por constantes animosidades. Em 1984, as fissuras só aumentavam a cada dia, ainda mais devido aos atritos entre os gestores municipais e as câmaras de vereadores. Prefeitos eram afastados dos cargos por decisão dos parlamentos, mas depois retornavam aos cargos ao conseguirem decisões favoráveis no Poder Judiciário.

A crise do Palácio Getúlio Vargas e as municipalidades acentuou muito quando o TCE-RO recomendou o afastamento de prefeitos e intervenções nas prefeituras. Ironicamente os pedessistas falavam de medidas arbitrárias tomadas pela corte, essa estaria subordinada ao governador, o qual promovia retaliações aos adversários. Como os afastamentos pedidos pelo governo do Estado, baseados nas recomendações do TCE-RO, passavam por votações na ALE-RO, o clima na casa ficava tenso, os deputados totalmente divididos. Uma ala da oposição mostrava-se favorável, segundo esses se conformaria os indícios de corrupção dos gestores do PDS, enquanto outros temiam estarem reafirmando atos arbitrários. Na bancada dos pedessistas constatava-se as mesmas impressões, alguns entusiasmados em ver desafetos fora das cadeiras, já outros queriam proteger os amigos nas municipalidades.

Em outubro de 1984, seguindo recomendação do TCE-RO, três gestores foram afastados dos cargos num período de 120 dias. Jorge Teixeira nomeou os seguintes interventores, Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves – em Ji-Paraná, o major da PM-RO José Pessoa Filho – em Vilhena e Heny Carlos Boero Costa – em Colorado do Oeste. Segundo a decisão da corte, durante as intervenções ocorreria uma averiguação nas administrações municipais (*Alto Madeira*, 17/10/1984, p. 4).

Outra medida de discordâncias entre os prefeitos e o governador deu-se após o governo do Estado decretar o encerramento do pagamento dos vencimentos aos servidores com funções de diretores, chefes de divisão e secretários. Ary de Macêdo ficou do lado dos prefeitos divergindo do editorial do jornal de 7 de abril, para o colunista aquela manobra orçamentária tinha origem na época de José Renato Uchoa à frente da SEPLAN, que visava concentrar poder na sua pasta. A suspensão decretada por Jorge Teixeira também tinha as digitais do então conselheiro do TCE-RO, assim a assessoria do mandatário apostava na pressão sobre os gestores locais, seus assessores liam e aplicavam Maquiavel do modo bruto (*Alto Madeira*, 11/04/1984, p. 2).

Ary de Macêdo fazia comentários corteses quando criticava o governador, porém, depois da prévia pedessista, mudou totalmente, e o *Alto Madeira* lhe concedeu autonomia para discordar de Jorge Teixeira, e a sua coluna seria o meio de expor as divergências do grupo Tourinho com a gestão em tela, até mesmo quando chegou a pedir a renúncia do coronel. Os argumentos iam desde o esfacelamento do PDS, perda de base governista na ALE-RO e a doença do governador, que mantinha segredo a respeito de suas idas ao Rio de Janeiro, ao regressar para o Estado estava com aparência pálida e cansaço físico durante os eventos públicos.

O novo estilo de colunismo de Ary de Macêdo causou espanto no gabinete de Jorge Teixeira e nos leitores do matutino, enquanto no meio militar a sensação era de incômodo. Em março de 1985, véspera da saída dos militares no Executivo, o jornalista transcreveu uma carta enviada a ele pelo coronel Luís Carlos Correia, ex-subcomandante do 5ºBEC, o oficial da reserva ao longo dos parágrafos discordou da postura do colunista quando opinava sobre o governador, classificou de “considerações injustas” (*Alto Madeira*, 12/03/1985, p. 2).

O jornalista, além de marcar posição contrária a gestão Jorge Teixeira, havia desconstruído outras administrações, chamou corruptos os governos do general Jayme Araújo dos Santos e do coronel José Ribamar de Miranda (ex-governadores do Território Federal do Guaporé/Rondônia, de 1955 a 1956) (*Alto Madeira*, 31/01/1985, p. 2).

Ary de Macêdo avançou nas denúncias, revelou aos seus leitores ter sofrido espionagem por relatar corrupção de um ex-governador e de seu secretário de segurança pública, devido a isso quase recebeu penalizações ao ser considerado um subversivo, mas escapou da arbitrariedade após um militar conhecido dele descartar aquela característica de sua biografia (*Alto Madeira*, 19/03/1985, p. 2). Essa situação foi contada por ele em sua coluna, segundo o jornalista para elucidar um diálogo dele com outro militar, identificado no texto como “um desses militares desencantados com o Movimento de 1964”, onde ambos concordavam que o combate à corrupção não avançou após o golpe de 1964, apenas os movimentos armados da oposição teriam sido combatidos.

O agora combativo jornalista perseguido, e defensor da saída do governador no Executivo estadual, parecia estar apenas tentando construir pontes com os peemedebistas, uma vez que foi ele quem sugeriu o encurtamento do mandato de Jorge Teixeira, mas acompanhado de um “afastamento honroso”. A sugestão ocorreu depois das eleições municipais em Cerejeiras e Rolim de Moura.

O PMDB conquistou as duas prefeituras. No município de Rolim de Moura, o jovem professor e vereador Valdir Raupp logrou êxito nas urnas. Na pequena Cerejeiras venceu Adelino Neiva de Carvalho. Desta maneira, a resposta das urnas confirmava o esfacelamento do PDS, da mesma maneira apontava o crescimento da oposição junto ao eleitorado. Diante disso, Ary de Macêdo ponderou:

Volto a insistir (não para que o veja pelas costas, mas apenas para resguardá-lo de desgastes no futuro) na tecla de que já está até passando a hora do Teixeira pendurar as chuteiras administrativas, antes que outros técnicos o rebaixem para o segundo time e daí para a reserva inglória dos que não souberam atender à voz do bom senso, preferindo um afastamento honroso do que uma continuidade desastrosa (*Alto Madeira*, 12/12/1984, p. 2).

O jornalista fazia um trocadilho com as palavras de Jorge Teixeira, que quando se referia a si mesmo comparava-se a um técnico de futebol e os seus secretários aos jogadores de um time. O colunista sugeria explicitamente a aposentadoria do governador, o que o pouparia de mais derrotas, desse jeito desfrutaria da conservação de sua memória à frente do Executivo estadual nos últimos cinco anos, isso também incluiria o cuidado para com quem fosse o seu sucessor, até aquele momento um mistério.

A sucessão de Jorge Teixeira ficou por muitos meses concentrada entre a executiva regional do PMDB e a Frente Liberal, ou seja, Jerônimo Santana, Claudionor Roriz, Francisco Erse, José Bianco e Oswaldo Pianna tentando chegar a um consenso sobre o nome do titular e o secretariado, além do sucessor de Sebastião Valadares na prefeitura de Porto Velho.

Todavia, as coisas mudaram quando o vice-líder do PMDB na ALE-RO, Tomás Correia, reivindicou que a indicação deveria sair de um consentimento da bancada peemedebista no parlamento estadual, e sugeriu o nome de Ronaldo Aragão (*Alto Madeira*, 19/12/1984, p. 1). Entre os três deputados federais, havia divisão, depois Orestes Muniz acompanhou a executiva do partido, enquanto Olavo Pires ficou ao lado de Tomás Correia, esse transmitia pela imprensa a posição do seu grupo ao presidente do PMDB e aos membros da Frente Liberal, segundo o deputado, o PMDB não renunciaria a indicação do governador tampão, pois:

Nosso partido deve provar agora ao eleitor que tem condições de gerir administrativamente o Estado e temos de aproveitar esta oportunidade para nos fortalecer. [...] que a Frente Liberal tem de tomar consciência de que temos hoje a maior força política do Estado, além de sermos o partido mais coeso além de estarmos dando a sigla ao Tancredo Neves (*Alto Madeira*, 19/12/1984, p. 4).

Na época, o parlamentar falava enfaticamente acerca do papel do partido oposicionista em nomear o sucessor de Jorge Teixeira, pois demonstraria para a população a capacidade técnica do PMDB no gerenciamento do Executivo Estadual, caso não emplacasse aos frentistas a prerrogativa de nomeação, os correligionários perderiam um momento ímpar. Outro elemento a destacar é que naquela altura do contexto o presidenciável da oposição ainda recebia o tratamento de alguns peemedebistas de estar na agremiação como um convidado.

Assim, constatava-se uma grande divisão no PMDB de Rondônia motivada pelos cargos de governador e prefeito da capital, votações sem aval da executiva estadual elegiam os futuros titulares, bem como circulava nomes na imprensa dos possíveis chefes do

Executivo estadual e municipal. O duelo ficou centrado entre duas alas, a do vice-líder do PMDB na ALE-RO, Tomás Correia, e a do presidente do partido, Jerônimo Santana.

Enquanto os peemedebistas duelavam internamente ao não chegarem a um consenso com os frentistas, o governador Jorge Teixeira tomava atitudes contraditórias, uma hora anunciava sua renúncia para o mesmo dia da saída de João Figueiredo, ou às vezes dava a entender que seus aliados buscavam canais de negociação com Tancredo Neves visando mantê-lo na cadeira. Ary de Macêdo noticiou uma articulação de Claudionor Roriz com tal finalidade, que contava com suporte da empreiteira Andrade Gutierrez, empresa com muitas obras no Estado e cujos donos tinham parentesco com o ex-governador mineiro (*Alto Madeira*, 18/12/1984, p. 2).

Jorge Teixeira dava sinais de dificuldades de desapegar-se do poder, indisposto a concluir a tal missão tão propalada nos últimos cinco anos, amargurado por assistir desde 1983 suas ordens serem confrontadas por correligionários, ainda convivía com uma imprensa menos afeita aos laços de amizade. No *Estadão* os irmãos Carlixto exploravam ao máximo as falhas da gestão, o *Alto Madeira* mostrava-se disposto a qualquer hora pular do barco, restando apenas a lealdade do *A Tribuna*.

O caminho foi barganhar sua “saída honrosa” e utilizar do poder em mãos para dar recados aos antigos aliados e ao sucessor. O governo de Jorge Teixeira apostou no medo e repressão com atos que pareciam desconexos, mas compreende-se aqui como totalmente correlacionados.

Jorge Teixeira, após anos defendendo o encerramento da garimpagem manual no Estado, disse aos garimpeiros que hipotecava apoio a causa⁶⁷. Levando muitos dos trabalhadores entenderem a declaração como sinal verde para voltarem a qualquer momento a antiga prática de exploração mineral. Ary de Macêdo, na sua coluna, questionou se o objetivo de Teixeira seria igualar-se a Nero que incendiou a antiga Roma (*Alto Madeira*, 16/01/1985, p. 2).

Outro assunto muito comentado na imprensa era uma suposta greve da Polícia Militar, bilhetes e telefonemas de militares eram endereçados aos jornais e rádios. A Secretária de Segurança Pública vinha a público desmentir qualquer paralisação. O comando da PM-RO dizia tratar-se de trotes, ao mesmo tempo, estaria averiguando indícios de insubordinação.

⁶⁷Assunto tratado no capítulo 1.

De acordo com Nibert Elias, o cotidiano das pessoas é permeado pelos medos, individuais e coletivos, daí gerando as fantasias, por isso elas tomam atitudes julgando compreender ser uma forma de controlar o curso dos acontecimentos (Elias, 1987, p. 60). Formado esse medo coletivo, os cidadãos associam-se com aqueles que trariam a solução imediata e aparentemente a única possível.

Tudo indica que o governo de Jorge Teixeira montava uma operação de terror, ou seja, atizando garimpeiros a voltarem as áreas de mineração, supostamente autorizados a retornarem com o método de exploração manual, colocando moradores dos entornos desses lugares numa situação de completa insegurança. Ademais, membros da maior corporação de segurança indicavam Estado de greve, restando apenas a incerteza no meio dessa circunstância conturbada.

Os peemedebistas estavam cautelosos com aquela pauta, sabiam tratar-se de uma ilegalidade e jogar uma crise no colo do futuro presidente do país. Uma greve na PM-RO causava apreensão nos dois partidos, deixando os parlamentares e gestores locais diante de um contexto espinhoso. Assim, restaria a quem garantir a ordem pública? Ao próprio Jorge Teixeira, auxiliado de militares do Exército. Relevante considerar que, com todo o noticiário de possível desordem pública, a ALE-RO pareceu desconhecer do assunto, os deputados estaduais praticamente ausentaram-se do tema. Todavia, quando os profissionais da educação e saúde cruzaram os braços, os parlamentares acompanharam o desenrolar das greves, como veremos adiante.

O PMDB sempre buscou apresentar-se como o partido que daria o sucessor de Jorge Teixeira depois de 15 de março⁶⁸, mas entrou numa situação contraditória, dado que defendeu sempre eleição ao cargo de governador, porém estaria organizando-se para assumir o Palácio Getúlio Vargas com um governador biônico. A assessoria jurídica da agremiação e o próprio Jerônimo Santana desconversaram, até justificar a necessidade de alterações na lei de criação

⁶⁸Sendo assim, o partido compôs duas comissões de preparação do novo governo, sendo que uma iria averiguar os indícios de corrupção do Executivo estadual, e a outra ganhou o nome de *Comissão Para Elaboração do Plano de Governo*, essa estudaria as áreas do governo e elaboraria os programas da gestão, teve a seguinte divisão e composição: “Educação, Cultura, Esporte e Turismo: Angelo Angelin; Instituto Histórico e Geográfico, Secretária de Saúde e o Programa Estadual de Merenda Escolar.

Antônio Frazão Pinto: Agricultura, Companhia de Mineração de Rondônia (CMR), CERON, CAERD e o Departamento de Estradas e Rodagem; Ayres do Amaral Filho: Indústria e Comércio, Fazenda e Junta Comercial; Clóter Mota: Secretarias de Interior e Justiça e Planejamento. Vereador de PVH, José Guedes: Secretarias de Administração, Trabalho e Promoção Social; Advogado Lísio Viera de Jesus: Segurança Pública, Departamento de Trânsito, Procuradoria Geral do Estado, Polícia Militar e a Divisão de Telecomunicações; Arquiteto Luiz Leite: Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Companhias de Habitação de Rondônia, Serviço de Navegação Madeira-Mamoré e Estrada de Ferro Madeira Mamoré” (*Alto Madeira*, 31/01/1985, p. 3).

do Estado. Na coluna Opinião em 30 linhas, o jornal classificou os argumentos do partido de incoerentes com seu passado (*Alto Madeira*, 26/01/1985, p. 2).

No mês de fevereiro de 1985, as negociações ainda estavam ocorrendo, e um medalhão peemedebista, Ulisses Guimarães, garantiu aos colegas o cargo de governador tampão (*Alto Madeira*, 22/02/1985, p. 1). Depois do comunicado do presidente nacional do partido, não restavam dúvidas que o PMDB ganharia o tão almejado posto, mas o cacique nacional também deu um ultimato conforme rememora Tomás Correia:

Sobre a nomeação do Ângelo Angelin, é um capítulo muito interessante, pois eu participei diretamente disso, eu era um possível candidato ao cargo, mas eu tinha um candidato que era o Ronaldo Aragão. Na época a imprensa dizia que eu almejava o cargo e sempre neguei isso, então declarei o meu apoio no Ronaldo Aragão, que tinha em tese o apoio da bancada, pois ele queria o cargo. Mas, o Amir Lando que desejava ser candidato a senador em 1986, foi até Brasília, juntou-se como Cloter Mota e o Claudionor Roriz, chamaram o Jerônimo Santana na biblioteca da Câmara dos Deputados, numa sala reservada, disseram ao Jerônimo que se eu ou o Ronaldo Aragão fosse o governador, ele seria rifado na eleição de governador em 1986, fizeram esta fofoca ao Jerônimo Santana, então disseram que ele deveria interferir no caso pois estava acontecendo uma articulação, definindo o seguinte: Tomás é governador e Ronaldo senador ou vice-versa. Deste modo, a candidatura do Jerônimo para a eleição de 1986 corria perigo, após este encontro em Brasília, o Jerônimo pediu ao Ulisses Guimarães para barrar o nome do Ronaldo e o Santana indicou o Angelin.

Aqui no estado fizemos um movimento contra a nomeação do Angelin, chegando a ir até Brasília, mas o Ulisses cobrou uma definição urgente e disse que manteria o Angelin até o partido tomar uma postura, então resolvemos deixar o Angelin, mas foi uma disputa interna muito intensa (Correia, 07/2019).

A passagem acima de um dos sujeitos do fato dialoga com as fontes jornalísticas, semelhantemente apresenta outras ocasiões de bastidores que estão ausentes no *Alto Madeira*, talvez porque os editores decidiram ocultar tendo em vista a animosidade do PMDB, caso inserissem os assuntos citados poderia dar a entender haver cumplicidade com alguma das alas. Também, as memórias do ex-deputado reiteram dois argumentos. O primeiro, a força da bancada legislativa estadual nas articulações decisivas da neófito unidade federada, incluindo os nomes ao Senado de 1986. Isso preocupava o presidente regional do partido, que paulatinamente se via perdendo o controle da agremiação. Jerônimo Santana era taxado por seus críticos e adversários de centralizador no PMDB-RO. E, por último, mais um exemplo da conexão dos impasses políticos regionais com a Praça dos Três Poderes.

Como Tomás Correia mencionou anteriormente, o grupo ao redor dele recuou da disputa, embora seguiram na mesa de negociações acerca dos outros cargos. Todavia, antes da desistência a dupla Correia/Aragão aumentou o poder na ALE-RO. Depois de uma votação apertada, a bancada elegeu Ronaldo Aragão na liderança do partido, derrotando João Dias por

5 a 4 votos (*Alto Madeira*, 21/03/1985, p. 6). Cientes do valor da posição, a dupla munia-se de prestígio e força.

O desfecho poderia apontar clareza só depois da posse presidencial marcada para 15 de março de 1985, data bastante aguardada pelos brasileiros. Na véspera da mudança presidencial, o presidente Tancredo Neves já estava em Brasília, com a família e aliados, rezara no Santuário Dom Bosco; posteriormente ao ato público, ele apresentou dores causada por diverticulite, sendo hospitalizado e operado (*Alto Madeira*, 15/03/1985, p. 1).

A situação do presidente eleito o impossibilitou de tomar posse, ao longo de semanas o quadro de sua saúde se agravaria sendo submetido a transferências de hospitais e passando por outros procedimentos cirúrgicos. O estado de Tancredo Neves seria acompanhado no país com muita apreensão, pois os boletins médicos eram ruins, ademais o político estava com a idade avançada.

Brasília viveu momentos tensos, a caserna interferiu na definição da presidência interina, negando ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães, o direito de assumir o cargo (Napolitano, 2014, p. 330). O *Alto Madeira* tangenciou o envolvimento dos militares na indefinição da sucessão, descreveu as reuniões de lideranças políticas, as quais teriam chegado ao consenso de caber ao vice-presidente José Sarney a tarefa de chefiar provisoriamente o governo federal.

Em 15 de março, José Sarney tomou posse no Congresso Nacional, o general João Figueiredo recusou-se a transmitir o cargo. Findava as duas décadas de ditadura militar no Brasil, concomitante assistia-se à fundação da Nova República (Silva, 2007, p. 279; Napolitano, 2014, p. 330). Obviamente que a ruptura foi à moda brasileira, mas tivemos o término do Estado de exceção, bem como a expansão da cidadania, e com a promulgação da Constituição, em 1988, concluiu-se a transição política.

O *Alto Madeira* fizera uma extensa cobertura da posse, embora trouxesse na manchete a fala do ministro do Exército, general Walter Pires, na qual dizia: “Exército da Nova República Cumpre Missão Constitucional”. A finalidade era apresentar a caserna como cumpridora do pacto político, estando daquele dia em diante supostamente submissa ao poder civil.

No final de março, PMDB e Frente Liberal chegaram a um consenso a respeito do nome de Ângelo Angelin na condição de governador tampão, os frentistas abdicariam do cargo desde que os peemedebistas indicassem um político de perfil “bombeiro”, em vez de alguém identificado por “incendiário” (*Alto Madeira*, 31-01/03-04/1985, p. 1).

O jornal *Alto Madeira* abriu e fechou a ditadura militar no Estado, o mesmo Luiz Tourinho que se reuniu com o interventor Anacreonte vinte e um anos atrás, também organizou as despedidas do coronel Jorge Teixeira. O jornal até fomentou notícias para a derrocada da ditadura militar, mas não a da popularidade do coronel, assegurando assim a “saída honrosa” dos militares da cena política estadual. Luiz Tourinho contratou uma pesquisa visando medir a popularidade do governador, o levantamento seria organizado pelo vice-reitor da UNIR, Raimundo Nonato Castro (*Alto Madeira*, 05/03/1985, p.1 do 2ºcaderno).

A pesquisa de opinião pública, solicitada por Luiz Tourinho, teve a divulgação dos dados no término de abril inseridos num suplemento especial, segundo a pesquisa, 58% dos entrevistados preferiam a permanência do governador Jorge Teixeira, quanto ao desempenho dos cinco anos de governo, pontuava em 34% ótimo, e outros 40% como bom (*Alto Madeira*, 28-29/04/1985, p. 5).

Se o governador detinha toda aquela popularidade, terminava a gestão com boa pontuação, embora o último mês da administração tenha sido de momentos de tensão social. Os docentes de todo o Estado realizaram uma paralisação, o governo e a ARP tiveram momentos acalorados, mas a entidade dos professores ganhou simpatia do público ao receber solidariedade de grupos civis e de políticos detentores de mandato.

O presidente da ALE-RO, Amizael Silva, ao usar a palavra pediu aos colegas a abertura de CPI na área da educação. Os parlamentares das três bancadas (PMDB, PDS e Frente Liberal) hipotecaram apoio aos docentes em greve, também cobraram do Executivo a abertura de diálogo com a classe (*Alto Madeira*, 18/04/1985, p. 4).

Ao comentar as ameaças recebidas pelos grevistas, o pefelista José do Prado afirmou: “os ventos da Nova República não soprem sobre alguns dirigentes estaduais que preferem a pressão do que a mesa de negociações” (*Alto Madeira*, 18/04/1985, p. 4). Rompido com o governador, o deputado convencia-se de que o antigo aliado, a quem tanto jurou lealdade, desviava-se dos princípios da nova ordem.

Fora do parlamento, outras entidades se somaram no apoio aos docentes, dentre elas, a Associação Profissional dos Jornalistas de Rondônia (APJER), o Comitê de Organização do 1º de maio, reunindo: PT, CUT, AERON, SITEL, AREF, Sindicato da Construção Civil, Movimento de Educação Popular, Juventude da Frente Liberal, OAB, Comitê pró-legalização do PCB, AERON, AGERO e Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia, Associação dos Estudantes e o DCE da UNIR (*Alto Madeira*, 18/04/1985, p. 4). Depois de uma semana de greve dos professores, governo e ARP fecharam acordos. Já no final do governo de Jorge Teixeira foram os servidores da saúde que decidiram paralisar suas atividades.

As questões nacionais foram as razões do prolongamento da gestão Jorge Teixeira. No dia 21 de abril, o Brasil entrou de luto oficial devido ao falecimento do presidente eleito Tancredo Neves (PMDB). Respeitando o próprio decreto e reverenciando o velho companheiro de chapa, o presidente José Sarney (PMDB) seguiu a nomeação de Ângelo Angelin (PMDB) até o encerramento das despedidas.

Na sexta-feira, 26 de abril, o presidente José Sarney encaminhou a mensagem de nº237 ao Senado Federal, indicando Ângelo Angelin ao governo de Rondônia. Jorge Teixeira e o presidente conversaram por telefone, segundo o governador o diálogo ocorreu de modo cordial, tendo o presidente deixado claro que a decisão tomada era por fatores políticos (*Alto Madeira*, 27/04/1985, p. 5).

A demissão de Jorge Teixeira feita com toda a cortesia caiu justamente no mesmo dia da troca de comando da 17ª Brigada de Infantaria e Selva, tendo a passagem de posto sido conduzido pelo ex-chefe do SNI, general Octávio Medeiros, então comandante militar da Amazônia, que preferiu evitar comentários acerca da gestão Sarney (*Alto Madeira*, 27/04/1985, p. 5). O ritual, nas dependências da caserna, simbolicamente representava o fechamento de um capítulo na história de Rondônia, seguindo o exemplo do superior presente na cidade; Jorge Teixeira, depois de reunião com o gabinete, comunicou boa disposição na passagem de poder, aguardando o contato da equipe do futuro governante.

A estranha coincidência do anúncio da demissão de Jorge Teixeira na mesma data da passagem de Octávio Medeiros no Estado mudou o comportamento agressivo do governador perante o público. Diante dos fatos, compreende-se que o general de quatro estrelas, na curta visita, teria dado o recado de não tolerar excessos por parte dos membros da linha dura, ou seja, quem estava no poder e foi demitido, deveria retirar-se. Quando Medeiros tangenciou-se de perguntas da imprensa acerca de política, determinava as tropas e os subordinados a agirem nessa direção⁶⁹.

⁶⁹Conforme Eliezer Rizzo, os generais Walter Pires e Octávio Medeiros eram: “oficiais que haviam sido influenciados por valores pluralistas ao longo de uma década de distensão mostraram-se dispostos a acelerar a volta aos quartéis como meio de institucionalização do poder e de recuperação dos valores morais militares” (Oliveira, 1994, p. 24).

A postura de Octávio Medeiros, um general de Exército (4 estrelas), determinaria a posição da força terrestre no Estado de Rondônia, uma vez que os oficiais verde-oliva ao longo da Nova República comportaram-se de modo institucional, evitando comentários de cunho político. Também, é interessante frisar que ao contrário de Roraima, onde o brigadeiro Otamar Pinto manteve-se ativo na vida política, em Rondônia, os militares do Exército não lançaram candidaturas e, até mesmo o deputado estadual Arnaldo Martins (PFL-RO) evitou qualquer associação de seu mandato com o de seu passado pela caserna.

Em 2018, semelhante ao comportamento de outros oficiais, o comandante da 17ª Brigada, general José Eduardo Leal de Oliveira, agia de modo avesso a liturgia do seu cargo, ao visitar o governador eleito de Rondônia, coronel Marcos Rocha, cumprimentou o futuro chefe do Executivo estadual fazendo sinal de arma, o qual foi a

Servidores da ALE-RO, do Palácio Getúlio Vargas e do PMDB deram início aos preparativos da posse. E as entidades sindicais elaboravam listas sugerindo os nomes dos titulares nas secretarias. Logo, setores patronais, da agricultura a construção civil, publicavam na imprensa mensagens com votos de êxitos ao futuro governador, bem como o *Alto Madeira* reservava páginas de congratulações ao peemedebista. A colunista social, Marlene Rolim, escreveu desconhecer o passado do parlamentar, mas diante da definição anunciada envolveu-se na apuração de informações, e assim relatou:

[...] tenho observado, com imparcialidade, que desde que seu nome foi ventilado para o dito mandato, ANGELIN assumiu uma postura digna de um político de muito talento. Não agride a ninguém, tampouco se digladiia. Seus pronunciamentos são pautados no bom senso, revelando um acentuado equilíbrio psicológico e, conseqüentemente assegurando uma tranquilidade em torno do seu nome (*Alto Madeira*, 27/04/1985, p. 1 do 2ºcaderno).

A colunista social apenas reiterou a imagem em construção sobre o perfil de Ângelo Angelin de pessoa equilibrada, em outras palavras, um político moderado, distante do radicalismo de setores do PMDB, o resultado viria com uma transmissão do cargo conforme o esperado.

No Senado, Odacir Soares (PDS) manobrou a apreciação da mensagem presidencial ao pedir vistas na CCJ, levando ao adiamento da sabatina de Angelin. Em 3 de maio discursou na tribuna da casa questionando a idoneidade do indicado, isso provocou reações de todos os lados da Aliança Democrática, inclusive de Tomás Correia que defendeu o correligionário e contra-atacou o senador (*Alto Madeira*, 30/04/1985, p. 1; 04/05/1985, p. 4).

Às acusações do cacique pedessista sobre Angelin tratavam-se, principalmente, de um suposto calote do deputado estadual ao Banco do Estado de Rondônia (BERON), fato desmentido pela documentação apresentada pelo assessor do governador indicado, Ronaldo Rocha, ao falar com jornalistas mostrou as certidões assinadas pelo BERON e de juízes da vara cível, as quais provavam o oposto das denúncias, ainda esclareceu que o empréstimo era de Sergio Carminatto, mesmo assim tudo estava quitado desde março (*Alto Madeira*, 05-06/05/1985, p. 4).

marca da campanha do presidenciável do PSL, o registro fotográfico foi divulgado nas redes sociais de Rocha. Este comandante dessa brigada colecionou outras polêmicas, em 11 de julho de 2017 durante a inspeção das Forças Armadas no presídio de Cruzeiro do Sul (AC), medida autorizada pelo presidente Michel Temer (PMDB) por meio de decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o general Leal envolveu-se numa discussão com o juiz Hugo Torquato, chegando a impedir o magistrado de acompanhar a atividade de suas tropas. No ano de 2021, quando entrou para a vida inativa, o general passou a trabalhar numa diretoria dos Correios, fato que só reafirma o alinhamento do então titular da 17ª Brigada com posicionamento partidário dos fardados.

O comportamento de Odacir Soares gerou uma unidade no PMDB em torno do futuro governador, bem como de diversas instituições, as casas legislativas dos municípios e a ALE-RO expressaram solidariedade, o mesmo feito por entidades civis, como a OAB-RO e a Associação do Ministério Público de Rondônia (*Alto Madeira*, 07/05/1985, p. 5).

Porém, a pergunta surgida com aquele episódio era a seguinte: como o senador tivera acesso à informação privilegiada do banco? Rumores circularam que o governador Jorge Teixeira empreendia espionagem a respeito dos parlamentares estaduais, confeccionando dossiês. O alvo principal seria o seu futuro sucessor. A informação logo teve a negativa pública do mandatário (*Alto Madeira*, 07/05/1985, p. 5).

A última novidade saiu de uma manifestação escrita e assinada por setores patronais e sindicais, enviada ao presidente José Sarney e outras autoridades do Executivo e Legislativo, na mesma data de apreciação da mensagem presidencial na CCJ, pedindo um plebiscito para decidir quem ocuparia o governo tampão, justificaram a consulta como uma forma de ir ao encontro do espírito da Nova República (*Alto Madeira*, 08/05/1985, p. 4). O documento não impactou a decisão outrora tomada pelo presidente da república, mas apontava resistências ou uma forma de barganha de segmentos com o novo governo, dentre os signatários, constava Luiz Tourinho, assinando pela Associação Comercial de Rondônia (ACR).

Após idas e vindas, a CCJ do Senado reuniu-se em 07 de maio, descartou a necessidade de sabatarinizar Ângelo Angelin, acelerando a tramitação da mensagem do Planalto, com 9 votos favoráveis e 2 contrários, a matéria recebeu a aprovação (*Alto Madeira*, 08/05/1985, p. 1). No salão azul, os pedessistas tentaram dificultar a votação, foram barrados pelos peemedebistas e frentistas, assim deixaram o plenário, restando apenas o líder Murilo Badaró (PDS-MG) e o senador Amaral Furlan (PDS-SP). O placar ficou 35 votos favoráveis, contra 4 e uma abstenção (*Alto Madeira*, 09/05/1985, p.1). Dois dias depois, o presidente José Sarney assinou a nomeação, e Ângelo Angelin comunicou aos portovelhenses o vereador José Guedes como prefeito (*Alto Madeira*, 11/05/1985, p. 1).

Aproximando-se do encerramento dos trâmites burocráticos na capital do país, a gestão militar no Palácio Getúlio Vargas encontrava-se no estertor. Estranhamente, depois de muitas tensões entre o governador e os prefeitos, Jorge Teixeira mostrava-se amigável, assinou convênios com as 14 prefeituras, no valor de 700 milhões de cruzeiros, e aproveitou para dizer à imprensa estar disponível em pleitear o mesmo cargo na eleição de 1986 (*Alto Madeira*, 09/05/1985, p. 1-4 e 5).

Ary de Macêdo aproveitou a assinatura do convênio para escrever palavras pouco gentis ao governante, em outras edições do matutino já tinha lançado dúvidas acerca do suposto perfil técnico de Jorge Teixeira deixando a entender que as realizações de obras foram fachadas eleitorais, tendo o mandatário se aproveitado dos anseios do Planalto na eleição de 1982.

Entretanto, se o *Alto Madeira* discordava do convênio ou de outras posições do governador, elas ficaram meramente nos textos do colunista de *Detalhes do Cotidiano*. Os Tourinhos tinham muita gratidão ao coronel Jorge Teixeira, tanto que Luiz Tourinho organizou um jantar de despedida do mandatário, ocorrido na sede do Teleclube, num sábado, 11 de maio, comparecendo empresários e centenas de pessoas (*Alto Madeira*, 14/05/1985, p. 4).

A retribuição de Jorge Teixeira veio imediatamente, na segunda-feira, 13 de maio, ocasião que ele demarcou como a última ação no exercício do Executivo estadual⁷⁰, condecorou com a comenda da Ordem do Mérito Marechal Rondon 10 personalidades e duas instituições, dentre elas o reitor da UNIR Euro Tourinho Filho e o 5ºBEC (*Alto Madeira*, 14/05/1985, p.1-4).

O 14 de maio de 1985 delimitava uma nova fase no território rondoniense, assim como a eleição de Tancredo Neves, a cerimônia na capital federal, no Palácio da Justiça, em que o ministro Fernando Lyra deu posse a Ângelo Angelin na presença de ministros de Estado e parlamentares, prometia ser a última daquela forma (*Alto Madeira*, 15/05/1985, p. 4).

Horas antes do governador empossado chegar ao Estado, Joaquim Azevedo (PMDB) assumiu uma cadeira no parlamento estadual. Às 17h o jato do Ministério da Justiça aterrissou no aeroporto da capital, desembarcou o assessor da pasta Marcos Lins e o governador Ângelo Angelin, cerca de três mil pessoas, entre simpatizantes e grevistas da saúde, o receberam e, após cumprimentos rápidos, ele seguiu para a sede da ALE-RO (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p.3-6).

Adentrando a casa lotada, o governador Ângelo Angelin estava na companhia de deputados estaduais e federais, da primeira-dama Elizabeth Angelin e de Jerônimo Santana. O mandatário despediu-se dos pares num discurso curto, onde enalteceu o Poder Legislativo, agradeceu ao presidente José Sarney, aos colegas e aos servidores da ALE-RO. Além de frisar o papel dos políticos na nova conjuntura:

⁷⁰ Embora o mesmo ainda tenha ido a outros eventos.

Esta Convocação ao Governo de Rondônia é uma conquista da classe política do Estado. Não vamos, pois, parar apenas nesta conquista. Vamos prosseguir tentando outras conquistas, esperando com o apoio do legislativo encontrar canais rápidos para solucionar os problemas que afligem a população do Estado de Rondônia (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 3).

O discurso do governador anunciava uma nova forma de administrar o governo do Estado, segundo ele desde o início da sua gestão existiam as digitais dos políticos civis. E somente sintonizado com o Poder Legislativo, os impasses e os anseios da sociedade chegariam ao bem comum.

Às lideranças partidárias falaram na mesma direção, o líder do PMDB, Ronaldo Aragão, enfatizou, “Encerra-se O Ciclo Dos Coronéis”, a frase teve destaque comparada a fala do líder do PDS na terceira página do jornal, durante o pronunciamento salientou: “A história de Rondônia vira uma página importante. Encerra-se o ciclo dos coronéis e inicia-se o dos governantes que foram buscar no voto popular os caminhos que devem trilhar” (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 3).

Seguiu pontuando: “doravante as lideranças políticas e comunitárias dispensarão a tutela autoritária até agora exercida pelos mandarins da Nova República” (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 3). Falando diretamente ao governador disse: “sua grande obra deverá ser a restauração da dignidade do homem para colocá-lo como sujeito da História e tirá-lo definitivamente da situação humilhante de objeto dessa mesma história” (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 3).

Em outras palavras, o agora líder do partido governista proclamava a desintegração do mundo pautado nos princípios da caserna, cujo legado teria sido o autoritarismo no cotidiano público, responsável pelas mazelas sociais vivenciadas no país, sendo uma das piores a marginalização do brasileiro. O novo mundo que ascendia, o da Nova República, precisava alterar imediatamente aquele quadro social, ainda mais que os condutores do movimento de transformação em curso, os políticos, estavam naquela posição por causa da vontade popular expressada nas consultas eleitorais. O líder do PDS, Jacob Atalah, enfatizou:

A Bancada do PDS reconhece na sua assunção, governador Ângelo Angelin, como um ato de prestígio do Poder Legislativo, mas se reserva ao direito de dizer-lhe que fará uma oposição coerente e consciente das necessidades de Rondônia, colocando-se ao seu lado quando for de interesse do Estado, mas contra todas as vezes em que se fizer necessário (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 3).

O então líder da oposição escolheu uma fala amena ao cumprimentar o novo governador, não escondendo a satisfação de vê-lo no cargo devido à notoriedade do

Legislativo, esse poder que ele viu ao longo de 1983 ganhar do Executivo tratamento nada gentil. Mesmo quando anunciou a característica da futura bancada oposicionista, o tom do pronunciamento seguiu suave.

Amizael Silva cumprimentou o governante enaltecendo sua bagagem parlamentar e expressou o desejo de a nova administração marcar: “um embrião de transformações capazes de fixar a classe política na condução dos negócios públicos de Rondônia” (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 5). Isto é, governar olhando para o futuro dos demais grupos políticos, a gestão que se iniciava deveria fixar no imaginário das pessoas que as instituições do Estado devem ser geridas por políticos.

Seguindo o ritual de passagem do cargo, a comitiva seguiu para a sede do Executivo estadual. Na avenida José de Alencar, Ângelo Angelin passou em revista as tropas da PM-RO, em seguida, nas imediações do Palácio Getúlio Vargas, foi recebido por Jorge Teixeira e Aída Fidbeger, que conduziram o governador e a primeira-dama Elizabeth Angelin às dependências do edifício até a sacada (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 1,3,4), de onde simbolicamente concluía-se a troca de cargo.

Durante o discurso de despedida, Jorge Teixeira ouviu vaias de um aglomerado específico⁷¹, deixando o novo governador visivelmente incomodado. O grande público, calculado em mais de 5 mil pessoas, vibrou com a chegada da gestão peemedebista, colocou faixas de boas-vindas e brilhou a noite com queima de fogos (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 1, 4,6) e ouviram de Angelin que:

A Nova República significará em Rondônia, antes de tudo, um compromisso com a probidade e competência. Pedimos o testemunho e a vigilância do povo ordeiro e laborioso deste novo Estado para a lisura e transferência das ações de nosso governo. Nenhum desvio e nenhuma usurpação serão acobertados. Ao contrário, serão punidos com os rigores da lei (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 6).

O público ouviu palavras de esperança e mudanças do governador empossado. Observa-se no parágrafo acima, a ênfase da obrigação de separação do espaço privado e daquilo que é público, isso significava a chegada dos ventos da Nova República por aquelas paragens. Findava 21 anos de gestões de oficiais do Exército. Mesmo não sendo eleito especificamente ao cargo, o governo de Ângelo Angelin imprimia renovação. Aquele Estado e os Territórios Federais do Amapá e Roraima foram marcados pelo universo da caserna.

⁷¹A manifestação foi liderada pela vereadora Raquel Cândido. Dias antes estava prevista as vaias, a equipe de transição do PMDB havia acertado para aquilo não acontecer, mas a edil parece não ter ouvido o apelo do partido.

Rondônia, ao contrário dos dois congêneres, viveu duas décadas sob a caneta de militares da corporação que se impôs sobre as demais e ocuparam a cadeira presidencial e da governadoria até o retorno dos civis nos palácios do Planalto e Presidente Getúlio Vargas.

Encerrada a agenda protocolar, o coronel Jorge Teixeira conseguiu sua saída honrosa, mesmo tendo havido o pequeno ruído na plateia. Finda a cerimônia o casal desceu as escadarias do Palácio Getúlio Vargas, seguindo para sua residência com intuito de terminar a mudança e seguir para o interior fluminense, precisamente Macaé, cidade onde o ex-governador passaria os últimos dias da sua vida tratando de sua enfermidade e recebendo os amigos militares e civis.

Na curta sessão da ALE-RO de 16 de maio, antes da sessão de despedida de Angelin, o deputado estadual Walter Bartolo, quebrando a exaltação da classe política, discursou elogiando as gestões militares estaduais, citando aquelas as quais considerava as melhores, embora tenha devotado apreço às figuras dos ex-presidentes Getúlio Vargas e JK. O *Alto Madeira* estampou na quinta página o título “A História Vai Fazer Justiça A Teixeira” porquanto:

Lembro a figura de Aluizio Ferreira, seu primeiro governador. De Paulo Leal, que foi o responsável pela abertura da rodovia BR-364, antiga BR-29 e o governador Jorge Teixeira que, hoje, desceu as escadarias do palácio Presidente Vargas com a consciência do dever cumprido ... a História vai fazer justiça ao maior governador que Rondônia já conheceu e cujos grandes benefícios aparecerão só dentro de algum tempo mais (*Alto Madeira*, 17/05/1985, p. 5).

O parlamentar considerou injusta a queda do coronel Jorge Teixeira, acima de tudo, a forma como os militares estavam deixando a cena na governadoria, sendo que suas gestões, especialmente as três citadas, definiram o Estado de Rondônia. Dignamente, o ex-governador transmitiu o cargo, provando concluir a tarefa militar dada pelo ex-presidente João Figueiredo. Walter Bartolo sentia-se uma voz isolada durante aquele momento, mas encontrava a conformação na história, ou melhor, na memória, a qual corrigiria o erro.

O *Alto Madeira* comungava da mesma insatisfação do deputado estadual. Obviamente expressou isso cautelosamente. Ao transcrever o pronunciamento do pedessista, também hipotecava no futuro a missão de fazer a gestão de Jorge Teixeira ser lembrada pelas glórias. Amizade ou conveniência? Ou as duas coisas andaram juntas? Alzira Abreu compreende o relacionando da imprensa e a ditadura militar do seguinte modo:

A relação dos militares com a imprensa teve, contudo, uma outra face. Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os

governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos (Abreu, 2002, p. 15).

A síntese desse casamento, resumido pela historiadora, ilustra bem os laços do *Alto Madeira* com a ditadura militar. Foi nessa época que os irmãos Tourinho emergiram com força na região, compraram o matutino, o modernizaram inserindo a técnica de impressão *off-set*, bem como tinham livre acesso aos corredores do Palácio Getúlio Vargas, e ainda testemunharam um jovem da família tornar-se o primeiro reitor da UNIR. O historiador João Teófilo, estudando a imprensa cearense nesse mesmo período, chegou ao mesmo resultado, “nem tudo foi censura”, mas alinhamento com o Estado de exceção (Teófilo, 2019).

Ainda, cumpre recordar que durante a instalação do Estado de Rondônia, ocorria uma redefinição das classes sociais, ascendia a frente agropecuária no leste rondoniense, milhares de trabalhadores rurais compunham importante segmento, bem como no meio urbano formava-se uma nova burocracia estatal (Lima, 2021, p. 36; Moser, 2021, p. 20). Alguns dos jovens da classe média, que tiveram formação universitária fora do Estado⁷², ao regressarem à terra viam o momento como uma oportunidade de êxito profissional, podendo alcançar altas posições, ainda mais se contasse com a mão amiga verde-oliva. Essa transformação social nas estruturas de classes também ficou marcada, para alguns, negativamente, enquanto outros como uma fase de ouro.

Paulo Cordeiro Saldanha figura como melhor exemplo. Oriundo de família abastada em Guajará-Mirim, servidor do BASA, bastante jovem, recebeu o convite de Jorge Teixeira para ser o primeiro presidente do BERON. A convivência e a dádiva recebida das mãos de um coronel verde-oliva só lhe davam a certeza de que a administração pública, no geral, mesmo depois do fim da ditadura militar, funcionaria melhor se assimilasse o espírito da caserna. Ao fazer tal analogia comparou da seguinte forma:

E a gente nota que essa formação militar é coerente porque por aí a gente vê, por exemplo, barcos da Marinha funcionando há anos, a gente vê aviões da aeronáutica, a gente vê carros do exército com quarenta anos de uso. E se vê hoje no governo de Rondônia carros com um ano de uso já sucateado. Então, o mundo civil deveria se mirar no exemplo dos militares para conservar, como o Coronel mandava conservar o bem público que é bem do povo. A gente vê carros de órgãos diversos sucateados,

⁷²Isso consta-se nos exemplares do *Alto Madeira*, com destaque as colunas sociais, que noticiavam as festas de colação de grau universitária de determinados filhos de A ou B, como os próprios Tourinhos, formados na UFPA ou em instituições nos Estados Unidos.

que poderiam estar ativados prestando serviço, e representando dinheiro nosso da população (Saldanha, 1998)⁷³.

A colocação do ex-presidente do BERON ilustra a permanência da memória nostálgica dos tempos da ditadura militar na classe média brasileira, ao mesmo tempo, traz uma verdadeira contradição que não se questiona, a conservação dos suprimentos militares citados acima. Os automóveis nas garagens das três armas servem mais como amostras de museu em vez de ser motivo de aplausos, pois evidencia a ausência de modernização tecnologia das cooperações, ou seja, os militares que passaram décadas falando de defesa nacional falharam num dos elementos principais sobre o assunto.

A opção pela saída honrosa do militar deixou tantas contradições que são reproduzidas constantemente como benéficas, mas, é claro, muitos desfrutaram da ajuda do braço verde-oliva, como a imprensa e parcelas da classe média, que continuaram reproduzindo uma memória gloriosa de 1964-1985. Lilia Schwarcz pontua que:

A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente. O procedimento acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade, obliterando-se outras. O objetivo é, como bem mostrou o exemplo de Von Martius, fazer o armistício com o passado: criar um passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência (Schwarcz, 2019, p. 21-22).

Às memórias registradas em algumas reportagens do *Alto Madeira* ou as entrevistas dadas por pessoas próximas à última administração militar revelam uma história oficial construída com a finalidade de falar de um tempo harmônico e próspero, ocultando as antigas práticas autoritárias. O jornal, portanto, narrava uma história de acordo com a sua realidade e com a intenção de assim apresentá-la no presente e, também, à posteridade. O objetivo de preservar tal perspectiva serve apenas para a reprodução e readaptação do autoritarismo, causando prejuízos ao mundo da Democracia e da República.

Ademais, viu-se que o mundo militar como uma alternativa ao mundo civil não desapareceu do imaginário. Quando os peemedebistas aceitaram a saída honrosa do militar, seja por pressão ou qualquer outra razão, levou consigo mais um desafio a ser discutido e

⁷³ Entrevista concedida para as historiadoras Nilza Menezes e Fabíola Holanda, publicada no livro *Jorge Teixeira: uma contribuição documental*, 2006, p. 105.

enfrentado, estava ciente que a tese do político enquanto o mediador do Estado com a sociedade enfrentaria resistências de forças conservadoras no próprio universo civil.

Os últimos meses da ditadura militar no Estado de Rondônia foram marcados por uma subida de tom com os militares pela imprensa, o que não significa necessariamente uma descontração do conteúdo das matérias do *Alto Madeira* sobre a memória militar. Do mesmo jeito, a posição da bancada do PMDB em 1983, ou dos dissidentes do grupo de Jorge Teixeira, podem ser entendidas como uma tímida desconstrução da imagem do militar na cena política. Na verdade, triunfou novamente a acomodação⁷⁴ dos interesses dos militares em mais uma transição política.

⁷⁴ Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta a prática da acomodação está presente na cultura política do Brasil. Na ditadura militar assistiu-se o uso dela com frequência, inclusive alguns intelectuais negociaram com os agentes do Estado autoritário a sua permanência em instituições de ensino e pesquisa com o argumento de contribuir com o país e não com a ditadura militar, e por meio disso conseguiram arrefecer a repressão sobre o meio acadêmico (Motta, 2016, p. 14-21).

Por fim, o historiador frisa o seguinte: “[...] A conciliação na tradição brasileira significa o acordo político realizado nas altas esferas do poder, envolvendo os grupos dirigentes do Estado. Acomodação, tal como é utilizada aqui, permite integrar esse sentido e incluir também arranjos realizados em outros espaços sociais e institucionais com envolvimento de outros atores, como acadêmicos, cientistas, intelectuais e produtores culturais. Como será mostrado adiante, acomodação permite expressar melhor a ideia de que mesmo em uma ditadura houve oportunidades para acomodar intelectuais e acadêmicos do campo oposicionista, em um jogo de mútuas concessões entre Estado e atores sociais. Portanto, um aspecto importante da acomodação é que ela envolve os dois campos; para o jogo funcionar, há que existir uma via de mão dupla, embora se trate de situações de poder assimétricas” (Motta, 2016, p. 16).

Capítulo 3 - Uma Nova República e Uma Nova Rondônia

O governo do presidente José Sarney (PMDB) dá início ao período denominado de Nova República. O termo carrega contradições que envolvem as características da transição e os rumos do governo. Ainda, há a questão da lei de anistia de 1979, a qual beneficiou algumas parcelas dos perseguidos políticos pelo Estado brasileiro e anistiou por completo os agentes públicos praticantes de violações dos direitos humanos.

Todavia, as indagações sobre o termo Nova República não pode partir apenas da biografia do ex-presidente. José Sarney (PMDB) sem dúvida retratava o perfil mais conservador da política brasileira. Porém a refundação da república ia além disso, pois recuperava-se as práticas cerceadas pela ditadura militar que fundamentam o funcionamento da república, como a valorização do cidadão na função de principal protagonista da política, não somente como eleitor, mas enquanto ser provido de direitos.

O Poder Legislativo recuperou sua função tradicional, o funcionamento dele sem interrupções é a melhor síntese da existência de um tempo novo no país. Ainda em 1985, o parlamento tomou para si a responsabilidade de preparar o caminho para o futuro do país, ou seja, a elaboração de uma nova constituição por congressistas eleitos seria inegociável.

3.1 A função do verde-oliva na fronteira amazônica

A instauração da Nova República teve como um dos objetivos delimitar o Estado brasileiro dentro dos princípios democráticos, isso se daria mediante a realização de reformas nos três poderes da República, bem como nas instituições subordinadas a eles. Assim, amplos setores da sociedade civil atuavam para este fim, seja cobrando das autoridades ou apresentando propostas para serem transformadas em legislações.

O desejo da sociedade de remover os entulhos ditatoriais e promover o alargamento da cidadania ganharam força com o anúncio feito pelo presidente José Sarney de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, ou seja, havia o reconhecimento da sociedade no direito para redefinir o Estado no Brasil.

Durante a elaboração de uma Carta Magna detecta-se intensa disputa de grupos antagônicos, embora ocorra o acolhimento de propostas de múltiplas vozes da sociedade pelos constituintes, a participação de grupos organizados no campo político não é igual. Os variados lobbys adentram o universo público para neutralizar projetos que possam abalar seu status quo, financiam candidaturas de políticos, propagandas na mídia ou mesmo chegam a utilizar de recursos escusos para a obtenção da vitória.

No caso dos militares, as corporações castrenses prepararam-se com antecedência para a Constituinte, estabeleceram as pautas das quais reivindicariam e no momento apropriado colocaram os seus assessores parlamentares fardados para circularem pelo Poder Legislativo. Tinham como metas: garantir a existência dos seis ministérios militares (Marinha, Exército, Aeronáutica, Gabinete Militar, Serviço Nacional de Informações e Estado-Maior das Forças Armadas⁷⁵), para neutralizar a possível criação do Ministério da Defesa; ainda desejavam autonomia no ensino, no serviço de inteligência, no tema diplomático e na Justiça Militar e a continuação da obrigatoriedade do serviço militar masculino (Rizzo, 1994, p. 139-158).

Tudo isso era suficiente para blindar as corporações castrenses da fiscalização civil a respeito do que acontece no universo militar, da mesma forma garante praticamente o monopólio do militar acerca dos debates sobre política de defesa nacional. Outro impacto desse modelo de perpetuação dos fardados nos ministérios permitiria a eles o acesso direto ao chefe de Estado e contato com a agenda do governo, dando-lhe oportunidade de opinar sobre assuntos que foram submetidos e referendados pelos cidadãos nas eleições.

Quando se discute a existência de ministros militares das respectivas corporações é necessário esclarecer um ponto, não existia comandantes de cada uma das Forças Armadas, o encargo cabia aos ministros em tela. Um ministro de Estado é uma escolha pessoal do chefe de governo, assim o cargo é uma função política. Não é oportuno deixar a tarefa política das corporações castrenses centralizadas nelas mesmas, sobretudo numa República democrática, o aconselhável é transferir este papel aos burocratas civis.

O descontrole do político sob o militar é um risco a estabilidade do Estado, porque aquele que domina as armas pode desviar-se de sua função e interferir na vida política, no caso brasileiro dispensa exemplificações. Porém, registra-se que esta preocupação sobre o papel do guerreiro na sociedade remonta aos pensadores clássicos, como Nicolau Maquiavel. O pensador florentino já alertava o príncipe (o governante) para dar atenção a aquele que se dedicava a guerra, apontando a necessidade de ser criada uma força guerreira leal a cidade e não composta por mercenários, ademais o príncipe devia impor sua autoridade sob a organização armada para não se destronado pelos seus guerreiros (Maquiavel, 2011; 2019).

A Florença de Maquiavel vivia numa fase transitória, a burguesia conquistava mais espaço na sociedade, inclusive dentro da República. Símbolo dessa passagem é ascensão da

⁷⁵ Os três últimos listavam na categoria de Órgãos da Presidência da República, porém recebiam o status de ministério. Informação obtida em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/jose_sarney/orgao-sarney, acessado em 20 de junho de 2024.

família Médici, grandes banqueiros, financiaram parte do Renascimento italiano, elegeram papas e cooptavam os membros da República ao seu favor. Outras famílias abastadas, inclusive aquelas pertencentes a aristocracia, mediam forças contra os Médici, como os Albizzi, estes promoveram várias conspirações contra seus adversários. Somado a isso, a próspera cidade da toscana sofria constantes investidas armadas das vizinhanças. Para frear os adversários internos e os externos, os Médici pagavam mercenários (Sevcenko, 1994).

Quando a família entrou em decadência financeira, iniciada na era de Lourenço de Médici (O Magnífico) a proteção armada esvaiu-se. Os demais governos conduzidos pelos Médici em Florença foram conturbados, pois os conflitos internos entre as famílias ricas da cidade, agregada as ofensivas dos inimigos externos levaram ao colapso do desenho institucional que permitiu certa estabilidade naquela República da Toscana.

O panorama apresentado anteriormente acerca da República florentina, não tem por finalidade de incorrer na tese que vê a história como a área da ciência que traz lições do passado, embora seja isso a tese de Maquiavel. Porém, a intenção é de esclarecer o contexto do qual o pensador construiu seu pensamento, ele distanciava-se de teorizar sobre a questão ontológica do ser humano, sua reflexão partia dos fatos pretéritos para entender as formas de exercer e dominar o poder, assim inaugurou um pensamento bastante inovador. Também coube a ele colocar a história no centro do debate filosófico na modernidade, sem dúvidas, pode ser tratado como o percussor de uma filosofia da história.

Na transição aqui estudada, acompanha-se o caldeirão de ideias que propunham a reformulação do Estado brasileiro, assim está se falando de disputa pelo poder, dos mecanismos criados para gerar equilíbrio na República. Nisso, deve-se pensar a função do militar nesse Estado e como os políticos pretendiam enquadrá-lo. Já adiantando, a pauta condizente a temática militar permaneceu opaca, as corporações castrenses foram quem ditaram as regras concernentes a sua tarefa para com o país.

Acerca do futuro das diretrizes de defesa nacional era os militares quem dominavam melhor o assunto, a temática apresentou-se como a fortuna de Maquiavel para os fardados, ou seja, as circunstâncias do momento foram sagazmente decifradas pelas corporações castrenses que souberam obter ganhos ao seu favor. Sendo assim, os políticos voltaram a cometer os mesmos equívocos do passado, deram pouca importância sobre o futuro da política de defesa nacional. As forças armadas tinham tudo arquitetado, suas pautas estavam prontas, bem como dividiram as tarefas para cada soldado na hora do lobby.

Quando se fala da habilidade do militar na hora de lutar por vantagens corporativas, precisa-se esclarecer a não pretensão de supervalorizar a figura desse sujeito, por isso, frisa-se

a questão da educação para a caserna. Esse é um assunto visto pela cúpula das Forças Armadas em alta estima. Eliezer Rizzo pontua como característica na trajetória do militar da ativa a participação em vários cursos de formação, demonstrando uma “profissionalização” do soldado (Rizzo, 1994).

Diversas áreas das ciências humanas são contempladas nos currículos de formação dos militares, do cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ao oficial da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Além disso, registra-se que a transformação de um indivíduo aos moldes do espírito militar dar-se principalmente fora da sala de aula, isto é, o cotidiano do militar com os congêneres exerce mais impacto na construção de sua identidade castrense⁷⁶, intencionalmente ou não, o exemplo dos superiores na vida política acaba por refletir no subordinado. Ademais as corporações possuem quadros específicos no trato com os poderes, por exemplo, a existência da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército (APEX), instalada desde 1962, o qual funciona:

como Secretaria de Ligação com o Poder Legislativo. Surgiu da necessidade de o Gabinete, do então Ministério do Exército, estabelecer ligação com os órgãos do Poder Legislativo, de modo a possibilitar o acompanhamento das proposições e interesse da Força em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal⁷⁷ (Exército Brasileiro).

Percebe-se como o topo da hierarquia da força terrestre preocupou-se em lidar com o Poder Legislativo, mantendo uma ligação estreita entre a instituição e os parlamentares, isso implicou em formar quadros competentes na obtenção de resultados benéficos a referida corporação.

No governo Sarney os fardados continuaram opinando sobre a vida política, porém isso ficava mais a cargo dos ministros militares e dos oficiais inativos. Pelo menos em Rondônia, verificou-se completo silêncio dos comandantes das três forças, rompido apenas durante a leitura da ordem do dia nas datas festivas escrita pelos superiores. Isso parece estratégia bem desenhada, isto é, a subida do tom aos políticos cabia aos ministros enquanto aos subordinados o comportamento pautava-se pelo diálogo amistoso.

⁷⁶ Para maior aprofundamento acerca da educação militar, sugere-se o estudo clássico de Celso Castro (2021), e a pesquisa de Ana Penido (2015).

⁷⁷ Citação retirada da página oficial do Exército do Brasileiro disponível em: <https://28bc.eb.mil.br/index.php/assessoria-parlamentar>, acessado em 6 de agosto de 2022.

O general Jair Rubens Longhi⁷⁸, comandante da 17ª Brigada de Infantaria e Selva, e o tenente coronel aviador Washington Amorim⁷⁹, comandante da Base Aérea de Porto Velho, estabeleceram tratamento cordial junto aos políticos locais. Quando visitaram a sede dos três poderes limitavam-se às apresentações protocolares e evitavam falar de assuntos político-partidários, o mesmo acontecia nas visitas dos chefes do Legislativo e do Executivo às organizações militares. Da Marinha foram poucos os registros, mesmo assim sempre protocolares.

O comportamento dos comandantes militares pautado pela liturgia dos postos, também fazia parte da mudança em curso nas cooperações sobre qual seria a missão delas na Amazônia, em especial Rondônia. Na avaliação dos militares, a missão do marechal Rondon estava cumprida, o governo de Jorge Teixeira teria consolidado a posse da fronteira. A identidade dos militares saía de conquistador e construtor para o de defensor dessa porção norte da fronteira brasileira. Entretanto, qual inimigo ameaçava a soberania nacional? Isso ficou sendo gestado por anos, os comandantes davam declarações vagas, apenas diziam estarem protegendo a Amazônia.

No aniversário de um ano da Base Aérea de Porto Velho, o tenente coronel aviador Washington Amorim ao discursar numa das festividades pontuou o compromisso da força do ar na proteção da população: “[...] À comunidade rondoniense, que nos acolheu com grande hospitalidade e compreensão, os nossos agradecimentos e o nosso compromisso de que o preço de sua liberdade será pago com a nossa constante vigilância dos céus” (*Alto Madeira*, 01/11/1985, p. 4). Quem estaria ameaçando a região? Percebe-se a indefinição na apresentação do inimigo.

Três meses depois do discurso, o comandante da Base Aérea de Porto Velho ficou numa situação delicada. Um soldado da aeronáutica envolveu-se numa briga na churrascaria La Carreta, em seguida os colegas da corporação resolveram revidar. Assim, 41 soldados da força, camuflados, entraram no local e promoveram depredação física, além de dispararem

⁷⁸ Formado na turma de 1951 da AMAN na arma da cavalaria, ocupou diversas funções, foi assistente da 3ª subchefia do Estado Maior do Exército e adido militar no Uruguai (*Alto Madeira*, 27/04/1985, p. 7). Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: “Durante a ditadura, os adidos militares das três forças tiveram papel singular junto às representações diplomáticas, não raro atuando como prolongamento externo dos órgãos de informação e repressão, desempenhando atividades de monitoramento de refugiados e exilados, e fomentando a rede de informações e contrainformações do regime. Os oficiais escolhidos para os cargos de adidos brasileiros no exterior integravam a elite das Forças Armadas” (Brasil, 2014, p. 198 do vol.1).

⁷⁹ Natural de Rondônia, o primeiro comandante da organização militar entrou nas fileiras da força do ar no ano de 1964, serviu por três anos no Comando Geral de Pessoal, sediado na capital fluminense (*Alto Madeira*, 04-05/08/1985, p. 3).

tiros, isso gerou clima de terror nos clientes que saíram desesperados (*Alto Madeira*, 28/02/1986, p. 5).

Ao ser informado do ocorrido, o comandante da Base Aérea determinou a abertura de sindicância e mandou todos os baderneiros ao local para arrumarem a churrasqueira (*Alto Madeira*, 28/02/1986, p. 5). Mesmo procurando reverter a situação, o caso ganhou amplo destaque na imprensa, a imagem da organização militar recém-instalada ficou nas páginas policiais mostrando os fardados praticando desordem, ou seja, existia uma tropa indisciplinada.

O Exército esteve fora de polêmicas e conseguiu manter boa comunicação, essa voltada para o trabalho da corporação, como as obras de responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5ºBEC). Em janeiro de 1986 vieram outras mudanças, a jurisdição da 17ª Brigada passou para o Comando Militar do Oeste, sediado em Campo Grande, e o 4º Batalhão Especial de Fronteira do Acre saiu da 17ª Brigada para permanecer sob o Comando Militar da Amazônia (*Alto Madeira*, 17/01/1986, p. 3).

Rondônia ficou de fora do Programa Calha Norte, o comando da 17ª Brigada não soube explicar a razão, tampouco a imprensa e os políticos se interessaram pelo assunto. Conforme Adriana Marques o programa pautou-se pela Doutrina de Segurança Nacional, na Exposição de Motivos nº18/85 os militares definiram a seguinte finalidade: “integrar a região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas ao restante do país” (Marques, 2007, p. 157).

Para os militares essas áreas podiam apresentar riscos à segurança nacional, devido fazerem fronteira com vários países, bem como o suposto apoio internacional a criação de um território autônomo dos Yanomamis. Assim, o Estado brasileiro deveria marcar presença por meio de incentivo a migração, exploração dos recursos naturais para a dinamização da economia e, claro, com a construção de novas instalações militares das três forças (Oliveira, 1994, p. 273-278; Franklin, 2014, p. 342-343).

O programa, ao longo da Nova República, aumentou a área de abrangência na Amazônia Legal, segundo Cleber Franklin (2014) as forças armadas nunca comprovaram o papel de qualquer país da fronteira num plano de divisão do território brasileiro. Provavelmente, no início Rondônia esteve excluída do Calha Norte porque não faria sentido falar em vazio demográfico, numa área onde ainda se presenciava constantes fluxos migratórios, inclusive o governo Angelin lançou campanha para desincentivar a entrada de migrantes no estado.

Todavia, notou-se no trabalho dos militares, em Rondônia, que eles se pautavam nos mesmos objetivos do Calha do Norte. Militares participaram de operações da PF no combate

ao tráfico de drogas na fronteira Brasil-Bolívia. Da mesma maneira fizeram planejamento para expansão de unidades pelo estado, o coronel Paulo Rodrigues de Assis Brasil da 29ª Circunscrição de Recrutamento, sediada em Manaus, anunciou uma visita a Ji-Paraná para estudar a viabilidade de instalar uma Delegacia do Serviço Militar no município (*Alto Madeira*, 18/05/1985, p. 6).

Ainda em junho de 1984, a ALE-RO aprovou uma indicação do deputado Arnaldo Martins (PDS) ao Ministério do Exército para construir mais dois quartéis no estado, um em Ji-Paraná e outro em Vilhena. O deputado justificou o pedido devido ao aumento da população no entorno da BR-364 ocorrido depois do asfaltamento. Na solicitação escrita ele argumentou o seguinte:

[...] dentro de alguns anos. Rondônia será uma das áreas mais problemáticas do país e, além de medidas econômicas e sociais, jamais poderá ser esquecida a necessidade de aqui estarem sediadas Organizações das Forças Armadas, que cooperarão com o Governo Estadual na manutenção da ordem do Estado. Além disso nos parece que a BR-364 asfaltada se transformará em uma das estradas prioritárias no que concerne à defesa externa do país, em relação aos países do norte-noroeste da América do Sul (*Alto Madeira*, 16/04/1986, p. 3).

Os argumentos do deputado, ex-subcomandante do 5ºBEC, sequer expôs qualquer tipo de ameaça externa a qual a região sofreria dos países vizinhos. Sua avaliação seguia o mesmo raciocínio do Calha Norte, na verdade havia temor sobre os rumos das transições políticas nos vizinhos, os bolivianos em 1982 encerraram uma ditadura de 18 anos. Por isso, o deputado apontou questões de segurança interna, isso esteve no cerne da preocupação dele.

Durante a pesquisa, a proposta de Arnaldo Martins (PDS) foi uma das poucas menções vindas de políticos acerca da defesa nacional. Nas edições de 1986, o *Alto Madeira* reproduziu artigos publicados nos grandes jornais, escritos por militares inativos e jornalistas defendendo o papel interventor das Forças Armadas na ordem interna, sendo que apenas Jerônimo Santana (PMDB) rebateu a tese numa breve declaração. No geral a política de defesa aparecia nas entrevistas dos comandantes militares, confirmando o despreparo de políticos e partidos sobre assunto de tamanha relevância e num momento de redefinição do país.

3.2 O Governo Angelin e as Relações Institucionais na Nova República

A troca no Executivo estadual inaugurava uma nova era no Estado de Rondônia, a chegada do novo governo trazia consigo expectativas de mudanças quanto a condução da administração pública, o trato com os demais poderes e a abertura de diálogo com setores

organizados da sociedade civil. Assim, o governo de Ângelo Angelin imprimia características diferentes dos anteriores, não se tratava mais de um subordinado do Palácio do Planalto, inclusive falava-se em governo de uma coalizão partidária, melhor, da Aliança Democrática em Rondônia.

Todavia, quem compusera essa coalizão de governo? Quais interesses estavam envolvidos? E o que eles entendiam por democracia e república? Os peemedebistas chegaram ao governo por meio de uma aliança com os dissidentes do PDS, os pefelistas, em seguida ampliaram a aliança com outros ex-pedesistas. O objetivo era manter uma coalizão sólida para governar, enquanto muitos aliados da ditadura militar visavam garantir a permanência em setores da administração pública.

No dia da posse de Ângelo Angelin, o *Alto Madeira* publicou um editorial cobrando a união dos grupos políticos para a formação do novo governo, pediu bom senso de todos quanto as cobranças dirigidas ao governador por cargos. Também sugeriu a Angelin seguir o caminho de Tancredo Neves e José Sarney, ou seja, montar um governo que se comprometesse com a consolidação da democracia, mas que fosse com conciliação, essa palavra foi citada várias vezes e definida pelo jornal da seguinte maneira:

A conciliação não é mero recurso de conduta política, mas posição doutrinária, proveniente de convicções profundas. Não há clima para retrocesso enquanto houver disposição para o entendimento comum e de que o avanço é imposição natural (*Alto Madeira*, 16/05/1985, p. 3).

O jornal afirmava que o uso dessa prática estava entrelaçado ao exercício da política. Assim, cabia aos políticos de Rondônia mesmo com posições divergentes chegarem ao entendimento, fazerem concessões e comprometer-se com os acordos firmados. Mais à frente, o editorial destacou alguns avanços do governo Sarney, como a ampliação do direito ao voto, a criação de novos partidos políticos, a possibilidade de eleição municipal nas capitais e a convocatória de uma Assembleia Nacional Constituinte, tudo isso só acontecia devido a chamada Aliança Democrática (*Alto Madeira*, 16/05/1985, p. 3).

Para o jornal, a nível nacional, os políticos cumpriam o seu papel, deixaram de lado as diferenças e avançaram com a ampliação da abertura política. E em Rondônia deveria ocorrer o mesmo, claro, na situação regional havia questões específicas, como a consolidação da estruturação do novo estado. Por fim, o jornal coadunou com a avaliação do deputado federal Francisco Erse (PFL-RO) sobre qual seria a principal agenda do governo Angelin:

O período do chamado governo tampão é curto. Mas, como disse recentemente o deputado federal Francisco Chiquilito Erse, da Frente Liberal, muito se pode realizar em favor do Estado, principalmente no campo social, procurando consolidar o que foi realizado, no campo físico, pelo governo anterior (*Alto Madeira*, 16/05/1985, p. 3).

A agenda seria a infraestrutura, o governo Angelin deveria manter a política de construção e recuperação de estradas, pois o asfaltamento da BR-364 foi uma grande realização fruto da parceria entre o ex-governador Jorge Teixeira e o ex-ministro Mário Andreazza. Todavia, se essa agenda trouxe benefícios a Rondônia, ela também agravou os conflitos sociais, seja entre posseiros e latifundiários, indígenas e colonos ou na priorização de uma região do estado em detrimento da outra, pois o Vale do Guaporé era o menos assistido na distribuição de recursos públicos.

O governador Ângelo Angelin levou dias para concluir a montagem do seu secretariado, foram várias reuniões entre peemedebistas e pefelistas para acertarem com quem ficaria os postos da administração estadual e as diretorias regionais dos órgãos federais. No PMDB houve muitos atritos, o grupo de Tomás Correia e Ronaldo Aragão sentiu-se preterido comparado ao de Jerônimo Santana. Para atender o PFL, os cargos foram distribuídos atendendo a três blocos, os partidários do senador Claudionor Roriz, esse tornou-se o secretário de Saúde, o grupo do deputado federal Francisco Erse e a bancada da ALE-RO.

A adoção de critérios partidários para a nomeação de pessoas nas chefias da administração pública caracterizava uma novidade para muitas pessoas, a população e a própria imprensa tentavam assimilar os desdobramentos políticos. Parlamentares concediam entrevistas para esclarecer a situação, o deputado Cloter Mota (PMDB) via como prática comum da política as disputas por cargos no governo, o estranhamento disso dava-se devido as duas décadas de ditadura militar (*Alto Madeira*, 05/06/1985, p. 2 do 2ºcaderno).

O líder da bancada estadual do PFL, Oswaldo Pianna, acompanhava o raciocínio do colega, pois considerava ser prerrogativa da classe política fazer as indicações, porque ela representava a população, ainda afirmou existir partição de responsabilidades e não de cargos (*Alto Madeira*, 01/06/1985, p. 2-1 do 2ºcaderno). A reação dos políticos acontecia por causa da insatisfação das associações classistas de verem suas sugestões sendo ignoradas nas nomeações dos secretários.

Ainda o parlamentar esclareceu qual seria a posição política do PFL, haja vista os questionamentos da imprensa quanto a real filiação liberal do partido, segundo Oswaldo Pianna (PFL-RO): “Aqui em Rondônia, o Partido da Frente Liberal, que não é um movimento de esquerda, e sim de uma linha centrista, uma linha de ponderação que pode

momentaneamente cair um pouco à esquerda, dependendo de circunstâncias” (*Alto Madeira*, 01/06/1985, p. 2-1 do 2ºcaderno).

Conforme o líder pefelista, o partido atuaria para equilibrar a agenda do governo entre as pautas da esquerda e da direita, isso porque ele percebia o crescimento dos sindicatos e dos movimentos sociais como forças de pressão sobre os poderes Executivo e Legislativo. No momento da entrevista, servidores estaduais estavam paralisados e a pressão de organizações classistas sobre o PMDB era intensa para verem atendidas os nomes de seus membros em determinados postos da administração pública.

Os pefelistas consideravam os peemedebistas mais suscetíveis as pressões extrapartidárias, as secretarias e diretorias regionais dos órgãos federais entregues ao PMDB sofriam resistências de servidores ou de movimentos classistas. Exemplo disso aconteceu na Secretaria de Segurança Pública, foram várias trocas acompanhadas de reclamações dos servidores da área sobre a idoneidade dos titulares e adjuntos da pasta.

Em outras palavras, os pefelistas reconheciam a existência da pluralidade numa sociedade democrática. Todavia comungavam de uma perspectiva limitada de democracia quando defendiam a adoção de freios sobre a participação da sociedade civil na definição das políticas de governo. Dessa forma, o PFL apresentava como seria estar ao centro do espectro político.

A união de partidos divergentes para formar um governo no sistema presidencialista parecia confuso, mas foi a estratégia adotada na Nova República para permitir ao Executivo dispor de uma base parlamentar confortável no Legislativo. Assim, o partido ocupante do Executivo que não dispunha de maioria parlamentar construiria uma aliança com outras agremiações para garantir a governabilidade.

Na época, os políticos chamavam isso de governo de aliança partidária, mais tarde o cientista político Sérgio Abranches, ao estudar a nova relação entre os poderes da república, conceituou-a de presidencialismo de coalizão. Segundo Abranches, seria impossível um único partido conquistar maioria parlamentar, logo o Executivo seria forçado a formar um governo multipartidário, ainda compreendeu como positivo o novo desenho institucional, porque permitiria contemplar múltiplas vozes num governo (Abranches, 1988).

O quadro estadual possuía suas peculiaridades, porém a situação era semelhante e percebeu-se a reprodução do mesmo arranjo institucional. Em Rondônia, o Poder Executivo gestou-se da ditadura do Estado Novo, desde sua implantação ampliou-se com a criação de estatais, as quais cabia ao governador nomear os servidores do baixo ao alto escalão dessas empresas. Outrossim, foram quatro décadas em que esse poder exerceu sua função com pouca margem de contestação.

Quando iniciou o período democrático, existia um Executivo hipertrofiado e um Legislativo apetitoso por mais espaço. Por conseguinte, o contexto caracterizava-se pela correlação de forças entre os dois poderes, melhor, pelos embates dentro da coalizão governista, um partido procuraria sobrepor-se ao outro para definir a agenda de governo. A coalizão PMDB-PFL permitiu estabilidade ao governo Angelin na ALE-RO, óbvio, os pefelistas queixavam-se da ausência de diálogo entre os partidos aliados e da forma como o Executivo encaminhava as pautas para a casa, porque muitas vezes os assuntos eram de interesse apenas do PMDB.

No início, o governo Angelin padecia na articulação política, o *Alto Madeira* cobrava diariamente do governador que “assumisse o governo” e atribuía a Jerônimo Santana (PMDB) deter o controle do Executivo estadual. A Casa Civil era conduzida pelo ex-deputado estadual de Santa Catarina Antônio Pichetti, porém o trato institucional ficava com o líder do governo na ALE-RO Amir Lando (PMDB).

Quando a ALE-RO analisou as indicações do governador para as empresas estaduais, os peemedebistas descontentes não pouparam críticas, o deputado Sérgio Carminatto afirmou partir de Jerônimo Santana, Amir Lando e Orestes Muniz quebra de acordos quanto as nomeações (*Alto Madeira*, 08/06/1985, p. 3).

E mandando um recado ao governo a casa rejeitou a nomeação do advogado Magnus Guimarães na presidência da Companhia de Mineração de Rondônia, os deputados alegaram que a indicação feria o estatuto da empresa (*Alto Madeira*, 08/06/1985, p. 3). Na verdade, a rejeição ocorreu porque muitos membros do PMDB desaprovavam o ingresso do advogado no partido, ainda, segundo os acordos internos, cabia ao deputado Sérgio Carminatto fazer a indicação de Adair Marsola nessa estatal (*Alto Madeira*, 08/06/1985, p. 3; 11/06/1985, p. 2).

No segundo semestre o governo e a bancada peemedebista estreitaram as relações, o governador passou a receber mais os correligionários, numa estratégia de minimizar desavenças internas e garantir unicidade para a eleição municipal da capital. Em um dos encontros com a bancada, os deputados levaram uma pauta extensa, cobraram apuração das denúncias de corrupção na Secretaria de Interior e Justiça (SEIJUS-RO), Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondonia (CODARON) e no Hospital de Base, esclarecimento

do caso Jaimar Saraiva⁸⁰, demissão dos secretários pefelistas e troca do titular da Casa Civil (*Alto Madeira*, 21/08/1985, p. 4).

Parte das cobranças foram atendidas pelo governador, o deputado Walderedo Paiva (PFL) apresentou seu pedido de exoneração e reassumiu seu mandato, contudo o PFL manteve a secretaria (*Alto Madeira*, 03/09/1985, p. 1). Mesmo após a eleição municipal de Porto Velho, realizada em novembro, o PFL seguiu na base governista.

Um dos impasses entre Executivo e Legislativo ou do governo e a bancada do PMDB veio de uma solicitação de licença do governador para ir a França, na qual seria tratada parcerias do governo francês com estados das regiões Norte e Centro-Oeste brasileira. O governador desejava indicar um substituto, porém o presidente em exercício da ALE-RO, Heitor Costa (PDT)⁸¹, julgava-se ser o sucessor natural, a bancada do PMDB discordava da interpretação devido não existir a licença formal de Amizael Silva (PDS)⁸², por isso entendiam caber ao presidente do TJ-RO, César Montenegro, a função interina (*Alto Madeira*, 18/09/1985, p. 5).

A bancada do PFL esquivou-se da polêmica, o deputado Oswaldo Pianna (PFL) considerou que o assunto cabia apenas ao governador. Na sessão do dia 19 de setembro o plenário da ALE-RO concedeu permissão a Angelin para ir a França. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, aconselhou o governador a não nomear seu cunhado e assessor Francisco Ansilheiro no cargo, mas a cumprir as regras sucessórias estabelecidas na Constituição estadual, assim, sob a justificativa de manter compromissos locais, Angelin desistiu da viagem (*Alto Madeira*, 06/09/1985, p. 4; 20/09/1985, p. 3; 21/09/1985, p. 5).

Esse caso foi um dos poucos registros de estranhamentos entre o Executivo e o Legislativo, o colunista Ary de Macêdo classificou a desistência da viagem de “Vitória da Democracia”, porque o governador respeitou a Constituição estadual e evitou rupturas da Aliança Democrática, ainda o chamou de árbitro ao evitar impactos na eleição da capital e a proliferação de rumores a respeito da saúde de Amizael Silva, pois o retorno às pressas do presidente da ALE-RO ao trabalho causaria estranheza na opinião pública (*Alto Madeira*, 22-23/09/1985, p. 2).

⁸⁰ Na madrugada de 09 de agosto de 1985, o ciclista Jaimar Saraiva foi sequestrado e recebeu agressões físicas. Segundo o titular da SSP-RO, Raimundo Corrêa, as investigações identificaram digitais militares no crime e não de membros da PC-RO, ainda segundo ele esse episódio teria sido obra de uma organização paramilitar (*Alto Madeira*, 10/08/1985, p. 4).

⁸¹ Desde julho daquele ano o deputado pertencia ao PDT.

⁸² O parlamentar encontrava-se no Estado, estava afastado do trabalho porque recuperava-se de um grave acidente de trânsito.

O colunista concluiu o seguinte: “Afinal a luz política apareceu nos horizontes rondonienses para firmar procedimentos futuros. A democracia fez com que a Constituição passasse a preponderar sobre os casuísmos autoritários” (*Alto Madeira*, 22-23/09/1985, p. 2). Na avaliação de Ary de Macêdo aquele episódio teve o desfecho esperado de uma democracia, porque as decisões foram tomadas mensuradas todas as consequências dos agentes envolvidos e sobretudo pelo respeito a lei maior do Estado de Rondônia.

O presidente Amizael Silva (PDS) e o seu partido comportaram-se moderadamente, críticas ao governo eram pontuais, assim não fizeram uma oposição combativa ao Executivo. A presidência de Amizael Silva, em 1985, marcou-se pela busca da boa convivência entre as bancadas e pelo diálogo amistoso com o governo. Ainda prosseguiu com a política de interiorização do parlamento começada pelo antecessor José Bianco (PFL) (*Alto Madeira*, 11/06/1985, p. 3), ou seja, visitas nos municípios do interior e realização de audiências com políticos e demais lideranças desses lugares.

Esse diálogo de Amizael Silva (PDS) e as lideranças políticas do interior o fortalecia quando precisava expor suas divergências com o Executivo. O parlamentar, em algumas situações, ao abordar as reivindicações levadas a ele aproveitava para tecer críticas quanto os rumos do governo.

Após chegar aos prefeitos do interior a notícia de um suposto estudo em andamento pelo governo do estado visando a desmunicipalização da saúde e da educação, eles foram até à presidência da ALE-RO cobrar a derrubada de qualquer medida nesse sentido. Numa reunião com Amizael Silva (PDS) receberam dele o compromisso de contrariedade ao projeto, porque o entendeu como centralizador, ainda salientou:

[...] civis que tanto reclamavam de decisões ditas absurdas praticadas por coronéis e gerais, agora repetem com agravo esses mesmos erros. O problema é político porque querem manipular vagas, cargos e empregos, realizando um fisiologismo absurdo e incoerente com o que dizem ser a Nova República (*Alto Madeira*, 20/07/1985, p. 3).

Para o presidente da ALE-RO conservavam-se práticas absurdas no Poder Executivo, os ocupantes do poder afastavam-se das bandeiras pelas quais tanto lutaram. A garantia de autonomia aos municípios precisava acelerar-se e não retroceder ao tempo da ditadura militar. Causava espanto a todos a tentativa de retirar desse ente tais prerrogativas, ainda mais partindo de um governador radicado no interior.

A forma como o governo estadual escolheu para realizar o levantamento, ou seja, feito nos gabinetes, suscitou muitas desconfianças. Na avaliação do presidente da ALE-RO a

medida aparentava tratar-se de artimanha do Executivo buscando aumentar mais seu poder, pois manipularia nomeações de servidores e receitas em áreas estratégicas.

Também se identifica uma reação preventiva do Poder Legislativo a uma possível ampliação de força do Executivo, caso a medida se concretizasse os parlamentares ficariam sujeitos a mais troca de favores. Do mesmo modo os prefeitos, visto que aumentaria a dependência por suporte do governo estadual. Num momento de tensão entre os poderes, o Executivo despontaria de vantagem, estaria revigorado de aliados e o ônus de desaprovação popular recairia nos parlamentares.

3.2.1 O Alto Madeira e o governo Angelin

O jornal manteve a linha governista, comportou-se como um fiel aliado dos governos peemedebistas em todas as esferas, discordâncias provinham apenas de temas circunscritos, normalmente quando se tratava de pautas de utilidade do Grupo Tourinho. Com a ALE-RO o matutino seguiu o estreitamento das relações, cedeu páginas para entrevistas com apenas um parlamentar, no qual expunham suas convicções e projeções da carreira partidária.

A troca partidária no Legislativo estadual, devido a fundação de novas legendas, modificava a correlação de forças, da mesma forma produzia incertezas quanto a configuração do campo político, por causa disso o matutino escolheu tratar os parlamentares com cordialidade. Óbvio, isso envolvia verbas publicitárias, em dezembro de 1985, passou a estar encartado no jornal o tabloide *O Parlamento*⁸³, veículo oficial da ALE-RO.

Ao mesmo tempo, o jornal sabia das limitações da ALE-RO a médio prazo, a força do governo estadual superava a do parlamento, parte da agenda do Grupo Tourinho dependia da caneta dos burocratas subordinados ao Executivo. Em vista disso, quando ocorria atritos entre os dois poderes, pairava a cautela da redação, as notícias narravam os assuntos evitando transparecer qualquer caráter opinativo, as colunas de opinião seguiam na mesma direção e ao comentarem apresentavam-se com propostas para mediação da situação.

O estilo da linha editorial do jornal havia ficado claro logo no início do governo Angelin, na transição e nos primeiros meses de governo os Tourinhos fizeram muitos acenos aos peemedebistas, evidenciando a intenção de aliarem-se com os novos ocupantes do poder.

⁸³ O tabloide circulava semanalmente, narrava os principais fatos da semana na ALE-RO, as visitas dos deputados aos seus redutos e reproduzia os discursos dos deputados que tiveram maior repercussão. Era elaborado e impresso no pátio gráfico do *Alto Madeira*, e tinha a seguinte equipe técnica: Carlos Sperança (editor), Ivalda Marrocos e Francisco Santana (redação), Telmo Fábio Grutzmacher e Marco Antonio Grutzmacher (fotógrafos) (*O Parlamento*, nº1, p. 2).

No início de julho o casamento consumou-se, o secretário da Casa Civil Antônio Pichetti acompanhado dos jornalistas Ruth Morimoto e Edvaldo Wiccile, da Divisão de Comunicação do governo estadual, reuniram-se com Euro Tourinho na direção do jornal. Na ocasião trataram como se procederia a relação do matutino com o novo governo, a direção demonstrou disposição para trabalhar conjuntamente (*Alto Madeira*, 05/07/1985, p. 1).

A partir do segundo semestre de 1985, periódicos oficiais do governo estadual, circulavam quinzenalmente ou mensalmente, passaram a estarem encartados nas edições do *Alto Madeira*, como *A Nova Rondônia* (impresso na gráfica do jornal) dedicado a divulgação do trabalho do Executivo. Em outras palavras, assistia-se muito repasse de verbas publicitárias do governo estadual ao jornal, desse modo a aliança estava firmada.

O *Alto Madeira* só se afastava do governo quando algumas ações deixavam de beneficiar as áreas de interesse dos Tourinhos, ou seja, a capital e o Vale do Guaporé. O jornal apresentava-se como porta dessas regiões, principalmente de Porto Velho. Luiz Tourinho defendia que o Executivo estadual precisava fomentar a economia do Vale do Guaporé, promoveu eventos com empresários e colocou-se à disposição de lutar pela região, dentre as atividades apontadas por ele de grande potencial estava o setor do turismo.

Em dezembro, o Poder Legislativo já se encontrava de recesso, mas o Executivo o convocou para apreciar uma série de mensagens, dentre elas estava um pedido de empréstimo no valor de 10 milhões dólares para a construção de armazéns da produção agrícola. Nessas sessões extras da ALE-RO o governo saiu vitorioso, embora poucos deputados pefelistas tenham votado contrários à solicitação de empréstimos, porque cobravam equidade regional na distribuição dos valores (*Alto Madeira*, 20/12/1985, p. 1; 28/12/1985, p. 2).

O *Alto Madeira*, na coluna Opinião em 30 Linhas, expôs sua insatisfação com o tratamento desigual dado pelo governo Angelin e a ALE-RO as regiões do estado, cobrou explicações disso e quais estudos embasavam os vultosos recursos destinados ao Sul de Rondônia. Segundo o jornal, essa porção beneficiou-se muito no novo governo comparada as demais. Na mensagem de pedido dos 10 milhões de empréstimo, o Sul rondoniense ganhou 51% desse recurso, caracterizando-se um “benefício violento”, pois outras partes do estado contribuíam para a economia e concentravam grande produção agrícola como as microrregiões de Ariquemes e Ji-Paraná (*Alto Madeira*, 28/12/1985 p. 2).

3.3 Alterações no PMDB e a ascensão de novas forças

3.3.1 O Governo José Guedes

O prefeito de Porto Velho, José Guedes (PMDB), sabia da brevidade de seu mandato, o qual não permitiria inaugurar grandes obras, a visto disso escolheu deixar como legado um governo aberto ao diálogo e comprometido com a transparência. Para conseguir a governabilidade repetiu o mesmo modelo, uma aliança entre PMDB e PFL, também marcada por muita tensão.

Após o Congresso Nacional aprovar uma PEC restabelecendo as eleições nas capitais, os partidos mobilizaram-se para identificar suas potencialidades, PMDB e PFL testariam suas forças, enquanto PT, PDT e outros novatos tentariam se afirmar na arena política. O pleito eleitoral aumentou a tensão na coalizão partidária que formava a Aliança Democrática por todo país, gerando especulações sobre a capacidade dos políticos para concluir a transição política.

Depois de PMDB e PFL confirmarem o lançamento de candidaturas próprias, o prefeito José Guedes (PMDB) demitiu os pefelistas titulares das secretarias municipais (*Alto Madeira*, 21/08/1985, p. 3). O governador Ângelo Angelin (PMDB) recebeu cobrança de José Bianco (PFL) para haver cumprimento dos acordos, o secretário da Casa Civil, Antônio Picheli, tentou amenizar a situação afirmando existir atritos apenas na capital, pois no interior a coalizão PMDB-PFL mantinha-se (*Alto Madeira*, 25-26/08/1985, p. 3; 27/08/1985, p. 4).

O episódio da capital produzia apreensão no Palácio Getúlio Vargas, temia-se a proliferação da prática nos demais municípios, logo respingaria na coalizão governista na ALE-RO. Naquela altura os partidos da coalizão duelavam constantemente por mais espaço, a decisão tomada por José Guedes (PMDB) alimentou ainda mais o desejo de muitos pemedebistas de formarem um governo sozinhos, tanto de políticos como da militância que nunca concordou com a presença de ex-pedesistas consigo. Tomás Correia (PMDB) adiantou-se ao sugerir ao governador para ausentar-se da questão na capital porque:

O povo não admite na Nova República uma administração onde participem os mesmos nomes que compactuaram com os desacertos do desgoverno anterior. Além do mais, Guedes está sensível aos reclamos do povo. Por isso, o governador não deve interferir em questões políticas municipais, pois isso poderia ferir a autonomia política e administrativa do município (*Alto Madeira*, 25-26/08/1985, p. 4)

As considerações do deputado serviam de lembrete ao govenador sobre a insatisfação de muitos correligionários e de parcelas da população com a manutenção da Aliança Democrática. O deputado visualizou na decisão de José Guedes (PMDB) existir uma sintonia dele e a sociedade civil e isso precisava acontecer na esfera estadual, ainda cobrou liberdade para os políticos locais resolverem sozinhos seus conflitos. Tomás Correia manteve a postura

externada em outros momentos, todavia escolheu não se calar porque integraria a chapa de prefeitável e desejava independência quando fosse o prefeito de Porto Velho.

O governo de José Guedes (PMDB) também se notabilizou pelo diálogo respeitoso com os opositores, o prefeito recebeu petistas no gabinete e os autorizou a coletar informações nas secretarias para a elaboração do plano de governo do PT na eleição da capital. Em seguida, os petistas detectaram existir funcionários fantasmas na administração municipal e comunicaram o prefeito, o qual anunciou uma investigação das denúncias e compromisso pela transparência (*Alto Madeira*, 05/07/1985, p. 4; 06/07/1985, p. 3).

A forma escolhida por José Guedes (PMDB) em tratar as denúncias de um partido da oposição, sem representação no Legislativo municipal, ganhou muitos elogios na imprensa, no meio político e, principalmente, da população, porque um chefe de governo admitia irregularidades e comprometia-se na averiguação disso. Em outros tempos acusações semelhantes apareceram, porém foram abafadas, causando indignação por verem pessoas lucrando indevidamente sem prestar o devido trabalho a burocracia pública.

Os petistas também receberam aplausos, apresentaram fatos amparados em evidências, mostraram o levantamento sem fazerem ataques ao prefeito, preferiram expor a situação dentro da cordialidade. Assim, o partido deixou a pecha de radical e de legenda com ideias desconexas do cotidiano rondoniense, tocou num tema muito caro a população e reverteram parte da rejeição sobre eles. O episódio deu ao PT a oportunidade de colocar-se como partido diferente e defensor da transparência na administração pública.

3.3.2 A guinda a centro-direita do PMDB e a eleição de Porto Velho

A partir do segundo semestre de 1985 as divisões no PMDB aumentaram, as alas só se uniam após muitas negociações quando o objetivo era frear o avanço do PFL. Como estratégia para fortalecer o partido a cúpula estadual ampliou as filiações sem critérios, causando indignação nos antigos membros, principalmente dos autênticos que consideravam acontecer uma descaracterização da legenda.

Em setembro, o senador Galvão Modesto, os deputados federais Assis Canuto e Francisco Sales e o presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, João Coelho, filiaram-se no partido (*Alto Madeira*, 04/09/1985, p. 2). Pelo interior do estado, outros ex-pedesistas também ingressaram no partido, até o ex-governador Jorge Teixeira recebeu convite para juntar-se aos antigos adversários. Dessa forma, o PMDB transformou-se na maior agremiação de Rondônia, porém bastante heterogenia no campo das ideias.

Lideranças dos diretórios municipais reuniram-se em Ji-Paraná, exceto o de Porto Velho, para avaliar o quadro, expuseram desconforto pelas filiações de ex-pefelistas, porque os correlegionários tradicionais foram preteridos nas nomeações da administração estadual para atender os antigos adversários, os quais não eram leais ao partido apenas queriam garantir os cargos dos apadrinhados. Ainda, alguns dirigentes ameaçaram recorrer ao Judiciário para impugnar as recentes adesões (*Alto Madeira*, 18/09/1985, p. 1-5).

Os deputados estaduais Jerzy Badocha, Ronaldo Aragão e Sérgio Carminatto somaram-se ao coro de insatisfação, tanto por meio de declarações à imprensa e na tribuna na ALE-RO (*Alto Madeira*, 02/10/1985, p. 5 do 2ºcaderno; 29/11/1985, p. 1). A coordenação regional do INCRA foi entregue ao economista Nilson Moreira, assessor parlamentar de Galvão Modesto (PMDB); assim o engenheiro agrônomo Antônio Gomes Santiago foi exonerado do cargo (*Alto Madeira*, 31/10/1985, p. 3; 15/01/1986, p. 5), isso levou a mais tensão no partido.

O deputado federal Olavo Pires (PMDB) mostrou-se preocupado com o futuro do partido e enviou um telex ao presidente José Sarney, ao deputado federal Ulisses Guimarães, aos ministros José Hugo (Casa Civil) e Nelson Ribeiro (Assuntos Fundiários), no qual expôs discordâncias sobre o ingresso de ex-apoiadores de Paulo Maluf no PMDB, num trecho ele afirmou:

[...] esta medida absurda, visa prestigiar e favorecer uma ala do malufismo, que por questão de interesses pessoais e oportunismo, caracterizado inclusive por mais este fato, está tomando de assalto o antigo e autêntico PMDB, prostituindo-o e causando em Rondônia, a repulsa partidária, sua desagregação, em virtude da marginalização e desprestígio dos autênticos peemedebistas, em favor de políticos malufistas e oportunistas (*Alto Madeira*, 30/10/1985, p. 4).

A análise do parlamentar comungava da mesma interpretação de outros correligionários, os quais viam nas recentes filiações um processo de perda de identidade do partido. Na tentativa de ampliar os quadros da legenda, a cúpula da agremiação preteria os sujeitos responsáveis por construir a imagem de um partido popular e compromissado com a transformação da sociedade para agregar pessoas cuja intenção era meramente perpetuar-se nos cargos, e pior, alavancaram a carreira pública na ditadura militar e colaboraram com a candidatura do político paulista.

Reflexões sobre a identidade do PMDB faziam parte das discussões diárias do partido, não apenas só dos integrantes dos diretórios ou dos parlamentares, as declarações citadas anteriormente são o retrato do incômodo também na militância. As falas dos

detentores de mandatos legislativos ou dos membros da diretoria chegavam à imprensa justamente por causa da posição ocupada por eles.

A campanha para a prefeitura de Porto Velho ilustrou ainda mais as divisões e as contradições do partido, a chapa dos prefeituráveis formou-se depois de muitos encontros acalorados entre os correligionários. Jerônimo Santana (PMDB) despontava como o favorito, porém sentia-se ameaçado pela ascensão da dupla Tomás Correia (PMDB) e Ronaldo Aragão (PMDB), os dois almejavam voos maiores, uma possível chegada deles na coalizão alteraria os planos acerca da sucessão de Ângelo Angelin (PMDB).

Na Convenção do PMDB, Jerônimo Santana (PMDB) conseguiu a indicação com 85 votos derrotando Esperidião Tejas que ganhou 26 votos. Para o cargo de vice-prefeito venceu Tomás Correa (PMDB) com 50 votos contra os 29 dados a vereadora Raquel Candido (PMDB) e os 20 votos ao médico Valério Lima (*Alto Madeira*, 15/08/1985, p. 4).

A candidatura de Jerônimo Santana (PMDB) suscitou desconfianças no eleitorado, porque sabia-se da sua intenção de disputar o governo estadual no ano seguinte, assim o mandato de prefeito não seria cumprido. Data ao ano de 1916, quando Porto Velho pertencia ao Amazonas, a última eleição para a prefeitura (*Alto Madeira*, 17-18/11/1985, p. 1). Ou seja, um governo curto e o uso dessa eleição como trampolim ao Executivo estadual significava descompromisso com a população e um desrespeito a luta pelo direito ao voto.

Ciente disso, o principal oponente dos peemedebistas, Francisco Erse (PFL), possível candidato a governador, publicou um documento intitulado “Declaração ao povo de minha terra”, no qual comprometia-se a cumprir o mandato se fosse eleito prefeito de Porto Velho (*Alto Madeira*, 26/09/1985, p. 2).

Os demais candidatos eram vistos com baixas chances de vitória, suas candidaturas seriam só para medir o potencial nas próximas eleições. Assim, também disputaram a eleição os seguintes postulantes, Heitor Costa (PDT), José Adelino (PDS), Paulo Struthos (PTB) e Neumar Silveira (PT).

A disputa centrou-se nos candidatos do PMDB e PFL, a maioria das notícias do *Alto Madeira* abordava sobre eles. O jornal comungava da mesma análise dos políticos desses partidos, que compreendiam no resultado da eleição sair a projeção sobre a percepção dos eleitores quanto o governo peemedebista e qual partido detinha melhor avaliação. Além de apontar como ficaria a aliança dos dois partidos, quem fosse o vitorioso aumentaria o capital para exigir mais espaço no governo estadual.

O Palácio Getúlio Vargas avaliava cauteloso a eleição, o governador Ângelo Angelin (PMDB) comprometeu-se em permanecer neutro. Todavia, os presidentes municipais da

agremiação do interior rondoniense cobraram o apoio formal de Angelin a candidatura de Jerônimo Santana (PMDB), no início de outubro o governador quebrou o silêncio e declarou apoio ao correligionário (*Alto Madeira*, 18/09/1985, p. 5; 06-07/10/1985, p. 1).

Além da disputa partidária, cabe pontuar a expectativa da população com a eleição, conforme o TRE-RO a capital ganhou 11.285 eleitores comparada a última eleição geral, onde tinha 62.144 e saltou em 1985 para 73.429. O aumento foi impulsionado pela alta taxa de alistamento do público jovem, já a dos analfabetos manteve-se baixa, somente 270 pessoas se declararam analfabetas (*Alto Madeira*, 15/11/1985, p. 1-4).

Depois de meses de campanha marcada por trocas de acusações e poucas propostas, a população compareceu as urnas em 15 de novembro. Os portovelhenses somaram-se aos eleitores de outros 200 municípios na escolha dos prefeitos, isso porque essas municipalidades deixaram de ser áreas de segurança nacional, estâncias hidrominerais ou por serem neófitas (*Alto Madeira*, 15/11/1985, p. 3 do 2º caderno).

A eleição caracterizou-se por tensão entre a Justiça Eleitoral e a mídia, na véspera da votação o TRE-RO censurou vários veículos de comunicação sob alegação de descumprimento das normas eleitorais, agentes da segurança pública estadual e federal cumpriram os mandatos, sendo alguns acompanhados de prisão de profissionais da comunicação.

A edição de 13 de novembro do *Alto Madeira* foi proibida de circular⁸⁴, o plenário do TRE-RO considerou o encarte da Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo (SECET-RO) na edição como descumprimento as resoluções 12368 de 17 de outubro e a 490 de 7 de outubro do TRE-RO que proibiam entrevistas de políticos e propagandas de instituições da administração pública no período de 8:00 horas do dia 13 de novembro até às 20 horas de 15 de novembro. Também havia uma matéria sobre as novas adesões ao PMDB, como a dos membros do Partido do Povo Brasileiro, porém segundo o presidente do TRE-RO, desembargador Eurico Montenegro, a decisão do colegiado levou mais em consideração a propaganda do governo estadual naquela data (*Alto Madeira*, 14/11/1985, p. 3).

Nas bancas de jornais os agentes da Polícia Federal recolheram os exemplares do jornal e no período da tarde dois agentes da corporação estiveram com Euro Tourinho, nenhuma apreensão aconteceu na sede da empresa, apenas ocorreu a comunicação da decisão da corte eleitoral.

⁸⁴ O exemplar não consta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O diretor do matutino lamentou o ocorrido e afirmou: “[...] a censura imposta pelo TRE rondoniense venha num momento em que se faz a primeira eleição da Nova República, descaracterizando totalmente aquilo que nós jornalistas sempre lutamos que é a liberdade” (*Alto Madeira*, 14/11/1985, p. 3). Causava perplexidade no empresário a manutenção desse método após o fim da ditadura militar, pois trazia incertezas ao trabalho dos jornalistas que almejavam exercer o ofício sem coação.

A situação levantou duas questões, a primeira trata-se dos limites da liberdade de imprensa no Brasil democrático, o jornal conhecia as normas aprovadas pelo TSE e o TRE-RO, mesmo assim optou pelo descumprimento porque em eleições anteriores publicou matérias favoráveis aos governistas bem como as propagandas eleitorais deles. Todavia, a maneira empregada pela corte eleitoral no cumprimento da lei suscitou dúvidas, a provocação para apreciação do caso partiu do próprio presidente da corte, seria assim que o Judiciário funcionaria, isto é, tomando decisões provocadas por quem também julgaria.

Os jornais *Alto Madeira*, *A tribuna* e *O Imparcial* publicaram uma nota conjunta repudiando a censura imposta ao decano da imprensa rondoniense, bem como lembraram os tempos da ditadura militar quando a atividade jornalística convivía com as perseguições (*Alto Madeira*, 14/11/1985, p. 1). No dia 14, a censura aconteceu na Rádio Caiari por determinação do juiz Gabriel Carvalho, o qual colocou-a fora do ar até o término da apuração dos votos, ainda fora expedido mandado de prisão para o radialista Abelardo Jorge e o advogado Hércules Góes (*Alto Madeira*, 15/11/1985, p. 1-3).

Os protestos limitaram-se as notas de repúdio dos veículos de comunicação e do Sindicato dos Jornalistas de Rondônia, já no meio político pairou completo silêncio. Assim, o *Alto Madeira* cobriu a eleição listando uma série de falhas como a troca repentina de eleitores dos locais de votação, registros de boca de urna dentro das escolas e o uso de automóveis do governo estadual no traslado dos votantes. Para o matutino o TRE-RO não soube organizar o pleito eleitoral porque preocupou-se somente em promover censura à imprensa (*Alto Madeira*, 16/11/1985, p. 3).

Mesmo apoiando o candidato governista percebe-se nas denúncias elencadas pelo jornal o envio de recados ao PMDB, isto é, havia no matutino um conjunto de provas comprovando abuso de poder econômico pela campanha peemedebista. O *Alto Madeira* teria ficado isolado na punição aplicada pela Justiça Eleitoral, justamente por divulgar propaganda benéfica ao partido e sequer ganhou solidariedade dos governistas.

Transcorrida a situação, o jornal diminuiu o tom das críticas a Justiça Eleitoral e ao PMDB, pois a apuração das urnas interessava mais os leitores e os números divulgados

trouxeram mudanças no desenho político. A vitória de Jerônimo Santana (PMDB) era dada como certa, porém o resultado veio acima das projeções, desse modo o matutino dedicou-se nas edições seguintes sobre a cobertura da apuração dos votos, a comemoração dos peemedebistas e as análises dos políticos quanto ao configuração político-partidária do estado. Abaixo o resultado da eleição:

Tabela 2 – Resultado da eleição à prefeitura de Porto Velho em 1985

Candidato / Partido Recebidos	Votos
Jerônimo Santana / PMDB	28.702
Chiquilito Erse / PFL	16.700
Neumar Silveira / PT	2.449
Heitor Costa / PDT	1.113
José Adelino / PDS	829
Paulo Struthos / PTB	322
Total:	50115

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-RO divulgados no *Alto Madeira* de 17-18/11/1985, p. 1.

As informações da tabela mostram uma disputa bipartidária, os candidatos do PMDB e PFL somaram mais de 90% dos votos válidos, os dois partidos tinham mais recursos e dispunham do controle de vários órgãos públicos. O resultado não se restringiu ao contexto da capital, a vitória do PMDB aumentou a pressão para o rompimento da Aliança Democrática e ampliou as divisões no ninho pefelista.

Vários deputados pefelistas defenderam a saída do partido da base do governo, até o governador Ângelo Angelin (PMDB) admitiu essa possibilidade e anunciou a expectativa de ocorrer mudanças no governo, as quais aconteceriam depois de um encontro dele com o presidente Sarney. Ainda segundo o governador, aquele resultado mostrava o PMDB dispondo de muita popularidade e acima de tudo a constatação do reconhecimento da sociedade sobre o trabalho do partido na fundação de uma república no país (*Alto Madeira*, 17-18/11/1985, p. 4-3).

Para Amizael Silva (PDS) o PFL padecia de identidade, pois criticou o governo mesmo tendo cargos lá, e foi isso que levou a ascensão do PT na eleição, o partido ocupou o

espaço vago de oposição em todo o Brasil (*Alto Madeira*, 19/11/1985, p. 4). Mesmo conquistando uma baixíssima votação, os votos dados aos petistas surpreenderam a todos, sem muita recursos e com nomes poucos conhecidos o partido saiu das urnas mostrando-se competitivo.

Francisco Erse (PFL), ao reconhecer a derrota, proferiu elogios ao trabalho do PT, porque teria presenciado na campanha do partido muita seriedade. Já José Neumar (PT) disse à imprensa estar satisfeito com o resultado da votação, lembrou sua origem no Nordeste do país, onde o partido também surpreendeu na vitória de Maria Luiza na capital cearense (*Alto Madeira*, 19/11/1985, p. 3), e concluiu:

[...] o resultado obtido em Porto Velho consolida o PT como a segunda maior força política no Estado. Compete a nós, dirigentes do Partido, utilizarmos esta força como alavanca e como ferramenta para a libertação da classe trabalhadora, e como instrumento na busca de uma nova sociedade livre e justa (*Alto Madeira*, 19/11/1985, p. 3).

Conforme o candidato petista, aquela eleição fez aparecer uma nova alternativa a sociedade rondoniense, a qual propunha o rompimento da exploração dos trabalhadores e comprometia-se pela criação dos meios capazes de permitir ao cidadão viver tendo acesso a liberdade e a justiça social. José Neumar (PT) entendeu ter a mensagem chegado a um público expressivo, porém cabia a cúpula petista manter a comunicação junto ao eleitorado conquistado e ampliá-la.

Na primeira coletiva de imprensa, o prefeito eleito Jerônimo Santana (PMDB) declarou montar uma futura equipe de governo de perfil “eminentemente político, assessorado por técnicos competentes e capacitados, pois fomos eleitos pela vontade popular e pelas forças políticas e temos que dar vez a estas lideranças” (*Alto Madeira*, 19/11/1985, p. 3). Ou seja, o secretariado sairia dos quadros do partido, mas não significava o preenchimento dos cargos sem qualquer critério, haveria pessoas na titularidade ou assessoria das pastas atendendo os requisitos dos cargos.

Para Jerônimo Santana (PMDB) o resultado das urnas cobrava um governo combinando política e conhecimento técnico, dessa forma caberia a ele atender o pedido do eleitorado. A declaração do prefeito eleito remetia a crítica a visão tecnicista da ditadura militar, a qual vendia a imagem de trabalho imparcial e conduzido por técnicos. Porém, alguns ex-secretários estaduais e municipais mesmo possuindo formação na área fizeram uma gestão desastrosa, como Francisco Erse quando chefiou a Secretaria Municipal de Administração e endividou o município, fato explorado nas campanhas do PMDB e PT.

O PMDB seguia uma trajetória de ascensão, a cada eleição o partido aumentava o seu poder e ganhava novos adeptos. Todavia esse crescimento vinha acompanhado de acordos costurados nos bastidores e pouco transparentes. No dia 28 de novembro, o prefeito José Guedes (PMDB) visitou a sede do *Alto Madeira* para agradecer os irmãos Luiz e Euro Tourinho pelo apoio na campanha de Jerônimo Santana (PMDB), ainda segundo o prefeito coube ao governador as conversas junto aos empresários para a arrecadação de fundos da campanha do PMDB (*Alto Madeira*, 29/11/1985, p. 3).

A troca de favores entre grandes doadores e vitoriosos de eleições resulta numa relação nada republicana, ainda mais quando os titulares da cadeira se empenham nisso. Claro, a imprensa também participou disso e até recebeu os agradecimentos pessoalmente. Porém o chefe do Executivo estadual se saiu melhor, porque num estado onde a economia dependia muito dos recursos do governo a força do empresariado ainda era limitada.

Por fim, o governador mostrou-se forte, mesmo havendo pressão de um partido da base governista pela sua neutralidade, ele resolveu entrar na campanha e assumir as consequências disso. A atitude de Ângelo Angelin (PMDB) deu recados duplos, ao PFL o de não os temer na oposição e ao PMDB o lembrete da dependência deles para com ele, em seguida isso afetaria as relações institucionais, para o Executivo havia chegado o momento de se impor sobre o Legislativo.

3.4 Balanço do primeiro ano da Nova República

Ao longo de 1985 o país deu novos passos para a efetivação da democracia, os analfabetos conquistaram o direito ao voto, houve eleições livres em vários municípios e partidos taxados de clandestinos puderam registrar sua inscrição. Além disso, a pauta da constituinte fez parte dos debates de várias organizações civis, sendo responsável por arregimentar forças para frear propostas de uma constituinte formada somente por notáveis.

Garantir liberdade aos cidadãos para debaterem os assuntos públicos, por meio de reunião na associação de bairro, organizações classistas e a filiação a um partido de sua preferência sem dúvida confirmava ocorrer mudanças no Brasil. O debate político havia retornado, algo importante para os cidadãos questionarem o mundo que vivem e não aceitarem passivamente os projetos pensados nos gabinetes sem consulta pública.

Mesmo faltando a legitimidade das urnas aos titulares do Planalto e do governo de Rondônia, ambos foram responsáveis por contribuir na redemocratização do país, ademais o período não se resume aos dois. O Poder Legislativo atuou com independência e funcionou desfrutando de todas as prerrogativas garantidoras ao exercício pleno da função. O arranjo

institucional construído naquele ano, isto é, a formação de uma coalizão partidária para governar, trouxe estabilidade institucional e permitiu as organizações civis acessarem diretamente os poderes da República, tanto na fiscalização como na cobrança de suas pautas.

No término do ano legislativo, o plenário da ALE-RO negou ao TJ-RO a autorização para processar o deputado Tomás Correia (PMDB), as ações na justiça referiam-se aos processos movidos pelos secretários estaduais do governo anterior acerca de denúncias feitas pelo parlamentar. Numa delas, movida pelo ex-governador Jorge Teixeira, o deputado elencou a imprensa casos de corrupção no pleito eleitoral de 1982 (*Alto Madeira*, 28/11/1985, p. 3).

Nesse caso seguiu-se todos os trâmites burocráticos, em seguida não se registrou postergação do assunto, o Poder Judiciário acatou a decisão do parlamento estadual, bem como o Poder Legislativo pautou o tema sem protelação. O voto dos parlamentares, mesmo muitos discordando do estilo do colega, reafirmava a importância da preservação da liberdade de opinar e denunciar ao detentor de mandato legislativo.

Porém, constatou-se a continuidade de muitas práticas antirrepublicanas, inclusive responsável pelo descuido do tema segurança pública pelos políticos, essa foi uma das áreas mais problemáticas do governo Angelin. O governador parecia não ter o controle da Secretaria de Segurança Pública, houve várias trocas dos titulares e adjuntos acompanhada de pouco esclarecimento. As cooperações subordinadas a pasta permaneceram quase autônomas e pautando suas diretrizes.

Raimundo Corrêa, colecionador de muitas polêmicas, ao ser exonerado do cargo de secretário de Segurança Pública alegou como razão da sua exoneração o embate dele com um serviço secreto paramilitar dentro do Palácio Getúlio Vargas coordenado pelo comandante da PM-RO, tenente-coronel Walter Luiz Garcia, pelo advogado Dirceu de Almeida sendo auxiliado pelo major Carvalho, chefe da Casa Militar. Corrêa ainda frisou: “Eu recebi autorização do governador para acabar com este sistema mas acabei demitido” (*Alto Madeira*, 18-19/08/1985, p. 6-1).

O objetivo desse órgão clandestino seria investigar políticos e servidores públicos considerados malvistas pela atual gestão. Podendo até realizarem torturas, como aconteceu no caso de Jaimar Saraiva. Raimundo Corrêa em sua defesa garantiu não ter autorizado espionagem sobre a “vida particular” dos prefeituráveis de Porto velho e dos jornalistas por considerar isso assunto fora de interesse do Estado (*Alto Madeira*, 18-19/08/1985, p. 6).

Vários deputados estaduais, jornalistas, o *Alto Madeira* e a OAB cobraram o esclarecimento das denúncias. O governador Ângelo Angelin (PMDB) alegou desconhecer as supostas espionagens, enquanto o comandante da PM-RO, Walter Luiz Garcia, dissera que a

S-2, Serviço de Informação da PM-RO, jamais realizava atividades clandestinas de inteligência (*Alto Madeira*, 18-19/08/1985, p. 4; 20/08/1985, p. 3-5)

O assunto logo caiu no esquecimento, os deputados estaduais e a imprensa fizeram vista grossa e limitaram-se as declarações no momento das denúncias. Assim como no caso da fazenda Santa Júlia, quando ocorreu uma reintegração de posse para retirar posseiros, o qual saíram tranquilamente. Contudo, funcionários da fazenda denunciaram terem sido vítimas de torturas por policiais militares e civis. Diante disso, o diretor geral da PC-RO, delegado Pedro Marinho, pediu exoneração do cargo embora alegou questões familiares (*Alto Madeira*, 02/07/1985, p. 4; 03/07/1985, p. 1; 05/07/1985, p. 5).

Ações das forças de segurança acompanhada de excessos eram denunciadas diariamente, em algumas situações até havia negociação entre as partes visando evitar o pior. Durante o desfile de 7 de setembro, integrantes do Movimento das Mulheres de Rondônia entraram no local das festividades, na avenida Farquhar, e protestaram contra o preço da carne. A manifestação havia sido anunciada com antecedência, mesmo assim policiais militares ficaram perfilados para barrar a entrada delas, porém elas só conseguiram acesso depois que um oficial da corporação intermediou a passagem do grupo (*Alto Madeira*, 10/09/1985, p. 3).

Há anos registravam-se protestos dessa natureza, ao longo do tempo eles não se limitaram a pequenas passeatas de donas de casa pois foram agrupados em organizações, as quais programavam e debatiam a questão do alto custo de vida, confirmado pelos dados mensais divulgados pela SEPLAN-RO. O ponto a ser observado trata-se da intimidação policial sobre uma luta popular, ou seja, encarou-se a reivindicação de quem sofria com a inflação como assunto de polícia.

Não parou por aí, outros grupos foram relegados a marginalização e taxados de criminosos, até pela ausência de associações representativas, como os homossexuais. O delegado Paulo Valadão da PC-RO anunciou o plano da operação “arrastão” na região do Roque de Porto Velho⁸⁵, tendo a finalidade de fichar os travestis que estariam “iludindo os garimpeiros” para roubá-los em seguida. O título da reportagem foi “Delegado pretende acabar com os Gays” e na capa o matutino escreveu “Delegado abre guerra contra bichas no Roque” (*Alto Madeira*, 12/12/1985, p. 4-1).

Outro segmento bastante atacado foram os povos indígenas, enquanto o governo federal destratava a demarcação das reservas indígenas, o governador, deputados estaduais e

⁸⁵ Área nas margens da BR-364 sentido Rio Branco – Acre.

prefeitos posicionavam-se contrários a isso, alegavam não serem oposição as demarcações, porém argumentavam constatar prejuízos a economia, deixando os posseiros inseguros.

Numa das audiências do governo Itinerante em Guajará-Mirim, uma iniciativa do governo estadual para ouvir as demandas municipais, o prefeito Isaac Bennesby (PDS) criticou a criação de reservas biológicas e indígenas. Citou a reserva urueu-au-au com extensão de 1, 800 mil hectares de terras que segundo o prefeito desde 1900 já era usada por não indígenas, portanto, a demarcação tratava-se apenas de uma política para perturbar a convivência local (*Alto Madeira*, 01-02/09/1985, p. 5).

Em um documento encaminhado ao presidente da FUNAI, Álvaro Villas Boas, o governador Ângelo Angelin (PMDB) expôs discordância com relação a demarcação de terras indígenas em Rondônia, ainda questionou se estas aéreas seriam para atender os indígenas ou as empresas multinacionais (*Alto Madeira*, 05/09/1985, p. 3).

O quadro de violências apresentado ilustra a incapacidade dos líderes da Nova República em apresentar propostas para a segurança pública, em vez disso deram continuidade a muitas concepções da ditadura militar. Reivindicações sociais respondidas na base da intimidação armada, pessoas fora dos padrões de cis heteronormatividade classificadas como perigosas e os indígenas vistos como empecilho ao desenvolvimento econômico.

Lucas Pedretti chama atenção para a continuidade dessas práticas violentas na Nova República, com ênfase no uso desproporcional das forças de segurança nas periferias, o sociólogo pontua que o projeto de Segurança Nacional envolveu ações para padronização da sociedade desde o recorte racial, de gênero e urbanização, mas isso não foi visto como violência do Estado se comparada a das pessoas anistiadas pela lei de 1979 (Pedretti, 2024). Os episódios envolvendo as arbitrariedades citadas reforçam a importância de pensar os alcances da ditadura militar no cotidiano das pessoas, pois toda a sociedade sofreu com a privação dos direitos básicos.

Ao longo dos capítulos explorou-se pouco o tema, até mesmo para não ocorrer desvios dos propósitos iniciais da tese, ademais o assunto acerca do alcance da repressão política em Rondônia era citado pelos políticos raramente. Faz-se esta observação para registrar que só nos casos citados anteriormente constata-se muitas violações de direitos que tiveram permanências, por isso, futuros estudos específicos podem esclarecer a dimensão da ditadura militar no atual estado de Rondônia.

Esse assunto foi apresentado justamente com o intuito de discutir as contradições da transição nessa porção da Amazônia, marcada por avanços e ao mesmo tempo por retrocessos.

Problematizar os contrastes de um fato histórico é de suma importância na pesquisa histórica, porque permite ao historiador olhar para o passado com a devida objetividade, no caso em tela, estudar um período marcado por mudanças e permanências.

Assim, afasta-se da tese que a transição teria sido inacabada, como sustenta o sociólogo Lucas Pedretti, pelo contrário ela terminou após a promulgação da Constituição de 1988. Evidências disso, verificam-se justamente no amplo debate até a atualidade sobre qual o alcance da repressão política na ditadura militar seja em organizações civis ou nas pesquisas acadêmicas, discussão proporcionada apenas por um Estado Democrático de Direito.

Para Marilena Chauí os conflitos, isto é, a luta por direitos sem cessar, é o sentido da democracia, pois uma sociedade democrática vai além da realização de eleições ou da formação de partidos, isso apenas define quem ocupa o poder temporariamente, porque, em tese, o cidadão é o ocupante permanente. A filósofa ainda destaca que os embates entre os poderosos, acumuladores de riquezas, e o povo fazem parte do cotidiano da política e da democracia desde o seu nascimento, sendo objeto de análise de Aristóteles e Maquiavel, os dois grandes clássicos do tema (Chauí, 2018, p. 411-417).

Conflitos, lutas por direitos, formação de partidos políticos, rotatividade do poder Executivo em vários municípios por meio de eleições e liberdade para fazer denúncias contra os excessos dos poderes da República marcaram o ano de 1985. Tudo isso confirma a inauguração de um tempo diferente e novo no Brasil, portanto, sem paixões, a constatação final é que, sim, havia uma Nova República.

4.1 ALE-RO e a relação tensa com o Executivo

O ano de 1986 começou tensionado entre o Legislativo e o Executivo rondoniense, o pleito vindouro motivava esse quadro. Parlamentares cobravam o retorno de suas reivindicações, pois precisavam apresentar realizações ao seu eleitorado. Somado a isso, o PMDB inchado de novas adesões desagradava os antigos membros da agremiação, e o presidente da casa, Amizael Silva (PDS), deixou de ser moderador para comportar-se como líder da oposição, comportamento movido pelo alinhamento dele com o senador Odacir Soares (PDS-RO), pré-candidato ao governo estadual. Já o governador Ângelo Angelin afastava-se da imagem de conciliador, rebatia com mais firmeza as críticas a sua gestão vindas dos desafetos.

No fim de janeiro, Ângelo Angelin (PMDB) realizou uma reforma no secretariado, o governador empossou na Secet o ex-vice-reitor da UNIR, Raymundo Nonato Castro, no DER-RO o advogado Walter Martins de Melo, na Casa Civil o empresário Ayres do Amaral (*Alto Madeira*, 01/02/1986, p. 3). O último seria o articulador político do governo, logo tornou-se no principal porta-voz da gestão peemedebista.

Na abertura do ano legislativo, o governador Ângelo Angelin (PMDB) e o deputado Amizael Silva (PDS) se autodefenderam, durante os discursos alfinetaram-se um ao outro e deixaram evidente a disposição em medirem forças. No pronunciamento, o deputado Amizael Silva falou na primeira pessoa, deu destaque a próxima eleição geral do país, a qual para ele seria um marco no futuro do Estado, embora entendesse que o destino já tivesse traçado para Rondônia tempos prósperos, pois a conscientização política da sociedade estava em curso pela ALE-RO e levaria as pessoas a elegerem bons políticos, em especial no Executivo (*Alto Madeira*, 02-03/03/1986, p. 7), no penúltimo parágrafo destacou:

Pessoalmente o desejo deste Deputado é que a classe política de Rondônia esteja engajada nessa campanha com o objetivo de conseguirmos um governo mais generoso para com o povo. De fazer de Rondônia uma terra mais cristã, de mais justiça social, mais forte, onde os humildes e os pequenos não fiquem à margem do processo de crescimento, onde sejam propiciadas oportunidades iguais para todos (*Alto Madeira*, 02-03/03/1986, p. 7).

O parlamentar explicitou sua reprovação pela gestão peemedebista, a qual classificou de apática para com a dura realidade da população, além de ter fracassado na diminuição as desigualdades econômicas. A crítica do deputado era válida, porém o estilo escolhido para o discurso não o fortalecia, ao falar na primeira pessoa os leitores diretos e indiretos

entenderiam tratar-se de alguém querendo regalias do Executivo, prática comum nas vésperas de eleições entre governantes e aliados.

Esse novo estilo de Amizael Silva (PDS) não convenceria o público tão fácil, tendo em vista ser uma mudança repentina e de alguém aliado do principal desafeto do governador. Dentro da casa legislativa, o parlamentar sabia como agia os seus pares, mesmo com a existência de desencontros a bancada do PMDB era mais homogênea, enquanto o PFL e o PDS não se definiam.

Há ainda um elemento interessante do discurso, Amizael Silva (PDS) não trouxe propostas concretas, optou por uma resposta religiosa ao defender a expansão do cristianismo como meio de solução a muitos dos problemas do cotidiano. Essa posição renunciava uma alternativa conservadora para a prática das relações cotidianas do Estado, todavia essa visão naquele tempo não favorecia o parlamentar haja vista a apatia dos evangélicos, parte de seu eleitorado, com a associação da religião com a política partidária.

O governador Ângelo Angelin (PMDB) no pronunciamento mandou recados aos aliados e aos adversários, refutou às acusações de leniência do seu governo com a corrupção e deixou claro não aceitar deslealdades de aliados, tampouco seria passivo às investidas da oposição nas manobras de desestabilização de sua gestão. Mesmo prometendo união entre os poderes, ponderou o seguinte:

É preciso definir bem. Em política não há inimigos: ou somos companheiros, ou somos adversários. E há momentos em que se insurgir contra o Governo significa também atentar contra os interesses legítimos da população. Nem sempre um Governo forte significa oposição fraca. E nem sempre um Governo fraco significa oponentes fortes (*Alto Madeira*, 02-03/03/1986, p. 7).

Para o governador todos os grupos políticos possuíam legitimidade e o direito de escolher qual direção atuaria nas arenas de poder, porém havia princípios disciplinando as regras dessa prática. De início, ninguém estava numa guerra aonde forças opostas visam aniquilar os oponentes, porque na política existe opositores e os aliados, o desvio desse código não seria aceito.

Ângelo Angelin (PMDB) via na estratégia dos opositores, os senadores Claudionor Roriz (PFL-RO), Galvão Modesto (PMDB-RO), Odacir Soares (PDS-RO) e de alguns deputados estaduais, como Amizael Silva (PDS), manobras para derrubá-lo do cargo, por isso, comparou-a a uma insurreição com consequências graves na vida das pessoas. Reconheceu existir fragilidades na formação daquele governo, mas mostrou dispor de meios para enfrentar a situação e enquadrar os aliados desleais.

Depois das formalidades, o governador negou aos jornalistas ter se dirigido aos políticos, atribuiu as tentativas de desestabilizações a grupos econômicos, os quais não os nominou. Porém, o correligionário Cloter Mota (PMDB) entendeu a mensagem como recado a ele e aos outros descontentes com o governo estadual (*Alto Madeira*, 02-03/03/1986, p. 7).

Dias depois, Cloter Mota concretizou sua promessa feita ao governador de ingressar na oposição, quando não aceitou a exoneração do secretário estadual da Fazenda, Sebastião Ferreira, indicado pelo parlamentar, anunciou o desligamento do PMDB e a filiação ao PT. Alegou decepção com a chegada do PMDB no governo, justificou a escolha do novo partido devido ao seu alinhamento com o marxismo leninista (*Alto Madeira*, 27/02/1986, p. 3; 15/03/1986, p. 1). Jacob Atallah (PFL-RO) seguiu na mesma direção, deixou o PFL por não ter ocorrido o rompimento da Aliança Democrática (*Alto Madeira*, 19/03/1986, p. 3).

A dança das cadeiras e a troca partidária foi marcante no primeiro semestre do parlamento estadual de Rondônia. O posicionamento dos parlamentares por bancada partidária não deixava claro quem era oposição e situação, a circunstância refletia o aborrecimento de alguns deputados com o Executivo, também era impactada pela indefinição da titularidade da governadoria.

Parlamentares federais e a cúpula do PFL articularam-se pela demissão de Ângelo Angelin durante uma reunião com Sarney, os três senadores de Rondônia, os deputados federais Assis Canuto (PMDB), Chiquilito Erse (PFL), Rita Furtado (PFL), Leônidas Rachid (PFL) e o deputado estadual José Bianco (PFL) pediram a exoneração do peemedebista por envolvimento indireto com corrupção no Estado (*Alto Madeira*, 19/04/2023, p. 2).

Segundo o *Alto Madeira*, o empenho de Galvão Modesto e de Claudionor Roriz nessa empreitada dava-se por razões eleitorais, o primeiro queixava-se da falta de apoio a sua reeleição enquanto o segundo pleiteava a vaga de vice-governador na chapa de Jerônimo Santana (*Alto Madeira*, 19/04/2023, p. 3).

As denúncias associadas ao governador diziam respeito a suposta omissão dele com irregularidades na pasta estadual da Fazenda e das licitações de obras estaduais. Heitor Costa (PDT-RO), presidente interino da ALE-RO, autorizou a abertura de CPIs, uma referente à Secretaria da Fazenda e a outra as ações do DER-RO (*Alto Madeira*, 09/04/2023, p. 7).

As cúpulas nacional e estadual do PMDB reagiram ao bombardeio dirigido a Ângelo Angelin, promoveram diversos encontros em Brasília e em Rondônia para enfrentar a situação. Nessas reuniões, definiu-se mudanças administrativas, táticas do comportamento da base aliada parlamentar e do próprio governo no enfrentamento aos adversários políticos.

O governador referia-se a Claudionor Roriz e Galvão Modesto como fisiologistas, em seguida mexeu no seu secretariado ao demitir os secretários ligados a esses senadores, na Segurança Pública, Solon Michalski e na pasta de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Sérgio Paio (*Alto Madeira*, 13-14/04/1986, p. 2).

José Sarney não demitiu o correligionário, o que veio a intensificar a força de Ângelo Angelin. Além disso, a estratégia dos opositores fizera a dupla Tomás Correia (PMDB-RO) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO) se aproximarem da cúpula estadual do partido e do governador, eram dois estrategistas respeitados dentro da ALE-RO, por causa do pouco espaço recebido na composição do governo estadual e da indefinição das vagas na eleição geral estavam distantes dos partidários.

A renúncia de Tomás Correia do mandato na ALE-RO⁸⁷, e o fim do prazo da troca partidária ajustara o quadro partidário do parlamento: o PMDB detinha 11 deputados - Ronaldo Aragão, Manoel Messias, Sadraque Muniz, Ernandes Amorim, Walter Bártolo, Joaquim Azevedo, João Dias, Jerzy Badocha, Sérgio Carminato, Arnaldo Martins e Amir Lando; o PFL ficou com 8 deputados - Amizael Silva, Genivaldo Souza, José Bianco, José do Prado, Marvel Falcão, Osvaldo Piana, Silvernani Santos, Walderedo Paiva; o PDT dois deputados - Heitor Costa e Jacob Atallah. O PDS com Francisco Nogueira, o PT com Cloter Mota e o PSB com Zuca Marcolino (*O Parlamento*, nº15, p. 4-5).

Mesmo tendo a maior bancada, o PMDB não conseguiria sozinho aprovar as propostas do Executivo, assim o Palácio Getúlio Vargas e a bancada definiram como meta recrutar deputados do PFL quando fosse necessário, pois enxergavam em alguns deles apenas interesses pessoais e inexistência de compromisso partidário. Enquanto a oposição padecia de uma linha de ação, o PDT e o PT não se entediavam, Heitor Costa e Jacob Atallah foram do PDS e eram políticos conservadores, bem diferente de Cloter Mota que se declarava um socialista.

O PFL estava dividido e sem uma liderança para conduzir a bancada, o *Alto Madeira* cobrou diversas vezes o partido para se definir se seria governo ou oposição, entre maio e junho o matutino na coluna *Opinião em 30 linhas* apontava a dubiedade dos pefelistas.

⁸⁷ O parlamentar acumulou os cargos de vice-prefeito e de deputado estadual até 14 de maio de 1986, quando assumiu a Prefeitura de Porto Velho. Ernandes Amorim (PMDB), suplente do partido, reivindicou a vaga de Tomás Correia à Presidência da ALE-RO, quando o correligionário foi empossado como vice-prefeito de Porto Velho. Todavia Amizael Silva amparado num parecer da procuradoria jurídica da casa manteve o mandato de Tomás Correia, desde que ele não assumisse a titularidade da prefeitura em nenhuma ocasião. O TJ-RO optou por respeitar a decisão da Presidência da ALE-RO, todos os seis desembargadores mantiveram a decisão do Poder Legislativo (*Alto Madeira*, 10/01/1986, p. 3; 24/04/1986, p. 1).

Somente no final de julho foi anunciada pelo governo e o PFL o fim da Aliança Democrática no Estado, concretizada com a nomeação do advogado Pedro Origa na Secretaria de Interior e Justiça (SEIJUS-RO) (*Alto Madeira*, 24/07/1985, p. 1).

O secretariado do governo estadual era todo do PMDB, as disputas pelas vagas davam-se em alas internas da agremiação. O governador procurava acomodar os diversos grupos, com muito cuidado para evitar desgastes com os partidários ou que implicasse prejuízos nos entendimentos na composição da nominata da agremiação nas eleições daquele ano.

No início do segundo semestre a ALE-RO promoveu o aniversário de três anos da promulgação da Constituição de Rondônia, cumpriu-se as formalidades protocolares entre os chefes dos três poderes do Estado na festividade organizada pela casa. Contudo, dessa vez, o presidente da ALE-RO aproveitou a ocasião para alfinetar o governador no seu discurso, ainda buscou demarcar dois tipos de políticos, os legítimos e os ilegítimos. Argumentou que:

Rondônia ainda vive um regime diferenciado do restante dos Estados brasileiros. Temos um governo sem a legitimidade democrática - só conseguida nas urnas. Esta falta de representatividade popular traz imensos dissabores para todos nós. Todavia, estamos chegando agora ao grande momento, em que Rondônia estará ombreada aos demais Estados da federação, pois seu próximo governo, nascido de eleições diretas em 15 de novembro próximo terá legitimidade e consenso real.

[...] Como deputado que sempre procurou honrar esta Casa como caixa de ressonância da vontade de nossa gente, esperamos que estas eleições de 15 de novembro próximo venha reforçar os ideais democráticos de nossa Constituição, pois é do meu feito compreender a política como intérprete da rua, e cada homem público nascido da vontade democrática como intérprete de parcelas ponderáveis da população (*Alto Madeira*, 07/08/1986, p. 3).

O discurso de Amizael Silva era válido, pois destacava a importância do sufrágio universal para decidir o projeto de governo a ser executado, bem como o papel dos parlamentares enquanto porta voz dos diversos segmentos da sociedade civil. Todavia, o deputado tinha outras intenções, o propósito dessa fala visava colocar o governador na condição de político autocrata, por isso, vários parlamentares estariam se opondo à administração Angelin, ou seja, a um governo ilegítimo.

Ciente da configuração do quadro político, o Executivo estadual deixou claro ao Legislativo que usaria de todos os instrumentos legais para se afirmar. Posição semelhante era identificada por parte da bancada do PFL e dos deputados do PDT e do PT, os quais entendiam a necessidade de assumirem uma postura de oposição para mostrarem a sociedade que eles faziam o trabalho com convicção e sem temor de represália na hora de fiscalizar o

trabalho do outro poder. Assim, a oposição optou por atrasar e rejeitar matérias de interesse do Executivo, pois percebiam uma possibilidade de desgastar o governador e o PMDB no período eleitoral.

Próximo ao encerramento do primeiro semestre, o governo estadual enviou quatro mensagens à ALE-RO solicitando autorização para contrair empréstimos, recursos a serem aplicados na agropecuária, educação, infraestrutura, saúde e transportes (*Alto Madeira*, 28/06/1986, p. 1). O vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Finanças, José Bianco (PFL), pediu vistas na análise das matérias, os peemedebistas alegaram que isso dificultaria o trabalho do Executivo, haja vista que a ALE-RO só voltaria a funcionar em agosto (*Alto Madeira*, 28/06/1986, p. 1).

O segundo semestre estava com os dias comprometidos, as ausências dos parlamentares no plenário ou mesmo na capital eram aguardadas, uma vez que eles estariam empenhados na campanha eleitoral. Essa era outra aposta da oposição para enfraquecer o governo, ao mesmo tempo, um argumento importante do Executivo contra os seus adversários e mais tempo para manobrar juridicamente.

Na volta dos trabalhos legislativos, o governo não tinha maioria que garantisse a aprovação das mensagens. Para evitar uma derrota, os peemedebistas seguiram os trâmites normais para ganhar tempo, além de fingirem estar conscientes da derrubada dos projetos. Os opositores não perceberam a tática dos governistas, acreditavam possuir vantagens e êxito no enfraquecimento do governo estadual.

Seguindo as formalidades, Jerzy Badocha (PMDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Finanças da ALE-RO, reuniu os pares, porém os deputados do seu partido não compareceram e ele deixou o prédio da ALE-RO. José Bianco (PFL), vice-presidente da referida comissão, presidiu os trabalhos que contou com a presença dos deputados Osvaldo Pianna (PFL) e Heitor Costa (PDT), em votação rejeitaram as mensagens (*Alto Madeira*, 13/08/1986, p. 3).

Quando as mensagens chegaram no plenário houve embates entre os governistas e a oposição, as sessões foram tensas e o Executivo indispunha de maioria favorável à aprovação. Durante uma sessão, o líder do governo Amir Lando (PMDB) anunciou a retirada das mensagens e o retorno delas ao governo que reenviaria os pedidos com ajustes (*Alto Madeira*, 20/08/1986, p. 1).

A oposição festejou a suposta derrota do governo, entenderam que fecharam o acesso a fonte dos recursos do PMDB a ser aplicada na realização de obras próximo ao pleito eleitoral. Já os governistas usaram o caso para apresentarem a Frente Liberal como

responsável por atrapalhar a concretização de ações do governo em diversas áreas caras à sociedade.

O candidato peemedebista Jerônimo Santana, ao comentar o assunto na cidade de Rolim de Moura, onde participava de encontro da campanha, chamou os pefelistas de “sabotadores” (*Alto Madeira*, 03/09/1986, p. 3). Distante de qualquer coincidência, o cacique do PMDB se pronunciou sobre o assunto justamente numa das regiões carentes dos serviços básicos e impactada diariamente pela entrada de mais migrantes.

Em virtude da jornada eleitoral, os deputados estabeleceram até setembro para haver comparecimento da maioria nas sessões, porque em outubro o foco se restringiria às eleições, uma alteração disso aconteceria em caso de assuntos urgentes (*Alto Madeira*, 04/09/1986, p. 3). Depois os líderes dos partidos fecharam acordo, no qual reduziram a quantidade de sessões plenárias, fixaram as quartas e quintas-feiras como dias destinados a isso (*Alto Madeira*, 11/09/1986, p. 3). Todos preocupavam-se com a campanha eleitoral, precisavam focar os esforços na conquista de votos dos eleitores.

Assim, no decorrer de setembro os deputados se esforçaram na análise de matérias antigas, procuraram entendimentos entre si e com o governo sobre assuntos entendidos como prioritários. Foi o caso do Estatuto da Polícia Civil, aprovado por unanimidade no início de setembro, uma demanda antiga dos servidores da segurança pública. No fim do mês, seis projetos de autoria do Executivo passaram com facilidade na casa, tratavam-se na maioria de leis regulatórias obrigatórias cuja competência cabia ao Executivo conforme determinava a Constituição de Rondônia (*Alto Madeira*, 05/09/1986, p. 4; 25/09/1986, p. 4).

Foi nessa conjuntura e no descuido da oposição que o governo encerrou o assunto das mensagens dos empréstimos. O governador Ângelo Angelin (PMDB), no início de outubro, sancionou as leis autorizando à administração estadual a contrair os empréstimos, a atitude causou perplexidade no meio político, mas tinha fundamentação jurídica e seguiu o roteiro do plano do Executivo desde o início.

O prefeito de Porto Velho, Tomás Correia (PMDB), profundo conhecedor da legislação, planejou a artimanha e aconselhou o passo a passo da tramitação. Segundo o chefe da Casa Civil, Ayres do Amaral, houve decurso do prazo, ou seja, de acordo com a Constituição estadual, as matérias de caráter urgente do Executivo deveriam ser avaliadas em 45 dias e em dez sessões subsequentes, caso contrário seriam aprovadas automaticamente. O governo não pediu a retirada das mensagens, a quem detinha essa prerrogativa, o líder do governo Amir Lando (PMDB) solicitou o sobrestamento, isto é, a pausa na análise das

matérias. Assim, a Mesa Diretora e as lideranças dos partidos não perceberam a manobra do Executivo estadual (*Alto Madeira*, 07/10/1986, p.3; 04/10/1986, p. 1).

Amizael Silva (PFL) distribuiu nota oficial à imprensa, classificou o episódio como ilegal e prometeu uma reação. Trocou farpas com os peemedebistas, classificou a gestão de Tomás Correia de incompetente, poupou apenas Amir Lando (PMDB) por considerá-lo ético e usado nesse incidente, ainda prometeu levar a situação ao presidente José Sarney (*Alto Madeira*, 04/10/1986, p. 1; 05-06/10/1986, p. 1; 07/10/1985, p. 3).

O Palácio Getúlio Vargas manteve-se na defensiva, Ângelo Angelin sugeriu a Amizael Silva (PFL) procurar o Poder Judiciário. Enquanto o chefe da Casa Civil, Ayres do Amaral, cobrou do presidente da ALE-RO esclarecimento dos valores referentes aos proventos de seus assessores, os quais extrapolavam o recomendado legalmente (*Alto Madeira*, 05-06/10/1986, p. 1; 07/10/1986, p. 3).

No decorrer da pauta das mensagens, o Executivo usou outro meio de pressão que aumentou a animosidade, repassava os recursos obrigatórios à ALE-RO de forma fracionada, gerando atraso nos pagamentos dos servidores da casa, para à presidência, o que configurava retaliações. Fato refutado pelo secretário Ayres do Amaral, o qual justificava o caso sendo resultado da ausência de transparência do presidente da casa quanto a maneira de pagamento dos assessores parlamentares (*Alto Madeira*, 07/10/1986, p. 3; 15/10/1986, p. 1). O cenário só foi normalizado após o término da pauta das mensagens, quando após a vitória jurídica do governo, os repasses foram normalizados.

A jornada eleitoral daquele ano definiu as relações entre o Executivo e o Legislativo, a coalizão PMDB-PFL foi desfeita, porque os peemedebistas pretendiam manter-se no poder, sabiam das pretensões do pefelistas de almejavam expandir-se no Estado e obter o cargo de governador. Por conseguinte, a opção dos governistas foi o do confronto e da autoafirmação, usaram todas as cartas ao seu favor, como as demissões, nomeação de membros da agremiação em diversos setores da burocracia estadual e manobras jurídicas para emparedar o Legislativo.

Claro, a imprensa não ficou distante dessa situação, o *Alto Madeira* mostrou-se temeroso, as colunas de opinião não atacavam os parlamentares, muito menos questionavam os métodos do Palácio Getúlio Vargas no trato com à ALE-RO. A cada desdobramento dos atritos entre os poderes, o matutino parecia surpreso com a capacidade do PMDB de impor sua agenda que subjugava os opositores.

Nessa fase, não ocorreu censura por parte do governo sobre a imprensa, sequer houve do jornal denúncias veladas ou menção a tal prática em qualquer coluna, seja opinativa ou

social, de isso ocorrer. O estilo descritivo do cotidiano político foi uma opção bem pensada pela direção, os Tourinhos não queriam ter as relações arranhadas com qualquer daqueles grupos partidários, pois entediavam ser o duelo entre os poderes uma tensão momentânea, escolher um lado só traria prejuízos no futuro dos negócios.

Havia o projeto de expansão da empresa, Euro Tourinho anunciou que o grupo disputava a concessão de um canal de TV e de uma rádio (*Alto Madeira*, 15/04/1986, p. 4). Ou seja, quais seriam os ganhos em confrontar com as pessoas as quais tinham o poder de facilitar essa meta? Na avaliação do matutino o PMDB permaneceria no governo estadual, ainda elegeeria uma quantidade expressiva de parlamentares, porém o PFL também sairia das urnas com uma bancada significativa.

E para alcançar esse objetivo, o Grupo Tourinho mobilizou-se para Luís Tourinho, presidente do PPB, compor a chapa majoritária do PMDB ao Executivo estadual como vice-governador (*Alto Madeira*, 16/05/1986, p. 3). A propósito, o jornal escolhera um lado, o dos governistas, e desejava unir-se mais com os peemedebistas com intuito de garantir a ampliação dos negócios da família.

Ademais, o matutino disputava espaço com outros jornais, constantemente menciona o jornal *A Tribuna* como aliada do governo, e estava ciente da relação próxima dos peemedebistas com o jornal *Estadão do Norte* (o maior de Rondônia). Por isso, compreendia que no entorno dos governistas outros empresários comprometiam-se com eles e desejavam benesses.

O governo Ângelin chegou em 1986 mais organizado, a equipe conhecia melhor à administração pública, e como desejavam perpetuar-se por mais quatro anos o passo seguinte foi o de reduzir a influência da ALE-RO sobre o Executivo. Isso aconteceu pelo rompimento da coalizão PFL-PMDB, a opção pela sustentação legislativa num único partido, o governista, daria certo devido a brevidade do plano, isto é, até as eleições de novembro, uso de artifícios jurídicos e pelo controle de uma máquina pública grande e presente intimamente naquela sociedade rondoniense.

O Executivo, chefiado pelo PMDB, ao controlar as secretarias e estatais tinha sob seu domínio milhares de servidores públicos. Ainda detinha os recursos que movimentavam a economia da região, isto é, coordenaria a liberação de verbas e as licitações de compras dos produtos mínimos ao funcionamento dos estabelecimentos públicos e quem executaria as grandes obras de infraestrutura.

De um atrito pontual, mas minimamente calculado pelos dois poderes, o resultado foi o surgimento de um Executivo robusto, marcado pela existência de uma medição de forças

dentro da normalidade democrática. Não houve interferência do Poder Judiciário, ou sequer aventou-se solução pela força das corporações armadas. A saída pelos impasses entre os Poderes Executivo e Legislativo foram buscadas por esses agentes nos instrumentos disponíveis no universo da política.

4.2 Projetos de consolidação da fronteira: o pleito eleitoral de novembro

A segunda eleição geral do Estado de Rondônia tinha uma particularidade, dessa vez, o governador e o vice-governador seriam eleitos. O futuro titular do Executivo teria a legitimidade das urnas para executar o seu projeto de governo, ou seja, quem ditaria os destinos da região seria alguém que submeteu suas ideias a consulta do voto, não mais uma pessoa indicada pelo Planalto com um roteiro elaborado, o qual muitas vezes não refletia a realidade regional.

O pleito eleitoral de 1986 foi marcado pelas disputas de ideias entre os grupos políticos sobre o eleitorado, as quais propunham os meios de consolidação da posse dessa porção Norte da fronteira brasileira. A sensação de residir numa área de fronteira fazia parte do imaginário regional, o hino do Estado fazia questão de rememorar isso⁸⁸, assim os moradores da nova unidade federada seriam os sujeitos responsáveis por garantir a conquista desse território.

Porém, como garantir os meios de sobrevivência dessa população numa área distante dos grandes centros e de pouca influência na definição das políticas públicas nacionais? Melhor, qual seria a principal agenda econômica do Estado de Rondônia? Isso parece que já foi respondido nos capítulos anteriores quando se abordou com detalhes que desde a década de 1970 os militares inseriram à região na reforma agrária conservadora da ditadura militar. Ou quando durante a feitura da primeira Carta Magna estadual, os constituintes ratificaram haver uma vocação natural de Rondônia à agricultura.

Em política, as ideias não desaparecem, elas são discutidas, rediscutidas ou reformuladas para se adaptarem as circunstâncias do momento. Naquela época, a agricultura já era a principal atividade econômica do Estado, o debate na campanha de 1986 não propunha o fim disso, porém pautou-se entre a priorização dela e pela apresentação de outros meios de movimentar a economia.

A questão econômica impactou a formação das candidaturas, exemplo disso foram as disputas regionais no Estado. O leste rondoniense estava fortalecido politicamente, mas sabia

⁸⁸ Para mais detalhes ver o capítulo 1.

da impossibilidade de chegar ao Palácio Getúlio Vargas, enquanto a mesorregião do Madeira-Guaporé sentia-se ameaçada pelo interior, embora o compreendesse pouco, a permanência no controle do Executivo era fato consumado, já quanto aos cargos legislativos restavam dúvidas. O quadro trouxe à tona as clivagens regionais, isto é, os outros conflitos fronteiriços. Para o sociólogo José de Souza a fronteira é o:

Lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (Martins, 2009, p. 133).

O sociólogo compreende a fronteira para além da perspectiva que se restringe ao espaço físico divisor de países, porém a ver como as linhas imaginárias a qual divide os grupos de um mesmo território, onde existem conflitos gerados pela situação econômica. Os embates travados nela são reflexos da diversidade dos grupos, os quais convivem entre a descoberta e os marcadores de diferenças.

Despontavam como favoritos ao Executivo os candidatos residentes na capital, Jerônimo Santana (PMDB) e Odacir Soares (PFL), os dois políticos mais experientes em campanhas. Logo depois, os demais partidos apresentaram seus candidatos, o PT lançou Manoel de Jesus Izu, professor da UNIR, o PSB Zuca Marcolino e o PDT Jacob Atallah, o PTB Flávio Donin (ex-secretário de agricultura de Jorge Teixeira) e o PH José Alves da Silva.

Por outro lado, os candidatos sabiam da grande concentração do eleitorado no Leste rondoniense, o qual iria decidir o resultado da eleição. Simultaneamente, a situação regional provocava disputas nos partidos, levando as cúpulas das agremiações a fazerem cálculos quanto a viabilidade de candidaturas ou mesmo a exclusão de nomes da capital para contemplar nomes do eixo da BR-364.

O empresário Luiz Tourinho articulou-se para ser o vice na chapa de Jerônimo Santana, mas não houve êxito. A definição do nome foi travada dentro do PMDB, no início de julho o partido reuniu-se com a participação do governador para tratar desse tema, o deputado Ronaldo Aragão chegou a propor que apenas os correligionários da BR-364 decidissem sobre o assunto (*Alto Madeira*, 03/06/1986, p. 3). Embora houvesse essa disputa, Jerônimo Santana movimentava-se para ter alguém próximo como companheiro de chapa.

O partido chegou à convenção estadual dividido, sendo necessário a realização de votação para decidir o postulante a vice-governador. Orestes Muniz, de Ji-Paraná, obteve 79 votos dos convencionais e derrotou o ex-deputado federal Antônio Morimoto que recebeu 36

votos. Muniz teve o apoio do chefe da Casa Civil, Ayres do Amaral, o qual negociou e pressionou nos bastidores com os correligionários (*Alto Madeira*, 05/08/1986, p. 3-4).

As duas vagas ao Senado Federal também entraram nas discussões, políticos da BR-364 demonstravam simpatia por Ronaldo Aragão, e Tomás Correia condicionou a renúncia da cadeira na ALE-RO com a garantia de o correlegionário ser um dos candidatos a senador (*Alto Madeira*, 27/02/1986, p. 3).

O impasse só foi resolvido por meio do uso da sublegenda⁸⁹, os convencionais não chegaram a um acordo e os postulantes foram decididos dois dias depois num sorteio formando duas chapas: Ronaldo Aragão, Djair Prieto e Antônio Morimoto compuseram a chapa A; Amir Lando, Olavo Pires e Cícero Dantas a chapa B (*Alto Madeira*, 07/08/1986, p. 3). Contudo, as arestas aprofundaram-se, o coronel Carlos Godoy ficou escanteado dos cargos de vice-governador e senador, atribuiu isso a Amir Lando a quem prometeu fazer campanha contrária (*Alto Madeira*, 05/08/1986, p. 4).

No PFL a situação foi conflituosa, o senador Odacir Soares não tinha o apoio da maioria dos correligionários. Parlamentares estaduais e federais atribuíram a ele a causa do rompimento da Aliança Democrática, que gerou perda de capital político para suas campanhas de reeleição, Oswaldo Piana e Leônidas Rachid aventaram apoiar o candidato do PMDB (*Alto Madeira*, 26/06/1986, p. 3).

Após meses de momentos acalorados no PFL, somente em agosto o partido definiu a nominata, José Bianco retirou sua candidatura por pressões do grupo de Odacir Soares, inclusive com a ameaça do PDS de aliar-se com o PMDB (*Alto Madeira*, 01/08/1986, p. 3). No sábado de dois de agosto, os pefelistas lançaram a chapa Odacir Soares e José Bianco ao governo estadual, o deputado federal Francisco Erse e o senador Galvão Modesto foram confirmados candidatos ao Senado Federal.

O PDT apresentou a chapa Jacob Atallah (governador) e o ex-prefeito de Vilhena, Renato Coutinho (vice-governador). Os petistas lançaram a chapa Manoel de Jesus Izu e Pedro Pereira da Silva (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná) como vice (*Alto Madeira*, 07/08/1986-28/05/1986, p. 3).

⁸⁹ De acordo com João Paulo Viana: “O dispositivo eleitoral da sublegenda foi instituído pelo regime militar por intermédio do ato nº 4, de 20 de novembro de 1965, sendo revogado pela Lei 7.551, de dezembro de 1986. O mecanismo possibilitava que os partidos lançassem mais de um candidato aos cargos majoritários. No caso das eleições ao Senado, em 1986, os votos dos candidatos da sublegenda eram somados e caso alcançassem mais votos do que os outros candidatos, o mais votado - da sublegenda - seria eleito, independente de ter menos votos do que outros candidatos individualmente” (Viana, 2019, p. 80-81).

A estratégia dos principais partidos foi a seguinte, o cabeça da chapa seria da capital e o vice do Leste rondoniense. Isso era amparado nos dados divulgados na época pelo TRE-RO, segundo o tribunal eleitoral o eleitorado rondoniense saltou de 267.865 (em 1982) para 446.611, o interior saiu de 194.35 para 338.506, enquanto a capital foi de 73.830 a 108.105 (*Alto Madeira*, 20/08/1986, p.1- caderno 2).

Esse dado apontava que 75,7% dos eleitores estavam fora da capital, mesmo sem detalhar os números de votantes em cada município, com exceção de Porto Velho, os partidos sabiam que a maioria do eleitorado interiorano era dos municípios cortados pela BR-364, isto é, as estratégias de campanha priorizariam o contexto do Leste rondoniense. A definição do vice-governador domiciliado a região era uma forma de acenar a essa parcela da população.

O aumento de eleitores no Estado de Rondônia não era reflexo apenas do fluxo migratório em curso, porém acompanhou a tendência nacional, em maio de 1985, o Congresso Nacional aprovou o direito ao voto aos analfabetos, contemplando cerca 30 milhões de pessoas (Viana, 2019, p. 223; *Alto Madeira*, 09/05/1985, p. 1)⁹⁰. A maior concentração de eleitores no Leste rondoniense esteve no centro das estratégias de campanha dos partidos, inclusive as pautas econômicas.

Jerônimo Santana, ao discursar na convenção do partido elogiou o governo Angelin e prometeu concretizar o trabalho daquela gestão, destacou as deficiências nas áreas da educação e saúde. Ainda elencou as futuras prioridades de seu governo: o fortalecimento da agricultura e da agropecuária, e a melhoria na geração de energia para haver a industrialização (*Alto Madeira*, 05/08/1986, p. 3).

O peemedebista deixou de lado o assunto da garimpagem manual, sua nova pauta era a agricultura, assim acenava a população interiorana e alinhava o discurso com os correligionários do Leste rondoniense. Pois os peemedebistas que acenderam na eleição de 1982 e os novos quadros do partido estavam convencidos que o futuro econômico de Rondônia seria alicerçado pelas atividades do campo. E somente após a estruturação dos meios necessários de consolidação dessa área o Estado poderia pensar num projeto industrial. Essa avaliação é sintetizada nas palavras de Tomás Correia ao considerar que:

Não se pode negar que Rondônia tem uma vocação para a agricultura, pois chegamos a ter recentemente no estado, 18 frigoríficos. A própria agricultura e a

⁹⁰ Em 10 de maio, o *Alto Madeira* se opôs a essa conquista cidadã, justificou que a ampliação ao voto a esse público e a manutenção da obrigatoriedade de comparecimento às urnas seria a combinação perfeita para as fraudes eleitorais (*Alto Madeira*, 10/05/19985, p. 2).

pecuária é quem possibilitam a industrialização, temos reflexo disso hoje, por exemplo, em Jaru já tivemos 10 laticínios e hoje somente 5, diversas casas agropecuárias, indústrias de leite e carne. Deste modo vejo que o suporte da industrialização está condicionado à agricultura e a pecuária, com isto surge a indústria de máquinas agrícolas, produzindo tratores e caminhões, mas em Rondônia temos espaços para os dois modos econômicos, sendo que a agricultura é o suporte para a industrialização (Correia, 07/11/2019).

Essa colocação do ex-deputado, feita em 2019, elucida como pensava o PMDB na década de 1980, ele cita o caso da sua atual cidade onde aquele projeto havia dado certo. Conforme as palavras de Tomás Correia e de falas dos peemedebistas na época, percebe-se a influência da visão gradativa na economia, nada diferente de outros períodos da história do Brasil, quando setores intelectuais e das elites defenderam a priorização de investimentos públicos na agricultura para em seguida o Estado brasileiro incentivar uma indústria de bens de consumo.

Foi com esse programa econômico que o PMDB mergulhou na campanha de 1986, por isso, os estrategistas do partido escolheram os maiores municípios, com destaque para aqueles do eixo da Br-364, como pontos chaves de encontros da campanha. Logo no início, o partido anunciou a intensificação da presença de seus candidatos nos seguintes municípios, Porto Velho, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará Mirim e Rolim de Moura. Ainda priorizaria as disputas pelas prefeituras dos neófitos municípios, Alta Floresta, Santa Luzia e Alvorada do Oeste (*Alto Madeira*, 10-11/08/1986, p. 3).

Para reforçar a campanha, o partido estabeleceu comunicação com a identidade dos moradores do interior, trouxe o ex-governador do Paraná José Richa ao palanque de Jerônimo Santana num comício na cidade de Rolim de Moura (*Alto Madeira*, 26/09/1986, p. 1). Além disso, a assessoria do governo estadual montou um cronograma de inaugurações de obras nas áreas urbanas e rurais dos municípios, como poços artesianos, postos policiais, escolas, unidades de saúde e pontes ou entrega de equipamentos as prefeituras, isso levou o governador Ângelo Angelin e seus secretários a intensificarem a presença pelo interior.

O PFL também privilegiou o Leste rondoniense, deu a largada na cidade de Ji-Paraná. Todavia, ocorria falhas de comunicação entre a coordenação do comitê de Odacir e os demais correligionários, em anonimato membros da coligação Aliança Progressista (PFL, PDS e PDC) queixavam-se da centralidade exercida pelo candidato e de pouco diálogo, com isso a lealdade a sua candidatura não existia (*Alto Madeira*, 16/08/1986, p. 1; 16/09/1986, p. 3).

Nos exemplares do *Alto Madeira* não consta detalhes das propostas de campanha de Odacir Soares, talvez pela própria desorganização dentro do partido. Porém, o histórico do

candidato aponta qual era o seu projeto de governo. O postulante não fazia oposição a opção pela agricultura no Estado, bem como mantinha posição contrária a quaisquer propostas vindas do campo da esquerda.

Igualmente do PT e PDT há poucos detalhes sobre o plano de governo, as informações a respeito dos petistas era de que o partido manteve uma intensa agenda nas ruas e internamente seguia unido (*Alto Madeira*, 10-11/08/1986, p. 3). Integrantes da agremiação se declaravam marxistas, criticavam as desigualdades sociais, propunham combater os latifúndios e promover de verdade assistência aos pequenos agricultores. Do PSB e do PTB as informações eram escassas sobre como prosseguiram as campanhas.

Já o PDT recebeu espaço melhor no noticiário comparado aos outros partidos pequenos, o candidato Jacob Atallah não dispunha da mesma estrutura dos pefelistas e dos peemedebistas, mas obteve retorno positivo, pois era a candidatura que apontava para um crescimento surpreendente. Aliás, Jacob Atallah propôs outro modelo econômico, privilegiou alternativas industriais, e anunciou:

[...] o rondoniense de qualquer quadrante do Brasil não quer mais continuar sendo apenas tratado como colônia onde os centros maiores vêm buscar a matéria-prima que necessitam para industrializar e depois nos devolvem para vender a preços maiores. Este estigma de que somos uma 'província estanífera', por exemplo, em meu Governo, vai acabar (*Alto Madeira*, 07/08/1986, p. 3).

No programa econômico do candidato, conforme a declaração acima, havia uma crítica a ideia de a Amazônia servir apenas como local de exploração não só do minério mais de qualquer riqueza natural presente na região. Para ele, o novo governo deveria romper essa lógica subalterna de exportador de riquezas para os centros industriais do país, pois até aquele momento com esse modelo só recebeu mazelas sociais e um alto custo de vida.

A opção pela industrialização não era uma novidade no projeto do candidato, desde a constituinte de 1983 o postulante defendia essa pauta, escreveu vários artigos no *Alto Madeira* sobre o assunto, e criticou na tribuna da ALE-RO a supervalorização dada pelo Estado à agricultura em detrimento das outras áreas. Ademais, Jacob Atallah pertencia a uma família de imigrantes libaneses que chegaram ao Brasil para trabalhar no comércio na época de instalação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré⁹¹.

⁹¹ Essa informação foi obtida numa entrevista dada pelo patriarca da família Abdon Atallah ao matutino no dia do aniversário de Porto Velho, publicado na edição de 25/01/1984, nas páginas 1 e 5 do 1º caderno.

Na análise de Atallah o que originou Rondônia foi um projeto industrial, daí surgiu tudo, pois naquela época a via fluvial era o único meio de acesso e isso não impediu a efetivação da conclusão na fundação de uma cidade industrial na Amazonia no início do século XX. Assim, em 1986, o ambiente estava mais favorável, pois havia a BR-364 e conhecimento melhor sobre os rios da região, com destaque ao Madeira.

Seu projeto propunha a diversificação das atividades econômicas, não se opunha a agricultura, apenas defendia a combinação dela e de outros ramos com a industrialização. Para conseguir falar desse programa econômico além dos limites da capital, o PDT trouxe a Rondônia o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, também ex-governador do Rio Grande Sul, duas vezes em eventos nas cidades do interior.

Brizola e Jacob Atallah cumpriram agenda em Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, nessa última o partido deixou evidente que a escolha foi por causa da grande presença de migrantes gaúchos ou de outras partes do Sul brasileiro na cidade e nos municípios do sul rondoniense (*Alto Madeira*, 20/10/1986, p. 3; 02/08/1985, p. 3). O governador pedetista era mais conhecido que Jacob Atallah pelos moradores dessa região, daí o partido o trouxe para impulsionar a candidatura entre eles e esclarecer o plano de governo do correligionário.

Assim transcorreu a campanha eleitoral de 1986, os candidatos ao Executivo estadual ao apresentarem seus programas de governo colocaram a pauta econômica como eixo central. Isso também perpassava nas candidaturas aos cargos do Poder Legislativo estadual e federal, os postulantes quando prometiam aos eleitores apoio a determinada obra de infraestrutura comprometiam-se com determinado projeto de desenvolvimento regional.

No decorrer da análise do *Alto Madeira* não está evidente quem compunha a rede de financiadores das candidaturas, até porque a própria Justiça Eleitoral indispunha de mecanismos legais e técnicos que mapeasse com rigor os financiamentos das campanhas. Constata-se, nas colunas de opinião, comentários sobre a vantagem do PMDB em detrimento dos outros por chefiar o Executivo, ou seja, os governistas tinham poder para pressionar ou coagir o empresariado regional e negociar com as grandes empresas, além do controle na nomeação sobre várias pastas da burocracia estadual.

O PMDB usou de práticas patrimonialistas, próximo a data da eleição a Polícia Federal apreendeu material de campanha do partido na gráfica da prefeitura de Porto Velho. E, no interior do estado, circulava denúncias de ocorrer pressão de governistas sobre professores e ameaça de punição a quem estivesse apoiando os oposicionistas (*Alto Madeira*, 15/11/1986, p. 3).

Ainda numa dessas fiscalizações da Polícia Federal, um posto de gasolina em Porto Velho foi fechado, porque estava acontecendo distribuição de gasolina a populares mediante apresentação de bilhete da empresa União Cascavel, financiadora das despesas, que continha nomes de candidatos peemedebistas (*Alto Madeira*, 13/11/1986, p. 1). A empresa do ramo de transporte pertence ao empresário Assis Gurgacz⁹², claro, esse financiamento suspeito configurava supostas trocas de favores entre os governistas e a empresa nos próximos anos.

Enquanto aos candidatos da oposição restava angariar fundos daqueles empresários que pretendiam firmar contratos com o governo estadual. Ou no caso dos petistas que rechaçaram financiamento empresarial e promoveram eventos culturais com a finalidade de obter recursos para seus candidatos.

Por outro lado, a disputa em tela não se resumia as questões estaduais, o *Alto Madeira* noticiou a penetração da União Democrática Ruralista em Rondônia (UDR), entidade surgida em 1985 para fazer lobby na Assembleia Nacional Constituinte contra as propostas progressista no setor agrário. Segundo René Dreifuss (1989):

Retrógrada em seus objetivos e até violenta em seus métodos, a União Democrática Ruralista nasceu [...] para lutar com todas as armas, da intimidação ao poder econômico, não só contra as mudanças políticas e burocráticas em favor da reforma agrária – que as lideranças ruralistas consideravam “demagogia de papel” – mas também para exigir, o que seria, “a verdadeira política agrícola” (Dreifuss, 1989, p. 69).

Desse modo, assistia-se o ingresso do lobby pertencente ao grande patronato rural na política de Rondônia, o qual possui diretrizes claras sobre qual seria o papel do Estado para o setor agrícola. Conforme Dreifuss, a entidade visava padronizar a pauta agrária, e usava de todos os meios para se fortalecer.

A UDR chegou a Rondônia por meio dos pecuaristas Ronaldo Fabel⁹³ e Bia Monteiro de Barros, os quais trouxeram Cesmar Moura, diretor de operações da UDR, para uma visita. Na ocasião, Cesmar anunciou a implantação de duas sedes no estado, uma no Norte e outra no

⁹² A empresa de Gurgacz é do ramo rodoviário, iniciaram as atividades no oeste paranaense na década de 1960. Em seguida, passaram a transportar migrantes do Sul do país ao Território Federal de Rondônia para os assentamentos do INCRA, tornaram-se numa das maiores empresas da área no país. Os negócios da família expandiram-se para as áreas da educação e comunicação. Com reduto em Ji-Paraná, a partir dos anos 2000 lançaram nomes da família nas disputas partidárias, elegendo Acir Marcos Gurgacz (PDT) prefeito do município e depois senador por dois mandatos consecutivos, além de Airtón Pedro Gurgacz (PDT) como vice-governador no primeiro mandato de Confúcio Moura (PMDB) – 2011-2015.

⁹³ Ronaldo Camargos Fabel teria perdido parcelas de sua propriedade rural no município de Porto Velho por causa da Reforma Agrária em curso. Acusou o INCRA de realizar a reforma irregularmente em parceria com a CUT e o PT. Além de setores da Igreja Católica disseminar nas escolas ideologia incorreta sobre o assunto (*Alto Madeira*, 09/10/1986, p. 7).

Sul de Rondônia, além da pretensão de eleger cerca de 50 constituintes, entre deputados federais e senadores, ele ainda classificou quem seriam os seus adversários, integrantes da Comissão Pastoral da Terra, por disseminar a ideologia marxista-leninista (*Alto Madeira*, 07/10/1986, p. 4).

A UDR foi fundada oficialmente no estado durante um churrasco, em Ji-Paraná, contou com a presença do presidente nacional da entidade, Ronaldo Caiado. O local seguiu a estratégia adotada no restante do país, onde faziam a penetração pelos interiores e não nas capitais, pois objetivavam formar bases (Dreifuss, 1989, p. 73). E logo mostraram suas táticas violentas, o fazendeiro Ely Lopes (ligado a UDR) teria ameaçado de morte o candidato a deputado federal Moises Bennesby (PMDB) caso ele defendesse o confisco de bois para a venda, conforme previa o Plano Cruzado (*Alto Madeira*, 24/10/1986, p. 3).

Ao longo da leitura do matutino não se encontrou os nomes dos receptores dos fundos da UDR, porém a rápida implantação da entidade em Rondônia, pontua que seus organizadores locais e nacionais agiram rapidamente para frear qualquer alinhamento dos políticos da região com as pautas progressistas e moderadas para o setor agrário. Ainda se percebe como essa organização patronal detectou na nova unidade federada um lugar de recrutamento de adeptos e procurou inseri-la numa perspectiva conservadora de política agrária.

4.3 Resultado da eleição: o triunfo peemedebista e o avanço do Leste rondoniense

Na véspera da votação os partidos preocuparam-se com uma possível taxa alta de abstenção, por causa da baixa procura dos eleitores nos cartórios eleitorais para retirarem os títulos de eleitor. Assim, os partidos, os governos municipais e estadual junto com o TRE-RO firmaram parecerias que facilitaram a entrega dos documentos aos cidadãos.

O prefeito Tomás Correia (PMDB) e o governador Angelin (PMDB) decretaram ponto facultativo no dia 7 de novembro com a finalidade de garantir aos servidores a posse do título. Dessa maneira, houve uma grande presença de cidadãos nos cartórios, facilitada pela mobilização de políticos que ofertaram caronas, além dos transportes cedidos pelo Executivo estadual (*Alto Madeira*, 08/11/1986, p. 4). Isso somou-se aos outros esforços dos partidos na reta final da campanha para garantirem grande presença dos eleitores nas urnas.

Próximo a votação, o *Alto Madeira* previa o resultado favorável aos candidatos Jerônimo Santana (PMDB) e Jacob Atallah (PDT). Mas o matutino deu mais atenção a campanha peemedebista, dando como certa a vitória do governista. O PMDB concentrou os eventos no interior, na capital organizou grandes comícios com shows de artistas nacionais,

como o do dia 3 de novembro que foi animado por Beth Carvalho (*Alto Madeira*, 04/11/1986, p. 3). Uma pesquisa do IBOPE, encomendada pela TV Globo, feita entre 5 e 12 de novembro, apontava Santana na liderança com 48% dos votos (*Alto Madeira*, 16/11/1986, p. 1).

A votação aconteceu em 15 de novembro sem muitos percalços, as fiscalizações dos órgãos de segurança registraram as costumeiras campanhas de boca de urna. Houve problemas técnicos nas seções eleitorais, porém resolvidos imediatamente sem causar prejuízos aos eleitores ou que pudesse arranhar a lisura do trabalho da Justiça Eleitoral. A apuração das urnas levou dias, somente em 2 de dezembro o TRE-RO finalizou a contagem dos votos (*Alto Madeira*, 03/12/1986, p. 4).

O TRE-RO não detalhou a quantidade de votos recebida pelos candidatos em cada município, as informações sobre isso que a imprensa divulgava eram incompletas, apenas reproduzia as observações feitas pelos candidatos conforme as assessorias dos partidos haviam levantado nas seções eleitorais. Assim, os cargos legislativos foram os mais demorados para serem definidos e conhecidos pelo público.

Três dias após a votação, Jerônimo Santana (PMDB) concedeu uma entrevista coletiva na sua residência, em Porto Velho, na condição de primeiro governador eleito de Rondônia. Comprometeu-se com a moralidade pública, a começar pela demissão de servidores fantasmas, sobre a futura equipe de governo dissera que seria apenas de peemedebistas. Quanto aos votos dados ao segundo colocado, Jacob Atallah (PDT), considerou ser pertencente a classe média a quem chamou-a de “oportunista” (*Alto Madeira*, 19/11/1986, p. 3). Este foi o resultado da eleição, a qual confirmou a vitória do PMDB:

Tabela 3 - Resultado da eleição de 1986 ao Executivo de Rondônia

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Jerônimo Santana	PMDB	Sem coligação	153.334	48,27%	Eleito
Jacob Atallah	PDT	Sem coligação	69.090	21,75%	Não eleito
Odacir Soares	PFL	PFL-PDS	57.448	18,09%	Não eleito
Manoel Izú	PT	Sem coligação	17.777	5,60%	Não eleito
Zuca Marcolino	PSB	Sem coligação	13.488	4,25%	Não eleito
Flávio Donin	PTB	Sem coligação	3.351	1,06%	Não eleito
José Alves da Silva	PH	Sem coligação	3.140	0,99%	Não eleito
Total	-	-	317.628	100,0	

Fonte: Reprodução da tabela elaborada por João Paulo Viana (2019) com base nos dados do TRE-RO. O cientista político não incluiu os votos brancos e nulos.

Tabela 4 - Resultado da eleição de 1986 às duas vagas de senador

Candidato	Partido	Votação	Situação
Francisco Chiquilito Erse	PFL	102.739	Não Eleito
Olavo Pires Filho	PMDB	95.637	Eleito
Ronaldo Aragão	PMDB	59.007	Eleito
Djair Indalécio Prieto	PMDB	49.701	Suplente
Amir Lando	PMDB	46.385	Suplente
Reinaldo Galvão Modesto	PFL	40.450	Não eleito
Antonio Morimoto	PMDB	34.687	Suplente
José de Jesus	PT	20.459	Não eleito
Francisca Francinete Perdigão	PT	17.678	Não Eleita
Luiz João Viola	PDT	9.782	Não eleito
Cícero Dantas da Rocha	PMDB	9.065	Suplente
Lucindo José Quintans	PDT	7.789	Não Eleito
Jovely Gonçalves de Almeida	PSB	5.233	Não Eleito
Walmir Davis de Moraes	PTB	4.180	Não Eleito
Total	-	796.194	-

Fonte: Reprodução da tabela elaborada por João Paulo Viana (2019) com base nos dados do TRE-RO. O cientista político não incluiu os votos brancos e nulos.

Os dados das tabelas mostram a magnitude do triunfo peemedebista no Estado de Rondônia, inclusive na conquista das duas cadeiras ao Senado Federal por causa do uso da

sublegenda⁹⁴. E apesar do candidato do PDT chegar ao segundo lugar na corrida pelo governo estadual, foram os petistas que voltaram a surpreender, fato curioso, pois o partido mesmo dispondo de pouca estrutura evidenciou deter eleitorado significativo.

O governador Ângelo Angelin (PMDB), um dos principais cabos eleitorais do partido, considerou-se vitorioso na eleição devido a boa votação dada ao seu partido e a derrota dos três senadores Claudionor Roriz (PSB), Galvão Modesto (PFL) e Odacir Soares nos cargos que disputavam, os quais chamou-os de conspiradores (*Alto Madeira*, 25/11/1986, p. 3).

Para estudiosos, a vitória peemedebista por todo o Brasil aconteceu por consequência do Plano Cruzado, pois com a inflação congelada artificialmente e a baixa taxa de desemprego a popularidade do presidente José Sarney encontrava-se alta, o PMDB usou disso para alavancar a campanha naquele ano (Souza, 1992, p. 173; Ferreira, 2018, p. 50). Levantamentos de preços feitos mensalmente pela SEPLAN-RO apontavam a inflação da capital sob controle.

Porém, o historiador Jorge Ferreira destaca que o Plano Cruzado estava fragilizado, o presidente José Sarney segurou os preços apenas para garantir o bom resultado dos correligionários nas urnas (Ferreira, 2018, p. 50). Isso confirma-se pelas notícias veiculadas pelo *Alto Madeira* durante o período de campanha, na qual narrava a falta de alimentos de todos os gêneros em Porto Velho. Chegou a faltar carne durante dias na capital, o governo estadual aventou importar proteína da Bolívia para amenizar a situação.

A sociedade já percebia o uso eleitoreiro do congelamento dos preços, uma prática usada na ditadura militar para evitar um fiasco eleitoral. Por isso, o PMDB, mesmo obtendo votação significativa, já era motivo de desconfianças no eleitorado, pois muitos entendiam que o partido abandonara as causas antigas e ao chegar no governo passou a praticar hábitos avessos aos princípios republicanos.

Os votos recebidos pela oposição também foi um voto de protesto a falta de clareza do governo peemedebista quanto a um programa econômico sustentável e não passageiro. Num contexto de multipartidarismo, os cidadãos contavam com novas alternativas e, aos poucos, aproximavam-se das ideias apresentadas pelos partidos surgidos durante a abertura política.

As contradições do governo Angelin e de outros prefeitos peemedebistas, como o apadrinhamento de aliados na burocracia, as suspeitas de contratos irregulares entre governo e

⁹⁴ Francisco Erse (PFL) conseguiu a maior votação, porém o uso da sublegenda favoreceu os peemedebistas.

forneecedores ou empreiteiras e a coação aos servidores públicos por razões eleitoreiras desagradou muitos cidadãos. Ainda, surgiram denúncias mais graves envolvendo membros do PMDB, como supostas colaborações deles com fazendeiros que praticavam trabalho escravizado. Lideranças de sindicatos e associações de agricultores em várias ocasiões levaram ao governador Ângelo Angelin (PMDB) e a Jerônimo Santana (PMDB) denúncias de trabalho escravizado no interior do estado. Parlamentares do partido na ALE-RO também abordaram o assunto e cobraram do Executivo apuração da situação.

A Delegacia Regional do Trabalho de Rondônia (DRT-RO) chegou a apurar casos no Vale do Guaporé, após relatos da existência de aliciamento de menores de idade e de perseguição por jagunços em fazendas aos trabalhadores que tentavam fugir e chegar ao Ministério do Trabalho (*Alto Madeira*, 07/08/1986, p. 5). Logo no início da apuração, sindicalistas denunciaram a existência de complô entre políticos e fazendeiros na capital federal para derrubarem Ruben Cândido da Silva da Delegacia da DRT-RO (*Alto Madeira*, 31/08-01/09/1986, p.1-3; 03/09/1986, p. 3).

Após as investigações, o delegado regional da DRT-RO, Rubens Cândido da Silva, apresentou a Jerônimo Santana (PMDB) o envolvimento de dois deputados do PMDB (um estadual e outro federal) que tentavam derrubá-lo da DRT-RO. Para a imprensa o delegado regional não revelou os nomes dos parlamentares, porque ele fazia parte da Executiva do PMDB-Porto Velho, apenas em quais fazendas foram comprovadas a prática. Num desabafo, Silva limitou-se a dizer:

A outra coisa que posso revelar a vocês, jornalistas, é a minha preocupação quanto a esses dois deputados envolvidos na defesa dos latifundiários, uma vez que eles, ao serem eleitos pelo voto popular, deveriam defender os direitos do povo e dos trabalhadores e não dos grandes proprietários os incentivadores da escravidão branca (*Alto Madeira*, 26/09/1986, p. 3).

Para Rubens Cândido da Silva existia incongruência quando um parlamentar se aliava aos grandes proprietários de terra, porque o alinhamento prejudicava justamente aqueles que o elegeram e confiaram nele para diminuir a força dos poderosos, os responsáveis pelas desigualdades, os quais perpetuavam-se ancoradas em atividades desumanas, como o trabalho escravizado. A constatação do delegado regional da DRT-RO somava-se as outras parcelas da sociedade descontentes com o comportamento de peemedebistas detentores de mandatos.

O resultado da eleição confirmou o triunfo dos peemedebistas, o partido elegeu o maior número de parlamentares, porém os eleitos eram diferentes daquele de 1982, não

tinham os autênticos como inspiração, os reeleitos e os novatos alinhavam-se ao centro. O perfil dos eleitos poderia trazer consequências a coesão da bancada na ALE-RO, além de acentuar a constatação interna no partido de acontecer a perda de identidade da agremiação. Os quadros abaixo detalham algumas características dos eleitos:

Quadro 3 - Deputados eleitos a ALE-RO em 1986

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Joselita Araújo	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PMDB
2º	Vicente Homem	Pimenta Bueno (BR-364)	PMDB
3º	Pedro Kemper	Cacoal (BR-364)	PMDB
4º	Ernandes Amorim	Ariquemes (BR-364)	PMDB
5º	Odaísa Fernandes	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
6º	Reditário Cassol	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
7º	Sidnei Guerra	Jaru (BR-364)	PMDB
8º	Sadraque Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
9º	Acelino Marcon	Cacoal (BR-364)	PMDB
10º	Rigomero Agra	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PMDB
11º	Osmar Vilhena	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
12º	Manoel Messias	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
13º	Genival Nunes	Vilhena (BR-364)	PMDB
14º	Amizael Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
15º	José do Prado	Ariquemes (BR-364)	PFL
16º	Antônio Geraldo	Presidente Médici (BR-364)	PFL
17º	Oswaldo Piana	Porto Velho	PFL
18º	Edison Fidélis	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
19º	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PFL
20º	João Batista	Colorado D`oeste (BR-364)	PDC

21º	Luiz Gonzaga	Cacoal (BR-364)	PDS
22º	Heitor Costa	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
23º	Neri Firigolo	Cacoal (BR-364)	PT
24º	Nilton Caetano	Cacoal (BR-364)	PT

Fonte: Reprodução do quadro 9 elaborado por João Paulo Viana (2019).

Quadro 4 - Deputados federais eleitos em 1986

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Rita Furtado	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
2º	José Guedes	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
3º	Chagas Neto	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
4º	José Viana	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
5º	Francisco Sales	Ariquemes (BR-364)	PMDB
6º	Arnaldo Martins	Vilhena (BR-364)	PMDB
7º	Raquel Cândido	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
8º	Assis Canuto	Ji-Paraná (BR-364)	PFL

Fonte: Reprodução do quadro elaborado por João Paulo Viana (2019).

Com base nas informações dos quadros verifica-se que houve renovação considerável no parlamento estadual e na bancada federal. E, outra vez, os políticos da BR-364 voltaram a surpreender, nomes desconhecidos da capital elegeram-se com boa votação. Parlamentares mais experientes em campanhas surpreenderam-se com o resultado, Amizael Silva (PFL) externou desconforto pela baixa votação recebida em Santa Luzia, município que ele se empenhou pela criação (*Alto Madeira*, 26/11/1985, p.3).

A ascensão em curso de políticos da BR-364 era um fenômeno pouco compreendido pelos analistas e políticos de Porto Velho. Por mais que os eleitores do interior fossem migrantes, eles possuíam uma identidade com suas localidades, quando se fixaram na região

existia a percepção deles de fazerem parte da construção do novo estado, isso incluía participarem ativamente da política partidária.

Outro ponto importante foi a composição da ALE-RO, pois sete partidos conquistaram cadeiras, também houve o ingresso feminino nas suas fileiras, tornando o parlamento estadual mais plural. Mesmo sendo a maioria, o PMDB necessitaria de outros partidos para formar uma base governista sólida na casa, também precisaria da união da bancada, algo difícil haja vista as divisões internas já existentes, agora acentuada pelo ingresso de integrantes da ALE-RO na bancada federal a partir de 1987.

Ainda, o surgimento de novos partidos colocava-se como mais um desafio ao governo de Jerônimo Santana (PMDB), em razão da possibilidade de troca partidária, poderia haver a perda de membros e a filiação de pessoas apenas por fisiologismo. Contudo, a estratégia do último ano do governo Angelin deixou uma lição, ou seja, enfrentar o Executivo era uma tática muito arriscada, parlamentares dissidentes do PMDB e integrantes do PFL colheram resultados pífios na eleição, como Amizael Silva (PFL), que foi reeleito por pouco.

4.4 Dilema da Nova República

O embate entre Legislativo e Executivo, muitas vezes acrescido pela fragmentação partidária, não seria apenas uma situação típica de Rondônia, porém apresentava-se como um tema espinhoso na Nova República, limitar a criação de novos partidos poderia ser visto como freios a abertura política. Devido ao contexto, a tese de adoção do parlamentarismo voltou ao debate, principalmente quando o governo Sarney fracassou na condução da economia (Souza, 1992, p. 174).

Seguir com o presidencialismo era uma preocupação da classe política após a eleição de 1986, pois perguntavam-se, quanto poder deveria ficar com o Legislativo e o Executivo? O fim do sistema presidencialista colocaria término as crises graves experienciadas na história republicana? Qual modelo o constituinte escolhesse também impactaria as relações institucionais nos estados, mesmo que haja peculiaridades nos arranjos entre os governos e parlamentos estaduais.

Ao longo da Assembleia Constituinte o assunto foi debatido com frequência e até motivo de cisão na base governista, os constituintes mantiveram o modelo presidencialista, porém fortaleceram o Poder Legislativo e colocaram o assunto para os cidadãos decidirem num plesbício a ser realizado em 1993 (Souza, 1992, p. 165). O presidente José Sarney não escondeu o descontentamento com os superpoderes do Legislativo e assim deixou um lembrete pavoroso aos sucessores:

Qualquer presidente que seja eleito terá um encontro marcado com uma crise com o Congresso. Terá dois caminhos: desafiar o Congresso, pressionando-o com o povo, ou tentar cooptá-lo. Este caminho é quase inviável. O Congresso Nacional é hoje uma colcha de retalhos e só se movimenta por interesse (Echeverria, 2011, p. 428).

O então presidente faz um alerta importante, um parlamento muito dividido, embora não citou, mas estava tratando da existência de muitos partidos, o que seria um problema para a governabilidade de qualquer chefe do Executivo eleito. Claro, ele também externou uma visão elitista quando relegou o papel das organizações civis como forças de pressão sobre o parlamento. A pressão social não é sinônimo de incentivo a motins ou a ruptura do pacto democrático, porém necessária em alguns momentos para relembrar os eleitos de seu compromisso com quem os elegeu.

Muitos dos interesses constatados pelo ex-presidente no Congresso Nacional davam-se pela pressão dos lobbys econômicos, isto é, dos grandes proprietários de bens e não da população em geral. Corrigir as desigualdades sociais, inclusive a luta por ampliação dos direitos não é uma utopia, pois está no cerne da política quando ela foi inventada pelos antigos gregos e romanos (Chauí, 2018, p. 410-411). Num país de tamanha clivagem social, a política deve servir apenas a este fim, esperar que isso aconteça voluntariamente seria ingenuidade, por isso é necessário a pressão popular na ampliação dos direitos, uma prática proporcionada somente pela democracia.

Considerações finais

Ao longo desta tese percorreu-se o passado recente da história republicana brasileira, precisamente de 1983 até 1986. O recorte centrou-se em três sujeitos: a imprensa, o militar e o político civil. Buscou-se compreender o comportamento deles num período que gerou um novo tempo histórico, pois a ditadura militar encerrou-se e o Brasil passou a viver numa República democrática.

Para entender a dimensão e as contradições da transição da ditadura militar à nova república selecionou-se o contexto do Estado de Rondônia, ou seja, privilegiou-se na análise as margens do centro decisório. Dessa forma, demonstrando como o cotidiano político estadual era influenciado e às vezes influenciava as decisões em Brasília. Isso só reforça a necessidade de outros estudos sobre o tema em tela para além do cotidiano recortado no Sudeste do país, ou daqueles que se limitam à Praça dos Três Poderes sem esclarecer ser aquele local o reflexo dos acordos firmados nos interiores do Brasil.

Por que Rondônia? Começa pelo nome do estado, uma derivação do sobrenome do marechal Cândido Mariano Rondon. Nessa região os militares do Exército Brasileiro tiveram protagonismo significativo, justamente porque à União delegou ao militar múltiplas atribuições inclusive a de o verde-oliva poder ditar os rumos da ordem institucional. Isso só evidenciou como o poder civil não soube tratar adequadamente a pauta da defesa nacional. Igualmente o militar afastou-se cada vez de sua função original e se viu na condição de paladino da ordem interna do país.

Ademais, semelhante a indicação ao cargo de presidente da República durante a ditadura militar, o governador do Território Federal/Estado de Rondônia também era definido pelo oficialato do Exército Brasileiro. Nenhuma outra unidade federada vivenciou prática parecida, revelando a preciosidade de pesquisar essa espacialidade para problematizar e compreender o militar brasileiro, bem como as relações civis-militares.

O término da ditadura militar nessa parte do Brasil teve características próprias, pois a transição política iniciada em 1979 acelera a passagem de Rondônia da condição de Território Federal para Estado da federação. Com isso surge o Poder Legislativo estadual personificado na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO), sendo que todos os ocupantes foram eleitos pelo voto da população. Os deputados estaduais combateram ao seu modo o autoritarismo, além de apresentarem pela primeira vez àquela sociedade um espaço de debate público, isto é, o plenário da ALE-RO.

As primeiras bancadas do Legislativo estadual foram formadas sob o bipartidarismo: na situação encontravam-se os deputados do PDS e na oposição os deputados do PMDB. Ao longo dos primeiros anos de trabalhos da ALE-RO constatou-se a autonomia do Legislativo, pois os parlamentares não se curvaram ao Executivo. Sem dúvidas a busca pela independência dos poderes da República se deu pela postura firme dos peemedebistas. Tudo isso mostrou que os partidos se comportaram para além da visão da época a qual afirmava existir o partido do “sim” e do “sim, senhor”.

Todavia, o período recortado na tese trata-se da abertura política. O contexto era de concessões paulatinas da liberdade, porém existia muita incerteza se ocorreria a saída dos militares da chefia do Estado Brasileiro. Os grupos civis e político-partidários ainda se comportaram muitos cautelosos, obviamente usaram de muita habilidade para reivindicar o fim da ditadura militar sem que as suas ações pudessem atrapalhar a concretização da redemocratização. Portanto, o final da ditadura militar não deixou de ser marcado por muita violência e repressão sobre a sociedade.

A troca de governo em 1985 com a saída do ditador João Figueredo (PDS) e a posse do presidente José Sarney (PMDB) colocou fim a ditadura militar. Houve a transição possível, aquela à qual tinha chances de ser realizada. Os grupos civis partidários não traíram a população, pelo contrário, mostraram grandeza e responsabilidade com os rumos do país, negociaram com os instrumentos disponíveis e asseguraram um futuro democrático para os cidadãos. Inclusive os acordos entre o PMDB e a Frente Liberal também possibilitaram a mudança no Executivo rondoniense.

No pós-ditadura militar a classe política também buscou os caminhos para assegurar o entendimento entre os poderes da República. A formação de uma coalizão de partidos para haver governabilidade assegurou a estabilidade política e institucional, bem como possibilitou a ampliação da cidadania. Esse modelo permitiu que vozes plurais se fizessem ser ouvidas e pudessem participar da administração pública. As tensões entre os partidos da mesma coalizão governista ou atritos pontuais entre o Executivo e o Legislativo mostrou-se tratar-se de prática comum do cotidiano democrático, e isso jamais configurou-se num caminho para retrocessos no avanço da transição política.

As relações entre Executivo e Legislativo na Nova República, num contexto estadual, revelaram-se tema relevante para entender como as coalizões governistas são feitas e desfeitas. Isso elucida uma teia de relações múltiplas, uma vez que os acordos envolvem desde nomeações em cargos públicos, questões municipais e até mesmo convicções ideológicas.

Ademais, notou-se a permanência de um Executivo hipertrofiado, o qual motivou muitas tensões com o Legislativo, tais divergências levaram muitos políticos a declararem simpatia pelo modelo parlamentarista, embora essa escolha carecesse de fundamentação sobre como isso seria implantado no país.

Enquanto os projetos por alteração no sistema de governo restringiram-se ao campo das ideias, o Executivo de Rondônia sobrepôs-se ao Legislativo. O governo de Ângelo Angelin entrou em 1986 exigindo lealdade dos aliados, bem como duelou o poder com os políticos do PFL e o presidente da ALE-RO, Amizael Silva. Claro, isso só aconteceu porque parte da economia do estado tinha dependência dos recursos públicos controlados pelo governador, ou seja, até mesmo o patronato se submetia a caneta do titular do Palácio Getúlio Vargas.

Contudo, mesmo ocorrendo ampliação dos direitos políticos e civis nos anos iniciais da Nova República identificou-se a continuidade de práticas maléficas à democracia e à República. Talvez até pela incompreensão da sociedade e dos políticos sobre a dimensão da repressão da ditadura militar na vida das pessoas. Pois grupos minoritários permaneceram marginalizados e tratados com muita violência, por outro lado isso abriu caminho para novas frentes de lutas populares.

Por fim, cabe destacar que o contexto histórico aqui estudado foi possível porque analisou-se uma fonte histórica riquíssima: o jornal *Alto Madeira*. Esse matutino teve uma vida longa, algo incomum na história da imprensa brasileira ainda mais de um jornal funcionando na Amazônia.

Ao analisar a imprensa como fonte histórica reafirmou-se o compromisso ético do historiador sobre as fontes. Isto é, problematizá-la não significa desmenti-la, mas apreender a rede de contatos que produzem e imprimem sentidos às notícias de um jornal. No caso do *Alto Madeira* notou-se a pouca autonomia do jornal quanto a produção de notícias, pois havia limitações na hora de expor opiniões justamente pela dependência de verbas públicas do Estado. Mesmo assim, isso não impediu o jornal de fazer críticas quando fosse possível aos detentores de poderes institucionais, ou mesmo de colocar-se como porta voz das pautas benéficas a Mesorregião do Madeira-Guaporé.

Portanto, pesquisar o passado recente do Brasil é possível e necessário mesmo que isso incomode e desconstrua determinadas memórias. Bem como necessita-se de mais pesquisas sobre a construção da nossa democracia, o período da transição da ditadura militar à Nova República dispõe de muitos objetos de análise. Há inúmeros arquivos para além dos

documentos oficiais, inclusive daqueles ainda sob sigilo do Estado brasileiro, aguardando pelos historiadores para serem lidos e interpretados.

Fazer a história do tempo presente serve tanto para mapear esses acervos como para entender esse tempo de mudanças aceleradas, uma vez que se constata no meio acadêmico ou fora dele o anseio por pesquisas sobre o nosso tempo. E as produções científicas, como esta tese, mostram que os acontecimentos se desenvolvem dentro de uma ordem cronológica, algumas coisas são concluídas e outras permanecem.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. O Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 1988. nº 31, vol. 1, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALBURQUEQUE, Lúcio. **Da Caixa de Francesa à Internet – 100 anos da Imprensa em Rondônia**. Rondoniana, 2009.

ARAÚJO. Carlos. William Curi: entre generais e coronéis, um jovem barbudo e sonhador ajudou a construir a potência que Rondônia é hoje. **Expressão Rondônia**. 20/10/2019. Porto Velho. Disponível em: <https://www.expressaorondonia.com.br/william-curi-entre-generais-e-coroneis-um-jovem-barbudo-e-sonhador-ajudou-a-construir-a-potencia-que-rondonia-e-hoje/>, Acesso em 04/09/2020.

AQUINO, Maria Aparecido de. Censura, **Imprensa, estado autoritário, 1968-1978**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BASBAUM, Leônicio. **História sincera da república**: de 1889 a 1930. 3ª.ed., São Paulo: Fulgor/Alfa-Omega, 1968.

BERNO. Geovani. **Enquete para escolha do nome do novo prédio da ALE segue até domingo**. Porto Velho, 12/12/2018. **ALE/RO – DECOM**, disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/enquete-para-escolha-do-nome-do-novo-predio-da-ale-segue-ate-domingo>, acessado em 31 de agosto de 2020.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Imprensa Como Fonte e Objeto De Estudo Para o Historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Editora Humanitas, 2015. p. 114-136.

CAPELATO, MARIA Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. 2ªed, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CEMI. Salvador. O Processo migratório de ocupação no Estado de Rondônia: visão histórica. **Caderno Primeira Versão**: Universidade Federal de Rondônia, s/d:13.

CHAUÍ, Marilena. Democracia: criação de direitos. **Síntese**, Belo Horizonte, v.45, n.143, p.409-422, set./dez. 2018.

CORTINHAS, Juliano da Silva & VISTELLI, Mariana Gisela. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). **Rev. Bras. Est. Def.** v.7, n°2, jul./dez. 2020.

CRUZ, Montezuma. História de Rondônia: enquanto a esposa criou bairro com flagelados, Humberto Guedes colheu espinhos do drama fundiário. **SECOM**, Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-enquanto-a-esposa-criou-bairro-com-flagelados-humberto-guedes-colheu-espinhos-do-drama-fundiario/> Acesso em: 24 de ago. 2020.

CRUZ, Montezuma. História de Rondônia: entre 1961 e 1964 o território teve nove governadores; Pinto Guedes exerceu o cargo apenas três meses. 11 de fevereiro de 2019, Porto Velho, **SECOM**. Disponível em <https://rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-entre-1961-e-1964-o-territorio-teve-nove-governadores-pinto-guedes-exerceu-o-cargo-apenas-tres-meses/>. Acesso em: 11 de jan. 2022.

CUNHA, Eliaquim & MOSER, Lilian. Os projetos de colonização em Rondônia. **Labirinto (UNIR)**, Porto Velho, n.14, p.124-151, 2010.

D'ARÁUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DIAS, Vinicius Rodrigues. Encerrando a Transição Institucional de Território a Estado: a primeira Assembleia Constituinte de Rondônia (1983). In: (Org.). DIAS, Vinicius Rodrigues. **História de Rondônia: a transição de Território Federal a Estado**. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021, p.58-86.

DIAS, Vinicius Rodrigues. **O Conceito de político na redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DIAS, Vinicius Rodrigues. Os evangélicos na política de Rondônia: análise de duas candidaturas na campanha eleitoral de 1982. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v.5, n.9, p. 102-122, jan. /jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/27221/18788>.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1989.

FERREIRA, Jorge. O presidente accidental. José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Quinta República (1985-2016). (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: (Org.). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Terceira República (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Terceira República (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, São Paulo: Editora Contexto, 2015.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **No tempo dos seringais**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005.

FILGUEIRAS, Fernando. Vícios da República. In: (Org.) SCHWARCZ, Lilia; STARLING. Heloisa Maria Murgel. **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das letras, 2019, p.423-429.

FILHO, Antônio Serpa do Amaral. CAÇAMBADA CUTUBA: Culminância, Decepção ou Interrogações? 19/09/2019, **Tudo Rondônia**. consultado em 27/01/2022, disponível em: <https://tudorondonia.com/noticias/cacambada-cutuba-culminancia-decepcao-ou-interrogacoes,37385.shtml>.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). **O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964)**. Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-126.

FONSECA, Dante. Aluizio Pinheiro Ferreira: Maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. **Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, San José, vol. 11, n.2, p.138-159, dez 2019. /jun. 2020.

FORONI, Paola. **Jorge Teixeira, Primeiro Governador do Estado de Rondônia**: Imprensa e Cordialidade (1979-1982). Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

FRANKLIN, Cleber. Geopolítica dos governos militares para a Amazônia Brasileira. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v.2, n.01, jan/jun, p.332-347.

FREITAS, Aimberê. **Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais do Brasil**. Boa Vista: Editora Boa Vista, 1991.

FREIRE, Marcelo. Heitor: Trajetória com política, futebol e samba em RO. **Blog do Marcelo Freire**, Porto Velho, 20 de abril de 2013, acessado em 04/09/2020, disponível em: <http://marcelinhoonline.blogspot.com/2013/04/heitor-trajetoria-com-politica-futebol.html>.

GEDOZ, Sirlei. **Democracia e transição no Brasil 1973 – 1987**. Entre a conciliação e a ruptura, MDB / PMDB e PT. São Leopoldo: Oikos, 2018.

HOLANDA, Fabíola; MENEZES, Nilza. **Jorge Teixeira**: uma contribuição documental. Porto Velho: EDUFRO, 2006.

LIMA, Marta Valéria de. A Organização Político Administrativa: de Território Federal do Guaporé a Estado de Rondônia. In: (Org.). DIAS, Vinicius Rodrigues. **História de Rondônia**: a transição de Território Federal a Estado. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021, p.26-40.

LIMA, Marta Valéria de. Federação Espirita Umbandista de Rondônia: elementos da história da integração do campo religioso afro-brasileiro de Rondônia (1970-1990). In: Nogueira, Mara; Oliveira, Elis. (org.). **Narrativas sobre a cidade**: revisitando o Jornal Alto Madeira. Porto Velho: Temática Editora, 2019. p. 175-205.

LIMA, Marta Valéria de. **Dos tambores de averequete aos tambores de oxalá**: história de uma relação complexa; as religiões afro-brasileiras e a sociedade de Rondônia. Tese (Doutorado em História De América Latina Mundos Indígenas) – Universidad Pablo de Olavide, Sevilha. 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: (Org.) PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-153.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, vol.248.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia Ltda., 1998.

MARTINS, Allysson; COLFERAI, Sandro. Rascunhos para a história da imprensa de Rondônia: resgate do passado pelas memórias e períodos de formação dos jornais impressos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Teresina – PI, v.9, n.1, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Esron Penha de. Jornalismo Em Rondônia. In: BORZACOV, Yêdda Pinheiro (coord.). **Porto Velho conta a sua história**. v.1. Porto Velho: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1998.

MENEZES, Nilza. O Judiciário no Período Militar. **Justiça & História**, Porto Alegre-RS, v. vol. 3, 2002. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/66196/judiciario_rondonia_periodo_menezes.pdf.

MOSER, Lilian. A Busca Pela “Fronteira” e os desafios da migração e a Modernização da Agricultura. In: (Org.). DIAS, Vinicius Rodrigues. **História de Rondônia**: a transição de Território Federal a Estado. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021, p.9-25.

MOSER, Lilian. **Formação de Capital Social do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense**: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto d’Oeste – RO. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas. Revista digital de la Escuela de Historia**, v. 8, p. 9-25, 2016.

MOURA, Ítalo Lima de. **Bailes, Blocos E Escolas de Samba Históricas Do Carnaval Em Porto Velho**. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Rondônia, Porto Velho, 2018.

NADER, Beatriz. **Juntando os fragmentos do discurso político nacional: história oral de vida do “Grupo Autêntico do MDB**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NAPOLITANO, Marco. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marco. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão histográfica. **Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **Multipartidarismo e Governabilidade em Rondônia: A Configuração do Sistema Partidário Estadual na Transição Democrática**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NETO, Manuel Domingos. Sobre o patriotismo castrense. **Perseu: História, Memória e Política**, n.18, p.13-35, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314/256>.

NETO, Maurício. **Imaginários da Civilização em Rondônia: vencer o desconhecido, domar a natureza e construir a modernidade (Século XX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

NETO, Ricardo Bonalume. Avião teve oportunidade de atrasar ou abortar golpe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, domingo, 04 de abril de 2004. Consultado em 11 de janeiro de 2022 em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0404200420.htm>.

NOGUEIRA, Mara. Temperando Palavras E Degustando Leitura: o jornal em sala de aula. In: Nogueira, Mara; Oliveira, Elis. (org.). **Narrativas sobre a cidade: revisitando o Jornal Alto Madeira**. Porto Velho: Temática Editora, 2019. p. 13-35.

NOGUEIRA, Mara. **Entre Cateias e Mundiças: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Elis da Silva. Apito inicial: as narrativas sobre o futebol portovelhense entre os anos 1920 e 1930 por meio do jornal *Alto Madeira*. In: Nogueira, Mara; Oliveira, Elis. (org.). **Narrativas sobre a cidade: revisitando o Jornal Alto Madeira**. Porto Velho: Temática Editora, 2019. p. 61-84.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Jorge Coimbra de. **A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento, aos desenvolvimentos dos projetos: o PLANAFORO em Rondônia**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas / Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização**. São Paula: Companhia das Letras, 2024.

PERSIVO, Silvio. **Euro Tourinho, A Samaúma da Imprensa Amazônica**. [S.l.]: Scortecci Editora, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FVG, v.2. n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. **A República**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

RODRIGUES, Cíntia. **A naturalização da Violência: representação do conflito agrário pelos jornais em Rondônia na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

RONDÔNIA. [Constituição (1983)]. **Constituição do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Assembleia Legislativa do estado de Rondônia, 1983.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: Weffort, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**, vol.1. São Paulo: editora ática, 2001, 13ªed. 4ª impressão, p.11-24.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA. Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: Labirintos da memória**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2006.

SILVA. Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**.

Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 2ªed, p. 343-404.

SILVA, Amizal Gomes da. **Nos Rastros dos Pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia. **Retrato Em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 2ªed, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia**: uma introdução ao estudo da política. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des) Ordem na fronteira**: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

SOUZA, Amaury de. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

STARLING. Heloisa Maria Murgel. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STARLING. Heloisa Maria Murgel. Ditadura Militar. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.251-260.

TEIXEIRA, Marco & FONSECA, Dante. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

TEÓFILO, João. **Nem Tudo Era censura**: imprensa, Ceará e ditadura militar. Curitiba: Appriss, 2019.

VIANA, João Paulo. Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia. In: (Org.). DIAS, Vinicius Rodrigues. **História de Rondônia**: a transição de Território Federal a Estado. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021, p.87-113.

VIANA, João Paulo; FONSECA, Dante. **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia**: geopolítica, eleições e mudança de elites na Amazônia. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima - EdUFRR, 2020.

VIANA, João Paulo. **Sistema Partidário Subnacional e competição eleitoral:** o caso de Rondônia (1982-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Fontes Consultadas:

Edições do jornal *Alto Madeira*, correspondentes aos anos: 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986; 2017 (15 de abril e 01 de outubro).

Edições do tabloide *O Parlamento*, correspondentes aos anos de 1985 e 1986.

Acervos: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional.

Hemeroteca da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles.

Edições do *O Guaporé*, correspondente aos anos: 1982 e 1983.

Acervos: Hemeroteca do Centro de Documentação Histórica de Rondônia, Museu da Memória Rondoniense.

Filme *Caçambada Cutuba*. Direção de Zola Xavier, 2019.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Vinicius Rodrigues Dias, matrícula nº 20103326 declaro para todos os fins que o texto em forma de () Dissertação de mestrado ou (X) Tese de Doutorado, intitulado O Militar e o Político na Transição da Ditadura Militar à Nova República: ALE-RO, Exército e imprensa na fronteira amazônica (1983-1986), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 10 de outubro de 2024

Vinicius Rodrigues Dias

ASSINATURA